

**Preservação da memória do Asilo dos
Inválidos da Pátria e
do sítio histórico da Ilha de Bom Jesus:
um tributo aos heróis e mártires do Brasil**



**Antonio Ferreira Sobrinho
Maristela da Silva Ferreira
Ana Beatriz Ramos de Souza**

— ORGANIZADORES —

Preservação da memória do Asilo dos
Inválidos da Pátria e
do sítio histórico da Ilha de Bom Jesus:
um tributo aos heróis e mártires do Brasil



Nossa Capa:

Imagem retirada da Revista *Careta*, nº 157, de 3 de junho de 1911
(Biblioteca Nacional)

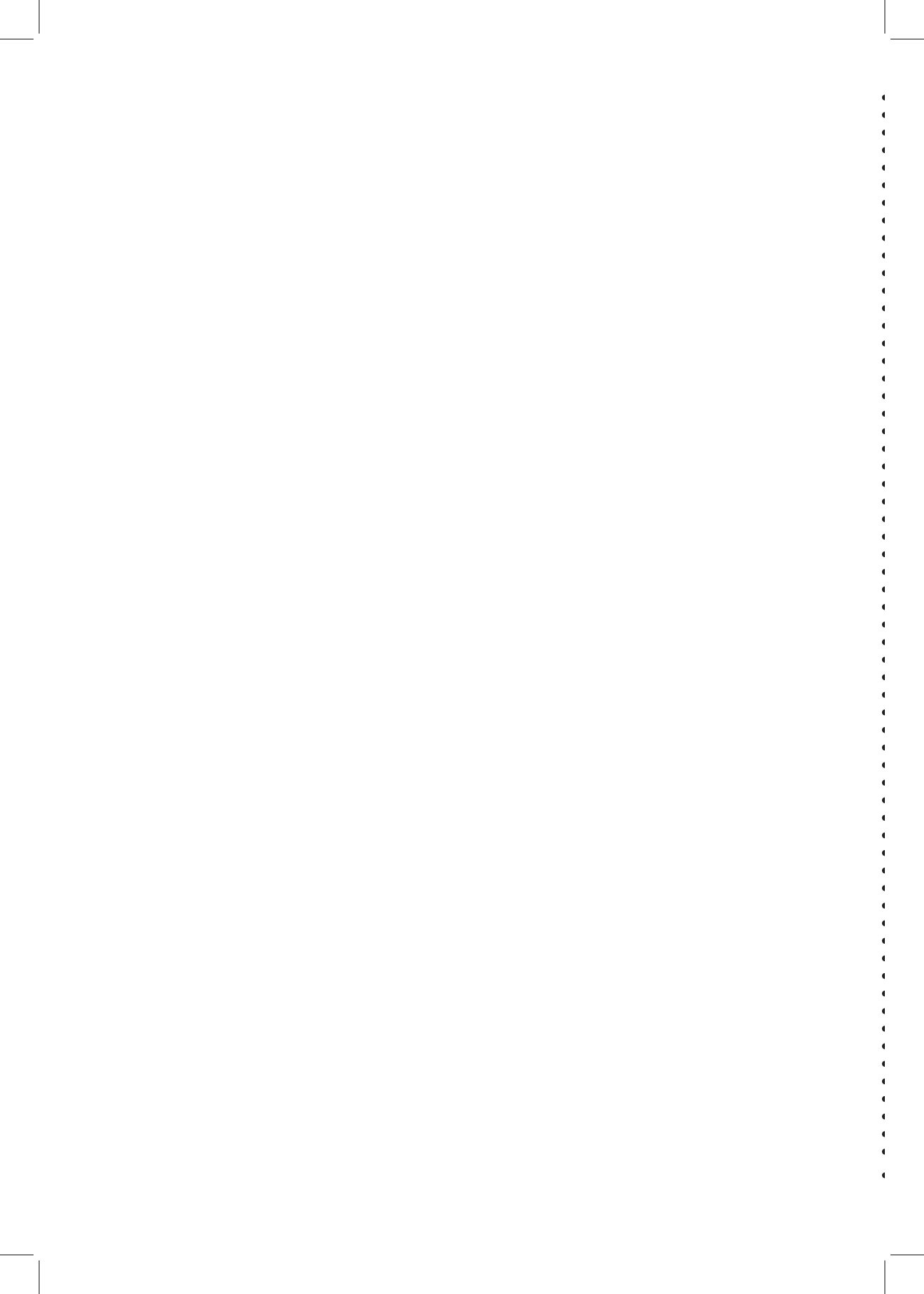
Antonio Ferreira Sobrinho
Maristela da Silva Ferreira
Ana Beatriz Ramos de Souza

– ORGANIZADORES –

**Preservação da memória do Asilo dos
Inválidos da Pátria e
do sítio histórico da Ilha de Bom Jesus:
um tributo aos heróis e mártires do Brasil**

**Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército**

**Rio de Janeiro
2020**



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
--------------------	---

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

I – O espaço de recordação: história e memória

CAPÍTULO 1

O ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA: HISTÓRIA E MEMÓRIA

<i>Antonio Ferreira Sobrinho</i>	23
--	----

CAPÍTULO 2

“ESPETÁCULO PATRIÓTICO E GRANDIOSO”: OS TROFÉUS DE GUERRA E O MUSEU MILITAR

<i>Marcelo Vieira de Souza Filho</i>	47
--	----

CAPÍTULO 3

O PAPEL DA IGREJA DO BOM JESUS DA COLUNA NA HISTÓRIA DO BRASIL

<i>Lindenberg Freitas Muniz</i>	78
---------------------------------------	----

CAPÍTULO 4

A MARINHA E A ILHA DO BOM JESUS: HISTÓRICO E RELAÇÕES COM O ASILO DE INVÁLIDOS DA PÁTRIA

<i>Vagner R. Rigola</i>	86
-------------------------------	----

CAPÍTULO 5

ASSASSINATO E ROUBO NA ILHA DA CAQUEIRADA

<i>Emílio Maciel Eigenheer</i>	118
--------------------------------------	-----

CAPÍTULO 6

A ESCOLA MUNICIPAL TENENTE ANTONIO JOÃO

<i>Patrícia Leite Alves</i>	126
-----------------------------------	-----

CAPÍTULO 7

**A ILHA DO BOM JESUS: UMA ABORDAGEM
HISTÓRICA, ARTÍSTICA E MUSEOLÓGICA**

Glauce Silva Ferreira 142

II – Pessoas

CAPÍTULO 8

**A REPATRIAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DO
BRIGADEIRO ANTÔNIO DE SAMPAIO**

Júlio Lima Verde Campos de Oliveira 183

CAPÍTULO 9

**ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA:
OS RESIDENTES QUE PARTICIPARAM DA
GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA**

*José Carlos Meireles da Silva,
Alexandre Marques de Medeiros e
Fabiola Michelle Andrade de Oliveira* 200

CAPÍTULO 10

**O ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA E SEU CAPELÃO:
POLÍTICA, LITERATURA E SOCIEDADE NOS OITOCENTOS**

*Ana Beatriz Ramos de Souza e
Maristela da Silva Ferreira* 225

**III – Um olhar sobre o futuro:
*preservação ambiental e novos usos do espaço***

CAPÍTULO 11

**A ILHA DO BOM JESUS, IGREJA DO BOM JESUS DA COLUNA
E ARREDORES: VEGETAÇÃO E SUGESTÕES AMBIENTAIS**

Eduardo C. Barretto Lins 257

CAPÍTULO 12

ASILO DOS INVÁLIDOS:

**UMA PROPOSTA DE RESTAURO E REQUALIFICAÇÃO
DO ESPAÇO CONSTRUÍDO**

Isabeth Mello, Liane Flemming e

Eduardo Linhares Qualharine 274

CAPÍTULO 13

DE BALLET BRASIL DA ILHA DO BOM JESUS

PARA PROJETO SOCIAL BALLET BRASIL DA

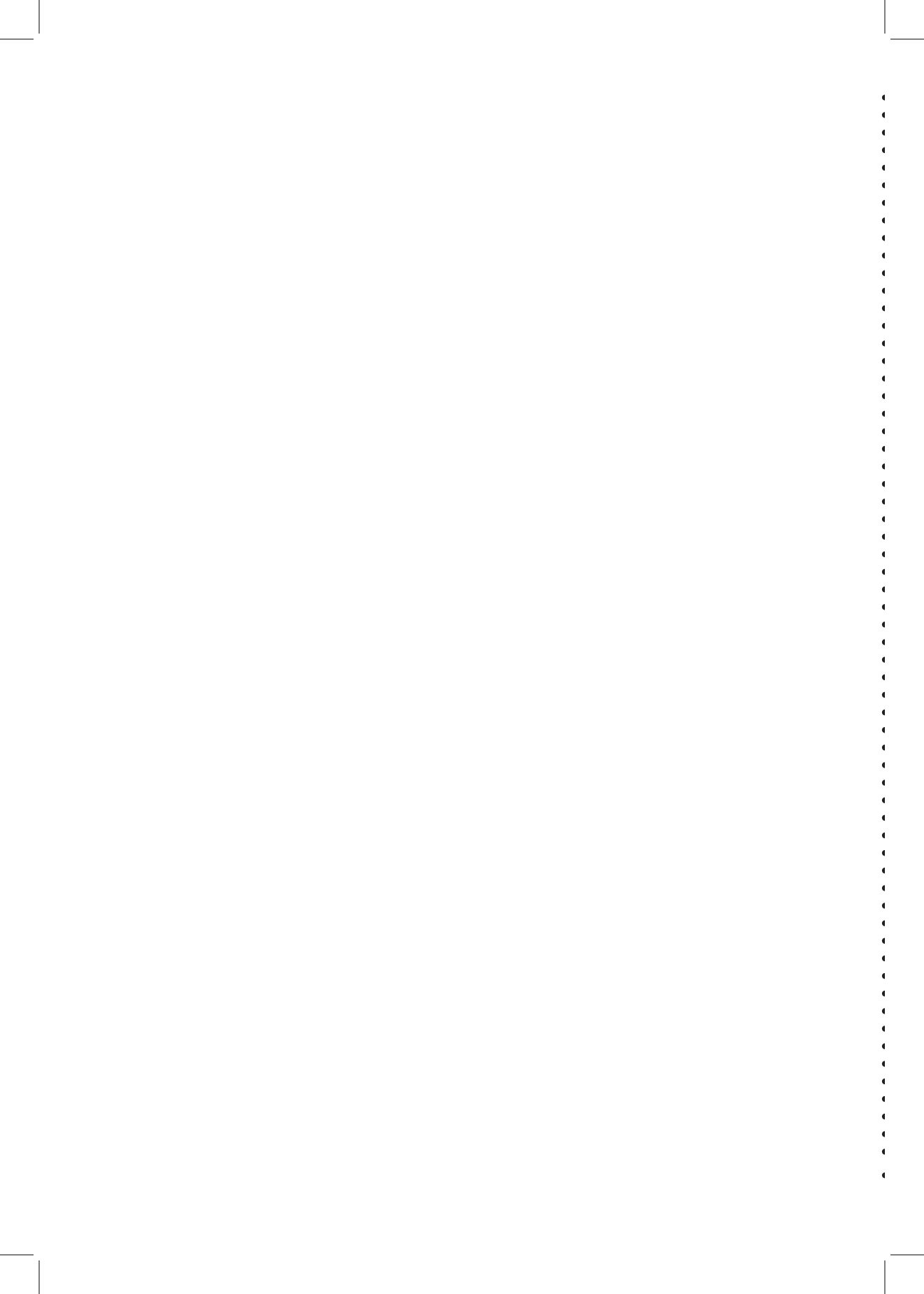
ILHA DO BOM JESUS - UM POUCO DESTA HISTÓRIA!

Maria Cristina Luvizotto Bergo,

Luana Santos e

integrantes do Projeto 284

ANEXO 333



APRESENTAÇÃO

A Ilha do Bom Jesus (IBJ), situada geograficamente na Baía da Guanabara, formou por aterramento, na década de 1950, em conjunto com outras oito ilhas, a atual Ilha do Fundão, campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Na parte Sul da Ilha, hoje jurisdicionada ao Exército Brasileiro, restam três monumentos históricos de elevada importância para a memória nacional: a Igreja do Bom Jesus da Coluna (1704) e dois dos principais edifícios remanescentes do Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP) (1868).

A passagem do aniversário de 150 Anos do Fim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e da criação do AIP, construído pelo Imperador D. Pedro II, com a finalidade de abrigar os militares invalidados nesse conflito, gerou a oportunidade de recordar à sociedade brasileira o sacrifício partilhado pelos seus concidadãos, tendo como base de análise, o projeto de pesquisa: “Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria e do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus: um tributo aos heróis e mártires do Brasil”, desenvolvido pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), por intermédio do seu Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), nos anos de 2019/2020.

Seu objetivo geral foi estudar e pesquisar o funcionamento do AIP, no período da criação até a sua extinção (1868 a 1976), produzindo uma memória física (acervos museológicos) e um conhecimento específico, aliado à preservação do sítio histórico da Ilha de Bom Jesus, tornando-o um espaço de ensino não formal e de uso turístico-cultural. Este livro – **Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria e do sítio histórico da Ilha de Bom Jesus: um tributo aos heróis e mártires do Brasil** – é um dos produtos desse projeto vitorioso, que ora se encerra.

Dentre os seus melhores resultados, a presente obra que oferecemos ao leitor, tornou-se realidade graças ao apoio recebido do *Pró-Pesquisa* (Apoio às Pesquisas das Instituições de Educação Superior de Extensão e de Pesquisa – IESEP) do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), cuja implementação e supervisão estiveram sob a responsabilidade da Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior Militar (CADESM).

Na sua concepção, esta coletânea pretendeu reunir e registrar as ações e pesquisas desenvolvidas no projeto pelos seus principais colaboradores, trazendo luz a algumas questões, especialmente, àquelas voltadas para a educação patrimonial, educação ambiental, bem como outras relacionadas à memória dos combatentes que ali foram acolhidos e abrigados, e dos conflitos dos quais tomaram parte. Assim, buscou-se contemplar os principais eixos temáticos do projeto: história, memória, patrimônio e meio ambiente.

Gen Bda Carlos Augusto Ramires Teixeira

Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

INTRODUÇÃO

Em 1865 a guerra do Paraguai ainda estava em seu início e o “furor patriótico”, principalmente devido aos voluntários da pátria, era latente na maioria dos discursos, seja nos periódicos, ou ainda nas tribunas do parlamento. A guerra e a preocupação com os que foram ao teatro de operações passou a ser um tema bastante discutido.

[...]o som do brado uníssono em que se ergue todo o Império do Brasil, cioso de sua autonomia, atrozmente vilipendiada por estranhos, e brilhante patriotismo e dedicação em prol da causa nacional. [...] A criação do Asilo dos inválidos da pátria é uma ideia de vastíssimo alcance para o Brasil e para a humanidade. A carreira militar deixará de ser considerada, como até agora, o sacrifício de uma vida inteira, com a certeza de um tenebroso futuro. O soldado encanecido na lide das armas, se a sorte o não eleva ao fastígio da glória, assegurando-lhe a subsistência no porvir, sabe que terá na velhice o amparo da gratidão nacional, que o livrará de umedecer as faces, crestadas ao sol das batalhas com lágrimas do infortúnio, e, talvez do arrependimento, por ter dedicado a pátria as forças da virilidade, que poderia empregar em trabalho mais vantajoso, para si e para a sua família. O que, ferido pelas balas inimigas, se despede, no lugar do combate, de uma existência consumida no serviço do Estado, ainda, ao exalar o último suspiro, ergue o descarnado braço, e diz como se falasse a aquela que vai deixar envolta no luto da viuvez: Lá tens o Asilo dos inválidos da pátria! Eu morro com honra, tu viverás com decência! Entrega aquele pio estabelecimento nossos filhos, conta-lhes a história de seu pai, e dize-lhes que se preparem para servir a pátria como eu servi! [...] O Asilo de inválidos da pátria destinado a estender os seus benefícios a todo país, ereto na Corte ou fora dela, será sempre uma glória nacional, e associam-se à tão nobre empenho os estrangeiros, que deixam de o ser quando à causa de toda a humanidade [...]!ⁱ

Esse trecho destacado acima pertence ao jornal *Semana Ilustrada*, que circulava na Corte e era muito popular em meados da década de 1860.

A ideia de criação de um asilo que abrigasse aqueles que se tornaram inválidos ou ainda a proteção às famílias dos mortos em combate era preocupação antiga, mas que ainda não havia saído do papel. Com a emergência da Tríplice Aliança, essa temática retoma a pauta do dia e coube à Associação Comercial, presidida por José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, futuro Visconde de Tocantins e irmão do então Marquês de Caxias, a criação de uma sociedade que angariasse fundos para a implantação de um asilo de inválidos, fato este que fora efetivamente realizado três anos depois, em 29 de julho de 1868.

Estranho pensar que essa história é pouco conhecida e o espaço escolhido para abrigar o asilo, a Ilha do Bom Jesus, atualmente situada na Cidade Universitária da UFRJ, no Rio de Janeiro, seja, de certa forma, ignorado pela sociedade brasileira. Somente há poucos anos, a partir da tese de doutorado de Marcelo Augusto de Moraes Gomes (2006), intitulada *A espuma das províncias: um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)*, todo esse contexto histórico começa a ser examinado, ainda que de forma embrionária.

Pensando nesse episódio da vida nacional como um importante objeto de estudos para a História Militar Brasileira, bem como para o cumprimento dos objetivos impostos no Plano Estratégico do Exército (PEEx/2019-2023), que preconiza o “incentivo à pesquisa sobre a História Militar e a exploração dos sítios históricos”, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), por intermédio do seu Centro de Pesquisas em História Militar do Exército (CEPHiMEx), desenvolveu o projeto de pesquisa “Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP) e do sítio histórico da Ilha de Bom Jesus da Coluna: um tributo aos heróis

e mártires do Brasil.”, selecionado no Edital Pró-Pesquisa, edição 2018-2019, visando promover o conhecimento sobre aquele local e sua história, não somente para os membros da Força Terrestre, mas para toda a sociedade, aproveitando para isso a passagem dos 150 anos do término da Guerra e da inauguração do asilo.

Nesse sentido, este livro busca resumir de forma bastante completa todas as nuances da pesquisa, bem como os múltiplos olhares que se postaram em prol da valorização desta belíssima história.

Em 2 de dezembro de 1881, o então diretor da Biblioteca Nacional Ramiz Galvão no seu discurso de abertura da exposição que contava a história da nação, afirma: [...] um povo sem história é uma sombra que passa, não é um marco que fica; [...] é uma dúvida”. Sem entrar no mérito específico da sua fala, ele pontua que a memória é a parte mais importante da constituição da história de um povo... de um país, e deve ser revestida em uma perspectiva de construção histórica.

Para Jacques Le Goff, o conceito de memória está intimamente ligado à ciência e à história. Dessa forma, estudar a memória é também delimitar uma fronteira muito tênue entre as diversas ciências que se ocupam dela e por outro lado, utilizar tais ciências para sua compreensão. Para ele “a memória remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 423).

Sobre os lugares de memória, podemos recorrer à obra de Paul Ricoeur (2007) “A Memória, a História, o Esquecimento”. Segundo o autor, a questão crucial seria a promoção do patrimônio, cristalizado no “monumento histórico”. Nesse sentido, os lugares de memória permanecem, sendo necessária uma reflexão para a ressignificação destes espaços, pois não se enquadrariam num sistema fechado de valores, e, caso essa ressignificação não seja feita pode haver a perda da referência com o presente e com a experiência viva (RICOEUR, 2007, p. 156).

É exatamente nesse plano teórico que o projeto de pesquisa desenvolvido pelo CEPHiMEx se enquadra, buscando ressignificar o espaço da Ilha do Bom Jesus, e, principalmente, o asilo dos inválidos da pátria, para que sua memória e rememoração façam sentido às gerações vindouras.

Essa provocação remete a discussão teórica, ora ensejada nessa introdução, à obra de Joel Candau “Antropologia da memória” onde o autor discute a memória a partir da ideia do inconsciente, derivando, desta forma, em cinco funções: “a aprendizagem, a memória propriamente dita, o esquecimento, a recordação e o reconhecimento” (CANDAU, 2005, p. 34). Candau denomina ainda de “memória propriamente dita” ou “memória de alto nível” aquela que trata da “recordação ou reconhecimento; evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos, etc.)”, sendo a primeira ligada à faculdade da memória e a segunda algo recuperado a partir de uma admissão provocativa, e que geralmente diz respeito à constituição de uma identidade (CANDAU, 2005, p. 23).

Assim sendo, para ele, “quando uma representação mental é comunicada de um indivíduo a outro – a maior parte permanece própria a um indivíduo – ela se transforma em representação pública” (CANDAU, 2005, p. 36-37). Ou seja, no momento em que se revela a memória, por acervo, biografia ou até mesmo espaços museológicos, estará sendo recriada uma representação pública daquela memória, que pode levar à construção de uma identidade. Dessa forma é que a história sobre o asilo dos inválidos da pátria, aqui narrada, passa a se tornar essa representação pública descrita por Candau.

Para além do conceito de memória, o conhecimento do espaço de recordação da Ilha do Bom Jesus e do asilo de inválidos da pátria se insere no conjunto de ações que buscam trabalhar a ideia de

patrimônio histórico. Um efetivo programa de educação patrimonial pode ser uma alternativa de preservação do patrimônio histórico, bem como de todas as histórias e personagens que ali estiveram presentes. Valorizar esse patrimônio e torná-lo acessível à visitação e estudos, a partir do uso da educação patrimonial e da educação ambiental, pode nos revelar dimensões dessa memória que poderiam estar até então escondidas.

Dois autores embasam esse olhar sobre o patrimônio e educação patrimonial. Nestor Garcia Canclini define o patrimônio cultural como um conjunto que considera toda a cultura, não somente os monumentos históricos, mas a experiência de vida, tradições e modos de uso (CANCLINI, 1994, p. 99). Mário Chagas complementa essa visão quando afirma que patrimônio é [...] *um conjunto determinado de bens tangíveis, intangíveis e naturais envolvendo saberes e práticas sociais, a que se atribui determinados valores e desejos de partilha (perspectiva sincrônica) entre contemporâneos e de transmissão (perspectiva diacrônica) de uma geração para a outra geração* (CHAGAS, 2002, p. 39).

Ou seja, o patrimônio se constitui enquanto tal se houver relação com a experiência, e a perspectiva de sua transmissão para as gerações vindouras. Caso contrário, ele não estabelece essa ligação e dificilmente será reconhecido como tal. A Ilha do Bom Jesus, com o asilo dos inválidos da pátria, poderia facilmente se encaixar nesse conceito, visto que conjugam exatamente o aspecto de monumento e a experiência de vida e tradições daqueles que habitaram e que hoje habitam o espaço.

Postas essas reflexões teóricas em torno da temática em estudo, a obra foi organizada em três seções, de maneira a contemplar o espectro da análise a que foi submetida a pesquisa desenvolvida ao longo desses dois anos de trabalho: I – O espaço de recordação: história e memória; II – Pessoas; e III – Um olhar sobre o futuro: preservação ambiental e novos usos do espaço.

Em seu primeiro eixo **“O espaço de recordação: história e memória”** os sete capítulos objetivam colocar em destaque a importância histórica e memorial da ilha. Iniciamos com o texto **“O Asilo dos Inválidos da Pátria – história e memória”**, do Coronel Antônio Ferreira Sobrinho, chefe da Seção de Pesquisa Histórica do CEPHiMEx. Em seu conteúdo ele apresenta uma cronologia crítica sobre o asilo e sua importância, a partir de uma reflexão acerca da ruptura social causada no Brasil pelos efeitos da Guerra da Tríplice Aliança, relacionando, ainda, essa história com o projeto de pesquisa desenvolvido.

Seguimos com o trabalho do Coronel Marcelo Vieira de Souza Filho, chefe do CEPHiMEx, intitulado **“Espetáculo patriótico e grandioso: os troféus de guerra e o Museu Militar”**, que nos traz um ponto ainda desconhecido do grande público: a existência de um museu para os chamados “troféus de guerra”, objetos que foram remetidos do teatro de operações para o Brasil, na Ilha do Bom Jesus. Este texto ressalta também o fato de como esse museu, que naquele momento representaria uma nova forja de identidade nacional, infelizmente desaparece e tem seu acervo diluído por outros centros de memória.

Indo adiante, temos o capítulo do Padre Lindenberg, Reitor do Santuário Militar do Brasil, **“O papel da Igreja do Bom Jesus da Coluna na História do Brasil”** um relato cronológico sobre a Igreja de mesmo nome, patrimônio histórico nacional tombado.

No quarto capítulo, **“A Marinha e a Ilha do Bom Jesus: histórico e relações com o Asilo de Inválidos da Pátria”** o Primeiro-Tenente (AFN) Wagner R. Rigola, da Marinha do Brasil, examina as relações muito próximas entre a Força Naval e o asilo, pesquisa de grande importância, pois ainda não temos produção historiográfica que consolide essa relação de ambas as Forças com o asilo, pois essas acabam por orbitar, na maioria das vezes, apenas em torno do Exército Brasileiro.

Em seguida, o texto “**Assassinato e roubo na Ilha da Caqueirada**”, do professor Emílio Maciel Eigenheer, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mostra-nos como aquela região do arquipélago onde se situava a Ilha do Bom Jesus era um local considerado perigoso, frequentando, inclusive, as páginas policiais dos jornais na década de 1830. Sua pesquisa suscita a nossa estranheza de que esse mesmo lugar estigmatizado, tenha sido escolhido para a implantação de um asilo para os “heróis da pátria”.

No sexto capítulo, “**A Escola Municipal Tenente Antônio João**”, a professora Patrícia Leite Alves, diretora da Escola Municipal Tenente Antônio João, oferece-nos um relato histórico desse importante estabelecimento de ensino, fundado em 09 de novembro de 1910, com o nome de 9ª Escola Feminina, do 15º D. E., que teve, por muito tempo, seu funcionamento no interior do Asilo dos Inválidos da Pátria, e que até os dias atuais é um dos grandes protagonistas de sua história.

Finalizando esta primeira parte da obra, a museóloga Glauce Silva Ferreira destaca, em seu texto “**Ilha do Bom Jesus: uma abordagem histórica, artística e museológica**”, a grande importância histórica e arquitetônica daquele conjunto de edificações presente na Ilha do Bom Jesus, explorando, ainda, sua dimensão artística e museológica.

A segunda parte do livro é dedicada àqueles que realmente fazem a história. Em **Pessoas**, contamos com três capítulos que analisam a história do lugar a partir das pessoas que ali estiveram. No capítulo VIII, “**A repatriação dos restos mortais do Brigadeiro Antônio de Sampaio**”, o General Júlio Lima Verde Campos de Oliveira percorre, no seu texto, o espaço físico e temporal, desde o enterro de Sampaio no Cemitério da Recoleta, na Argentina, sua transladação para o asilo em 1869, até seu local de descanso final em Fortaleza, sua cidade natal, onde permanece até os dias de hoje.

O que seria falar do asilo sem falar das pessoas que habitaram àquele espaço?

O texto **“Asilo dos Inválidos da Pátria: os residentes que participaram da Guerra da Tríplice Aliança”**, escrito em conjunto pelos Tenentes José Carlos Meireles da Silva, Alexandre Marques de Medeiros e pela turismóloga e pedagoga Fabiola Michelle Andrade de Oliveira, sublinha essa face por vezes esquecida, os asilados. Quem eram essas pessoas, o que faziam, quais as percepções de mundo que elas poderiam ter... essas nuances fazem parte do objetivo do capítulo.

Finalizando esta segunda parte, contamos com o capítulo da historiadora prof^a Dra. Ana Beatriz Ramos de Souza (integrante do Corpo de Pesquisadores Associados do CEPHiMEx) e da Tenente- Coronel Maristela da Silva Ferreira (pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército – CEPHiMEx), **“o Asilo dos Inválidos da Pátria e seu capelão: política, literatura e sociedade nos oitocentos”**. As autoras traçam uma biografia do Capelão Manoel da Costa Honorato, primeiro capelão do asilo e autor da obra de grande vulto na época, e hoje uma relíquia histórica “Descrição topográfica do asilo de inválidos da pátria e da Ilha do Bom Jesus” (1869), lançada no momento da inauguração do mesmo. Neste texto trazem, a partir dos novos estudos relacionados a biografias históricas, não somente um resumo da vida de Honorato, mas sua inserção no contexto de época, demonstrando as questões que permeavam a vida intelectual e social da segunda metade do século XIX.

Na terceira parte do livro **“Um olhar sobre o futuro: preservação ambiental, educação patrimonial e novos usos do espaço”**, os textos ressaltam as possibilidades de novos usos para o espaço, facilitando e suscitando as ações de cunho educativo patrimonial e Ambiental. O texto do Engenheiro Eduardo C. Barretto Lins, **“A Ilha do Bom Jesus, Igreja do Bom Jesus da Coluna e arredores**

– **Vegetação e Sugestões Ambientais**”, induz o leitor a pensar em formas de reabilitação ambiental da área degradada, servindo como modelo para outros espaços de memória e recordação, como a Ilha do Bom Jesus.

Sobre a questão patrimonial em si, o engenheiro, arquiteto e professor da UFRJ Eduardo Linhares Qualharini e as arquitetas Isabeth Mello e Liane Flemming republicam o trabalho apresentado no 4.º Congresso de Patología y Rehabilitación e Edificios, em abril de 2012, na cidade de Santiago de Compostela, Espanha, intitulado “**Asilo dos Inválidos – uma proposta de restauro e requalificação do espaço construído**”. Nesse estudo apresentam diretrizes de procedimentos técnicos para a execução de um projeto de restauração do Asilo dos Inválidos da Pátria.

Na sequência, é apresentado o texto da professora Maria Cristina Bergo sobre a obra social **Ballet Brasil**, desenvolvida naquelas dependências, a fim de demonstrar que é possível a utilização do espaço histórico em benefício da comunidade, da arte e da sociedade.

Finalizando esta obra, em anexo, está transcrita a edição *fac-símile* do livreto “**Asilo dos Inválidos da Pátria: edição comemorativa do centenário (1968)**”, por seu Comandante Coronel Hélio Villa Nova Torres, fazendo ressoar a história e a importância daquele espaço, em um momento de grande significado: a comemoração do centenário de sua inauguração. Agradecemos imensamente à Sra Marcia Gomes de Moura Araújo, detentora da fonte primária – o livreto já *amarelado* pelo tempo, que tão bem conservou como relíquia de família, e ao Sr Sérgio Vandlei Espíndola de Freitas, por meio de quem alcançamos a Sra Márcia, ambos ex-moradores da Ilha do Bom Jesus, integrantes do Grupo de Ex-Moradores, defensores da preservação e da divulgação da história e da memória daquele espaço.

Desejamos a todos uma ótima leitura, e que esta obra coletiva possa ser o marco inicial de algo maior, contribuindo para tirar do

esquecimento parte tão central de nossa história pátria, preservando esse grandioso patrimônio histórico e cultural e garantindo a nossa identidade como nação.

Cel Marcelo Vieira de Souza Filho

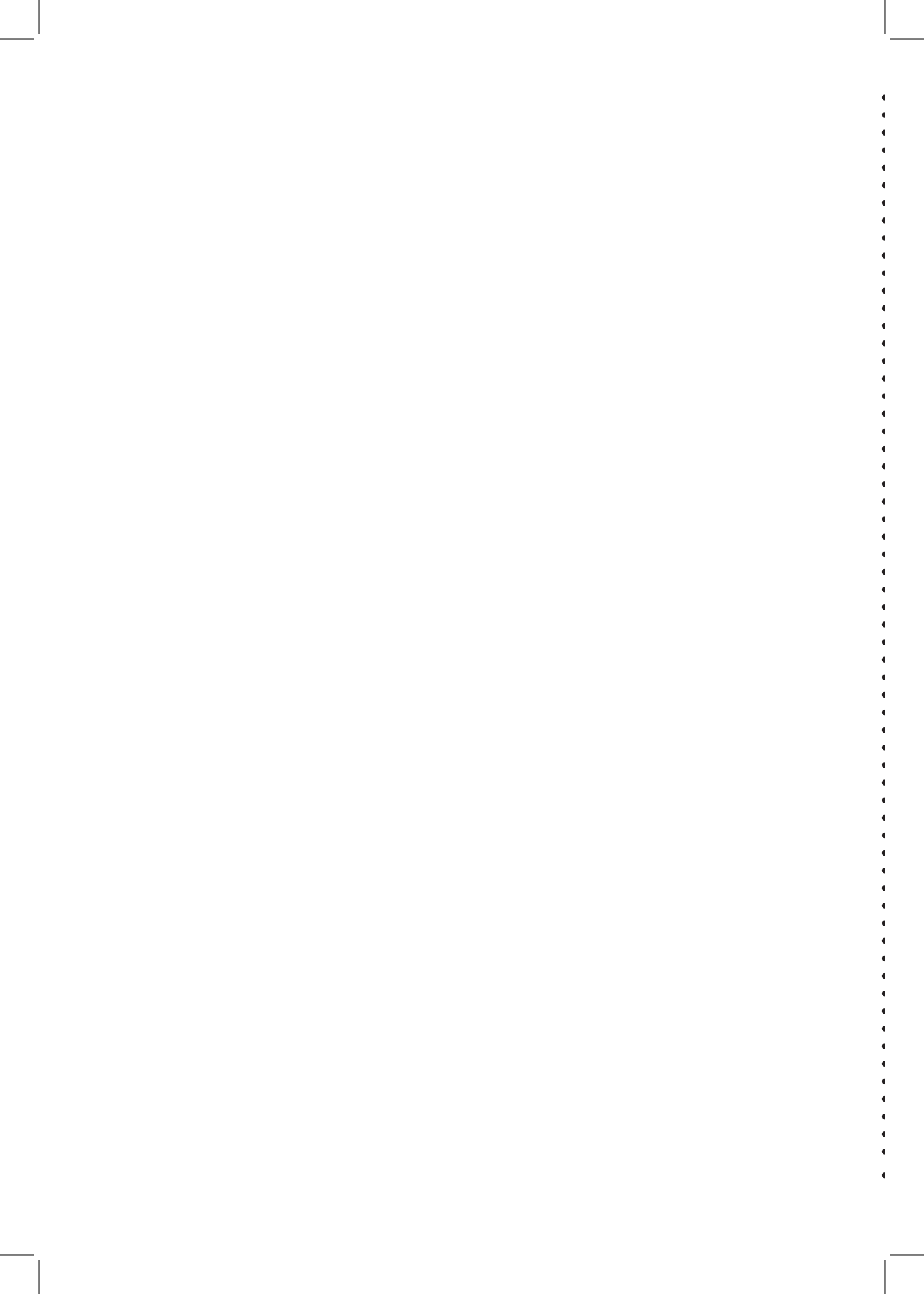
Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército

NOTAS:

- ⁱ *Semana Ilustrada*, 2 de abril de 1865. Biblioteca Nacional.



*O espaço de recordação:
história e memória*



CAPÍTULO 1

O ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Antonio Ferreira Sobrinho¹

INTRODUÇÃO

A historiografia das operações bélicas desenvolvidas pelas forças militares dos países participantes da Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai, 1864 a 1870, aponta para o envolvimento direto ou indireto de milhões de pessoas, sendo considerado o maior e mais sangrento conflito armado registrado na América do Sul.

A questão social, resultante da guerra, afetou parcela significativa das populações desses países, sem ter recebido, ainda, a devida atenção por parte de muitos pesquisadores. No Brasil, o apoio dado pelo Império a esses vitimados foi insuficiente em todas as províncias. O enorme número de inválidos implicava em custos insustentáveis de reabilitação e a precariedade da economia do

1 Cel Refo EB. Chefe da Seção de Pesquisas Históricas do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército Brasileiro (CEPHiMEx). Possui Graduação em Ciências Militares na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), 1971. Mestrado em Ciências Militares na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), 1982. Doutorado em Ciências Militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), 1986. Pós-Graduação Lato Sensu em História Militar na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2008. É membro efetivo da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), da Asociación Cultural Mandu' Ara do Paraguai e sócio emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Governo, também impedia a concessão de um auxílio adequado aos órfãos e viúvas. Muitos tiveram de se socorrer das suas próprias economias, do auxílio de familiares ou mesmo de recorrer à mendicância para sobreviver.

Por conta das efemérides do aniversário de 150 anos de criação do Asilo dos Inválidos da Pátria e do fim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, o Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), vislumbrou a oportunidade de estudar com maiores detalhes essas perdas humanas e o seu efeito na sociedade, no contexto social e cultural do pós-guerra.

Para isso tem desenvolvido, desde 2019, o projeto de pesquisa: “Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP) e do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus (IBJ): um tributo aos heróis e mártires do Brasil”, pesquisando o funcionamento do AIP no período de 1868 a 1976, data da sua extinção e produzindo uma memória física (acervos museológicos) e um conhecimento específico. Este trabalho aproveitou os resultados obtidos, até agora, pelo citado projeto de pesquisa, buscando ressaltar a importância desse lugar de memória e daquelas pessoas que nele conviveram, para a construção da memória e da identidade nacional.

OS INVÁLIDOS DA PÁTRIA

O entendimento do que sejam os Inválidos da Pátria é assim colocado por Marcelo Gomes no seu trabalho “A ESPUMA DAS PROVÍNCIAS”:

[....] “Os homens que regressavam ao Brasil mutilados, sem um ou ambos os braços e mãos, (membros superiores), sem uma ou ambas as pernas, (membros inferiores), sem os dedos das mãos e dos pés, amputações provocadas por corriqueiros ou graves ferimentos em

combate, pelo intenso frio presente em alguns lugares e em alguns momentos da guerra e que causava congelamento, a sempre presente gangrena, entre outros temidos “acidentes”, e a consequente ablação. Alguns, mesmo não tendo seus membros amputados, ficaram cegos ou inutilizados igualmente por ferimentos ocasionados pelos combates. Muitos retomavam cronicamente enfermos, sendo suas moléstias adquiridas nas precárias condições de vida nos acampamentos, trincheiras e embarcações”[...] (GOMES, 2008)

Com o mesmo entendimento, Marcelo Rodrigues apresenta o dilema vivido pela sociedade brasileira da época, em comemorar a vitória do Brasil e lembrar seus mortos, doentes e mutilados. A população civil não tinha plena consciência das atrocidades da guerra. A própria propaganda oficial tendia a levar os cidadãos a considerarem a guerra como uma batalha entre o bem e o mal ou a liberdade sobre a opressão, o que ampliava o sacrifício individual, sacralizando-o. (Marcelo Rodrigues, 2009)

Entre os anos de 1865 e 1870, um grande número de militares foi desmobilizado portando doenças crônicas ou mutilações de seus membros inferiores e superiores, e que se tornaram uma demanda social, grave, para ser resolvida pela administração pública. Eles ficaram conhecidos como os *Inválidos da Pátria*.

A sua rotina administrativa era cumprida conforme a descrição de Marcelo Gomes na obra “Espuma das Províncias”:

[...] Durante o conflito o inválido poderia ser temporário se sua doença ou ferimento exigisse meses de tratamento para ser curado convenientemente, o que tornava sua prestação do serviço militar inviável. Nessas situações, o sujeito era removido para as companhias de inválidos, enfermarias ou hospitais situados na rota que ligava o teatro de operações ao Rio de Janeiro, e neles, se tivesse restabelecido sua saúde em um breve período, conforme parecer de uma nova inspeção, era novamente transportado para

a frente de combate, se não, encaminhado para a Corte e após mais uma avaliação médica, recambiado para sua província de origem. As companhias situadas na rota que ligava a Corte ao Paraguai tiveram duração efêmera, como muitos hospitais e enfermarias de que, infelizmente, só tenho poucas referências.[...]

Outro aspecto relevante, levantado por Marcelo Gomes, que abre perspectivas para futuras pesquisas, diz respeito às causas da invalidez desses militares:

[...] Mas, para entender o grande número de inválidos da pátria, presentes na Corte, durante os anos da guerra, não se poderia deixar de visitar, ainda que rapidamente, e não da maneira que gostaria de fazer, os campos de batalha, seus serviços médicos-cirúrgicos, alguns de seus cirurgiões veteranos, algumas das unidades que fizeram parte dos combates, observar suas armas individuais, os seus diferentes desempenhos quando comparados com as dos oponentes, as suas munições, também diversas, e que proporcionavam temíveis ferimentos nos homens. Não se poderia deixar de procurar entender o seu cotidiano em avançadas, em linhas entrincheiradas, em suas missões de reconhecimento, nos seus ataques, nem sempre contemplados com o sucesso, às fortalezas e fortificações, bem como investigar os seus maiores medos e anseios. [...]

Formaram-se muitos grupos de assistência àqueles cujas vidas ficaram marcadas para sempre. Assim, o vazio deixado entre o auxílio do Estado e as necessidades mínimas de sobrevivência, foi minorado pela ação dos grupos e associações de apoio social. O esforço associativo representou o trabalho de muitos cidadãos para ajudar os soldados e as suas famílias durante o período de guerra e na reintegração dos militares na vida civil no pós-guerra.

Muitas das sociedades foram criadas para apoio local, nas províncias e vilas, entre o espírito de solidariedade e para a continuidade do

espírito de camaradagem das trincheiras. Com o passar dos tempos os apoios sociais foram-se esmorecendo e o Estado passou a recordar nas comemorações, mais a memória da guerra do que das vítimas. Por muitos anos o auxílio às vítimas centrou-se principalmente em associações civis e religiosas, e a ajuda transformou-se de um apoio social, em caridade.

Para muitos foi um processo de recuperação longo ou mesmo clinicamente impossível. Mas mesmo para aqueles que conseguiram recuperar o suficiente para se integrarem numa atividade produtiva, o problema de reintegração social foi mais complexo.

O ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA

A construção de um asilo que pudesse abrigar militares inválidos em combate já era uma ideia recorrente no Brasil Colônia. O decreto de 24 de junho de 1810 criou um corpo de inválidos para a guarda de presos, onde só poderiam ingressar aqueles que tivessem servido por pelo menos 20 anos com boa conduta e não estivessem mais em condições de prestar seus serviços em um regimento. Ficavam subordinados ao comandante do calabouço e do comandante dos guardas de polícia.ⁱ Em 1815, por decreto, criou-se na Corte uma nova unidade denominada *corpo de veteranos*, substituindo o anterior *corpo de inválidos*. Os membros do corpo de veteranos recebiam soldo e possuíam farda; poderiam ingressar oficiais, inferiores e soldados dos regimentos de infantaria e cavalaria, artilharia e do corpo da guarda real de polícia, que não estivessem em condições de serem reformados por tempo de serviço, mas, que, ainda fossem capazes de serviços menos ativos, podendo ser empregados em diferentes destacamentos, em fortalezas e guarda de presos.ⁱⁱ O local seria criado pelo Conde dos Arcos em 1794, na atual Rua dos Inválidos, no Rio de Janeiro (que por sinal recebeu esta nomenclatura devido ao asilo

de inválidos), e que fora incorporado aos próprios do governo por D. João VI no ano de 1816. Esse corpo foi extinto em 1831 sendo seu efetivo distribuído em outras unidades do exército.ⁱⁱⁱ

No ano de 1840 se criou efetivamente na Corte e em algumas Províncias um asilo para praças de pret que estivessem em condições de serem reformadas. Nas instruções, o asilo deveria receber essas praças, formando esquadras ou companhias. Os estabelecimentos seriam comandados por oficiais da reserva, que administrariam, imporiam disciplina militar e se responsabilizariam pela prática religiosa. Eram permitidas o exercício de atividades de horta, ou outros serviços mecânicos em que tivessem prática ou conhecessem, sempre em benefício do estabelecimento.^{iv} Em 1841, pelo decreto 244 de 30 de novembro, foi autorizado a criação de um *asilo de inválidos* nas imediações da Corte, na Fortaleza de São João, que acabou funcionando precariamente e com pouca importância.

Entre os anos de 1853 e 1859 a Marinha montou uma comissão de estudos para a criação de um asilo, constituída por Joaquim Marques Lisboa, futuro Visconde de Inhaúma, e o capitão tenente João Maria Pereira de Lacerda. Logo em dezembro de 1853, a comissão escolheu a parte oriental da Ponta da Armação, em Niterói, com “vista magnífica para a baía e para a capital do Império e da Província”, com facilidade de água, embarque e desembarque, abundância de material construtivo além de outras benesses^v, mas o terreno da Ponta da Armação só foi adquirido em 1855. Ao final do ano de 1859, foi, finalmente, emitido o parecer da comissão ao ministro da Marinha, concluindo sobre a necessidade de se construir um edifício monumental, dirigido àqueles que, para desenvolver o progresso da nação brasileira, sofreram mutilações em combate, e por outros acidentes da vida do mar, arruinaram, ou perderam sua saúde. Na segunda parte do relatório, existe a sugestão de não se pedir auxílio, e executar as obras com dinheiro do próprio ministério.^{vi} O cirurgião chefe do corpo da Armada deixa

bem claro que a colocação do asilo na Armação em Niterói, não era interessante, pois o mesmo se situava em um lugar isolado, propondo então que, de acordo com o modelo francês e, portanto civilizado, a construção do asilo fosse na Corte e não fora dela como queriam os membros da comissão.^{vii}

Mas a emergência do conflito não deixou muito tempo para que o Império resolvesse esse problema. A Corte era assolada por diversas epidemias e de todos os cantos do país chegavam homens para compor as tropas. Além disso, passaram a desembarcar no Rio de Janeiro doentes, feridos e mutilados que, de acordo com o estabelecido nas promessas e nos decretos do início do conflito, deveriam ser amparados pelo governo. O que se entendia na época por inválido era o cidadão “fraco, enfermo, que não pode servir por doença ou velhice”. Durante a guerra, segundo Marcelo, o termo foi alterado para “inválido da pátria” a fim de fornecer um caráter mais “maternal” (GOMES, 2007).

A Ilha do Bom Jesus pareceu então um lugar interessante para receber esses homens. Já era habitada por religiosos e civis há mais de um século e em março de 1865 alguns destacamentos do exército ficaram aquartelados nela, aguardando o encaminhamento para o teatro de operações. O diretor do arsenal de guerra ficou incumbido de providenciar para que o vapor Santa Isabel fizesse todos os dias uma viagem à Ilha do Bom Jesus, a fim de levar material para os que lá estivessem alojados, substituindo caso ele não estivesse disponível.^{viii} Neste mesmo documento existe outra ordem comunicando que o arsenal deveria fornecer serventes e ferramentas necessárias ao capitão Manoel Joaquim Guedes, encarregado do arranjo e da limpeza dos aquartelamentos estabelecidos na Ilha do Bom Jesus e Armação em Niterói.^{ix} Desta forma, percebe-se que ambos locais foram utilizados para as tropas em trânsito.

O relatório do Ministro da Guerra de 1867 traça um panorama sobre as ideias de construção de um asilo para inválidos desde 1840 (anteriormente citado) e analisa as perspectivas do contexto. Sobre o local, o texto do relatório do Ministro da Guerra de 1867 afirma que foi escolhido de forma a proporcionar o melhor para os possíveis asilados:

O governo imperial solicitou sempre pelo bem estar dos servidores, que pagam á sua pátria o mais oneroso de todos os tributos, o tributo de sangue, tem recebido e acomodado o melhor possível, grande numero de praças do exercito inutilizadas na guerra atual, e enviada todos os seus esforços para que cedo esteja pronto um edificio onde eles encontrem hospedagem cômoda e decente.

A localidade que, segundo a opinião de profissionais, melhores condições reúne para se estabelecer o asilo é a ilha do Bom Jesus, situada na baia desta capital. Pela sua posição é ela abrigada dos miasmas paludosos, e convenientemente refrescada pelos ventos gerais; isolados do resto da população, seus moradores encontrarão facilidade de se transportarem para a cidade, ou desta regressarem para a mesma ilha. Com a extensão suficiente para um estabelecimento, como deve ser o asilo de inválidos, por toda a parte oferece a ilha do Bom Jesus excelentes banhos de mar, presta-se perfeitamente não só ao plantio de arvores, formando lindas alamedas, senão como á cultura dos vegetais próprios das hortas e jardins; ao passo que favorece o entretenimento da pesca. Estas condições, reunidas na ilha do Bom Jesus, moveram o governo a escolhê-la de preferencia para o estabelecimento do asilo de inválidos da pátria.

A ilha é pertencente á ordem dos religiosos de Santo Antônio desta corte; mas por um contrato, celebrado com o agente oficial de colonização, foi ela cedida para deposito de colonos por algum tempo, mediante certa indenização, ao ministério da agricultura, e este cedeu-a ao ministério da guerra. Mandeí então fazer a renovação do contrato, efetuando o pagamento da indenização estipulada. ^x

O texto passa então a mencionar as dificuldades e problemas daquele espaço e a necessidade de execução de obras, quase que em caráter emergencial, bem como justifica ser o local ideal para hospedá-los.

Tornou-se, porém, necessário executarem-se obras, apropriando o edifício ali existente ao novo fim a que era destinado para fornecer ao mesmo tempo as precisas comodidades aos inválidos da pátria; ordenadas essas obras, foram sem demora começadas, e se acham muito adiantadas. Um grande inconveniente apresentou-se logo, por si só bastante para neutralizar as condições vantajosas que a ilha oferecia para um estabelecimento desta ordem: era a falta de água potável; mas, depois dos necessários estudos feitos pela diretoria das obras militares, reconheceu-se poder levar-se com facilidade para ali água precisa, e, de acordo com o ministério da agricultura, foi obviado aquele inconveniente, fazendo-se a obra reclamada por essa necessidade, de sorte que ha hoje na ilha água em suficiente quantidade e de boa qualidade. E mui breve será inaugurado o asilo de inválidos da pátria naquela localidade, que para um fim tão piedoso apresenta as seguintes condições:

1ª - Isolamento das habitações vizinhas.

2ª - Terreno elevado, seco, e por sua natureza e disposição favorecendo o escoamento das águas pluviais.

3ª - Exposição, por todos os lados, aos raios solares quer de verão, quer de inverno.

4ª - Não ter em sua vizinhança nem fabricas nem depósitos de matérias animais e vegetais.

5ª - Lavada por todos os ventos, não deverão sobre ela influir os miasmas da vizinhança.

6ª - Finalmente, possui excelente água potável em quantidade suficiente.

No entretanto, urgente era a necessidade de abrigar, alimentar e livrar da penúria o grande numero de inválidos, vindos do teatro da guerra, e já excedentes a mil. Por isso determinei que, enquanto não se concluem as obras da ilha do Bom Jesus, fossem eles alojados no quartel da Armação, modificado e convenientemente preparado, como se acha.

Reunidos em um corpo, os inválidos da pátria formam hoje cinco companhias, das quais, se acham quatro na Armação, e uma, por conselhos higiênicos, está provisoriamente estabelecida na fortaleza da Praia Vermelha, até cessarem os receios do cólera.

Na Armação o edificio está nas melhores condições higiênicas; são bem arejados os alojamentos; as dependências do estabelecimento estão asseadas, e a alimentação é boa, o que seguramente deve-se ao zelo das irmãs de caridade, requisitadas por mim á provedoria da Santa Casa de Misericórdia para exercerem sua sagrada missão junto àqueles infelizes, que tanto necessitam de conforto nas suas aflições, e de uma mão caridosa para pensar suas feridas, guia-los e até mesmo dar-lhes alimento. As santas mulheres a tudo isto se prestam com dedicação e doçura; crescendo mais que, sob sua desvelada direção, faz-se o serviço do asseio do estabelecimento; tratam elas da cozinha, lavanderia, arrecadações e enfermarias, colhendo-se de tão benéfica administração, vantajosa economia e os mais lisonjeiros resultados.

Em 21 de Abril ultimamente findo, expedi instruções para a melhor regularidade do serviço do estabelecimento. Tem elas por ora caráter provisório; modificadas, porém, segundo aconselharem a pratica e a experiência, podem-se tornar definitivas, e servir de regulamento para o asilo, que será estabelecido na ilha do Bom Jesus.^{xi}

Logo que se inicia a guerra, a Associação Comercial do Rio de Janeiro abriu uma subscrição pública para angariar fundos para a construção e manutenção do asilo. Foi criada então a Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria, com estatuto próprio, em decreto de 15 de dezembro de 1867 e tendo sido nomeado para o conselho o presidente da Associação comercial, José Joaquim de Lima e Silva, irmão do Duque de Caxias e futuro Visconde de Tocantins, a fim de angariar fundos para o Asilo.

Em todo o Império abriu-se uma subscrição pública para arrecadação de dinheiro, pois, apesar de contribuir com avultada

quantia, o governo imperial alegava não possuir fundos para gerir sozinho esta despesa. Além da construção e manutenção do asilo, a Associação Comercial ficaria também responsável pelas pensões às mães, viúvas e filhas dos militares mortos ou impossibilitados do serviço em combate.^{xii}

O que se sabe sobre sua instalação e construção deve-se ao seu primeiro capelão Manoel da Costa Honorato, que publicou em 1869 o livro *“Descrição topográfica da ilha do Bom Jesus e do asilo dos inválidos da pátria”*. Reeditado em versão “fac-símile” pela BIBLIEx/CEPHiMEx no ano de 2019, como produto do projeto de pesquisa anteriormente citado. Honorato, veterano de guerra, condecorado com a medalha de campanha, atuante no meio intelectual de seu tempo, foi membro de instituições literárias e científicas, incluindo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi nomeado para o asilo em 1867, exercendo as suas funções de Capelão Militar do AIP até dezembro de 1869.

A construção do asilo passou por vários problemas, e a Sociedade que angariava fundos, em pouco ou nada contribuiu com as obras, ficando a cargo do governo e da subvenção do Imperador. O asilo foi inaugurado no dia 29 de julho de 1868 que, além de ser o dia da festa do Divino Espírito Santo, era, também, o aniversário da Princesa Isabel, herdeira do trono.

A estrutura física do asilo foi descrita por Honorato, como não tendo “suntuosidades de grandes e majestosos palácios, nem o mármore em relevo a cada canto, nem ricas e colossais colunas” (HONORATO, 1869, p. 31). E segue afirmando, que o “homem que havia se sacrificado pela pátria não exigia isso, mas desejava unicamente a simplicidade, a singeleza, gostava do asseio, e abominava tudo quanto pudesse afogar a vaidade”.

Ele inicia a descrição dos espaços físicos a partir do cais de desembarque, situado em frente aos pavilhões da administração e do Museu Militar. “Eles eram de pedra, com duas escadas, sendo

uma de cada lado; dos dois edifícios (ou pavilhões) um está situado à direita e o outro à esquerda do desembarque, possuem numerosas janelas, na frente e atrás para a circulação do ar. O que está à frente do morro, onde se localiza a igreja do Bom Jesus da Coluna, tem dois pavimentos, dos quais, o superior era destinado ao Museu Militar e o inferior às oficinas (que foram sendo implantadas com o passar do tempo e foram alteradas as funções – a princípio era de alfaiates, substituída em 1872 pela de escola de ‘primeiras letras’, e em outubro do mesmo ano por uma de sapateiro, podendo o asilado usufruir dos ‘lucros’ que lhes garantia o regulamento).

O segundo edifício, apesar de ser simétrico ao primeiro, mantinha algumas diferenças quanto às subdivisões internas e ao fundo. No térreo ficava o corpo da guarda, e à esquerda um compartimento que servia para depósito de vários objetos, onde, por exemplo, eram colocadas em seus cabides as armas que serviam à guarda diária. A ligação entre os dois pavimentos era (como ainda é hoje) feita por uma espaçosa escada, com corrimãos e balaústres envernizados, onde em seu patamar vê-se gravada a placa em mármore que saúda a inauguração.^{xiii}

Atrás do prédio existia um jardim e próximo a ele estava a lavanderia, e à distância de 23 palmos dela, um pequeno e elegante edifício em forma de ‘chalet’ onde estava instalado o gasômetro que fornecia gás, extraído do petróleo, para a iluminação da ilha.

Do desembarque, parte a ladeira que dá subida ao segundo morro, formando um zigue-zague em sua extensão, cercado de uma muralha que serve de parapeito, e colocado um sistema de paralelepípedos com lampiões a gás. Sobre o morro existia um prédio que abrigava o refeitório com grandes varandas à frente: o primeiro pavimento era destinado ao refeitório dos soldados, o segundo para recreio dos mesmos, e o terceiro para a habitação do comandante do asilo. O grande número de alojados em 1869 não permitia que esse prédio funcionasse da maneira prevista, servindo o segundo e

terceiro andares para alojamento das companhias (HONORATO, 1869, p. 31).

Na frente do ‘chalet’, pregada em uma parede havia uma placa de mármore com a inscrição “D. Pedro II, Imperador do Brasil e perpétuo defensor, mandou erigir este asilo para os bravos que ficaram inutilizados na defesa da pátria, 1868”; em outra pedra de mármore, à direita, estavam gravados emblemas marciais, onde se lia a data da inauguração oficial do asilo, e em simetria via-se à esquerda da pedra, ainda em branco, que serviria para marcar a data do fim da guerra; sobre a sacada do segundo pavimento encontravam-se três escudos, igualmente em mármore, com as seguintes inscrições: ao centro – Marquês de Caxias; à direita – General Polidoro; e à esquerda – Visconde de Herval; sobre o terceiro pavimento, outras três placas de mármore, em forma de escudos, com as seguintes inscrições: ao centro – Conde de Porto Alegre; à direita – Barão do Triunfo; à esquerda – General Argolo (HONORATO, 1869, p. 31).

Tal como o “*Hotel des Invalides*” de Paris, o Asilo de Inválidos da Pátria também receberia os corpos dos seus grandes heróis. Era necessário, conforme seu “modelo francês”, que tivesse um panteão, faltava-lhe, portanto, um cadáver, de preferência que tivesse tido uma morte gloriosa e que tivesse alguma relação com a guerra. Foram dois oficiais, símbolos da guerra, que tiveram seus restos mortais lá depositados com toda a pompa: o *Brigadeiro Antônio Sampaio* e o *General Osorio*.

Aos poucos as visitas ao asilo cessaram e o número de aquartelados foi diminuindo não só pelas “altas”, mas também pela urgência do Império em enviá-los novamente para suas províncias, sem contar que os custos eram elevados e a Associação Comercial não ajudava financeiramente conforme o prometido.

Com a República a situação do asilo e dos asilados ficou caótica. Em 1893, por exemplo, foi enviada ordem para que mulheres

e filhos de asilados fossem desarranchados e em 17 de abril e 22 de setembro do mesmo ano ficaram proibidos os casamentos de asilados.^{xiv}

As ilhas próximas, que faziam parte do Arquipélago do Fundão, passaram a receber o lixo oriundo da Corte já no final do Império, o que se acentuou no início do período republicano. No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, na sessão de Limpeza Pública, vemos documentos de concorrência pública para depósito de lixo em parte da Ilha da Sapucaia, fronteira à ilha do Bom Jesus. Um desses documentos chama atenção, pois o requerente solicita autorização para usar do lixo despejado para o cultivo de cereais, hortaliças etc., que seriam enviadas à capital e oferecidas gratuitamente, como contra partida, as casas de caridades pertencentes ao município as verduras que as mesmas precisassem e que forem cultivadas na mesma ilha.^{xv} Cabe ressaltar, que o asilo ainda recebeu inválidos de duas outras campanhas, Canudos e Contestado, conforme a placa monumental, situada no acesso terrestre aos prédios do Asilo.

Nada foi alterado até o ano de 1909, quando um incêndio destruiu completamente um dos prédios do alojamento para os asilados que não possuíam residência ou que não receberam autorização para construí-las. Consta que dois marinheiros revoltados com a situação de penúria vivida no local, resolveram colocar fogo em um dos prédios, o destruindo completamente. O fogo iniciou por volta de 1 da manhã e só acabou às 4 horas; dos dois “criminosos”, um foi preso e o outro acabou cometendo suicídio, sendo seu corpo encontrado carbonizado horas depois.^{xvi}

Após esse triste evento a Revista de variedades *Kosmos*, tendo como articulista Leal de Souza, fez uma grande matéria sobre o Asilo e a Ilha do Bom Jesus. Além de diversas fotografias, inclusive de asilados ainda remanescentes da Guerra da Tríplice Aliança, posando com seus fardamentos, a Revista traçou um panorama histórico bem interessante da evolução do Asilo. Em uma das fotos mostra

um prédio em ruínas enfatizando que ali estava o Museu Militar, além do alojamento que fora atingido pelo incêndio. A República, segundo o articulista, não olhou para o Asilo com o mesmo zelo do Império, inclusive, mencionou a questão do lixo, que levava uma “vizinhança imunda, sob negras nuvens de moscas”. Mencionou, ainda, o estado de ruína dos prédios, principalmente da Igreja, que naquele contexto servia de alojamento e estava com sua nave coberta de camas, e comentou do tratamento dispensado aos restos mortais dos heróis, comparando-os a forma como são tratados no *Hotel des Invalides* em Paris. Leal chegou a conversar com os inválidos do Paraguaí, que a esta altura não chegariam a uma dezena, e percebeu neles uma admiração à monarquia que, segundo eles, se preocupava com os inválidos, lembraram as visitas da família imperial, notadamente da Princesa Isabel (“plena de bondade meiga”) e do Conde d’Eu (“que os amava”) e do próprio Imperador (“de pródiga generosidade”). Leal assim descreveu os inválidos:

“...exaustos, olvidados na merencória solidão onde jazem, estes heróis não seguiram a marcha dos homens válidos, e, desconhecendo o Brasil moderno – estrangeiras na Pátria, as suas almas antigas vivem exiladas na era nova. Os seus ouvidos, fechados a todos os incômodos rumores de nosso tempo, escutam, surdo, em ecos renovados, o fragor das batalhas soberbas, e os murchos olhos, cegos para as coisas vivas do presente, apenas veem, nas paisagens mortas de outrora, as massas épocas dos guerreiros. Não se individualizam nas façanhas evocadas e conservam-se, narrando-as, no seu posto anônimo nas filas dos batalhões. Reconstituindo a tela rota do lustro heroico, os seus abatidos corpos rejuvenescem; movem-se leves, com agilidade airosa e moça. Álacres, em voz agora vibrantes, encandeiam os episódios...”^{xvii}

Aos poucos o asilo perde sua referência de memória dos inválidos da pátria e da Guerra da Tríplice Aliança. Em 1922, ano de comemoração do centenário da Independência do Brasil, consta nos

registros diários do comandante do asilo a entrega de objetos históricos ao diretor do Museu Nacional. Neste mesmo ano, em 11 de junho, foi realizado um almoço cheio de pompa para os veteranos da Guerra ainda residentes no asilo. Em 1925 o asilo perde completamente sua função se tornando um presídio, de acordo com o aviso de 27 de junho onde o Ministro da Guerra coloca uma parte da ilha, a que estava reservado a um presídio militar, à disposição do Ministro da Justiça para servir de “presídio para presos políticos”, ficando encarregado da segurança o capitão da Brigada Policial Pedro Goitacazes.^{xviii}

Em 1927, após quase 2 anos de uso como presídio, ocorre a devolução do edifício pela Brigada Policial e são reinstaladas as companhias, salas de Estado Maior e reservas dos Comandantes de Companhias. As atividades do Asilo retornam à sua rotina habitual.

Nas décadas de 30 a 50 o asilo se torna um espaço importante para as comemorações das efemérides nacionais, sediando solenidades cívico-militares e recebendo a visita de inúmeras autoridades, tais como o Presidente da República e o Ministro da Guerra.

A partir de 1960, perde novamente a sua importância, vindo a encerrar as suas atividades em 01 de janeiro de 1977, em cumprimento a Portaria Ministerial nº 061 – Res, 2 de dezembro de 1976, passando para a Companhia de Comando da 1ª RM a ocupação da Ilha do Bom Jesus e suas instalações.

O ESPAÇO DE RECORDAÇÃO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TRIBUTO AOS HERÓIS E MÁRTIRES DO BRASIL

Em 2018, o Asilo dos Inválidos da Pátria completou 150 anos da sua inauguração. Na intenção de comemorar a efeméride e dar continuidade ao ciclo de estudos da Guerra da Tríplice Aliança

contra o Paraguai em desenvolvimento, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEEx), por intermédio do CEPHiMEEx, implementou o projeto “Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP) e do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus : um tributo aos heróis e mártires do Brasil” na intenção de estudar e pesquisar o funcionamento do AIP, no período da criação até a sua extinção (1868 a 1976), produzindo uma memória física (acervos museológicos) e um conhecimento específico, aliado à preservação do sítio histórico do Ilha de Bom Jesus, tornando-o um espaço de ensino não formal e de uso turístico-cultural.

No seu detalhamento o projeto pretende: criar uma estrutura física e de pessoal, na área do AIP e do sítio histórico da Ilha de Bom Jesus, que permita o uso do patrimônio histórico-militar lá existente, de forma metodologicamente integrada, para fomentar o desenvolvimento cultural no âmbito da Guarnição Militar do Rio de Janeiro; empregar ferramentas modernas de capacitação de pessoal, de comunicação social e de preservação e divulgação da memória e do patrimônio militar, configuradas nas ações de revitalização das instalações do AIP, levantamento dos dados pertinentes ao seu funcionamento para os ex-combatentes da Guerra do Paraguai, Canudos e do Contestado e uso turístico-cultural, que possibilitem as melhores condições de replicação do conhecimento gerado, facilitando e incentivando o acesso da sociedade ao espaço cultural a ser criado em consequência dessas ações e em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – desenvolver o projeto “Ilha de Bom Jesus: meio ambiente e memória”.

Isso tudo, após a implantação das diversas ações executivas, proporcionará um aumento na percepção da importância desse espaço de recordação e conhecimento por parte do público interno e externo, dos valores, crenças e tradições militares e da própria história nacional, e ainda, resultará em um aumento no número de

pesquisas sobre o Asilo de Inválidos da Pátria e sua história, bem como, num acréscimo no número de visitantes ao espaço, na condição de Centro de Memória Militar.

Como resultados dos trabalhos desenvolvidos pela equipe do projeto, no ano de 2019 a junho 2020, destacamos: reedição e impressão fac-símile, em parceria com a BIBLIEx e Biblioteca Nacional, do livro do Capelão Manoel Honorato da Costa. Descrição Topográfica da Ilha de Bom Jesus e do Asilo dos Inválidos da Pátria pelo seu Capelão Manoel Honorato da Costa. HONORATO, Manoel da Costa. Rio de Janeiro. Typografia Americana, 1869 (com uma tiragem de 500 exemplares); impressão de teses importantes relativas ao tema do projeto, disponibilizadas para compor a infraestrutura de pesquisa a ser montada nas dependências do AIP; reforma e adequação de um depósito, nas dependências do AIP, disponibilizado pela Base Administrativa da 1ª RM, que servirá como local para: apoiar os estudos e reuniões das equipes de trabalho; abrigar os acervos históricos existentes; e guardar as fontes bibliográficas levantadas; pesquisas realizadas no Arquivo Histórico do Exército (AHEx) em Boletins Internos do AIP de 1901 em diante e em Relatórios do Ministro da Guerra (segunda metade do século XIX), originaram novas descobertas: forte presença da Marinha na OM; asilados oriundos de questões com a justiça; problemas psiquiátricos (enviados para o asilo dos Alienados – hoje Pinel); os pesquisadores estão incluindo um capítulo nesse livro, registrando os dados levantados na pesquisa documental; entrevista oral (filmagem 60 min) com ex-morador Sr Orlando Pinto (87 anos), resultando na sua publicação em uma cartilha para os estudantes do ensino fundamental; pesquisas de campo em visita à Ilha (10 visitas até o momento): descoberta de possível localização de itens mencionados e fotografados na obra do Capelão Honorato: presídio, local da Cruz abaixo da Igreja, cemitério, paiol, extração de madeira para confecção dos mastros, etc.

Para a etapa do corrente ano de 2020, a pandemia do COVID 19 tem prejudicado severamente a execução das seguintes ações previstas no Projeto: apoio à infraestrutura de ensino e pesquisa: seleção e contratação de estagiários; montagem do acervo museológico coletado; parceria com Instituto Federal de Portos e Vias Navegáveis, operadores de turismo públicos e privados, melhoria do acesso, via náutica, (dragagem e reforma do atracadouro) a Ilha de Bom Jesus; apoio à organização de evento técnico-científico: seminário a ser realizado ao final do ano nas dependências do Asilo para apresentação dos resultados de pesquisa e lançamento do livro sobre a produção dos pesquisadores (2ª quinzena de NOV 2020), ao qual esse trabalho comporá, também, um dos capítulos; participar com um pesquisador, apresentando trabalho no XII Encontro Internacional de História das Operações Bélicas da Guerra da Tríplice Aliança, em CORRIENTES/RA; participar com um pesquisador, apresentando trabalho no IX Seminário de História da Guerra da Tríplice Aliança, em Ponta Porã/MS e elaboração de um roteiro turístico-cultural náutico e terrestre para a cidade do Rio de Janeiro, que inclua a ilha de Bom Jesus.

Já nesse ano, em Fevereiro, visando ampliar o espectro da pesquisa e atuar mais especificamente na educação patrimonial e ambiental, foi implementado pelo CEPHiMEx um segundo projeto de pesquisa na mesma área física da Ilha do Bom Jesus, “Memória, patrimônio e meio ambiente, no contexto do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus”, que dará continuidade ao Projeto “Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP) e do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus: um tributo aos heróis e mártires do Brasil”, ainda em desenvolvimento.

Nesta fase, a proposta é ampliar a pesquisa histórica que já vem sendo desenvolvida (o funcionamento do Asilo dos Inválidos da Pátria no período de 1868 a 1976), articulando saberes diferenciados, materiais e imateriais, na área da educação patrimonial e

da educação ambiental, além de buscar os registros e vestígios da ocupação da Marinha Imperial, no período de 1824 a 1889, por intermédio de um pesquisador da Marinha do Brasil, associado ao Instituto de Geografia e Historia Militar do Brasil (IGHMB).

Na área da educação patrimonial, em parceria com os professores, alunos, monitores e administradores da escola Tenente Antonio João, instalada desde 1910 naquele sítio histórico, buscar-se-á o compartilhamento, a construção coletiva de conhecimentos sobre as comunidades que ali viveram, suas edificações, objetos, documentos, geografia, flora e fauna, seu valor histórico, paisagístico, turístico, arqueológico e cultural. Será produzido um inventário daquele bem patrimonial e cultural, levantando informações bibliográficas sobre ele, produzindo literatura e ilustração a seu respeito, descrevendo-o e documentando -o por meio de fotografias, entrevistas, mapas, filmes, e outros registros, propostos e construídos coletivamente, de forma a traduzir o significado dessa convivência e dessa experiência.

A preservação do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus por meio de ações na área ambiental, visa implementar: a coleta seletiva, compostagem e reaproveitamento de materiais recicláveis; levantamento da vegetação existente e plantio da vegetação para atração de pássaros, e da vegetação original (Pau Brasil); desenvolvimento de materiais didáticos (cartilhas) sobre as diversas ações ambientais e divulgação da compostagem de resíduos sólido; levantamento da importância das ilhas (Bom Jesus e Sapucaia) para a história da limpeza urbana/sanitária da cidade do Rio de Janeiro.

Assim sendo, promover-se-á o incremento da pesquisa histórica e de ações de preservação na área ambiental e patrimonial, o intercâmbio entre o Exército Brasileiro e o IGHMB, destas Instituições com núcleos da sociedade civil (a comunidade escolar do entorno, estagiários das universidades, associação de ex-moradores), estimulando o exercício da cidadania, o aprofundamento e a divulgação do conhecimento da história e do patrimônio histórico nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o entusiasmo inicial, a guerra, e o compulsório esforço para fazer frente a ela, foi onerando a população, em órfãos e viúvas, homens mutilados e mortos. Não se sabe ao certo os recursos que foram consumidos ou ao menos o número de pessoas mortas. Certamente a guerra trouxe influências marcantes nos campos social, econômico e político.

Na literatura militar, são poucas as referências sobre o Asilo dos Inválidos da Pátria, permanecendo no imaginário da população do Rio de Janeiro, para ficar somente aqui, como um lugar de pouca importância para ser recordado, simplesmente uma referência, sem maiores conteúdos, até mesmo pelos que se dedicam ao estudo da guerra.

Com a divulgação desse trabalho, espera-se ter contribuído com uma pequena parcela de conhecimento específico a respeito do AIP e dos que o habitaram, aliado às ações de preservação do sítio histórico do Ilha de Bom Jesus, tornando-o um espaço de ensino não formal e de uso turístico-cultural.

O adjetivo Inválido, não consegue definir em todas as suas “nuanças”, as condições físicas, as particularidades e principalmente em que contexto, bem complexo, alguns milhares de homens retornaram da guerra em 1870. Era necessário algo mais, um “aditivo” que o transformasse. Recebeu o substantivo feminino “Pátria”, que lhe juntou e o transformou em um termo que se fez intensamente presente e significativo.

Pela sua participação nos campos de batalha, na defesa dos interesses da nação, que por ela derramaram o seu sangue, arriscando a própria vida e invalidaram-se, os chamamos HERÓIS.

A constância e o valor com que se empenharam para sobreviver e serem reconhecidos, lutando no seu dia a dia contra a miséria e a humilhação do não atendimento aos seus direitos, por conta disso tudo só se pode qualificá-los de MÁRTIRES.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HONORATO Manoel da Costa. Descrição Topográfica e Histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Pátria pelo seu capellão Manoel da Costa Honorato. Typographia Americana. Rio de Janeiro, 1869.

RODRIGUES Marcelo Santos. “Os inválidos da Pátria”. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

_____. “Guerra do Paraguai: Os Caminhos da Memória entre a Comemoração e o Esquecimento”, tese de Doutorado, apresentada ao programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2009,

GOMES, Marcelo Augusto Moraes, “Espuma das Províncias” Um estudo sobre os Inválidos da Pátria e sobre o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930). Universidade de São Paulo, 2006.

BESSONE, Tânia Maria Tavares. Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Editora UFMG, 1998.

CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1979.

DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. General Osório. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DUARTE, Paulo de Queiróz. Sampaio. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1988.

FARIAS, José Airton de. História da Sociedade Cearense. Fortaleza: Livro Técnico, 2004.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro”. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada. Vol. 2, nº 3 – agosto/dezembro 2007.

MURATORI-PHILIP, Anne. Histoire des invalides. Librairie Académique Perrin, 2001.

RODRIGUES, Cláudia. Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: memórias e imagens. Fundação Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz. As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca dos trópicos. Companhia das Letras, São Paulo: 1998.

NOTAS:

- i BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil de 1810**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1891.
- ii BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil de 1815**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1891.
- iii BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil de 1831**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1831.
- iv BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil de 1840** – tomo III, parte II. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1891.
- v **Ministério da Marinha** – XM 676. Arquivo Nacional.
- vi **Ministério da Marinha** – XM 676. Arquivo Nacional.
- vii **Ministério da Marinha** – XM 676. Arquivo Nacional.
- viii **Ministério da Guerra** – Arsenal de Guerra. (1865). IG7 383. Arquivo Nacional.
- ix **Ministério da Guerra** – Arsenal de Guerra. (1865). IG7 383. Arquivo Nacional.

- x BRASIL. Ministério da guerra. **Relatório apresentado a Assembleia Geral na Primeira Seção da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João Lustosa da Cunha Paranaguá.** Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1867.
- xi BRASIL. Ministério da guerra. **Relatório apresentado a Assembleia Geral na Primeira Seção da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João Lustosa da Cunha Paranaguá.** Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1867.
- xii **Estatuto da Sociedade do Asilo de Inválidos da Pátria**, de 1867, parágrafo 6º.
- xiii Toda a descrição pode ser encontrada em Manoel da Costa Honorato. Op. Cit., p. 31 e no Arquivo Histórico do Exército. **Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP.** Livro nº 01 (1866-1885).
- xiv **Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP. (1892-1930).** Arquivo Histórico do Exército.
- xv Coleção: Prefeitura do Distrito Federal. Série: Limpeza Pública. Notação 31.2.51. 20 de julho de 1895. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- xvi **A Notícia.** 25 de janeiro de 1909. Biblioteca Nacional.
- xvii **Revista Kosmos** – ano VI, volume I. Janeiro de 1909. Biblioteca Nacional.
- xviii **Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP.** Livro nº 04 (1920-1930). Arquivo Histórico do Exército.

CAPÍTULO 2

“ESPETÁCULO PATRIÓTICO E GRANDIOSO”: OS TROFÉUS DE GUERRA E O MUSEU MILITAR

Marcelo Vieira de Souza Filho¹

José Neves Bittencourt, em tese defendida pela Universidade Federal Fluminense, pesquisou a criação dos Museus no Brasil do século XIX. O sétimo capítulo, em especial, procurou analisar e discutir a estrutura e o acervo do Museu Militar do Arsenal de Guerra, o qual, segundo o autor, contribuiu com material importante relativo à guerra para o acervo do posteriormente criado Museu Histórico Nacional. Uma questão se tornou importante nesse texto: o autor analisa o Museu do Arsenal de Guerra, mas alguns dos documentos utilizados não se referem somente ao Museu do Arsenal, e sim ao Museu da Ilha do Bom Jesus. Segundo Bittencourt, o Museu do Arsenal de Guerra teria sido criado em 1865 com a finalidade de receber troféus e relíquias relacionadas à história do Exército nacional (BITTENCOURT, 1997, p. 211). Não seria de se estranhar a criação de um Museu dedicado aos “troféus de guerra” exatamente no mesmo período em que começava a se travar a maior batalha da América do Sul: a Guerra da Tríplice Aliança.

O Decreto de criação, publicado no Relatório do Ministério da Guerra em 19 de dezembro do ano de 1865, afirmava que:

1 Coronel de Cavalaria, chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), Mestre em Aplicações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (2000) e especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2010).

Art. 1º - haverá no Arsenal da Corte uma ou mais salas onde serão depositados:

As armas de todas as espécies, notáveis por qualquer circunstância ou por sua antiguidade de fabrico, ou por terem sido tomadas ao inimigo, troféus e relíquias;

Reparos, viaturas, bocas de fogo, projéteis e instrumentos de artilharia, de qualquer calibre ou espécie, também notáveis pelas circunstâncias acima referidas.ⁱ

Interessante perceber que, ao menos a princípio, o Museu não teria um caráter mais amplo, e sim pedagógico, servindo praticamente ao público restrito militar, como forma de ensino e instrução, ainda fixado em salas do Arsenal de Guerra da Corte. Em qual momento o Museu é “transferido” ou “montado” na Ilha do Bom Jesus? Esse dado ainda é difícil de determinar, mas podemos afirmar que, de acordo com o retorno das tropas e a chegada de material proveniente da guerra, esse Museu foi sendo formado. Os relatórios do Ministro da Guerra nos ajudam a perceber este fato.

O relatório do ano de 1871 já afirmava sobre a necessidade de se criar um Museu Militar para acondicionar os troféus alcançados no campo de batalha. O interessante é perceber que o item “Museu Militar” consta do relatório destinado ao estudo do Asilo dos Inválidos da Pátria,ⁱⁱ ou seja, não mais pertencente ao Arsenal de Guerra, mas agora situado na Ilha do Bom Jesus.ⁱⁱⁱ Já no relatório de 1872, menciona a urgência de se achar um lugar mais apropriado e central para alocar o material, inclusive as bandeiras “tintas ainda de glorioso sangue”, “acrescentar uma biblioteca militar, são meios de dar amplidão àquilo que se acha apenas iniciado”.^{iv} No Relatório de 1874 volta a mencionar o péssimo estado do Museu, este situado no Arsenal, o que nos leva a crer na existência simultânea de dois depositórios dos troféus de guerra.^v

O ano de 1877 aparece como revelador desse “mistério” sobre a localização exata do Museu. Ainda utilizando o Relatório do Ministro da Guerra, já é mencionado o Museu “que se achava mal situado

no edifício do Arsenal de Guerra da Corte, foi dali transferido para o Aliso de Inválidos da Pátria onde ocupa salas convenientemente preparadas para esse fim”.^{vi} Portanto, este parece ser o ponto crucial da transferência do Museu Militar para o Asilo, mudança essa simbólica devido à importância daquela Instituição como símbolo da vitória no conflito; então nada mais “justo” que colocar os troféus próximos de quem os obteve. Nos Relatórios dos anos seguintes existe uma preocupação com o estado do prédio e das acomodações, tanto dos asilados, quanto do próprio Museu.

Quando examinamos os relatórios dos anos da década de 1880, vemos que em praticamente todos eles, o estado do Museu e sua disposição se torna motivo de elogio do Ministro.^{vii} Um detalhe chamou a atenção no ano de 1886, a Associação Comercial começa a não querer mais efetuar os pagamentos referentes ao Asilo e, por consequência ao Museu, passando a administração de alguns pontos do Asilo e Ilha diretamente para o Império, que neste momento, não tem formas de custear a sua manutenção efetiva. No ano de 1889 ele será transferido da Ilha do Bom Jesus para uma das salas da Escola Militar, sendo inaugurado em 02 de janeiro. Segundo o Relatório, essa transferência proporcionaria a visitação do público, visto que as “coleções não podiam ser visitadas e estudadas pela distância em que está aquele estabelecimento”.^{viii}

A passagem do sistema monárquico para a República também vai alterar a formatação do Museu Militar. No jornal *Diário de Notícias*, de 27 de junho de 1890, já noticia a visita realizada pelo então presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca à Escola Militar situada na Praia Vermelha, vistoriando sua Biblioteca e o Museu Militar; em 7 de julho de 1895 é noticiada a transferência do caixão contendo o corpo do Marechal Floriano Peixoto para o Museu Militar da Praia Vermelha.^{ix} Mas tudo leva a crer que nem todo o acervo foi transferido, pois o Almanak Laemmert ainda marcava a permanência do Museu Militar na Ilha do Bom Jesus.^x

Coube à imprensa periódica em 1904, realizar uma cobrança relativa ao Museu e seu acervo, o que lança uma luz sobre essas transferências. Sob o título de “Que é feito do Museu do Exército?”, a “Revista Mensal para a divulgação de todos os assuntos que interessem a civilização no Brasil”, *O Comentário*, mapeia exatamente a situação naquele momento. Ele afirma que, citando a lei de criação e os artigos referentes aos troféus de guerra que deveriam constar de seu acervo, “por falta de acomodações no Arsenal de Guerra passou-se o Museu para o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus, donde foi trasladado para a Escola Militar da Praia Vermelha, e ai solenemente inaugurado em 2 de janeiro de 1889”, e continua:

de então em diante nada mais se sabe pelos relatórios do Ministério da Guerra. Apenas o jornal do *Commercio* de 24 daquele mês e ano dá uma notícia da inauguração. Era então Ministro da Guerra Thomaz Coelho de Almeida, comandante da Escola José Clarindo de Queiróz, e major ajudante João Vicente Leite de Castro a quem o jornal se refere com elogio pelos esforços que fez para reunir e ordenar todo o material histórico. Figuravam no Museu bandeiras e caixas de guerra tomadas aos holandeses, argentinos e a orientais; espadas da guarda de honra de D. Pedro I e dos dragões de São Paulo; antigos e toscos arcabuzes de mecha e croqui [...] uma bandeira de seda e ouro que haviam oferecido *al benemérito mariscal Solano Lopez, lashijas de La pátria;*” menciona diversos objetos oriundos da Guerra contra o Paraguai, os chamados “troféus de guerra”.^{xi}

E ao final questiona “onde estará, também, um álbum dos oficiais do exército da guarnição do Rio Grande do Sul exprimindo suas adesões ao trono por ocasião ter sido o imperador alvo de um tiro!”, e conclui dizendo

continua-se dizer que somos um povo sem história. História temo-la, e escrita com sangue de mártires e de heróis; o que não temos é cultura para guardar, conservar e amar tudo quanto do nosso passado há de falar ao nosso

povir. O desaparecimento do Museu do Exército é um dos muitos crimes da República, com tanto ardor esperada, com tanto afeto recebida e que tem faltado a todas as suas promessas de Ordem e Progresso.^{xii}

Em 1911 uma nova tentativa de criação efetiva de um Museu Militar no recém-criado Clube Militar. Em matéria da edição vespertina do *Jornal do Commercio*, publicou o seguinte:

Em toda parte, os troféus de guerra, os objetos ligados às tradições das glórias militares são guardados como relíquias preciosas em edifícios monumentais. Nós, porém, não temos o sentimento exato da grandeza do nosso passado: não conservamos viva a imorredoura, a lembrança do heroísmo, da abnegação, e do sacrifício dos nossos maiores que, com a imolação de suas vidas, nos legaram a imensa, rica e formosa terra em que habitamos.

E prossegue:

Os nossos filhos, não tem o espetáculo patriótico e grandioso, de um museu militar onde estejam expostas as bandeiras tomadas ao inimigo; as armas, os canhões, as cornetas e os tambores arrebatados em refrega cruenta e heroica; os objetos: espadas, uniformes, etc. que usaram os generais que nos souberam conduzir a vitória. Somos um povo que não ama os seus maiores, que não admira o heroísmo dos seus avós, que não revive, em sua alma, as suas condições de glória. O Club Militar vai juntar o que por ai existe espalhado, e que são documentos vivos da nossa história. [...] A geração presente temperará, então, seu patriotismo, contemplando as relíquias representativas das nossas glórias passadas. E ninguém mais ouvirá falar na irrisória propaganda da restituição dos troféus ao Paraguai.^{xiii}

O que podemos perceber após a leitura do texto é que devido a uma pressão externa, a solicitação de devolução dos chamados “troféus de guerra”, é que se repensa a necessidade de um Museu Militar para armazenamento da memória “dos avós” que

pode acabar se perdendo por estar esse acervo “espalhado”. Essa pressão se deveu muito ao fato da ação positivista, mas também ao perdão da dívida feito ainda no final do século XIX pelo Uruguai e as iniciativas argentinas que seguiam pelo mesmo caminho. A questão iniciada a partir da discussão da devolução e do simbolismo dos troféus de guerra, e do perdão da dívida do Paraguai, se relaciona com o reordenamento de forças na região platina no pós-guerra, notadamente a disputa de liderança regional entre o Brasil e a Argentina, como veremos à frente.

O POSITIVISMO E A DEVOLUÇÃO DOS TROFÉUS

A principal obra para entender de que forma inicia a discussão sobre os troféus de guerra e sua devolução foi escrito pelo paraguaio, morador do Rio de Janeiro, Leonardo Torrents em 1899, se transformou no primeiro libelo a favor não somente da devolução, mas pelo perdão da dívida. Torrents era presidente do *Centro Paraguaio*, uma organização de paraguaios positivistas, que era protegido por positivistas ortodoxos como Raul do Nascimento Guedes, presidente da *Comissão Benjamin Constant*, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, que tinha como objetivo disseminar a memória de Constant e o positivismo, bem como propalar a amizade entre os povos, levando em conta a necessidade de se pedir desculpas ao Paraguai pela guerra. Com a República, Benjamin Constant que foi ministro da guerra até 1891, propõe a restituição dos troféus. Mas a ideia não foi adiante e logo ao final do governo provisório ela encontrou resistência no novo governo, bastando lembrar que tanto o Presidente Marechal Deodoro da Fonseca, quanto o Vice Floriano Peixoto, eram veteranos da campanha (TORRENS, 1899, p. VIII).

Após a morte de Benjamin Constant, Teixeira Mendes resolve retomar a campanha, a partir da proposta de biografia que escreveu

sobre Constant. Segundo Teixeira Mendes, o governo quis “manter a herança fratricida da monarquia”, e que era “inadmissível” guardar “troféus”, pois eles representavam uma espécie de “afronta àquele heroico povo”, acreditando que as gerações vindouras ouviriam Constant e acabariam por restituir os aludidos troféus, além de eximir a dívida imposta àquele país (MENDES, 1936, p. 404-405). Neste momento o Uruguai já havia perdoado a dívida de guerra e se cobrava que o Brasil e a Argentina fizessem o mesmo.

Mesmo que não se pretendesse cobrar de fato a dívida, os governos brasileiros evitavam cancelá-la, pois acreditavam que sua manutenção seria uma garantia da independência paraguaia frente a “eventuais projetos anexionistas argentinos”. Interessante pensar que o governo Floriano Peixoto utilizou de certa forma, a memória da guerra para se solidificar. Uma das formas foi a colocação do Panteão de Osorio na Praça XV de novembro e a outra foi usar nas comemorações do 15 de novembro de 1892, três anos apenas da jovem República, troféus da guerra que foram expostos em vários quartéis a fim de “melhor abrilhantar a festa desse dia”.^{xiv}

A eleição de Prudente de Moraes em 1894 representou a transição entre os militares e os civis, e, para, além disso, inicia o que se convencionou chamar de República Oligárquica. Foi justamente nesse momento que as críticas dos positivistas ortodoxos passam a ser mais diretas. Neste ano Miguel Lemos publica um panfleto intitulado “À nossa irmã: a República do Paraguai”, onde critica o que chama de “erros da política falaciosa e violenta” que “atirou três nações sul-americanas a uma guerra encarniçada contra outra de suas irmãs” (MENDES, 1894, p. 3). Segue o texto ainda afirmando que caberia aos positivistas [ortodoxos]

auxiliarem o Paraguai a cicatrizar as suas cruentas feridas, manifestando-lhe sempre a solidariedade. A cortesia sincera, [...] procuramos atenuar e fazer esquecer os

efeitos das faltas cometidas por àqueles que nós achamos ligados por laços íntimos, no passado e no presente (MENDES, 1894, p. 3).

A motivação para esse panfleto foi a visita de uma delegação uruguaia ao Brasil a fim de distribuir medalhas comemorativas relativas à guerra. Mas os positivistas continuaram a agir e a tornar público seu descontentamento com o caminhar da matéria. Em fevereiro de 1899 os republicanos positivistas fundaram a chamada *Comissão Benjamin Constant*, com o objetivo de fazer lembrar a memória do homenageado, colocando a proposta de devolução à frente, até ser aceita pelo governo (TORRENS, 1899, p. 240). Em maio do mesmo ano, representantes do *Apostolado Positivista*, da *Comissão Benjamin Constante do Centro Paraguaio*, elaboraram uma recepção festiva para Fernando Iturbúru, ministro paraguaio e ex-legionário^{xv} Como uma resposta, é fundada no mesmo ano a *Associação dos Veteranos da Guerra do Paraguai*, tendo como presidente, o veterano da guerra e o almirante Arthur Silveira da Motta, Barão de Jaceguai. Em seu discurso de inauguração da *Associação*, Silveira da Motta acusou os positivistas de antipatriotas, sendo respondida na sequência por Teixeira Mendes, que responsabilizava exclusivamente os nobres e a monarquia pela guerra, utilizando para isso a chamada “visão internacionalista” do positivismo ao afirmar que

guerra do Paraguai foi um crime não é afirmar que a Pátria é criminosa. Porque a responsabilidade da guerra não cabe à Pátria, e sim aos diretores da Pátria naquela época. A Pátria é o conjunto das gerações passadas, futuras e presentes, que concorrem, em cada região da terra, para a existência da Humanidade.^{xvi}

Essa configuração resulta em uma “batalha pela memória” da guerra: de um lado àqueles que questionavam sua importância para a construção da memória nacional, e até mesmo a rejeitavam, e do

outro, àqueles que viam na guerra o auge do momento histórico do Brasil-nação. Não demorou muito para que surgisse no Congresso uma proposta balizada com a ideia de Benjamin Constant e de Teixeira Mendes. Em 16 de agosto de 1899, Barbosa Lima apresentou à tribuna do Congresso Nacional a proposta de devolução dos troféus e cancelamento da dívida, sendo apoiado inclusive pelo então jovem escritor Lima Barreto e o futuro Marechal Rondon.

Alguns anos mais tarde, já com a retomada das memórias da guerra, são realizadas comemorações das batalhas que o início da República fizera questão de esquecer. Em dezembro de 1907 o jornal *A Notícia* publica reportagem sobre as comemorações do combate de Lomas Valentinas que “há 39 anos conquistou para o nosso museu muitos troféus de guerra”.^{xvii} Não demorou para que Miguel Lemos se manifestasse, não somente pelo fato de ocorrerem comemorações, mas também contra o traslado dos restos mortais do Almirante Barroso e Saldanha da Gama. Ele enfatiza a posição do *Apostolado Positivista* quanto à guerra e, sobretudo à Revolta da Armada, acreditando que não seria pertinente homenageá-los por aquilo que considera “sucessos históricos negativos”.

Anuncia-se que o governo da República está fazendo partilhar das honras fúnebres tributadas oficialmente ao almirante Barroso, a memória de um dos mais condenáveis protagonistas da revolta de 6 de setembro de 1893. À vista disto, julgamos do nosso dever recordar as seguintes páginas, em que o fundador e diretor da Igreja e do Apostolado Positivista do Brasil caracterizou a guerra do Paraguai e a referida revolta. Esses trechos bastam para explicar a significação das homenagens prestadas ao almirante Barroso, desligando-as de qualquer aberração militarista. Eles patenteiam igualmente monstruosidade da assimilação que o atual governo da República tenta estabelecer, e que só o ceticismo político e moral das classes dominantes e a indiferença cívica do público, em geral, tornam possível (LEMOS, 1908, p. 3-4).

Ainda em maio de 1908 o jornal *Diário de Pernambuco* comenta matéria sobre deputados argentinos aprovarem a proposta de devolução dos troféus de guerra em poder daquele país, e claro, Teixeira Mendes não poderia deixar de contestá-la.^{xviii} Através da circular intitulada “Ainda o militarismo e a política moderna: a propósito das recentes glorificações oficiais da guerra do Paraguai”, ele condena novamente as comemorações e menciona a necessidade de auxílio ao Paraguai que, segundo ele, estaria em estado de penúria devido à guerra. Nesse sentido, defende não somente a devolução dos troféus pelo Brasil, Uruguai e Argentina, mas também o perdão da dívida.^{xix} Em 1910 volta a publicar no mesmo jornal críticas às comemorações relativas à Batalha de Tuiuti exigindo a “cabal reparação do crime que a Guerra do Paraguai constitui”.^{xx}

Em setembro de 1912, a proposta levantada por Benjamin Constant e propagada pelos positivistas, vira projeto de lei pelas mãos do deputado gaúcho Octávio Rocha.^{xxi} A partir daí as críticas passaram a ser mais incisivas, chegando a publicação em 1913 por Teixeira Mendes da circular “Paraguai-Argentina-Brasil: a confraternização brasílico-Argentina, a independência da nossa cara irmã a República do Paraguai, e o cancelamento da sacrílega dívida resultante, para esta, da guerra fraticida entre ela e o Brasil, a Argentina e o Uruguai”.

Apesar do longo título, a circular possuía apenas 57 páginas trazendo uma riqueza de assuntos e reunindo um conjunto de outras circulares contendo notícias veiculadas na imprensa, principalmente no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro (MENDES, 1913). Nas primeiras páginas a grande discussão era sobre a dívida que naquele momento, havia sido perdoada pelo Uruguai. O autor apelava para os presidentes do Brasil, Hermes da Fonseca e da Argentina Sáenz Peña por uma política altruísta que auxiliasse o Paraguai, mas também retomava a ideia de devolução dos troféus, citando agora o projeto do deputado Octávio Rocha (MENDES, 1913, p. 13-16).

No trecho intitulado “Nota acerca de uma tentativa para restituição dos troféus e cancelamento da dívida paraguaia”, Teixeira Mendes relembra os esforços da Igreja Positivista para o cancelamento da dívida e restituição dos objetos. A devolução seria a principal forma de reparar o que ele considerava um erro, ela deveria ser plena, direta e imediata, e solicitar ao Paraguai “a aceitação da restituição dos troféus e o cancelamento da dívida (não o perdão), só assim procederiam de maneira honrosa e altruísta pela Humanidade, pela paz entre as Repúblicas irmã” (MENDES, 1913, p. 6-7, 11). O mais interessante é que Teixeira Mendes propusera dedicar à memória do general Osorio o projeto de devolução dos troféus, citando o livro “História do General Osorio”, escrito por seu filho Fernando Osorio, interpretando de forma equivocada a informação de que Osorio era contra a guerra (MENDES, 1913, p. 17-18).

A discussão chegou ao governo. Em 1916, em meio a Primeira Guerra Mundial, o jornal *A Província* publica uma notícia intitulada “Tropheus de guerra” afirmando que “dizem” que o presidente Venceslau Bráz e o Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, opinam pela devolução ao Paraguai dos troféus de guerra. O jornal ainda acrescenta que a ideia seria mal recebida pelos veteranos brasileiros.^{xxii} O periódico acrescenta ainda a fala do general Caetano de Farias, então Ministro da Guerra, que, entrevistado sobre esse possível afirmação do presidente e de Lauro Müller, disse que “a projetada devolução dos troféus que tomamos àquela nação é uma pieguice muito própria de nosso proverbial sentimentalismo”.^{xxiii} Destaca que a Inglaterra comemora todos os anos a Batalha de Trafalgar e que isso não traz problemas em suas relações com a França, e finaliza a entrevista dizendo que “não temos o direito de dispor de uma coisa de que somos apenas depositários da geração que conquistou esses troféus e só ela poderia dar voto decisivo pela conservação ou entrega de tais despojos valorosamente ganhos no Paraguai na famosa guerra da Tríplice Aliança”.^{xxiv} Não obstante, essas duas matérias

foram veiculadas no dia 1 de março, dia do término da guerra e morte de Solano López.

Estava claro que os militares não aceitariam o projeto e que essa discussão ainda renderia não somente no meio político, mas na sociedade. Em requerimento enviado ao presidente da República, Marcolino de Magalhães, funcionário da polícia, recolheu dezenas de assinaturas solicitando que não fossem mais celebrados o 24 de maio (Batalha de Tuiuti) e o 11 de junho (Batalha Naval do Riachuelo), visto que a “rememoração em meio de públicas solenidades, [...] ofende aos intuítos e destoa dos ditames de uma sã política racional orientada pelo sentimento de fraternidade existente no coração de todos os brasileiros”, e continua, “vimos a solicitar ao 1º Magistrado da República a supressão das festas com que costumamos celebrar os aniversários das batalhas [...] o que de nenhum modo significa o desconhecimento do alto valor dos serviços prestados pelos heróis de Tuiuti ou Riachuelo”.^{xxv}

Pela solicitação vemos claramente a noção de fraternidade entre os povos divulgada pelo positivismo. Ele ainda argumenta que devemos sim render homenagens aos que no passado souberam amar e servir à Pátria, e, desta forma, deveria ser homenageado então o aniversário da “Capitulação da Campina do Taborda”, luta que “durante 24 anos, em prol da integridade do pátrio território, pelos guerreiros heroicos do indígena Felipe Camarão, do negro Henrique Dias e do branco André Vidal e Fernando Vieira, representantes denodados das três raças constitutivas do nosso povo”.^{xxvi} O autor propõe então a designação de um dia para comemorar os serviços prestados no mar e em terra, a fim de estreitar os laços entre militares e civis. Note-se que nessa fala ele não menciona os eventos, pelo contrário, milita a favor de um apagamento dos mesmos.

Em 1917 uma grande exposição agitou a Curitiba: eram os troféus da Primeira Grande Guerra, trazidos dos campos da França. Eles seriam expostos na redação do jornal *A República* e pelo

visto, fizeram bastante sucesso. Eram capacetes franceses, armas, munições e peças de vestuário tomadas dos alemães.^{xxvii} Mas no que isso poderia impressionar ao pesquisador da memória da Tríplice Aliança? Em dezembro do mesmo ano, o presidente do *Centro Cívico Sete de Setembro* anunciara uma grande exposição de troféus da guerra da Tríplice Aliança, a fim de comemorar os eventos da chamada “Dezembrada”. A pedido do deputado Joaquim Osorio a Exposição não foi realizada e no seu lugar foram colocados painéis dos grandes vultos nacionais.^{xxviii} Vemos então uma exaltação à França e seus feitos na Primeira Guerra, igualmente a vontade de tecer uma homenagem próxima a data tão cara aos positivistas que era o 14 de julho, tomada da Bastilha, e um apagamento dos feitos militares brasileiros na Tríplice Aliança. Dois pesos, duas medidas.

OS ANOS DE 1920 E GUSTAVO BARROSO: “O CULTO DA SAUDADE”

Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do des-caso pelo nosso passado. Coube ao Exmo. Sr. Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições tanto o estreito sectarismo positivista se tem esforçado por matar, o Culto da Saudade. Ele iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na pátria querida as cinzas daqueles que, durante meio século de bondade, dirigiram seus destinos. Ele o cimenta instituindo o Museu Histórico que custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos. E ele terminará a obra fazendo renascer na sua fita azul a estrela de cinco pontas dessa ordem genuinamente nacional do Cruzeiro, que brilhou sobre o fardão dos nossos melhores estadistas e sobre o largo peito dos nossos heróis (DUMANS, 1941, p. 212).^{xxix}

“Todas as nações têm seus museus militares guardando as tradições guerreiras de sua história, documentando os progressos

dos armamentos e exaltando o culto das glórias passadas. Nós ainda não possuímos”. Em 25 de setembro de 1911, uma pessoa sob pseudônimo de João do Norte publica, na folha vespertina do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro na Epígrafe “Museu Militar”, essas palavras que soam para além da crítica a não existência de um Museu militar, trata da necessidade de construção de uma memória. João do Norte era o pseudônimo utilizado por Gustavo Barroso.

O aproximar do centenário da Independência fez aflorar na capital federal uma série de propostas e eventos a fim de repensar o que seria de fato a nacionalidade brasileira, buscando explicar seu passado, presente e futuro, enfim, a localizar historicamente a nação e a projetar rumos quanto ao seu futuro. Nesse sentido, o IHGB retoma a importância de ser o caminho percorrido para a formulação dessas novas concepções. A independência seria revista e agora buscava reafirmar a noção de pertencimento do Brasil ao continente americano, desejando romper com o viés europeizante e, desta forma, afastar as lembranças da monarquia.

O calendário oficial iniciou-se em 7 de setembro de 1922 com uma recepção promovida pelo Presidente Epitácio Pessoa aos embaixadores estrangeiros. Depois disso, ocorreram vários outros eventos: instalações do Congresso Internacional de História da América; lançamento da revista **Nas águas da Guanabara**; inauguração de estátuas; comemoração do Centenário de Gonçalves Dias; apresentação da ópera **O Guarani**; exposição de filmes referentes à história, geografia e natureza do Brasil, dentre os principais. A Exposição do Centenário da Independência foi, por certo, a atividade mais grandiosa de todas elas, haja vista o destaque dado a ela na imprensa e nos registros oficiais e governamentais. Muitos daqueles outros eventos foram realizados dentro da Exposição, instalada próxima à zona portuária da cidade do Rio de Janeiro (COSTA, 2013, p. 37 – grifos do autor).

“Verifica-se com tristeza e a cada passo, que no Brasil quase não há o culto das tradições. Aqui no Rio são às centenas os exemplos

desse asserto. As maiores relíquias da nossa tradição andam esparsas e ao abandono” (DUMANS, 1941, p. 212). O texto ainda forneceria um panorama do estado dos “troféus de guerra”:

Jamais se cuidou de guardar uma só que fosse e as abandonaram à destruição e ao desaparecimento. Procuremos religiosamente as nossas relíquias para guardá-las e legá-las aos nossos descendentes. [...] Sempre tivemos no mais profundo indiferentismo o valor das relíquias históricas e a prova mais palpável disso é o abandono em que jaz a maior delas, talvez, a espada de Solano Lopes, morto em combate aos cinco anos de cruenta guerra. Poucos brasileiros sabem hoje onde se encontram. Outros, se o soubessem, pouco caso disso fariam. Acha-se no Colégio Militar, ao canto duma sala, numa caixa envidraçada. E as bandeiras que à custa de nosso sangue tomamos às suas tropas selvagens desapareceram na maioria. As poucas restantes pendem em troféus empoeirados nas paredes da Igreja da Cruz dos Militares (DUMANS, 1941, p. 16).

A temática relativa à necessidade de criação de um Museu será retomada em dezembro de 1921 pelo próprio Gustavo Barroso na revista *Ilustração brasileira*, com um artigo intitulado “Museu Histórico Brasileiro”, onde chamava a atenção para a urgência na criação de um Museu Histórico, a fim de evitar o “desaparecimento” das relíquias e, desta forma, da própria história (ELKIN, 1997, p. 126 e 127). O IHGB já havia atentado para este fato, tanto que no primeiro artigo de sua proposta declarava que “É criado no RJ um Museu Nacional Histórico, onde sejam recolhidos, catalogados, estudados e expostos ao público os objetos, documentos, gravuras e autógrafos que interessem a nacionalidade”, ou seja, novamente o Museu serviria com o propósito de recriar ou resguardar a nacionalidade (ELKIN, 1997, p. 126). Essa proposta não chegou a ser aprovada. Havia ainda uma “disputa” relativa à memória militar. Nesse mesmo período o Coronel Nepomuceno da Costa, um dos representantes do Ministério da Guerra, revela a intenção da Comissão Executiva do

Centenário da Independência em criar um Museu Histórico Militar, com exposições emprestadas ou transferidas de outras Instituições.

O fato é que o Decreto nº 15.596 de 02 de agosto de 1922, cria enfim o Museu Histórico Nacional, mas poucos dias depois a discussão sobre o local onde seria edificado travava mais uma vez o andamento de sua instalação. Um artigo não assinado, do dia 17 de agosto de 1922, colocava dúvidas sobre qual seria o melhor lugar para se colocar um Museu Histórico, citando até mesmo a possibilidade do Convento de santo Antônio, devido a sua “importância no período da Independência” (ELKIN, 1997, p. 129). Uma coisa era quase unanimidade nos jornais e revistas que tratavam do assunto: o nome de Gustavo Barroso como diretor. Dos poucos jornais que criticaram a empreitada – os periódicos *A Noite* e o *Correio da Manhã* – poder-se-ia perceber uma preocupação com os gastos excessivos do governo, visto o orçamento do Museu Histórico Nacional ser o mais alto, bem como temiam o esvaziamento do Arquivo Nacional, que por iniciativa do seu diretor, Escragnolle Dória, já tentava obter formas de aquisição de materiais que pudessem contar a história pátria. O local para a instalação foi escolhido pelo decreto nº 15.793, de 02 de dezembro de 1922, que afirmava logo ter sido finalizada a Exposição do Centenário da Independência, havia a opção de mudar-se da Praia Vermelha, o antigo depósito dos materiais, para o prédio do Arsenal.

Mesmo com os entraves, o Museu Histórico Nacional abriu suas portas ao público em 11 de outubro de 1922, ainda em um dos Pavilhões da Praia Vermelha. E o acervo? Além dos bustos de Osório e do Duque de Caxias, espadas apreendidas pelos soldados brasileiros frente aos paraguaios, a espada de Solano López, canhões, bandeiras e objetos do forte de Humaitá. Ou seja, as tais relíquias da guerra, oriundas do Museu Militar que foram esquecidas na Escola Militar da Praia Vermelha, e agora surgem como protagonistas do orgulho da nação. Inclusive a estátua equestre de D. Pedro II,

que seria confeccionada em bronze para comemorar a vitória em Uruguaiana, e que fora recusada pelo Imperador, estava lá exposta.

OS TROFÉUS DE GUERRA E AS RELÍQUIAS

... nós usamos objetos para fazer declarações sobre nossa identidade, nossos objetivos, e mesmo nossas fantasias. Através dessa tendência humana a atribuir significados aos objetos, aprendemos desde tenra idade que as coisas que usamos veiculam mensagens sobre quem somos e sobre quem buscamos ser. [...] Estamos intimamente envolvidos com objetos que amamos, desejamos ou com os quais presenteados os outros. Marcamos nossos relacionamentos com objetos (...). Através dos objetos fabricamos nossa autoimagem, cultivamos e intensificamos relacionamentos. Os objetos guardam ainda o que no passado é vital para nós. (...) não apenas nos fazem retroceder no tempo como também tornam-se os tijolos que ligam o passado ao futuro (Weiner, 1987, p. 159)..

O simbolismo aplicado aos objetos relacionados com a Guerra da Tríplice Aliança vai ocorrer somente a partir da efetivação do Museu Histórico Nacional. Durante a década de 1950, quando o Museu já estava mais do que consolidado como “aquele que conta a história do país”, Gustavo Barroso, que ainda era diretor,^{xxx} se volta a escrever sobre os objetos pertencentes ao acervo, e quando se refere ao acervo relacionado à Tríplice Aliança, sempre o associa com a ideia de *reliquia* (principalmente para os objetos dos “grandes heróis” e as bandeiras) ou *troféu* (compreendendo, neste caso, tudo aquilo que foi espólio). Algumas de suas publicações denunciavam inclusive os leilões dos acervos particulares onde eram oferecidas peças, como por exemplo, o quepe da guarda de honra de Solano López “tomado” (as aspas são do autor) em Lomas Valentinas.^{xxxi} Obviamente ele procura ampliar o acervo, mas para a pesquisa e a noção que pretendemos construir relacionada à memória, é de singular importância

perceber que esse assunto ainda não estava consolidado, como hoje ainda não está. A guerra denota paixões e construções políticas principalmente entre o Brasil e o Paraguai, e a querela dos objetos vai perdurar por mais de cem anos e hoje, quando rememoramos 150 anos de seu término, ainda provoca discussões apaixonadas sobre, por exemplo, o canhão *el Cristiano*.

Datado de 1867 e pesando 12 toneladas de ferro e bronze, seu histórico pertencente ao arquivo do Museu Histórico Nacional, informa que foi fundido no Paraguai, com a utilização dos sinos de diversas igrejas paraguaias, sendo proveniente daí o seu nome, *el Cristiano*, que poderia ser livremente traduzido como “O Cristão”. Em seu corpo está gravada a expressão “da religião ao Estado”, além de seu nome, sendo atualmente classificado como obuseiro (projeta-do para disparar balas ocas) e não como canhão. Inicialmente ocupando o forte de Curupaiti, também serviu para equipar a principal fortificação de Humaitá – a bateria Londres – de onde foi arremessado para o Rio Paraguai quando da rendição da fortaleza.^{xxxii} Existem controvérsias sobre ele ter sido jogado ou não, com toda a certeza foi retirado de Humaitá e trazido para o Brasil como prova daquela que foi a batalha decisiva para a “virada” na guerra. Destaca-se no pátio dos canhões desde sua instalação em 1940, principalmente pelo seu tamanho, mas também sobre a polêmica que o cerca, visto que, apesar de ser um símbolo, não constituiu memória e sempre foi a causa de atritos entre os governos brasileiro e paraguaio que solicita sua devolução há décadas.

As agitações do início da década de 1920, bem como a influência da doutrina francesa da chamada *Missão Militar Francesa* nos quartéis, somado ao desaparecimento dos positivistas históricos como Teixeira Mendes e Miguel Lemos, fez decrescer e em alguns momentos, desaparecer as publicações relacionadas à devolução dos troféus e perdão das dívidas. São retomadas em 1928 com aprovação efetiva na Argentina do projeto que perdoava então a dívida e res-

tituía os objetos “pertencentes ao povo e identidade paraguaios”. Lá foi criada a *Liga Patriótica* que se opunha a devolução, mas aceitava o perdão da dívida.^{xxxiii} Nem com a Revolução de 1930 que colocou Vargas no poder os ânimos arrefeceram, mas de certa forma, ocorriam embates mais abertos entre quem apoiava a ideia da devolução e quem, afirmando estar movido por sentimentos patrióticos e de respeito aos veteranos, ainda comemorava as batalhas e exibia orgulhosamente os símbolos da vitória.

Em agosto de 1931 o Jornal do Recife traz uma denúncia sobre a bandeira do 17º de voluntários da pátria que estava sendo anunciada em um leilão por um colecionador particular.^{xxxiv} Traçavam todo o caminho das bandeiras desde os campos do Paraguai até chegarem ao Brasil, sendo depositadas nas igrejas, pois “na época pensava-se que as relíquias deveriam ser guardadas pela religião, posteriormente o governo recolheu para os Museus”.^{xxxv} Cita ainda uma frase atribuída ao Barão do Rio Branco onde “os troféus pertencem à nação e são conservados com o maior cuidado e respeito em algum templo ou museu”.^{xxxvi} Essa fala corrobora com o pensamento no momento de definição de uma estratégia política por parte de Vargas, que vai se consolidar durante o Estado Novo, onde o nacionalismo deveria prevalecer, nesse sentido, a política de criação de Museus nesse contexto amplia absurdamente, além da criação do SPHAN (Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Cabe ressaltar que o Museu Histórico Nacional se torna fiel depositário da história do Brasil, bem como da história militar, e as relíquias e troféus possuem lugar de honra em suas exposições.^{xxxvii}

A Segunda Guerra Mundial e a participação do Brasil no conflito, bem como a necessidade de incentivar o alistamento, fez com que o governo se voltasse ainda mais para a guerra da Tríplice Aliança. Além de biografias e episódios semanalmente escritos em jornais de grande circulação, por intelectuais alinhados com o regime, o governo precisava de mais. Em 1942 o Brasil aprova a extinção da

dívida pública com o Paraguai, mas os troféus não foram devolvidos, pelo contrário, foram cada vez mais expostos como uma efetiva propaganda do governo. Um exemplo é o lançamento em 1932 do filme *A alma do Brasil*, baseado na obra de Taunay, sobre a Retirada da Laguna. Foi exibido nas principais salas de cinema do país na época, mas no Rio de Janeiro, capital federal, recebeu um incentivo a mais: em 6 de agosto de 1932 estreou no Cinema Eldorado, na Cinelândia, com exibição no hall de entrada do prédio de armas, relíquias e troféus de guerra.

Podemos perceber que com a guerra existe uma mudança na imprensa sobre a devolução. No *Correio da Manhã* de 4 de julho de 1942 o jornalista e político Pedro da Costa Rego escreve um grande texto intitulado “Os troféus do Paraguai” onde deixa claro que a aproximação do Brasil com o Paraguai não deveria resultar na entrega dos objetos, visto que eles são importantes para a constituição da nacionalidade.^{xxxviii} Em fevereiro de 1944 o Tenente Coronel e chefe de gabinete do Ministro da Guerra, Affonso de Carvalho publica na revista *A Ilustração Brasileira*, um artigo de página inteira criticando os positivistas por terem “sabotado o heroísmo militar da Guerra do Paraguai”, afirmando ainda que “os primeiros anos da República assistem a este aberrante crime de lesa-patriotismo: o menosprezo dos nossos heróis, a deturpação, em nosso desfavor das causas da guerra do Paraguai, e, o pior de tudo, o aviltamento da glória militar” e segue afirmando que os generais veteranos, segundo afirmara Tasso Fragoso, sentiam-se constrangidos em usar suas condecorações obtidas na guerra.^{xxxix} Fala ainda da Revolta da Armada e a necessidade de chamar veteranos da guerra, citando o então presidente Floriano Peixoto e Gomes Carneiro, para a defesa dos “ideais da Pátria”.^{xl}

Finda a Segunda Guerra e deposto Vargas, tendo o Brasil como presidente o General Eurico Gaspar Dutra, os jornais voltam a estampar matérias relativas ao Museu Histórico Nacional. A *Revista*

da *Semana* de maio de 1946 teve como matéria central as salas do Museu. Um detalhe interessante foi ao mencionar a “Sala Duque de Caxias” e “as relíquias de nossa história militar e nossos troféus de guerra” ali depositados, contando a história do tenente Fidêncio Lemos do Prado que em 1922 fora a redação do *Jornal do Commercio* entregar uma bandeira que gostaria de passar às mãos do Conde d’Eu durante as comemorações do centenário da Independência, mas o Conde acabou falecendo antes de chegar ao Brasil.^{xli} A história de Fidêncio é a seguinte:

Veio ao Rio de propósito para assistir as festas de sete de setembro. Imaginando encontrar o Conde d’Eu trouxe para oferecer ao Marechal da Vitória uma preciosa relíquia histórica que desde 1869 guardava sob o seu poder. Esta relíquia está encerrada numa caixa de madeira com esta inscrição em letras douradas: “A memória de D. Pedro II – valor e constância”. Trata-se de uma bandeira do Império. Quando o exército imperial entrou na cidade de Assunção, capital da República do Paraguai, em 05 de janeiro de 1869, não encontramos ninguém. A cidade estava deserta. Depois que aquartelamos, convidei o mestre de música Clarimundo José da Silva e o corneteiro-mor Antônio Roberto e dirigimo-nos ao palácio do ditador Solano López. (...) Encontramos um grande arquivo velho contendo muitos papéis de música. O mestre de música e o corneteiro estiveram a escolher esses papéis enquanto eu seguia em direção ao último andar. Ali encontrei uma bandeira brasileira estendida no assoalho, na frente da cadeira do referido ditador, servindo de tapete. Levantei-a e levei-a comigo. Às 5 horas apresentaram-se três paraguaios (...) que faziam parte do piquete do ditador. (...) a esses três paraguaios inquiri como foi que López obtivera aquela bandeira, e os três afirmaram que, quando os paraguaios haviam aprisionado o vapor Marquês de Olinda, (...) foram tiradas duas bandeiras, do aludido vapor. Uma delas ficara no quartel-general de Humaitá para tapete, e a outra viera para o palácio de López na capital e destinada a mesma serventia. Esta última, por mim achada, guardei-a na mochila e ninguém mais soube do fato. (...) Conservei-a com carinho em minha casa, como recordação do tempo que, com meu sangue

defendi a idolatrada Pátria. O meu desejo era que esse sagrado pavilhão me servisse de mortalha quando morresse: mas vindo agora ao Rio, assistir ao Centenário, trouxe a bandeira com pensamento de oferecê-la ao Conde d'Eu. O Conde morreu antes de chegar ao Rio, e eu, devendo regressar a Imbituva onde resido, compreendo que o símbolo da Pátria merece figurar em algum lugar onde todos possam vê-lo e venerá-lo. Aparto-me dela com infinita saudade e peço ao Jornal do Comércio que lhe dê o destino que achar melhor.^{xlii}

Em 1945, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Negrão de Lima, vai ao Paraguai entregar de forma solene a Declaração de Independência daquele país que estava em poder do Brasil desde o término da guerra. Era integrante da famosa *Coleção Rio Branco* onde constavam documentos trazidos do Arquivo de Assunção quando da tomada daquela cidade. Em maio de 1946 essa história era recontada, pois a tal bandeira de Fidêncio estava exposta na sala, e o responsável por ela afirmou que todos os anos no dia 5 de janeiro, Fidêncio ia ao Museu e passava horas contemplando-a. A revista ainda fala da “Sala Almirante Barroso” onde estaria os troféus da marinha como as correntes que fechavam o Rio Paraguai em Humaitá (que por sinal ainda são a peça de maior destaque no Museu), ao lado da roda do monitor “Alagoas”, que forçou a passagem. Ao final menciona ainda o canhão “el Cristiano” também com orgulho.^{xliii} No contexto pós Segunda Guerra, exaltar os feitos de outra vitória militar, não seria algo estranho. Dois anos depois o Procurador da República Mário Accioly, manifestou parecer favorável à restituição dos troféus ao Paraguai, se baseando no “reconhecimento do sentimento pan-americano, quando os Estados Unidos restituíram ao México as relíquias das batalhas de Chapultepec de 1947” (BREZZO, 2013, p. 79). O Paraguai passou então a reclamar de modo formal a restituição dos objetos, principalmente a espada de Solano López que estava exposta no Museu Histórico Nacional.

Durante o segundo governo Vargas, o Paraguai retomou as conversações para ao menos restituir a documentação relacionada com a sua independência, mas somente na década de 1970 que a história dos troféus tem uma ligeira definição. Com a intenção do governo em assinar o acordo para a Usina de Itaipu, e com a Argentina entregando todos os materiais (de documentos a objetos em evento solene em Assunção), novamente o Brasil se vê pressionado, principalmente pela imprensa que acredita ser essa atitude um ato de usurpação da história do Paraguai.

O centenário de Cerro Corá (1970) e do nascimento de Solano Lopez (1977) reativaram as negociações que culminaram com a devolução não somente dos documentos da “*Coleção Rio Branco*”, mas também de objetos relacionados a Solano López e sua família como joias, condecorações, objetos de uso cotidiano, um quepe atribuído ao Mariscal, sua cadeira usada em Cerro Corá, além da espada que afirmavam estar com a ponta quebrada devido ao golpe desferido contra o General Câmara.^{xliv} Mas o canhão *el Cristiano* não foi devolvido, sendo anda motivo de disputa entre os dois países, como um símbolo de uma época para o Paraguai, e como testemunha de uma vitória para o Brasil.

Uma pesquisa no acervo documental do Museu Histórico Nacional nos faz perceber que boa parte dos troféus e relíquias são provenientes do extinto Museu da Ilha do Bom Jesus. Como descrevemos acima, os materiais foram retirados de lá e enviados para o Arsenal de Guerra, e a parte de armaria encaminhada para a Escola Militar a fim de figurar como material de estudo. Nos relatórios de aquisição de objetos feito em 1922, além da descrição do material, era anotada a “procedência histórica”, que lhe fornecia o valor, e o local onde esteve anteriormente depositado.

Os relatórios depositados no acervo documental do Museu são, em sua maioria, do ano de 1911, do Departamento de Guerra e estão sob o título de “Material bélico existente no Museu de

Artilharia durante o ano de 1911”, mas contêm, além da armaria, bandeiras, fotografias, relógios, etc.^{xlv} Os relatórios de transferência de materiais de acordo com os livros de entrada constantes no acervo do Museu, permanece até 1918. Vale lembrar que o espaço não era ainda o “Museu Histórico Nacional”, mas o “Arsenal de Guerra”. Não seria possível neste artigo realizar o exame de todos os materiais existentes nesse período devido ao volume, mas poderia ser um interessante objeto de pesquisa para identificar quais deles estariam em consonância com os objetivos iniciais de criação de um Museu Histórico, voltando principalmente para os feitos militares. Na chamada *Reserva Técnica* do Museu Histórico Nacional, ou seja, aos materiais que não são expostos, muito ainda ficou de troféus e relíquias da Tríplice Aliança.

Existe ainda uma subclassificação com o nome “Troféus de Guerra”, onde constam 81 objetos, a maioria fragmentos de bainha, mas que foram diluídos ao longo do acervo total pertencente à guerra. O material descrito acima não pôde ser fotografado por estar em local reservado do Museu, mas pelo que foi visto nos jornais das décadas de 1940 e 1970 pesquisados, geralmente eles entravam em exposição, possivelmente na sala “Duque de Caxias” ou “Almirante Barroso”. As bandeiras paraguaias apreendidas não foram para o Arsenal / Museu Histórico Nacional, quando da desativação do Museu na Ilha do Bom Jesus, elas foram encaminhadas para a Igreja da Santa Cruz do Militares, integrando seu acervo. São cerca de quatro bandeiras nacionais, algumas bandeiras de navios ou de “guia de tropas” e outros fragmentos que não resistiram ao tempo, à manipulação e a conservação deficitária. Algumas possuem remendos que não são originais. Não existe qualquer informação sobre a procedência das mesmas, ou do processo de captura, seja do local que faziam parte ou até mesmo quem as trouxe, sendo impossível determinar isto, mas as bandeiras são testemunhos interessantes da memória e da disputa pelos troféus, visto que fora solicitada sua devolução por diversas vezes, fato que não ocorreu.

O grande escritor francês Gustave Flaubert em carta para George Sand, datada de 1869, quando comentava sobre as guerras, afirmava que as bandeiras “estão tão machadas de barro e sangue que deveriam desaparecer de vez” (FLAUBERT, 1892, p. 380). Mas elas não desapareceram e, como vimos acima, representavam muito mais do que um pedaço de tecido, elas representavam o orgulho, o patriotismo e a vitória. As bandeiras paraguaias figuraram em diversas solenidades, seja no retorno das tropas, de veteranos ou no Asilo de Inválidos. A história contada é que elas possuem manchas de sangue e marcas dos tiros e fagulhas de pólvora. Se for verdade não tem como comprovar sem um exame específico, mas esse simbolismo permaneceu e elas são guardadas como verdadeiros tesouros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecnicamente a guerra termina com o cessar fogo. Com isso, muda o status da consciência desse conflito. A experiência de guerra se transforma em memória. No entanto, a memória não é uma grandeza estável que continua a atuar de forma imutável. Ela está sujeita aos efeitos da guerra, que podem condicionar, recalcar e canalizar a memória, transformando as lembranças que se têm dela. Muitas coisas são esquecidas, outras permanecem fincadas na consciência como um espinho. Muitas coisas são recalçadas, outras são glorificadas. A guerra produz consequências que agem como um filtro entre as recordações e a consciência. Quando, então, analisamos seus efeitos sobre a consciência coletiva, precisamos diferenciar entre os efeitos causados pela guerra ainda durante sua ocorrência e os efeitos que devem ser considerados como posteriores. Trata-se, também aqui, em termos empíricos, de um processo contínuo, que só pode ser seccionado por uma questão de método. Encontramos aqui um dos problemas metodológicos mais difíceis quando tentamos isolar aqueles efeitos sobre a consciência que só ocorreram durante a própria guerra (KOSELLECK, 2014, p. 253).

A ideia de construção da memória coletiva, no caso da Guerra da Tríplice Aliança, se mistura com a própria ideia de construção da identidade nacional. Para essa construção histórica e de senso comum, a fim de formar a nação, a criação de uma série de mitos e referências se faria necessária.

No Brasil do século XIX, a centralização política conviveu com um forte apego às “pequenas pátrias”, cujo horizonte era municipal ou provincial. A Guerra da Tríplice Aliança passou a representar a possibilidade de uma nova construção da identidade nacional, que pudesse se afastar das raízes portuguesas ou europeias. Nas palavras de Tavares Bastos, “somente com o fumo das batalhas da Guerra do Paraguai se está desvanecendo a tradição portuguesa que impedia os movimentos da nossa diplomacia” (MORAES FILHO, 2001, p. 20). Seria uma nova forma de construção da identidade, baseada agora na oposição ao estrangeiro, ao inimigo comum.

A experiência e os sofrimentos comuns que a guerra viria a proporcionar, bem como a vivência numa interação mútua geral, em constante ligação de uns com os outros, produziria a nação. Essa era a expectativa no início do conflito.

Para Pinto,

a memória ligada à noção de testemunho, descrita a partir de um evento catastrófico será sempre parcial, pois nunca dará conta da experiência do sobrevivente, memória do trauma. Ela está no limiar entre lembrar e esquecer, lembrar o evento crucial para uma comunidade/humanidade, esquecer o trauma, as cicatrizes. A partir da memória traumática, abrem-se caminhos para estruturação de museus que poderiam transformar narrativas nacionais em narrativas de famílias, com apelo a um grande público de várias nacionalidades (PINTO, 2015, p. 94 e 95).

Pensamos que a ideia de legado poderia auxiliar na compreensão deste processo de construção de uma identidade ou ainda de

uma memória coletiva, a partir dos chamados troféus de guerra. Para tanto, as reflexões de Hall, Draper, McClelland, Donington e Lang no livro “Legacies of British Slave-Ownership. Colonial slavery and the formation of Victorian Britain” foram extremamente pertinentes (HALL, et alli, 2014). Mesmo trabalhando com a ideia de escravidão na Inglaterra, esse texto nos fornece alguns pontos interessantes pela forma como se estruturou. A partir da temática, os autores resolveram seguir o caminho feito por essas famílias de proprietários até os dias atuais para entender como se estruturaram na abolição. Com o nosso trabalho foi algo parecido, pois entender a rememoração e ausências, a partir dos usos políticos da memória da guerra, utilizando para isso as disputas relativas aos objetos considerados como troféus, nos faz compreender igualmente a noção de legado, visto que em boa parte das discussões seguimos o fio condutor das propostas iniciais e, até mesmo das pessoas, a fim de compreender a forma como se deu todo o processo e suas conexões com o passado. A memória sempre terá relação com escolhas. Escolher também nos remete ao “esquecer”, visto que privilegiamos umas em detrimento das outras, sendo que a maioria das coisas é esquecida.

Este texto procurou ressaltar um aspecto ainda pouco trabalhado no Brasil que é o olhar relacionado à construção e apagamentos na memória da Tríplice Aliança, mais especificamente sobre um espaço dentro da Ilha do Bom Jesus, Asilo dos Inválidos da Pátria, esquecido por nossa historiografia. Ele se insere em um caminho de novos olhares não somente sobre a história militar, mas quanto aos aspectos sociais, culturais e políticos implicados nesse processo. Esperamos que sirva ainda de incentivo para historiadores e historiadoras na ampliação das pesquisas sobre a temática e na valorização do patrimônio histórico ali existente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BREZZO, Liliana M. *La devolución de los troféus de guerra*. Assuncion: ed. El Lector, 2013.
- COSTA, Julia Furia. *O “Culto da Saudade”: História e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Área de Concentração: História Social, Linha de Pesquisa: Sociedade, Instituições e Poder – da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Mestre em História. 2013.
- DE BOSIO, Beatriz Gonzalés. *Los legionários*. Assunción: El Lector, 2013.
- DUMANS, Adolpho. “O Museu Histórico nacional Através de seus 19 anos de Existência.” *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, Vol. I, 1941.
- ELKIN, Noah Charles. “1922: o encontro do efêmero com a permanência”. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, Minc/IPHAN, 1997, volume 29.
- FLAUBERT, Gustave. *Correspondance*. v.3 Troisième Série (1854-1869). Paris: Bibliothèque – Charpentier, 1892. Tradução Livre.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1950.
- HALL, Catherine et alli. *Legacies of British Slave-Ownership*. Colonial Slavery and the Formation of Victorian Britain. Cambridge: Cambridge U.P., 2014
- KOSELLECK, Reinhart. “Efeitos diacrônicos das guerras na consciência”. In *Estratos do Tempo. Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014.
- LEMOES, Miguel. *À nossa irmã: a República do Paraguai*. Apostolado Positivista do Brasil, nº 48. Rio de Janeiro: Capela da Humanidade, 1894.

- LEMOS, Miguel. *A propósito da transladação dos restos dos Almirantes Barroso e Saldanha*. Apostolado Positivista do Brasil, n. 260, Rio de Janeiro, Capela da Humanidade, 1908.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: CEM, 1967.
- MAESTRI, Mário. *Guerra no Papel: história e historiografia da guerra no Paraguai*. Porto Alegre, FCM, 2014.
- MENDES, R. Teixeira. *Paraguai-Argentina-Brasil a confraternização Brasília-argentina, a independência da nossa cara irmã a República do Paraguai, e o cancelamento da sacrílega dívida resultante, para esta, da guerra fratricida entre ela e o Brasil, a Argentina e o Uruguai*. Apostolado Positivista do Brasil, n 338, Rio de Janeiro, Capela da Humanidade, 1913.
- MENDES, R. Teixeira. *Benjamin Constant: esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira*. 1º vol. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1892; 2 ed. do 1º vol. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1913; e3 ed. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1936.
- MORAES FILHO, Evaristo de Moraes Filho. *As idéias fundamentais de Tavares Bastos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- PINTO, Danilo César Souza. “Etnografia de Espaços Estatais: Os Nomes das Ruas da Cidade de São Paulo”. Ponto Urbe [Online], 16 | 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/2702> ; DOI : 10.4000/pontourbe.2702.
- TORRENS, Leonardo G. *Dívida e trophéosparaguayos e a propaganda no Brazil*. Contendo alguns documentos e factos pouco conhecidos no Brasil. Rio de Janeiro: Montenegro, 1899.
- WEINER, Annette. *The trobianders of papua New Guinea*. Stanford University. 1987.

NOTAS:

- i IMPÉRIO. Relatório do Ministério da Guerra, 1865.
- ii Sobre o asilo cf a tese de Marcelo Augusto de Moraes Gomes. *A espuma das províncias: um estudo sobre os inválidos da pátria e o Asilo de Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006.
- iii IMPÉRIO. Relatório do Ministério da Guerra, 1871. p. 20.
- iv IMPÉRIO. Relatório do Ministério da Guerra, 1872. p. 23.
- v IMPÉRIO. Relatório do Ministério da Guerra, 1874. p. 19.
- vi IMPÉRIO. Relatório do Ministério da Guerra, 1877, p. 30.
- vii IMPÉRIO. Relatório do Ministério da Guerra, 1884, p. 28.
- viii REPÚBLICA. Relatório do Ministério da Guerra, 1891, p. 34.
- ix Diário de Notícias, 27 de junho de 1890. Biblioteca Nacional.
- x ALMANAK LAEMMERT, 1898. Biblioteca Nacional.
- xi O Comentário, abril de 1904. Biblioteca Nacional.
- xii O Comentário, abril de 1904. Biblioteca Nacional.
- xiii Jornal do Commercio, 22 de setembro de 1911. Biblioteca Nacional.
- xiv Gazeta de Notícias, 1892. Biblioteca Nacional.
- xv Em 18 de dezembro de 1864 é fundada em Buenos Aires a Legião Paraguaia, cuja denominação inicial era Associação Paraguaia integrada por paraguaios e descendentes que haviam sido exilados por serem contrários aos governos de Francia e dos dois López. Para saber mais cf. Beatriz Gonzalés de Bosio. *Los legionários*. Assunción: El Lector, 2013. Coleção 150 anos da Grande Guerra. Torrens, ib. pp. 168 et seq.
- xvi Jornal do Comércio, 1894. Biblioteca Nacional.
- xvii *A Notícia*, 1907. Biblioteca Nacional.
- xviii *Diário de Pernambuco*, 1908. Biblioteca Nacional.
- xix *Jornal do Comércio*, 1908. Biblioteca Nacional.
- xx *O Século*, 1911. Biblioteca Nacional.
- xxi *A República*, 1912. Biblioteca Nacional.
- xxii *A Província*, 1916. Biblioteca Nacional.
- xxiii *A Província*, 1916. Biblioteca Nacional.
- xxiv *Jornal do Recife*, 1916. Biblioteca Nacional.
- xxv *Requerimento de Marcolino de Magalhães pedindo abolição dos festejos*. Bahia, 21 de janeiro de 1916. Manuscritos. Loc. I-46-18-5. Biblioteca Nacional. Existe outro documento anexado com assinaturas sob a localização I- 46, 18, 1.

- xxvi Requerimento de Marcolino de Magalhães pedindo abolição dos festejos. Bahia, 21 de janeiro de 1916. Manuscritos. Loc. I-46-18-5. Biblioteca Nacional. Existe outro documento anexado com assinaturas sob a localização I- 46, 18, 1.
- xxvii *A República*, 6 de julho de 1917. Biblioteca Nacional.
- xxviii *Estado do Pará*, 1917. Biblioteca Nacional.
- xxix Discurso proferido por Gustavo Barroso em 24/08/1922, por ocasião da fundação do MHN. Este discurso foi publicado por Adolfo Dumans, em 1941. DUMANS, Adolpho. “O Museu Histórico Nacional Através de seus 19 anos de Existência.” *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, Vol. I, 1941, p. 212.
- xxx Gustavo Barroso se torna Diretor do Museu Histórico Nacional no ano de sua fundação (1922) e permanece no comando da Instituição até 1959, ano de sua morte.
- xxxi *O Cruzeiro*, 1954. Biblioteca Nacional.
- xxxii R. B. S. C. Andrada & A. H. F. Castro. “O pátio Epitácio Pessoa e seu acervo”. [Mimeo]. Arquivo Histórico Museu Histórico Nacional.
- xxxiii *A Federação*, 23 de agosto de 1928. Biblioteca Nacional.
- xxxiv *Jornal do Recife*. 02 de agosto de 1931. Biblioteca Nacional.
- xxxv *Jornal do Recife*. 02 de agosto de 1931. Biblioteca Nacional.
- xxxvi *Jornal do Recife*. 02 de agosto de 1931. Biblioteca Nacional.
- xxxvii Sobre o tema conferir entre outros: Letícia Julião. “O Sphan e a cultura museológica no Brasil”. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 141-161, Daryle Williams. “Ad perpetuam rei memoriam: The Vargas Regime and Brazil’s National Historical Patrimony, 1930-1945” In: *Luso-Brazilian Review*, volume 31, number 2, winter 1994.
- xxxviii *Correio da Manhã*, 4 de julho de 1942. Biblioteca Nacional.
- xxxix *A Ilustração Brasileira*, fevereiro de 1944. Biblioteca Nacional.
- xl *A Ilustração Brasileira*, fevereiro de 1944. Biblioteca Nacional.
- xli *Revista da Semana*, 25 de maio de 1945. Biblioteca Nacional.
- xlii Cf. *Jornal do Comércio*, 19 de setembro de 1922. Biblioteca Nacional. Ver também: *Anais do Museu Histórico Nacional* - Volume III - 1942 - Pags 467-472.
- xliii *Revista da Semana*, 25 de maio de 1945. Biblioteca Nacional.
- xliv ABC, Assunção, 5 de maio de 1975.
- xlvi *Livro de controle de material (1911)*. Setor de documentação do acervo. Museu Histórico Nacional.

O PAPEL DA IGREJA DO BOM JESUS DA COLUNA NA HISTÓRIA DO BRASIL

Lindenberg Freitas Muniz¹

INTRODUÇÃO

Uma grande parte das produções arquitetônicas de edifícios religiosos no Brasil foi de responsabilidade da Ordem Franciscana. Com atividades intensas na colonização da nova terra, os franciscanos destacaram-se no trabalho de construir conventos, igrejas e dirigir aldeias.

A Igreja e o Convento do Bom Jesus da Coluna, na Ilha de mesmo nome, hoje integrada ao conjunto da Ilha do Fundão é uma dessas fundações dos franciscanos. Vejamos, pois, neste capítulo, a sua relevância na história do Brasil. Para isso, lançaremos mão da cronologia como um caminho que facilite a compreensão geral do tema abordado e ofereça ao leitor, de maneira ordenada, os acontecimentos relativos à evolução histórica da Igreja do Bom Jesus da Coluna.

Situado no contexto da história pátria, este artigo foi dividido em três partes, a saber: Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República. Isto foi feito sem entrar em detalhes de cada uma das fases históricas. Por dois motivos: a escassez de material de pesquisa disponível sobre a Igreja do Bom Jesus e o segundo e mais importante, atender de forma objetiva ao desafio proposto para este estudo.

¹ Tem Cel Capl R/1, graduado em Filosofia, Teologia e Direito, mestre em Teologia e Direito Canônico, curso de especialização pastoral na Colômbia e em Direito Canônico em Roma e Reitor do Santuário Militar do Brasil.

Assim sendo, a primeira parte retrata o período da descoberta até a independência do Brasil de Portugal ocorrida em sete de setembro de 1822. Na segunda, Brasil Império, discorreremos sobre os fatos acontecidos na Igreja do Bom Jesus da Coluna até a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, pelo Marechal Deodoro da Fonseca. A última parte, não menos importante, contém a história da Igreja de 1889 até os dias atuais.

Sou imensamente grato a todos aqueles que me auxiliaram na coletânea desses dados, destaco, ainda, que este autor não é um historiador com as competências específicas atinentes a este mister, e dispôs de pouco tempo para realizar pesquisas e redigir este trabalho. Além disso, encontrou poucas fontes para a pesquisa, conforme registramos nas referências, ao final.

Agradeço àqueles que me confiaram esta missão e àqueles que se sacrificaram para que eu, dentre os muitos afazeres que me são afetos, conseguisse concluir este trabalho, e pudesse voltar a dedicá-los a atenção de que são merecedores.

Missão cumprida.

BRASIL COLÔNIA – 1500 a 1822

É sobejamente conhecido, por todos, que nas naus comandadas pelo descobridor, Pedro Alves de Cabral, encontravam-se os frades franciscanos. Pero Vaz de Caminha, o escrivão, registra que a primeira missa celebrada em solo pátrio foi oficiada pelo Frei Henrique Soares de Coimbra, franciscano, em 26 de abril de 1500.

Até o ano de 1585 os frades não tinham um convento em solo brasileiro, aqueles que aqui viviam eram denominados por avulsos e subordinados às províncias franciscanas de Portugal. Nesse ano dá-se o início da construção do primeiro convento franciscano na terra de Santa Cruz, erigido pelos frades fundadores em Vila Velha, no

Espírito Santo. No ano de 1591 foi inaugurado o Convento de Vitória, Espírito Santo, em 1608, o convento da cidade do Rio de Janeiro e em 1675 o papa Clemente X cria a província da Imaculada Conceição com sede no Rio de Janeiro, dando autonomia aos franciscanos radicados no Brasil.ⁱ

1699

Cerca de duzentos anos após a descoberta do Brasil os frades franciscanos passam a residir na Ilha do Bom Jesus. Segundo frei Basílio Röwer em sua obra: *Páginas de História Franciscana no Brasil* (1957, p. 438), naquele momento o objetivo dos frades, quanto a Ilha do Bom Jesus, consistia em utilizá-la como moradia para o recreio.

1704

Há uma alteração quanto a destinação da residência de lazer dos frades. Estando superlotada a enfermaria do convento São Antônio no Rio de Janeiro, aos doentes era permitido ficar em casas de parente ou de amigos, mas deste fato resultaram desagradáveis inconvenientes à província. Por isso, a direção da província decidiu tomar a peito a construção de um local para receber os frades em convalescência. Assim sendo, o provincial consegue da senhora Inês de Andrade a doação pública da Ilha aos franciscanos para este fim.ⁱⁱ

1705

Início das obras da construção do hospício do Bom Jesus da Coluna com a data lavrada em pedra no frontispício da porta lateral sob a torre da igreja.

1710

Nesta data as atas da província certificam como concluídas as obras do hospício do Bom Jesus da Coluna.

1715

Dá-se a ratificação da doação da ilha aos frades franciscanos.

1719

Surge uma nova destinação para o convento. Instalação da Casa de Estudos de filosofia até 1738. Nesta data acontece a mudança de categoria de hospício (lugar para convalescência dos frades) para local de estudos dos frades (convento).

1723

Surgem dissensões entre os frades portugueses e brasileiros, elas duraram até o ano de 1726 quando o Papa e o Rei intervêm pacificando os frades.

1726

Início do curso de teologia no convento da Ilha do Bom Jesus, o que exigiu obras de ampliação do convento. Os frades sem aprovação do Rei realizam, mesmo assim, as adaptações que julgam necessárias à nova destinação do convento.

1727

O Rei toma conhecimento, pelo Procurador da Coroa, das obras realizadas e decide usar de clemência para com os frades, não determinando a derrubada da edificação.

1759

Nessa data, inicia-se o noviciado franciscano, que ali permanece até o ano de 1809.

1809

A Família Imperial muda para o Brasil. E devido a sua devoção a São Francisco de Assis passa frequentar a Ilha do Bom Jesus por

ocasião da festa do santo, celebrada em 04 de outubro. Por conta disso, o convento adquire uma nova dimensão e importância no cenário da corte.

1819

Celebração do nascimento da neta de D. João VI, Dona Maria da Glória, no convento da ilha do Bom Jesus.

BRASIL IMPÉRIO

1822

Com a independência do Brasil de Portugal, devido ao retorno de D. João VI para Portugal, o convento do Bom Jesus perde a sua influência no seio da corte. Inicia-se uma série de requisições das suas instalações por José Bonifácio de Andrade e Silva.

1823

Os franciscanos conhecidos por sua caridade e pobreza cedem o convento para abrir o Hospital de Lázarus.

1831

Com a abdicação de Dom Pedro I ao trono e a instalação da Regência ocorrem várias revoluções no interior do Brasil.

1833

Formam-se três grupos revoltosos que se digladiavam entre si: *os exaltados, os moderados e os caramurus*. O convento do bom Jesus se torna a sede do Partido do Caramuru com Frei Joaquim Santana sendo seu líder. A rebelião foi controlada e o frei foi preso e o convento foi fechado até 1836.

1836

O convento foi reaberto como abrigo para colonos espanhóis vítimas de cólera, vindos das ilhas Canárias.

1852

Foi cedido à Congregação do Imaculado Coração de Maria – Irmã Barbara Max, por intercessão da Princesa Isabel, para ser um colégio para meninas.

1856

A Congregação deixa o convento da Ilha.

1858

Torna-se Associação Central de Colonização.

1857

Torna-se abrigo para os afetados pela febre amarela.

1865

Serviu de aquartelamento para os voluntários da pátria, com destino a campanha do sul do império contra Solano Lopes.

1866

Transferência dos inválidos da Guerra do Paraguai da Fortaleza de São João para Ilha do Bom Jesus.

1868

Inauguração do Asilo de Inválidos da Pátria pelo Imperador D. Pedro II.

1869

Translado para a Igreja do Bom Jesus dos restos mortais do Brigadeiro Antônio Sampaio.

1871

Por reclames do Governo do Ceará os restos mortais do Brigadeiro Antônio Sampaio são transferidos para o aquele estado.

1875

É adquirido pelo Governo Imperial.

1879

Sepultamento do Marechal de Campo Manoel Luiz Osório na Igreja do Bom Jesus em 16 de novembro de 1879.

1887

Transferência dos restos mortais do Marechal de Campo Manoel Luiz Osório da Igreja do Bom Jesus para o seu mausoléu na Praça XV, centro da cidade do Rio de Janeiro.

BRASIL REPÚBLICA

1964

Tombamento da Igreja do Bom Jesus pelo Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN)

1976

Encerramento das atividades do Asilo dos Inválidos da Pátria, agora sede da Companhia de Comando da 1ª Região Militar.

1990

Restauração das imagens sacras da Igreja dos Sec XVIII e XIX no atelier do Forte de Copacabana

1994

Obras de restauração da cobertura da Igreja.

2002

Projeto PRONAC para restauração da Igreja e captação de recursos no BNDES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui se encerra o breve relato desse santo patrimônio nacional, a nossa Igreja do Bom Jesus da Coluna, que teve participação de destaque nos acontecimentos sociais e políticos, ao longo de mais de 3 séculos da vida nacional, demonstrando a sua elevada importância na formação da identidade da nação brasileira, o que transcende o caráter religioso da sua existência.

Situada no alto do morro de Santo Antonio, encimada orgulhosamente por suas torres brancas, destaca-se na paisagem da cidade do Rio de Janeiro como símbolo da fé cristã e da fidelidade ao seu destino franciscano original: ACOLHER AQUELES QUE PADECEM!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HONORARO, Manoel da Costa. *Descrição Topográfica e Histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asilo dos Inválidos da Pátria*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2019 [1869].

ROWER, Basílio. *Páginas de História Franciscana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1957.

NOTAS:

- ⁱ Wipedia, a enciclopédia livre: Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil (Ordem dos Frades Menores) 08/10/20.
- ⁱⁱ Basilio Röwer em sua obra: *Páginas de História Franciscana no Brasil*, Vozes, Petrópolis, 1957, p. 440.

A MARINHA E A ILHA DO BOM JESUS: HISTÓRICO E RELAÇÕES COM O ASILO DE INVÁLIDOS DA PÁTRIA

Vagner R. Rigola¹

INTRODUÇÃO

Não raros são os registros históricos e contemporâneos que tratam as ilhas como um espaço multifacetado e de variadas interpretações. Lugares de solidão, descanso, esperança e de tantas outras possibilidades vividas ou idealizadas.

O espaço insular, por si só, remete-nos ao mar e sua vastidão, a chegadas e partidas, faz-nos viajar ao passado na tentativa de compreender o presente. Como sabemos, o mar para cá trouxe outros povos, os quais ajudaram a forjar a identidade nacional. Nosso país, com um litoral e uma rede fluvial tão vastos, naturalmente foi contemplado com grande abundância de ilhas e arquipélagos de inestimável valor histórico, social, político e econômico.

Nessa perspectiva, por ocasião deste breve capítulo, limitar-nos-emos ao espaço compreendido pela Baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro, detentora de uma geografia ímpar e nada menos do que quarenta e duas ilhas em toda a sua extensão. Dentre todas essas ínsulas, uma centralizará o nosso estudo: a Ilha do Bom Jesus.

1 Primeiro-Tenente (AFN), pesquisador da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM.

Conforme descreve o Capelão do Exército Brasileiro Manoel da Costa Honorato, em sua obra “Descrição Topográfica e Histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asilo dos Inválidos da Pátria”, datada de 1869:

Nos primitivos tempos foi esta ilha denominada da Caqueiradaⁱ; depois da doação feita por sua antiga proprietária aos religiosos franciscanosⁱⁱ passou a ser conhecida pela denominação de ilha dos frades; finalmente, em virtude de terem os religiosos tomado por padroeiro da igreja e convento, que edificarão, o Sr. Bom Jesus preso á columna, nestes ultimos tempos tem sido conhecida pelo nome de ilha do Bom Jesus (HONORATO, 1869, p. 5).

A antiga proprietária a que se refere o eminente capelão seria a Sra. Ignez de Andrade, viúva do capitão de milícias Francisco Telles Barreto. Ainda segundo os escritos de Honorato (1869), a virtuosa senhora teria efetuado a doaçãoⁱⁱⁱ do terreno, em 12 de maio de 1704, aos franciscanos para que nele se construísse uma capela em homenagem ao Senhor Bom Jesus, além de um convento para servir de abrigo aos religiosos enfermos. A atividade daqueles cristãos e os donativos dos fiéis permitiram que se edificasse o templo e o convento, em consagração ao Senhor Jesus preso à coluna, cujas obras prontificaram-se no ano seguinte à doação do terreno.

Enquanto foi mantida sob influência franciscana a ilha permaneceu na lembrança das pessoas relacionada à igreja, ao convento e ao hospício que lá existiam. Todavia, de acordo com um trabalho desenvolvido por pesquisadores associados ao Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI-UFF), entre o final do século XVIII e início do século XIX, a ilha recebeu milhares de escravizados africanos que desembarcavam no Rio de Janeiro oriundos do tráfico transatlântico que fossem vitimados por alguma doença infecciosa durante o trajeto (RAMOS, 2020).

Após a chegada da família real, a Ilha do Bom Jesus ganhou em importância, havendo relatos de visitas episódicas dos membros da corte ao local. Segundo a descrição de Honorato (1869), o Sr. D. João VI, desde quando chegou ao Brasil até retornar para Portugal, ia anualmente ao convento, acompanhado de comitiva e de sua régia família.

A Ilha do Bom Jesus, durante determinados períodos, também abrigou hospitais. Conforme se evidencia no trecho a seguir: “o que tem dado lograr a que nas grandes calamidades, que tem havido na côrte de 1824 em diante, ahi se estabelecesse hospitaes para o tratamento dos accomettidos das epidemias” (HONORATO, 1869, p. 6).

Honorato (1869) relembra que, naquele período, em vista das circunstâncias existentes, os religiosos forneceram o convento para servir como hospital da Marinha Imperial, ali permanecendo até o início da década de 30 do Séc. XIX.

Entende-se que o Hospital da Marinha a que se refere o religioso trata-se, em realidade, do Hospital de Leprosos que estivera instalado na localidade de São Cristóvão, mas houvera sido transferido para a Ilha das Enxadas^{iv}, também na Baía de Guanabara, por não se julgar adequada a proximidade de tal sede hospitalar com a residência da Família Imperial na Quinta da Boa Vista, bem como com os diversos batalhões de tropas portuguesas que, também naquele período, instalavam-se nas proximidades do Palácio Real.

Por diversas razões, sobretudo logísticas, a transferência do referido hospital para a Ilha das Enxadas não se mostrou acertada. Diante disso, após longa busca por um lugar alternativo para a instalação do hospital, o príncipe regente autorizou, em setembro de 1822, que se transferisse a casa de saúde para a Ilha do Bom Jesus.

Conforme relatam Frutuoso R., Ferreira e Frutuoso S. (2017), em seu estudo sobre os registros periciais da lepra na Marinha do Brasil, a mudança para a Ilha do Bom Jesus teria ocorrido em 03 de

fevereiro de 1823, porém no novo local as dificuldades teriam sido ainda mais severas, conforme se evidencia no trecho abaixo:

No período de 1823 a 1831, durante o reinado de Dom Pedro, o novo hospital nunca teve sequer um médico. Já naquela época, havia superpopulação de pacientes, a dieta oferecida era inadequada e as duas únicas enfermarias não respeitavam a separação de homens, mulheres, crianças e os diferentes graus da doença. A cena do dia a dia no novo hospital constituía imagem por certo deplorável, mesmo para os padrões da época. Assim, não surpreende que fossem frequentes as fugas como sinal de descontentamento dos pacientes. O Conselho de Administração do hospital solicitou então ao governo permissão para regressar à antiga casa em São Cristóvão e finalmente, em 18 de fevereiro de 1833, os pacientes e a administração retornaram ao hospital de hanseníase, localizado no antigo mosteiro jesuíta, em São Cristóvão (FRUTUOSO R., FERREIRA e FRUTUOSO S., 2017, p. 64).

Há de se recordar que a Marinha da nascente Império do Brasil já atuava, incansavelmente, em diversas frentes de combate em prol dos interesses nacionais e, inevitavelmente, nas labutas de seu ofício, os marinheiros detinham-se embarcados por longos períodos, tornando-se algumas das principais vítimas das muitas enfermidades sem cura à época. De fato, tais razões nos ajudam a compreender o interesse e a relação da Marinha com o referido hospital, o qual também atendia seus enfermos.

O DEPÓSITO DE PÓLVORA DA REPARTIÇÃO DA MARINHA NA ILHA DO BOM JESUS

A 24 de janeiro de 1861, o Ministério da Fazenda emitia um Aviso, reiterado pelos Avisos de 31 de janeiro e de 21 de fevereiro dos Ministérios da Guerra e da Marinha, respectivamente, por meio

dos quais se verifica a transferência de um terreno^v e algumas casas existentes na Ilha do Bom Jesus, do Ministério da Guerra para o da Marinha.

Encontra-se, no Relatório do Ministro da Marinha, Chefe de Divisão Joaquim José Ignácio, relativo ao ano de 1860, a seguinte descrição dos imóveis:

Terreno com 200 braças de frente e 90 de fundo, pouco mais ou menos, com diferentes casas muito arruinadas, a saber: Casa de 30 palmos de frente e 68 de fundo, construída de esteios de madeira e frontal de tijollo; Dita de 29½ palmos de frente e 68 de fundo, com um telheiro de 14 palmos de frente; Casa de 29½ palmos de frente e 79½ de fundo; Dita de meia água com 154 palmos de frente e 21 de fundo, construída de esteios de madeira e frontal de tijollo e telheiro feito sobre estojos, com 10 palmos de frente e 21 de fundo (RELATÓRIO DO MINISTRO DA MARINHA - RMM, 1860, p. 111).

De acordo com Honorato (1869), o terreno citado havia pertencido aos franciscanos, os quais haveriam transmitido sua posse a um senhor chamado “Damião”, o novo proprietário teria vendido o imóvel ao Comendador Vicente Ferreira Pacheco e este, por sua vez, ao Ministério da Guerra em 1857 ou 1858. Então, o referido Ministério o teria cedido ao Ministério da Marinha em 1861.

Já em dezembro de 1862, foi firmado contrato entre a Intendência da Marinha e o empreiteiro, Sr. José Lisboa, para a construção de um edifício de modo a servir de depósito de pólvora para a Marinha. Assim consta no Relatório do Ministro da Marinha, atinente ao ano de 1863:

Exmo. Sr. Chefe de Esquadra Graduado João Maria Wandenkolk, tendo em vista o que lhe foi determinado por Aviso do Ministério da Marinha de quatro do citado mês e anno, contractou encarregar-se o Artista José Lisboa de construir na Ilha do Bom Jesus, por empreitada de mão de obra e material, um edifício para servir de deposito

de pólvora da Repartição da Marinha, no prefixo praso de seis mezes, pela quantia de treze contos de réis, sob as condições e especificações seguintes que acompanharão o mesmo Aviso e forão approvadas pelo de vinte e dous do dito mez e anno. (RMM, 1863, pp. 93-94).

No detalhamento das condições da execução da empreitada, ficou registrado no documento: “com todo o esmero e perfeição, sobre os alicerces já existentes na Ilha do Bom Jesus”. O que leva a entender que os ditos alicerces seriam dos imóveis transferidos para a Marinha menos de dois anos antes, e que agora seriam adequados para a utilização como depósito de pólvora.

Além disso, o contrato estipulava o prazo de seis meses para a execução da obra, contados a partir de 02 de janeiro de 1863, com previsão de multa em caso de descumprimento daquelas condições. O mesmo documento também estabelecia todo o detalhamento da obra, incluindo especificações, materiais e a disponibilização de uma casa existente na Ilha, de propriedade do Estado, para que se efetivasse a moradia dos responsáveis pela obra enquanto ela durasse.

Cabe ressaltar que, no ano de 1868, inaugurou-se o Asilo de Inválidos da Pátria (AIP) naquele local, constando também no Relatório do Ministro da Marinha (1867), o falecimento do fiel do paiol da pólvora da Ilha do Bom Jesus. Com efeito, em meio às atividades bélicas do período e às circunstâncias que se lhe impuseram, o novel paiol de pólvora da Ilha do Bom Jesus não haveria de perdurar por muito tempo.

Já naquele ano, o mesmo documento assim descrevia a situação das *Corvetas Berenice* e *D. Francisca*: “fundeadas em frente à Ilha do Bom Jesus, servindo de depósito de pólvora” (RMM, 1867, p. 59).

De fato, os acontecimentos que sucederam a criação do paiol de pólvora e que até o momento de sua construção eram imprevisíveis, o tornaram inadequado, tanto pela proximidade com o Asilo de Inválidos da Pátria, como pelas condições, valor e capacidade de alocação do produto principal.

Apesar do advento do paiol de pólvora da Ilha do Bom Jesus ter ocorrido em data relativamente recente àquele momento, os anos que se seguiram a sua construção tiveram em seu decurso a eclosão e o desenvolvimento da Guerra contra Aguirre e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai. Destarte, podemos inferir que houve um aumento do estoque de pólvora, o qual associado à deterioração e dimensões singelas do que fora construído, ensejou novas preocupações para a Administração Naval.

Tal inferência é corroborada com a análise do Relatório do Ministro da Marinha que, em 1869, reiterava a necessidade da construção de um novo paiol para melhor alocação da pólvora da repartição da Marinha.

Precisamos construir um paiol de polvora para arrecadar a grande quantidade deste artigo que possui a repartição da marinha. Só nas Corvetas Berenice e D. Francisca, fundeadas perto da Ilha do Bom Jesus existe para cima de 800 mil libras, que representam um valor de 400 contos de réis proximamente. Além do perigo que ha na conservação desses navios tão próximo do asylo de Inválidos com tão extraordinaria quantidade de um artigo sujeito a fazer terrível explosão, ha tambem o risco de perdel-o por outros accidentes, e assim penso em mandar construir um paiol, faltando unicamente escolher localidade propria (RMM, 1869, p. 36).

Nessa perspectiva, em 1871, o Ministro Manoel Antonio Duarte de Azevedo solicitava a providência da intendência para a questão dos depósitos de pólvora e relatava que o da Ilha do Bom Jesus achava-se em más condições e sem a capacidade necessária para receber grande quantidade do produto, o qual já se necessitava alocar em espaços alternativos, bem como a bordo de embarcações.

No documento o Ministro reiterava a sua determinação no sentido de que se realizasse um estudo urgente para a construção de

um paiol com proporções e arranjos indispensáveis, com localização segura de modo que definitiva e permanentemente servisse à guarda e à preservação de toda a pólvora (RMM, 1871, p. 30).

No relatório seguinte, já com o Ministério sob a égide de Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, é possível encontrar menção à “Construção de um depósito de pólvora na Ilha do Governador” (RMM, 1871-2, p. 19). Em 1872, evidencia-se que tal depósito encontrava-se em construção na Ponta do Matoso, situada naquela ilha, com obras contratadas junto à Vidal João Félix e Vicente José de Souza Pinto Junior (RMM, 1872, p. 25), sendo a pólvora removida para o novo depósito em 1873 (RMM, 1873, p. 35).

Vale lembrar que, embora o depósito da Ilha do Governador eleve-se em importância no atendimento das necessidades mais prementes quanto ao acondicionamento da pólvora da Marinha, não necessariamente significa que o depósito da Ilha do Bom Jesus tenha permanecido em desuso.

Ainda em 1888, na descrição dos imóveis da Força na Ilha do Bom Jesus, é possível constatar a sua utilização com a mesma finalidade “contendo mais uma casa em bom estado, que serve como deposito de polvora” (RMM, 1888, p. 191).

Todavia, três anos mais tarde, em 1891, a casa que sediava o paiol de pólvora já era descrita como “sem cobertura” e continha a informação de que “foi paiol de polvora e acha-se abandonada por seu mau estado” (RMM, 1891, p. 163).

Diante disso, e por não terem sido encontrados registros de novos reparos ou utilização da edificação para o mesmo fim, deduz-se que, naquele período, o interesse da Marinha em relação àqueles imóveis residia, principalmente, no controle e guarda dos depósitos de madeiras de construção naval lá existentes, cujos galpões se haviam iniciado a construção em 1876, de modo que não ficassem expostos às intempéries, mesmo que algumas permanecessem enteradas conforme previam as práticas de preservação à época.

DEPÓSITOS DE MADEIRA DE CONSTRUÇÃO NAVAL

Apesar de já se haver em curso, em meados do Século XIX, a evolução tecnológica que redundou no implemento dos navios com couraça e propulsão a vapor, a madeira ainda se traduzia em uma importante matéria-prima para a construção naval, sobretudo para mastreação, composição de conveses e ambientes internos das embarcações.

Nesse sentido, a Marinha mantinha depósitos de madeiras visando atender, mormente, às necessidades das oficinas de seu principal arsenal na sede da corte. Desse modo, existiam depósitos de madeira na Ilha das Cobras, na Ilha das Enxadas, na Ilha do Governador, na Ilha do Mocanguê e na Ilha do Bom Jesus.

Dada a necessidade de conservação de tão preciosa matéria-prima, de longa data já almejava a Administração Naval a construção de armazéns adequados para a guarda do material. Tal anseio é perceptível no texto do Relatório do Ministro da Marinha atinente ao ano de 1876.

Referindo-me particularmente aos depositos para madeiras de construcção, julgo do meu dever insistir reclamações feitas pelos meus illustres antecessores. A falta de taes depositos cada vez se torna mais sensivel, exigindo urgentemente a construcção de alguns armazens que offereção todas as condições, para que as madeiras fiquem resguardadas das injurias do tempo e possam ser arrumadas e classificadas com ordem e methodo, a fim de que ao serem suppridas para as obras não se lucte com as difficuldades e delongas ainda agora subsistentes (RMM, 1876, p. 60).

Nas ilhas já utilizadas como depósito encontrava-se toda a madeira de menor importância e de lei, tanto direitas como curvas. Eram antenas^{vi}, vergônteas^{vii}, pranchões de cedro^{viii}, vinhático^{ix}, araribá^x, peroba^{xi}, peças de pinho^{xii}, tábuas de pinho de Riga^{xiii}, muitas

delas provenientes da Rússia e da Suécia (RMM, 1878). A Ilha do Bom Jesus detinha o depósito de madeira mais vultoso, tanto em monta, como em quantidade. Por essa razão, o Ministro da Marinha, Luiz Antonio Pereira Franco, mandou erguer naquele local, em 1876, armazéns para que se realizasse um melhor acondicionamento do madeirame.

De acordo com o Relatório do Ministro da Marinha (1881), o inventário das madeiras depositadas na Ilha do Bom Jesus realizado entre dezembro de 1881 a abril de 1882 contabilizou 347 paus direitos e curvos, totalizando o valor de 150:467\$573 (Cento e Cinquenta Contos, Quatrocentos e Sessenta e Sete Mil, Quinhentos e Setenta e Três Réis).

Segundo Greenhalgh (1965), as atividades do depósito de madeiras na orla da Ilha do Bom Jesus tiveram início em 1866 e teriam ocorrido por requisição do Ministério da Fazenda. Verifica-se breve citação dessa prática na obra do capelão Honorato, datada de 1869. “Nas praias, tanto de um, como de outro lado, estão enterrados 527 páos de pinho branco, importados dos Estados Unidos para mastreação dos navios nacionaes; e estas vergonteas e antenas sobem a um valor extraordinario” (HONORATO, 1869, pp. 11-12).

Avultando em quantidade e valor as madeiras do depósito existente na Ilha do Bom Jesus, naturalmente, fazia-se necessário o seu adequado controle, o que se corrobora no trecho abaixo (1885).

A guarda das madeiras existentes na Ilha do Bom Jesus continua a cargo de Candido Rodrigues de Almeida, a quem cabe prestar todo o auxílio, por ocasião da remoção de qualquer quantidade de madeira que fôr requisitada para os trabalhos das oficinas do Arsenal, para o que terá a escripturação de todo o material existente, organizada segundo o modelo junto. Tanto quanto fôr possível, se dará preferencia para a sahida das madeiras, àquellas ainda não arroladas, para que nessa occasião se faça o competente inventario do Almoxarife (RMM, 1885, p. 61).

É indubitável que, naquele período, a principal utilização do espaço de propriedade da Marinha na Ilha do Bom Jesus relacionava-se com o depósito de madeiras de construção naval. Aliás, dos oito imóveis ocupados, cinco serviam para o referido depósito. Os outros três eram aproveitados para a residência do encarregado das madeiras, residência dos remadores a serviço dos depósitos e residência de um empregado da Intendência.

Em 1909, existiam no depósito de madeira da Ilha do Bom Jesus 226 peças de madeiras em bom estado. Tal material era mantido enterado, tendo o local de cada peça marcado por uma estaca numerada. Passados mais dois anos, em 1911, a jurisdição das madeiras da Ilha do Bom Jesus passaria ao Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e, nos anos que se seguiram, manteve o Depósito Naval serviço contínuo de guardas para vigilância do material da Marinha armazenado no local, até que não mais estivesse de acordo com os desígnios da Força.

AMPARO E PATRIOTISMO: BREVE HISTÓRICO SOBRE A SITUAÇÃO DOS INVÁLIDOS NA MARINHA DO BRASIL

Para melhor compreendermos como se deu a presença dos militares da Marinha do Brasil no Asilo de Inválidos da Pátria, é de bom tom que conheçamos antes a percepção da alta Administração Naval em relação aos combatentes que se tornavam inválidos.

Para isso, é oportuno que remontemos ao mês de maio de 1828^{xiv}, quando transcorridos pouco mais de cinco anos de nossa independência e durante a Guerra da Cisplatina, o então Ministro da Marinha, Chefe de Esquadra Diego Jorge de Brito, apontava em seu relatório uma solicitação à Câmara, de lei que previsse pensões vitalícias aos oficiais, marinheiros e artilheiros mutilados ou aleijados em campanha (RMM, 1827). Ainda no mesmo texto o Ministro relatava:

Julgo tambem da maxima utilidade a fundação de um asylo naval aonde se recolham, querendo, os officiais inferiores, marinheiros e artilheiros que se tornem invalidosno serviço, aonde os filhos de taos indivíduos sejam igualmente, admittidos e se lhes proporcione a educação de primeiras lettras, os meios de tambem se habilitarem em algum officio mecanico, ou, finalmente, aonde se lhes inspire o desejo de seguirem a carreira de seus pais, e preencherem o vasio, que lhes deixaram: um tal estabelecimento, que poderá ser mantido sem dispendio algum do Estado, mediante modica e insignificante contribuição mensal de todos os empregados navaes militares, reforçada com alguma quota em todas as prezas feitas e um pequeno onus a cada marinheiro, no acto de matricular-se, será eterno padrão de benções para seus philanthropicos instituidores (RMM, 1827, p. 4).

Tal solicitação seria reforçada posteriormente pelo Ministro Miguel de Souza Mello e Alvim. Como se percebe pelo teor dos textos, revelam-se grandes preocupações da Administração Naval com o amparo de seus militares incapacitados para o serviço. Em 1841, o Ministro da Marinha Francisco Vilela Barbosa em sua apresentação, em Sessão Ordinária, à Assembleia Geral Legislativa asseverava:

Cabe aqui, Senhores, lembrar que não ha em todo o Imperio hum só Asylo de Caridade, onde o soldado e o marinheiro ache descanso e allivio ás suas fadigas quando invalido e estropeado no serviço da Nação. Seria pois hum padrão, que levantarieis, da vossa philanthropia a fundação de hum tal estabelecimento, no qual segurasseis a subsistencia a homens que arrostando os maiores perigos expoem a propria vida para sustentarem a honra e os direitos da Bandeira Nacional. Assim animarieis tambem a mocidade Brasileira a procurar este de todos o mais laborioso, e o mais arriscado serviço da Patria, mostrando-lhe que a Patria não abandona aquelle que alli se tornou invalido e impossibilitado para adquirir os meios necessários á vida. (RMM, 1841, p. 14).

Ademais, o Ministro da Guerra José Clemente Pereira também torna manifesta a sua defesa pela criação de um estabelecimento apropriado para os inválidos. “E como poderá, senhores, a Nação, sem injustiça, negar a sua protecção a tão beneméritos servidores, que, combatendo pelos seus direitos, receberão graves feridas, que os collocarão na impossibilidade de adquirirem pelo trabalho os meios de subsistência” (RELATÓRIO DO MINISTRO DA GUERRA, 1840, p. 14).

De fato, o quantitativo de vítimas envolvidas nas revoltas do Período Gerencial faria recrudescer ainda mais àquela ideia e, ainda no início da década de 40 do Século XIX, instalar-se-ia na Fortaleza de São João, na cidade do Rio de Janeiro, bem como nas províncias do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Pará asilos específicos para as praças de pret^{xv} do Exército em circunstâncias de serem reformadas.

Mais tarde, a Lei nº 342, de 6 de março de 1845, autorizou que os marinheiros “inteiramente inutilizados” conservassem seus vencimentos e fossem recolhidos ao asilo do Exército, até que uma lei permanente regulasse a situação dos militares inválidos de ambas as Forças (RMM, 1843), já que a implementação de tais estabelecimentos se traduziram em paliativos para a resolução daquelas necessidades.

Em 1848, foi criada uma única companhia com sede na Ilha das Cobras, sob jurisdição do Comandante do Batalhão Naval, segundo as disposições do Regulamento instituído em 07 de fevereiro de 1848 (RMM, 1904). Nos anos seguintes, é possível encontrar nos relatórios dos Ministros da Marinha diversas alusões às Companhias de Inválidos e a busca por melhores condições de alocação.

Nessa conjuntura, a Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848, determinou que enquanto não estivesse definitivamente organizado o Asilo de Inválidos do Exército, ficaria o governo autorizado a estabelecer um asilo provisório para os inválidos da Marinha. Estabeleceu-se, para isso, uma contribuição mensal de um dia de soldo, aos oficiais marinheiros, carvoeiros, foguistas, maquinistas e outros.

Em 1853, a Companhia de Inválidos contava com 51 praças, muitos dos quais executavam, dentro de suas possibilidades, o serviço de guarda de presos, tornando por vezes “amargoso” o socorro que recebiam da Nação (RMM, 1853). Tais condições aliadas ao desconto que por força de lei lhes era implementado, fazia com que os marinheiros desejassem um asilo próprio e adequado para a Força.

Com isso, foi criada uma comissão que conjuntamente ao governo decidiu pela compra de um imóvel para aquele fim, no Morro da Armação, em Niterói. Ocorre que por conta dos problemas de saúde pública vivenciados naquele período, o imóvel precisou ser ocupado por uma enfermaria para tratamento de coléricos. Passado esse fato, as contribuições ainda se mostrariam insuficientes para a desenvolvimento da obra do asilo. A Companhia de Inválidos ficaria aquartelada na Ilha das Cobras. (RMM, 1855).

Nos anos seguintes, evidencia-se uma diminuição do número de praças da Companhia de Inválidos, chegando a 36 em 1861 (RMM, 1861). Dessa feita, os inválidos permaneciam em casas próprias nos quartéis. Por ocasião das operações que já se sucediam na Campanha do Paraguai, o Ministro Affonso Celso de Assis Figueiredo, em seu relatório de 1866, aponta a concessão de 27 pensões desde o início da guerra.

Nesse ínterim, já são observadas as movimentações que haveriam de ocorrer para a construção de um asilo de inválidos da pátria, o que redundaria na criação do estabelecimento da Ilha do Bom Jesus. “A philantropica iniciativa de alguns distinctos cidadãos desta praça deve-se a generosa idea de uma subscrição popular, destinada á creação de um asylo para os invalidos da patria” (RMM, 1866, p. 30).

Em 1870, ao perceber a acanhada quantidade de beneficiários na Companhia de Inválidos da Ilha das Cobras, o Ministro da Marinha já pressupõe não ser acertada a construção de um asilo

exclusivo, preferindo que se utilizassem os valores já arrecadados e os que se fossem acrescentando, para a constituição de pensões para as famílias dos falecidos ou para os próprios militares inutilizados no serviço (RMM, 1870).

E devo accrescentar, que não me parece por emquanto acertado construir-se ou compor-se um edificio para tal fim, quando terá, segundo a experiencia o vai demonstrando, de ficar desaproveitado na maior parte, tão pequeno é o número de praças que estão no caso de gosar do favor da instituição. Preferem quasi sempre a baixa retirando-se para as suas provincias ou empregar-se nos estabelecimentos navaes em serviços compativeis com suas forças (RMM, 1870, pp. 16-17).

Diante das circunstâncias apresentadas, deliberou-se pela instituição de um asilo na Fazenda São Sebastião, localizada na Ilha do Governador. Para isso, o governo expediu um Aviso Regulamentar, em 11 de outubro de 1872, contendo as normas para ingresso e serviço no referido estabelecimento.

O asilo da Fazenda São Sebastião permaneceu em funcionamento por uma década, já que a Lei nº 3.114, de 30 de outubro de 1882, regulamentou a extinção do efêmero estabelecimento, garantindo a pensão aos inválidos ainda existentes, cujo número era ainda mais diminuto do que antes, razão pela qual já haviam sido transferidos os remanescentes para a Ilha de Villegagnon e depois para a Fortaleza de Boa Viagem e Ilha das Cobras.

O asilo da Ilha do Governador passou a sediar uma Companhia de Aprendizes Marinheiros, que já há alguns anos, dividia o espaço com os beneficiários asilados. Em 1882, eram 41 os inválidos na Marinha, sendo 6 residindo no quartel em Villegagnon, 1 cumprindo sentença, 3 no Hospital dos Lázaros, 4 no Hospício D. Pedro II e 27 licenciados nas Províncias (RMM, 1882).

Nos anos seguintes, observa-se o crescimento do número de inválidos, sendo que aqueles que optaram por utilizar residência

concedida pelo Estado, encontravam-se em um Próprio Nacional na Ilha das Cobras (a partir de 1884). Assim, em 1883, o número de inválidos era de 46, sendo 10 residindo na Fortaleza de Boa Viagem. Em 1884, totalizavam 56, sendo 14 residentes na Ilha das Cobras. Em 1885, contabilizavam-se 68, sendo 18 residentes na referida ilha. Em 1887^{xvi}, o total era de 116, dos quais 17 utilizavam-se de residência nessa mesma ilha.

Diante desse aumento do número de inválidos – ficando sem dignas condições de aloca-los no imóvel até então utilizado - e da propagação do Beribéri no Batalhão Naval, o Ministro da Marinha, Luiz Antonio Vieira da Silva, solicitou ao Ministério da Guerra que os recebesse, no Asilo de Inválidos na Pátria, que desde 1868 funcionava na Ilha do Bom Jesus (RMM, 1887).

OS MILITARES DA MARINHA DO BRASIL NO ASILO DE INVÁLIDOS DA PÁTRIA

A transferência dos militares inválidos da Marinha para o asilo da Ilha do Bom Jesus se dá não só pela inadequação do alojamento na Ilha das Cobras, como também em virtude da propagação do Beribéri ocorrida nessa ilha em 1887.

Desse modo, além dos inválidos^{xvii} que residiam no imóvel a eles destinado na Ilha das Cobras, foram transferidos para o asilo da Ilha do Bom Jesus 104 militares acometidos de beribéri. Estes permaneceriam em uma região do asilo na qual se estabeleceu uma enfermaria a partir de 11 de março de 1888 (RMM, 1888).

Constatado um aumento dos óbitos das praças enfermas da Armada quando em tratamento na Ilha do Bom Jesus, decidiu-se por transferi-los para uma enfermaria criada em Nova Friburgo, cujas instalações disponibilizavam o sistema hidroterápico e melhores condi-

ções de alocação, o que permitiu uma melhor recuperação dos doentes (REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA – RMB, 1889, ed. 17, p. 231).

Quanto às praças invalidadas da Marinha alojadas no asilo, verifica-se em aviso do Ministro Contra-Almirante Custódio José de Mello, datado de 16 de dezembro de 1892, a disseminação de procedimentos com vistas à manutenção da disciplina^{xviii} em virtude da constatação de desvios de conduta.

No dito documento o Ministro declara que em tais casos, dever-se-ia aplicar o previsto no Aviso nº 95, de 12 de janeiro de 1876, tal qual ocorria com as praças do Exército, com o envio em custódia para correção em uma fortaleza, com posterior retorno ao asilo, caso a conduta não ensejasse enquadramento na lei penal.

Em que pese a responsabilidade pela prática de injustificáveis atos de desordem, percebe-se por meio da análise da documentação existente um descontentamento das praças da Armada com relação à contribuição que, desde a lei de 1848^{xix}, efetuavam por meio de desconto^{xx} no soldo para fazerem jus ao socorro da nação no asilo de inválidos, sendo que o mesmo não ocorria com os militares do Exército para usufruto do estabelecimento.

Ademais, verifica-se certo desgosto com a diferença de costumes e a sua subordinação em outra Força (RMM, 1892; RMM, 1896; RMM, 1919). Por aquele tempo, demonstrava a Administração Naval, uma vez mais, interesse na construção de um asilo próprio para o pessoal da Armada, utilizando-se dos valores angariados mediante contribuição^{xxi} do pessoal militar por mais de cinquenta anos.

Além do direito que assiste à Marinha de possuir um asylo, para o qual tem concorrido e ainda concorre o pessoal militar, outras vantagens de ordem disciplinar aconselham, desde já, a construção desse edifício, onde a acção do superior da mesma corporação se faça sentir directamente pelo conhecimento do pessoal da Armada, onde os hábitos e costumes são diversos dos das praças do Exercito (RMM, 1901, p. 129).

No que diz respeito à regulamentação e ao ingresso no asilo foram instituídas novas instruções na última década do Séc. XIX. Essas instruções^{xxii} para admissão no estabelecimento procuraram consolidar o que havia de esparso na legislação da Marinha sobre o assunto, equiparar os direitos dos inferiores e praças aos do Exército, bem como “limitar o caso de admissão aos expressamente determinados em lei” (RMM, 1898, p. 231), uma vez que parte das normas existentes havia se consolidado pelo costume e já era perceptível a preocupação com a forma como seus resultados oneravam o Estado.

Convém ressaltar que as regras recém-criadas mantinham todos aqueles já admitidos no asilo até a data da nova lei e, apesar da previsão de afastamento dos detentores de mau comportamento e retirantes espontâneos^{xxiii}, poderiam aqueles ser readmitidos se demonstrassem prova de regeneração (RMM, 1899).

De mais a mais, na aurora do Século XX, outros ajustes ocorreriam na legislação. Em 1903, ao subsidiar o Presidente da República Rodrigues Alves, o Almirante Júlio de Noronha alertava para o aumento crescente dos custos do erário com os asilados. Ressaltava sobre a existência de inválidos exercendo cargos de atividade e, supostamente, usufruindo da pensão de maneira indevida.

O Ministro chega a suscitar uma possível benevolência das juntas médicas ou para o fato de que a causa das eventuais inabilitações não seriam suficientes para que pudessem, por si próprios, proverem a subsistência.

Ao apresentar os números, atentando para o fato de que o valor das despesas do período 1890-1902 traduzia-se no sêxtuplo daquelas ocorridas no período 1877-1889, o Ministro da Marinha sugeriu nova reformulação da legislação que tratava do assunto, tornando-a mais rígida. Com isso, após os trâmites legislativos pertinentes, entrou em vigor o Decreto nº 4.927, de 21 de agosto de 1903^{xxiv}, abarcando, em grande parte, as medidas aventadas.

Além disso, a análise dos registros históricos também permite concluir que muitos inválidos se utilizaram da possibilidade de viver fora dos auspícios do asilo. Ressalta-se que tal solicitação era possível e estava prevista nas “Instruções para o Asilo de Inválidos”, que expressava em seu artigo 37: “As praças do asylo, que preferirem residir nas províncias as vantagens do estabelecimento, deverão para isso requerer ao governo pelos tramites legais” (HONORATO, 1869, pp. 85-86).

A execução desse recurso pode ser percebida em inúmeras solicitações à autoridade competente, como se observa em Portaria datada de 27 de setembro de 1904, publicada na Revista Marítima Brasileira:

Foram concedidas, na forma da lei, para tratamento de saúde, as seguintes licenças: para residirem fóra do Asylo, percebendo soldo e o valor da ração, aos seguintes invalidos: 2º sargento do corpo de infantaria de Marinha. Vasco Coelho da Costa, nesta capital, e marinheiros nacionaes, Alfredo Domingos da Silva, no Estado da Parahyba e Albino Pereira Duarte, no da Bahia (RMB, 1904, ed. 45, p. 1008).

As justificativas sobre as deliberações tomadas no que diz respeito à flexibilização da saída de inválidos do asilo e o ajuste das normas permanecem em pauta nos períodos que se seguem. Como se evidencia pela análise de documento encaminhado ao Presidente da Comissão de Marinha e Guerra no Senado Federal:

Transmittindo a demonstração da despesa que faz presentemente este Ministério com os invalidos que residem fóra do asylo, na importancia de 298:262\$158 contra a de 393:133\$788 que teria de ser despendida, si as mesmas praças estivessem aquartelladas e arranchadas, sendo mais avultada esta importancia si se addicionasse a despendida com a aquisição de móveis, utensílios e medicamentos que decorreria do recolhimento de todos

os inválidos do asylo (aviso nº 1.789) (RMB, 1905, ed. 46, p. 1159).

Por outro lado, para além da perspectiva institucional no que diz respeito ao cumprimento da legislação e diminuição de custos, verificou-se a existência de inúmeras solicitações de cancelamentos, por desistência, da licença para residir fora, bem como de solicitações de readmissão no Asilo dos Inválidos da Pátria. Podemos inferir que as condições que a vida lhes dispunha no cotidiano extra-asilo os fez perceber vantagem no retorno, ou, quanto mais não seja, a possibilidade de uma condição mais digna.

Em paralelo, com os ajustes na legislação, verificou-se um decréscimo na renda de contribuições para o asilo, ao menos até que se incluísse, naquele sistema, a participação dos mecânicos navais em 1909 (RMM, 1909). A tabela a seguir apresenta os valores angariados para a instituição no período 1903-1908:

Tabela 1
Demonstrativo dos valores totais das contribuições do pessoal da Marinha para o AIP no período 1903-1908

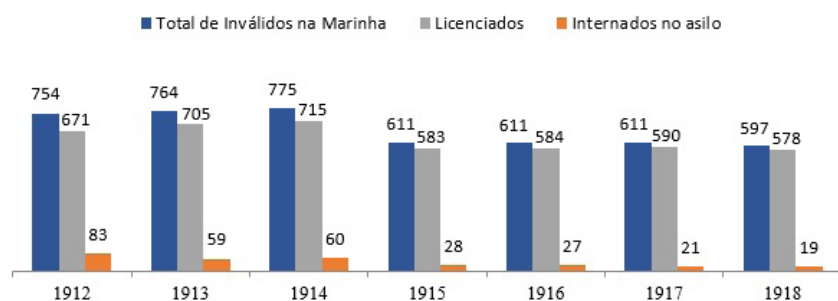
Ano	Total de contribuições (em Réis ^{xxv})
1903	12:265\$666
1904	7:582\$027
1905	5:585\$335
1906	4:804\$324
1907	3:388\$337
1908	3:098\$436

Fonte: RMM, 1908, p. 140.

Nos anos seguintes, além da busca por melhores condições de remuneração, permanecem os anseios pela construção de asilo próprio para o pessoal da Marinha. Com efeito, verifica-se apenas um pequeno número de inválidos da Força recorrendo ao amparo do Asilo de Inválidos da Pátria, preferindo a maioria à solicitação de licença^{xxvi} para residir em seus locais de origem ou onde melhor lhe conviesse.

No gráfico abaixo é possível observar o quantitativo de militares inválidos na Marinha, o total desses militares licenciados para viver fora do asilo, assim como o número de asilados da Força estabelecidos no AIP no período compreendido entre 1912 e 1918:

Figura 1
Situação dos militares Inválidos na Marinha do Brasil
no período 1912-1918



Fonte: Elaboração do autor, com base nos Relatórios dos Ministros da Marinha do período.

Aliás, os registros apontam que o percentual de militares da Marinha em relação ao efetivo total de asilados no AIP não demonstra ter sido expressivo. Se tomarmos por base o ano de 1909, quando o montante de asilados girava em torno de 800, o pessoal da Marinha equivalia a 41, ou seja, cerca de 5% do efetivo total de inválidos existentes no estabelecimento.

No que diz respeito à subordinação^{xxvii} na Força, de acordo com Caminha (1989) durante a segunda reforma do Ministro Alexandrino (1923-1934), o pessoal invalidado da Marinha ficou subordinado ao Batalhão Naval e este a Diretoria de Pessoal.

Não obstante à percepção da existência de rivalidades e conflitos entre os asilados, como os que motivaram o criminoso incêndio cometido por dois asilados da Armada,^{xxviii} em 1909, a ilha do Bom Jesus também abrigou notáveis militares, valorosos combatentes do Brasil em retiro devido à sua situação de saúde, como os soldados do Corpo de Infantaria de Marinha João Francisco de Oliveira e Virgílio Jorge dos Santos.

Tais militares foram galardoados com medalha humanitária e elogio do Presidente da República, respectivamente, em virtude de salvamento, com risco da própria vida, de pessoas que se afogavam após o soçobro de uma pequena embarcação em outubro de 1899 nas proximidades da Ilha do Bom Jesus (RMM, 1899). Por certo, o asilo se traduziu na casa de homens das classes humildes, valorosos brasileiros que se invalidaram na defesa dos interesses nacionais, heróis muitas vezes esquecidos e em certos casos injustiçados.

Conforme relata Marcelo Santos Rodrigues em sua pesquisa intitulada Guerra do Paraguai – os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento: “a discórdia era derivada da convivência entre indivíduos que, segregados do convívio social, ressentidos pelo esquecimento a que foram condenados, carregando enfermidades e cicatrizes adquiridas na guerra e privados da liberdade, viam aumentar o estado de tensão entre si (RODRIGUES, 2009, p. 277).

Como se percebe, aquele se tratava de um local de convivência de homens que haviam atendido ao chamado da Pátria, tendo muitos deles perdido os melhores tempos da mocidade em consequência do dever com o país. Em matéria datada do final do ano de 1868, assim expressava o jornal carioca Diário Fluminense:

Vive-se nesse mundo, sem pernas, sem braços, tendo um olho de menos, alguma cicatriz que desfigura ou alguma ferida que alimenta constantemente gratas dores; que são as dores suportadas por haver se cumprido uma saga do dever (JORNAL DIÁRIO FLUMINENSE, 08/12/1868).

Há de se convir, portanto, que se no seu tempo em verdade não alcançaram o benemérito tratamento, a história não os deixe olvidá-los, pois assim como se esvai a existência de um indivíduo, também se perdem na lembrança as narrativas de nossas instituições.

Destarte, sejamos meritórios desse legado, gratos pelos esforços daqueles que nos antecederam e estejamos atentos aos desígnios do nosso tempo sem perder a nossa essência enquanto defensores da Pátria.

NOVOS TEMPOS: A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Esta pesquisa, embora sem intenção de esgotar o tema, apresenta as principais nuances que compreenderam a relação da Marinha do Brasil com a Ilha do Bom Jesus. Nesse sentido, o trabalho permitiu que se recuperassem consideráveis informações a respeito da temática investigada, todavia, permaneceu a necessidade de continuação das diligências sobre a relação da Marinha com o AIP nos últimos anos de funcionamento do asilo^{xxix}. Inevitavelmente, a análise das fontes e do próprio sítio permitiu constatar a existência de enorme riqueza histórica associada ao local.

Sob essa ótica, mercê de qualidades que lhe são próprias, a Ilha do Bom Jesus aflora como detentora de grande potencial turístico e faz refletir sobre o fato de que as mesmas condições que ensejaram a decisão de lá instalar o Asilo de Inválidos da Pátria, hoje, talvez

possam motivar a criação de um equipamento cultural de vigorosa relevância e abrangência.

A tutela do espaço pelo Exército Brasileiro confere as vantagens experimentadas pela Marinha do Brasil, na Ilha das Flores, onde o Museu da Imigração^{xxx} tornou-se o principal atrativo de escolas e projetos sociais da cidade de São Gonçalo e região. Ao visitar tais espaços, para além da prestação de um serviço e do conhecimento histórico do local, o visitante percebe e leva consigo a ideia de preservação, atencioso atendimento e organização típicos das Forças Armadas, percepções que, muitas vezes, não lhe seriam acessíveis por outros meios de interação.

Por conseguinte, com a devida atenção à segurança e sem prejuízo das atividades precípuas previstas e regulamentos pertinentes, fica evidente que a valorização dos vestígios históricos e o apoio às atividades educacionais e socioculturais também cooperam para o reconhecimento das Forças Armadas enquanto colaboradoras ativas para o desenvolvimento nacional^{xxxi}. Essas ações positivas entram no imaginário da sociedade, relacionando o militar também à preservação e à cientificidade, temas inseparáveis do nosso tempo.

Nessa perspectiva, além de proporcionar a interação com a sociedade com a qual se vincula a defesa, o desenvolvimento de um projeto museológico na Ilha do Bom Jesus desvelaria uma fatia da história das Forças Armadas ainda pouco conhecida: o amparo social ao militar, traduzido nas atividades do asilo de inválidos.

Sob esse ponto de vista, o espaço despertaria não só a cultura histórico-institucional sobre o amparo e a importância do acolhimento dos militares inválidos, como também perspectivas, histórias e narrativas individuais e sociais dos antigos habitantes. Além da possibilidade da concepção de atividades educativas e de preservação do meio ambiente.

Complementarmente, tal projeto poderia abarcar em seu seio o histórico dos demais estabelecimentos que funcionaram no logradouro, com seus fatos pitorescos e peculiaridades, envolvendo inter-relações, convívios e percepções, bem como sua eventual relevância para a concepção da memória e formação do país tal qual conhecemos.

Essas medidas, portanto, evidenciam o potencial da criação de um círculo virtuoso capaz de cooperar para a manutenção do acervo arquitetônico e paisagístico da Ilha do Bom Jesus. Valendo-se, do mesmo modo, das contribuições decorrentes da pluralidade de agentes para o recrudescimento do valoroso ofício de preservar a memória e construir a história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKES, Paulo; IRGANG, Bruno. *Mata Atlântica: as árvores e a paisagem*. Porto Alegre. Paisagem do Sul Editora, 2004.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Jornal Diário Fluminense*, Rio de Janeiro, 8 dez. 1868.

BRASIL. *Decreto nº 2.774, de 20 de junho de 1938*. Aprova as Instruções para o Asilo de Inválidos da Pátria.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-2774-20-junho-1938-345709-publicacaooriginal-1-pe.html>

Acesso em: 06OUT2020.

BRASIL *Decreto nº 4.927, de 21 de agosto de 1903*. Estabelece regras atinentes à admissão dos servidores da Marinha no Asilo de Inválidos, à sua permanência nesse estabelecimento, aos vencimentos que deverão perceber e às etapas concedidas às esposas dos asilados.

Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/406734/publicacao/15627121>

Acesso em: 02OUT2020.

BRASIL *Decreto nº 5.142, de 06 de janeiro de 1927*. Fixa em 2\$500 o valor da etapa dos servidores da Nação internados no Asilo de Inválidos da Pátria.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5142-6-janeiro-1927-563069-publicacaooriginal-87181-pl.html>

Acesso em: 06OUT2020.

BRASIL *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, p. 20-21, 26 jul. 1911.

Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1870061/pg-20-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-07-1911>

Acesso em: 30SET2020.

BRASIL *Lei nº 342, de 06 de março de 1845*. Fixa as forças navais para o ano financeiro de 1845 a 1846. Câmara dos Deputados. Biblioteca Digital/Coleção de Leis do Império do Brasil.

Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18344>

Acesso em: 05OUT2020.

BRASIL *Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848*. Fixando a despesa e orçando a receita para o exercício de 1849-1850, e ficando em vigor desde a sua publicação. Câmara dos Deputados. Biblioteca Digital/Coleção de Leis do Império do Brasil.

Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18347>

Acesso em: 05OUT2020.

BRASIL Ministério da Guerra. *Relatório do ano de 1840 apresentado à Assembléia na Sessão Ordinária pelo Ministro José Clemente Pereira*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1841.

BRASIL Ministério da Marinha. *Relatório do ano de 1827 apresentado à Assembléia Geral em 03 de maio de 1828 pelo Ministro Diogo Jorge de Brito*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876.

BRASIL. *Relatório do ano de 1841 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinária pelo Ministro da Marinha, Francisco Vilela Barbosa*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1841.

BRASIL. *Relatório do ano de 1843 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª Seção da 5ª Legislatura pelo Ministro da Marinha, Jeronimo Francisco Coelho*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1844.

BRASIL. *Relatório do ano de 1853 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Seção da 9ª Legislatura pelo Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1854.

BRASIL. *Relatório do ano de 1855 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª Seção da 9ª Legislatura pelo Ministro da Marinha, João Mauricio Wanderley*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1856.

BRASIL. *Relatório do ano de 1860 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Seção da 11ª Legislatura pelo Ministro da Marinha, Chefe de Divisão Joaquim José Ignácio*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861.

BRASIL. *Relatório do ano de 1861 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Seção da 11ª Legislatura pelo Ministro da Marinha, Chefe de Divisão Joaquim José Ignácio*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862.

BRASIL. *Relatório do ano de 1863 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Seção da 12ª Legislatura pelo Ministro da Marinha, Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lamare*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1864.

BRASIL. *Relatório do ano de 1866 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Seção da 13ª Legislatura pelo Ministro da Marinha, Affonso Celso de Assis Figueiredo*. Rio de Janeiro: Tipographia Perseverança, 1867.

BRASIL. *Relatório do ano de 1867 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Seção da 13ª Legislatura pelo Ministro da Marinha, Affonso Celso de Assis Figueiredo*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1868.

BRASIL. *Relatório do ano de 1869 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Seção da 14ª Legislatura pelo Ministro da Marinha, João Maurício Wanderley*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1870.

BRASIL. *Relatório do ano de 1870 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª Seção da 14ª Legislatura pelo Ministro da Marinha, Manoel Antonio Duarte de Azevedo*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1871.

NOTAS:

- i Segundo o Dicionário Michaelis (2014), entende-se por Caqueirada um amontoado de caqueiros, cacos; grande quantidade de objetos velhos ou inúteis. Ainda de acordo com a mesma fonte, a interpretação coloquial do termo alude a uma pancada no rosto dada com a palma na mão, bofetão, bofetada, sopapo.
- ii A Ordem dos Frades Menores (ordem dos franciscanos), fundada por São Francisco de Assis, é uma fraternidade na qual os irmãos, seguindo a Jesus Cristo mais de perto e sob a ação do Espírito Santo, consagram-se, pela profissão, totalmente a Deus, o sumo bem, vivendo o Evangelho na Igreja, segundo a forma observada e proposta por São Francisco. (CONSTITUIÇÕES GERAIS DA ORDEM DOS FRADES MENORES, Art. 1,1).
- iii A escritura de doação foi registrada na folha nº 133 do Livro nº 1 do Tombo Geral da Província Franciscana da Conceição do Brasil. Mais tarde, por ocasião do falecimento da Sra. Ignez de Andrade, ficou revogada em seu testamento a doação total do terreno, mantendo apenas uma parte “o que respeita a dita ilha, desde o estreito della para a parte, onde tem o sobredito hospício, ou convento”. Deixando o restante do terreno ao seu herdeiro, Sr. Antonio Telles de Menezes. Assim, no mesmo Livro nº 1, na folha 160, ficou registrado os ajustes entre os religiosos e o referido herdeiro em relação ao terreno, Honorato (1869).

- iv Em 1808, fora propriedade do Capitão Felipe Antônio Barbosa, o qual por determinação do Príncipe Regente a cedeu para a instalação do Hospital dos Marinheiros Ingleses por ocasião da vinda da esquadra britânica em acompanhamento à Família Real Portuguesa ao Brasil. Em 1817, acolheu o Hospital dos Lázaros de São Cristóvão, voltando à posse de seu antigo proprietário, Capitão Felipe Antônio Barbosa, em 1823. Atualmente a ilha pertence à Marinha do Brasil e sedia o Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), organização militar que tem o propósito de capacitar os Oficiais dos diversos Corpos e Quadros para o exercício, na paz e na guerra, das funções previstas nas Organizações Militares da Marinha.

- v Na descrição dos Próprios Nacionais da Marinha contida no relatório de 1891, consta que o referido terreno media 90m de frente x 41m de fundo e estava localizado na parte oeste da Ilha do Bom Jesus. Naquele ano, existiam no imóvel as seguintes edificações: na parte sul do terreno da Marinha na ilha, cinco telheiros de zinco sobre esteios de madeira, medindo cada um 12,5m x 36m de fundo (servindo de depósitos de madeira de construção naval); nos fundos do Próprio Nacional nº 163, uma casa de madeira com 9,8m de frente x 5m de fundo, com cobertura de zinco em meia água (servindo de residência do encarregado das madeiras); no centro do terreno, uma pequena construção de tijolos e madeiras com cobertura de zinco em meia água, medindo 8,8m de frente x 4,4 de fundo (servindo de residência dos remadores a serviço do depósito de madeiras); contígua ao Próprio Nacional nº 165, outra pequena meia água de tijolos e madeira com cobertura de telhas nacionais, medindo 7m de frente x 4,4m de fundo (desocupada e em ruínas); fronteira aos Próprios Nacionais nº 165 e 166, uma casa de frontal de tijolos sobre baldrame de alvenaria de pedra, cobertura de telhas nacionais, medindo 15,7m de frente x 7m de fundo e contendo um puxado (cozinha) de 5,2m de frente x 3,4 de fundo (servindo de residência do empregado da Intendência Martiniano Alves de Paiva); na parte oeste do terreno da Marinha, uma construção sólida de alvenaria de pedra – sem cobertura – medindo 37m de frente x 22,2m de fundo (desocupado, sede do antigo paiol de pólvora) e ainda na parte oeste do mesmo terreno, uma pequena casa térrea de frontal, cobertura de telhas nacionais, medindo 5,6m de frente x 5,6 de fundo (Em 1891, encontrava-se desocupada. Servia de sede do Corpo da Guarda do depósito de madeiras).

- vi Pequeno mastro. Qualquer mastro verga ou pau de sobressalente a bordo. Espécie de armação sobre a qual iam amarradas as madeiras para reparações.

- vii Peça de madeira para a construção de mastros, vergas etc.

- viii O cedro (*Cedrela fissilis*) é uma árvore de ocorrência frequente na Floresta Atlântica, sendo extremamente importante para a produção madeireira (Paula & Alves 2007). Pode atingir até 40 m de altura e exibe tronco retilíneo, bastante utilizado na construção civil (Lorenzi 1992; Backes & Irgang 2004) e na construção naval (Gonzaga 2006).

- ix Árvore da família Leguminosa e Mimosoideae. Possui madeira nobre, hoje rara, de extraordinária beleza, usada na construção naval no acabamento

interno de embarcações, em carpintaria fina. Na carpintaria civil, é utilizada em móveis de alto padrão, painéis decorativos, lambris e esculturas.

- x O araribá é uma árvore da família das Leguminosas (Fabaceae). A madeira é utilizada na construção civil, naval, obras externas, carpintaria, marcenaria de luxo, móveis finos, postes, mourões, esteios, vigamentos para pontes, cercas, hélice de pequenos aviões, cabos de ferramentas e enxada.
- xi É uma árvore de grande porte, pertencente à família das apocináceas (Aspidospermopoloneuron ou A. peroba). Possui madeira de primeira qualidade, amplamente utilizada na construção naval, bem como para vigas, caibros, assoalhos e escadas, em obras externas como postes e dormentes, na confecção de móveis pesados, carrocerias e vagões.
- xii Inclui-se a madeira de Araucária (Araucariaangustifolia) Na carpintaria naval essa madeira é considerada ideal para o tabuado do casco, talabardões, tabicas e paneiros de embarcações miúdas, como baleeiras, escaleres e botes. Embora inadequada para vigas estruturais, sua baixa resistência aos cupins de madeira seca é irrelevante, pois a água do mar se faz um bom preservante natural. Além disso, as embarcações miúdas costumam ser recolhidas, não permanecendo sujeitas aos teredos navais.
- xiii Madeira amplamente usada na construção naval. O gênero Pínus, da família Pinaceae, engloba centenas de espécies espalhadas por quase todo o Hemisfério Norte, do Japão ao caribe. O pínus, originário das regiões mais frias, é abundante na Taiga Siberiana. Produz o chamado Pinho de Riga. Essa madeira era exportada principalmente pelo Porto de Riga, capital da Letônia, república do Mar Báltico, integrante da Liga Hanseática, nos primórdios do Liberalismo.
- xiv Sabendo da existência, no passado, de outros estabelecimentos criados com a finalidade receber inválidos, como o que deu nome à Rua dos Inválidos na cidade do Rio de Janeiro (criado em 1794) e o Corpo de Inválidos para a Guarda de Presos (criado em 1810) ou mesmo o Corpo de Veteranos (criado em 1815). A alusão a essa data não enseja patentear que teria sido este um marco inicial para o início do ideário sobre a criação de um asilo para tal finalidade no Brasil, mas sim demonstrar o quão antiga era, no Brasil independente, a aspiração pela construção de um estabelecimento próprio para os militares da Marinha impossibilitados para o serviço.
- xv Praça de pré (referido ocasionalmente pelo termo arcaico: praça de pret), é um militar que pertence à categoria inferior da hierarquia militar. Normalmente, incluem-se na categoria das praças os militares com as graduações de soldado e de cabo.
- xvi Infelizmente não se pôde obter os mesmos dados referente ao ano de 1886 no momento da realização desta pesquisa.
- xvii Esses foram transferidos para o Asilo de Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus, por força de um Aviso Regulamentar adicional, datado de 23 de abril

de 1888. Com isso, receberiam o soldo, porém teriam as demais despesas arcadas pela sociedade que subsidiava a instituição: a Sociedade Asilo dos Inválidos da Pátria.

- xviii De acordo com a Consulta nº 7933 do Conselho Naval: “perde o direito ao soldo e ração a praça ou inferior asylado que for expulso do asylo por irregularidade de conduta julgada pelo conselho do estabelecimento” (RMM, 1898, p. 11).
- xix Trata-se da Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848. A Lei 3.141 de 30 de outubro de 1882 e decisão de 31 de outubro de 1896 (publicada no Diário Oficial da União de 12 de janeiro de 1897) regulamentaram a equiparação dessa contribuição à pensão.
- xix O desconto aqui referido, de acordo com o Aviso nº 943 de 08 de junho de 1893, passou a ser deduzido somente do soldo.
- xxi A contribuição mensal de um dia de soldo para o asilo de inválidos que antes fora obrigatória, a posteriori, na última década do Século XIX, foi cancelada (Decreto nº 477 de 09 de dezembro de 1897 do Presidente da República Prudente J. de Moraes Barros) e novamente re-instituída algum tempo depois. Com a criação das novas regras passou então a ser facultativa. Com isso, era necessário o desconto de um dia de soldo, por mês, durante seis anos para que se garantisse o direito ao asilo, excetuando-se, logicamente, os casos de inclusão garantidos por força de lei. A partir de 1903, o direito ao asilo passou a ser garantido após dez anos de contribuição.
- xxii Ver Consulta ao Conselho Naval nº 7952/1898 - Instruções para o Asilo de Inválidos da Pátria - aprovadas em 10 de maio de 1898 (RMM, 1898, p. 261), além do Aviso nº 1359 de 14 de dezembro de 1899 do Ministro da Marinha José Pinto da Luz.
- xxiii Não é correta a aplicação da expressão “desertores” aos inválidos que abandonam o asilo sem ciência ou permissão do Comandante. Fora preferível qualificá-los de “retirantes espontâneos” visto como a fuga ou apartamento voluntário do estabelecimento importa uma desistência virtual do socorro do Estado. E, por isso mesmo, não incorre em pena disciplinar quem o pratica. Esses militares devem ser desligados ad perpetuum com perda de todo o vencimento, salvo o soldo da reforma, sem mais possibilidade de admissão. Assim prescreveram os Avisos de 15 de agosto de 1895 e 07 de agosto de 1897, tanto do Exército como da Armada (RMM, 1899, p. 341).
- xxiv No final dos anos 30, o Decreto nº 2.774 de 20 de junho de 1938 definiu novas instruções para o AIP.
- xxv Moeda vigente à época e a que por mais tempo circulou no Brasil: do descobrimento em 1500 a 1942. Foi substituída pelo cruzeiro na reforma monetária do governo Getúlio Vargas, a primeira a tentar organizar o sistema

financeiro nacional. Para o valor descrito na tabela atinente ao ano de 1903 (12:265\$666), lê-se Doze Contos, Duzentos e Sessenta e Cinco Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Réis. Conforme (GOMES, 2007), o valor da conversão de Um Conto de Réis (Mil Mirréis), em Reais, naquele ano, seria de aproximadamente R\$ 123.000,00 – Cento e Vinte e Três Mil Reais.

- xxvi Um dos motivos da preferência dos inválidos por residir fora do asilo provinha do fato de que, naquele tempo, era-lhes abonada a “etapa” em dinheiro, o que não ocorria com os residentes na instituição. Entende-se por “etapa” aquilo que consome o soldado diariamente acampado ou em marcha, provém a palavra do francês: *étape*. Ver regulamentação posterior do assunto por meio do Decreto 5.142 de 06 de janeiro de 1927.
- xxvii No Exército Brasileiro, a subordinação do AIP foi transferida da Diretoria Geral do Serviço Militar para a Primeira Região Militar por meio do Decreto nº 38.542, de 11 de janeiro de 1956.
- xxviii Ver mais em Revista Kosmos, Número 1, Ano VI, Janeiro de 1909.
- xxix Ver Decreto nº 77.801, de 09 de junho de 1976. Extingue o Asilo de Inválidos da Pátria e dá outras providências.
- xxx Ver mais em www.miif.org.br.
- xxxi Ver Art. 16 da Lei Complementar nº 97 de 09 de junho de 1999.

ASSASSINATO E ROUBO NA ILHA DA CAQUEIRADA

Emílio Maciel Eigenheer¹

Um acontecimento marcante na história da Ilha do Bom Jesus ocorreu em 12 de janeiro de 1838. Na madrugada deste dia, às 2hs, foi arrombada a casa do antigo soldado da Guarda do Imperador D. Pedro I, Antonio Gonçalves Liberal, natural de Minas Gerais. Liberal *“aí passava numa vida retirada, sem inimigos e tranquila”*. Era *“possuidor, segundo o povo, de considerável fortuna”*.

O *proprietário*, ouvindo barulho, e percebendo a presença de estranhos, levantou-se e, armado, tentou fazer frente aos criminosos, que entraram em sua casa. Chegou a ferir um deles (José Martins Carlos), mas foi dominado, espancado e morto com um tiro na têmpora. Um dos seus escravos também foi morto, e outro logrou fugir, e avisou moradores da Ilha, que prontamente vieram em socorro. Os criminosos, porém, conseguiram escapar.

O tenebroso crime ficou conhecido como “O assassinato e roubo da Ilha da Caqueirada”, como era conhecida, então, a Ilha.

Passados quatro meses, os criminosos foram presos. Entretanto, *“já uns desgraçados ferreiros da Prainha jaziam na cadeia por indiciados nesse roubo, quando a incansável atividade do Sr. Dr. Mattoso da Câmara, chefe de Polícia, conseguiu descobrir os*

1 Professor Doutor da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Pesquisador do Corpo de Pesquisadores Associados do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx).

verdadeiros autores do crime” (O SETE D’ABRIL, 09/02/1839: 3). Os reais criminosos foram presos graças também à denúncia “*de pretos remadores do Cais dos Mineiros*”.

O fato de que fossem inocentes os três primeiros acusados, tornou o caso emblemático para a discussão sobre a pena de morte, então vigente no Brasil.

Quatro criminosos foram pronunciados

pelo digno Juiz de Paz de Inhaúma, o Sr. Mendonça; em junho mesmo o Sr. Chefe de Polícia fez que este processo entrasse no I Jury que o achou com matéria para acusação, e logo entrou em 2º, que os condenou à morte. Ainda no mês de junho o mesmo processo foi julgado pelo Jury de Nitheroy que confirmou a sentença. Apelaram para a Delação, interpuseram revista, e imploraram graça ao Poder Moderador; mas, a Delação, Tribunal Supremo e o Poder Moderador, todos foram inflexíveis, e a necessidade de um castigo correspondente ao crime foi reconhecido pelos Poderes Supremos (O SETE D’ABRIL, 09/02/1839: 3).

Além dos quatro criminosos condenados, havia outros que não estavam arrolados no citado processo e não foram envolvidos nos trágicos acontecimentos que se sucederam: “*Consta que aos réus do roubo da Caqueirada foram confirmados a sentença de morte a uns e a de galés perpétuas a outros*” (JORNAL DO COMMERCIO, 01/10/1838: 1).

Ou ainda:

Dos outros sócios alguns estão nas galés da casa de Correção e Arsenal, e outro está condenado à morte, mas o processo ainda não chegou ao seu fim. Consta-nos mais que o infatigável Juiz de Paz do 2º distrito de Santa Rita, o sr. Gabriel, tivera grande parte na prisão de alguns destes réus (O SETE D’ABRIL, 06/02/1839: 3).

Os quatro condenados estavam presos na Fortaleza da Lage aguardando a execução marcada para o dia 6 de fevereiro de 1838.

Neste mesmo dia, deveriam ser conduzidos à cadeia de Aljube, onde havia um oratório para condenados à morte.

Eles não estavam, porém, dispostos a serem enforcados e executados publicamente. Fizeram, então, um pacto de morte, e ofereceram resistência aos soldados que foram buscá-los. Tinham conseguido se libertar das correntes e, com o uso de um instrumento cortante, se feriram, três mortalmente. Para não arriscar a vida dos soldados, e sem saber ao certo o que ocorria no calabouço, o comandante Luiz Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias) e o Major Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão (futuro Visconde de Santa Sé), chamados pelo Ministro da Justiça, ordenaram que se usassem bolas de enxofre para, diante da fumaça, obrigá-los a sair. Só um deles, já com a garganta cortada, saiu da cela; os outros três, como dito, já estavam mortos (BARRETO FILHO; LIMA, 1942: 117).

Assim explica o Jornal do Commercio como os prisioneiros lograram se libertar das correntes

Não pode ter lugar hoje, como havíamos noticiado, a execução dos quatro assassinos da Caqueirada, pelas cenas graves ocorridas na prisão, e que passamos a referir. Dois oficiais do expediente da polícia, acompanhados de dois inferiores e de dezesseis soldados bem armados, dirigiram-se ontem, ao romper do dia, à Fortaleza da Lage, para receber os quatro condenados, e conduzi-los ao oratório do Aljube.

Mas já eles se tinham livrado dos machos dos pés, por meio de uma lima que conseguiram introduzir na funda de um dos quatro, que era herniário. Com essa lima e os ferros quebrados, fizeram a mais desesperada resistência, instigando os soldados a que disparassem tiros, e por este modo os matassem. (JORNAL DO COMMERCIO, 06/02/1839: 1).

Depois de controlada a situação pelo comandante Luiz Alves de Lima e Silva, os criminosos foram encaminhados ao Hospital da Misericórdia, onde os três corpos foram expostos à curiosidade

pública. O sobrevivente, após ser medicado, foi levado à forca no dia 8 de fevereiro.

Foi executada ontem, no largo do Capim, a sentença de morte a que havia sido condenado Antonio Joaquim da Silva, um dos perpetradores do assassinio da Ilha da Caqueirada. O padecente foi levado numa padiola até o patíbulo, que se achava rodeado de imenso concurso de povo. Ali, depois de conversar bastante tempo com um dos religiosos que o assistirão, subiu os degraus da forca sustentado pelos pretos que o haviam carregado na padiola, e alguns momentos depois pagou com a vida os enormes crimes que havia cometido (JORNAL DO COMÉRCIO, 09/02/1839: 1).

Executada a sentença, o Padre Mestre Cândido do Amor Divino, religioso franciscano, dirigiu ao povo uma prédica. Terminou dizendo: *“Costumes sem moral são uma quimera, moral sem Cristianismo é um verdadeiro absurdo. Sede virtuosos e os crimes desaparecerão”* (O SETE D’ABRIL, 09/02/1839: 4).

Tais acontecimentos se tornaram um assunto palpitante para a população.

O público desta capital ocupa-se, desde três dias, com os incidentes terríveis da prisão da Lage. Em verdade não se tinha visto revolta igual do crime sentenciado contra a execução judiciária, e muito menos as circunstâncias lúgubres deste drama” (JORNAL DO COMMERCIO, 08/02/1839: 2).

Na corte, a atenção pública achou-se toda empenhada com a sublevação dos condenados da Caqueirada, com esses homens ferozes como feras, que para não pagarem na forca seus inúmeros crimes, recorreram à resistência, a ver se assim achavam morte menos vergonhosa (...). Esse fato, talvez único nos anais da ferocidade (...). (JORNAL DO COMMERCIO, 11/02/1839: 1).

Digno de atenção é o fato de que, na edição de 09 de fevereiro, o Jornal do Comércio, em sua seção de Anúncios, informa a venda de um folheto de 17 páginas, publicado pela Editora Laemmert, intitulado:

Últimos momentos dos quatro sentenciados à morte pelo roubo e assassinato da Ilha da Caqueirada, conforme as revelações feitas no hospital da Misericórdia pelo sobrevivente. Antonio Joaquim da Silva, executado no dia 8 de fevereiro, no largo do Capim. Um folheto à venda nas lojas do costume, por 160 reais.

Em 11 de fevereiro de 1839, o mesmo jornal anuncia a reimpressão do folheto, mostrando assim o sucesso da primeira edição.

O folheto perpetuou a memória do crime e dos eventos que se desenvolveram, sendo considerado um precursor da narrativa policial no Brasil (SILVA, 2019: 230).

Muitos jornais noticiaram à época os acontecimentos que, nas décadas posteriores, voltariam várias vezes à tona.

- Rio de Janeiro, 01 de novembro de 1906
- Vida Policial, 30 de maio de 1925
- Correio do Paraná, 11 de abril de 1938
- Diário Carioca, 02 de junho de 1943. Memórias de um repórter de polícia
- Diário da Noite, 09 de novembro de 1944. Pílulas da História Carioca

Na obra “História da Polícia do Rio de Janeiro”, de 1942, os autores registraram os acontecimentos.

Também importantes memorialistas da cidade do Rio de Janeiro como Dunlop (DUNLOP, 1960: 135) e Coaracy (COARACY, 1988: 325) não deixaram de fazer referência ao acontecido.

Há que se ressaltar que algumas características dos assassinos – arrogância, violência, vidas difíceis – chamaram a atenção dos leitores para o folheto. Um deles, Albino José, relata que uma paixão

fatal o levou ao crime. Apaixonou-se por uma moça rica, e queria dinheiro para cortejá-la e esposá-la. Além disso, *“a fisionomia deste mancebo de 25 anos alguma coisa tinha de agradável, e mesmo de belo”* (O SETE D’ABRIL, 09/02/1839: 3).

Destaque-se ainda que o fato de serem os quatro criminosos portugueses, acirrou as animosidades e antagonismos entre brasileiros e portugueses: *“Acaso são os portugueses os monstros da Caqueirada?”*

Assim foram descritos os criminosos, que, como Pedro, o espanhol (imortalizado por José do Patrocínio), ficaram nos anais da delinquência da época.

Os réus (O SETE D’ABRIL, 06/02/1839: 3):

1) *“José Martins Carlos, filho de Antonio Carlos e de Josefa de tal, branco, natural de Portugal, de 35 anos, solteiro, marítimo; e homem de cinco pés e meio e duas polegadas de altura, claro, cabelos ruivos, sobrancelhas cerradas, e tem o braço esquerdo mais curto que o direito. Tinha entrado em vários roubos, e já se achava condenado duas vezes a 8 anos de galés”.*

2) *“José Vicente Gonçalves, filho de Maria Rosa, branco, natural de Coimbra, de 43 anos, dentista, casado: é homem de cinco pés e meia polegada de altura, olhos pardos, cabelos pretos, cara redonda, nariz grande, barba cerrada”.*

3) *“Antonio Joaquim da Silva, filho de Antonio da Silva e de Thereza Maria, branco, natural do Porto, de 36 anos, vivia de negócio, solteiro: é homem de cinco pés e meia polegada de altura, magro, rosto escarnado, cabelos pretos e corridios, suíças pretas e cerradas, olhos pequenos, vivos e encovados, sobrancelhas cerradas”.*

4) *“Albino José Pereira, filho de Joaquim José Pereira e de Maria Rosa, natural do Porto, de 24 anos, solteiro, vivia de negócio: é homem de cinco pés e meio e uma polegada e meia de altura, branco, cabelos castanhos, nariz comprido e pouca barba. Estava implicado nos roubos do Moraes e do Meyrat”.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Jornal do Commercio*, v. 14, n. 34, 11 fev. 1839, p. 3. 2020. Biblioteca Nacional.
- Jornal do Commercio*, v. 14, n. 33, 09 fev. 1839, p. 3. 2020. Biblioteca Nacional. OS ASSASSINOS da Caqueirada. In: *O Sete D'Abril*, v. 1, n. 683, 06 fev. 1839. p. 2-3. Biblioteca Nacional.
- BARRETO FILHO, Mello; LIMA, Hermeto. O assalto à Ilha da Caqueirada. In: *História da Polícia do Rio de Janeiro: aspectos da cidade e da vida carioca (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Empresa A Noite, 1942. 332 p.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. 401 p.
- DUNLOP, C. J. *Rio Antigo*: vol. III. Rio de Janeiro: Rio Antigo, 1960. 138 p.
- LIMA, Hermeto. História da Polícia no Rio de Janeiro, cap. IX. In: *Vida Policial*, v. 1, n. 12, 30 maio 1925, p. 7-10.
- Correio do Paraná*, n. 1897, 11 abr. 1938, ed. especial, p. 17. Biblioteca Nacional.
- Diário Carioca*, v. 16, n. 4588, 02 jun. 1943, p. 5. Biblioteca Nacional.
- Diário da Noite*, v. 16, n. 3622, 09 nov. 1944, última edição, p. 3. Biblioteca Nacional.
- O Sete D'Abril*, v. 1, n. 686, 09 fev. 1839. p. 2-3. Biblioteca Nacional.
- Jornal do Commercio*, v. 13, n. 218, 01 out. 1838, p. 1. Biblioteca Nacional.
- Jornal do Commercio*, v. 14, n. 33, 09 fev. 1839, p. 1. Biblioteca Nacional.
- Jornal do Commercio*, v. 14, n. 30, 06 fev. 1839, p. 1. Biblioteca Nacional.

Jornal do Commercio, v. 14, n. 32, 08 fev. 1839, p. 2. Biblioteca Nacional.

Jornal do Commercio, v. 14, n. 34, 11 fev. 1839, p. 1. Biblioteca Nacional.

SILVA, Pedro Puro Sasse da. *As narrativas criminais na literatura brasileira*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. 476 f.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 610 p.

O Sete D’Abril, v. 1, n. 686, 09 fev. 1839. p. 3-4. Biblioteca Nacional.

Livro do Capim. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, 1839. 16 p. Biblioteca Nacional.

A ESCOLA MUNICIPAL TENENTE ANTONIO JOÃO

Patrícia Leite Alves¹

Pensar sobre a história da Escola Municipal Tenente Antônio João é, além de voltar cerca de 171 anos no tempo, perceber a sua intrínseca relação com a questão educacional no Brasil, notadamente na passagem do século XIX para o século XX, onde suas bases estavam sendo construídas. Podemos considerar seu início a partir de 1849, com a chegada ao Brasil da Madre Bárbara Maix e as Irmãs que a acompanhavam. Bárbara Maix nasceu em Viena, Áustria e foi obrigada a deixar o país devido a Revolução Liberal de 1848, mas desde aquele país, ela buscava criar um estabelecimento de ensino básico, com formação para a vida das jovens, e não somente no sentido intelectual, o que não fora bem visto pelo governo daquele país.

Emigrou ao Brasil com mais 21 companheiras. Após 57 dias de viagem, foram acolhidas pelas Irmãs Concepcionistas, no Convento Nossa Senhora da Ajuda, no Rio de Janeiro. A história religiosa de Bárbara é marcada por adversidades, inclusive no Brasil, onde ela planejava criar uma Congregação de uma religiosidade de “vida ativa”, o que não era comum na sociedade brasileira, na qual as freiras, desde o período colonial, viviam no claustro. Seis meses depois, no dia 08 de maio de 1849, Bárbara fundou na mesma cidade a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, que será a primeira nesse sentido no Brasil.

1 Diretora da Escola Municipal Tenente Antônio João. Graduada em Letras, Língua Portuguesa (Faculdade Estácio de Sá – RJ); Pós-graduada em Gestão Escolar Pública (Fundação Getúlio Vargas).

Desde os primeiros tempos Bárbara e a Congregação se dedicam a projetos educativos, principalmente para os mais necessitados e pobres. De acordo com a Constituição da Congregação escrita em 1852, suas integrantes “dedicar-se-ão à educação das crianças e jovens, especialmente das desempregadas e visitarão os doentes, não só para servi-los na doença, como enfermeiras, mas, principalmente, para auxiliá-los espiritualmente em proveito de suas almas” (Constituição, 1852).

A Congregação ocupava o convento localizado ao lado do prédio da Igreja do Bom Jesus da Coluna até 1857, onde foram acolhidas, nesse período, todas as crianças que habitavam a ilha de mesmo nome e seus arredores. Mas o projeto de Bárbara não pôde ser efetivado devido a grave epidemia de febre amarela que grassou na Corte, atingindo fortemente as irmãs e o padre Pöckel, interlocutor de Bárbara, e diretor espiritual de sua Ordem. Em 1852, Bárbara retorna à Europa para buscar o restante de seus bens e, quando volta ao Brasil passa a prestar serviços no asilo situado em Niterói, (1854-1874), Porto Alegre (1856-1859) e Pelotas (1853-1863). No ano de 1871, depois de intensos trabalhos no Rio Grande do Sul, Bárbara segue para Petrópolis, onde assume a direção da Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, que recebia moças órfãs, permanecendo lá até 1873, onde faleceu no dia 17 de março, aos 55 anos de idade, sendo sepultada no Rio de Janeiro.

O projeto da escola na Ilha do Bom Jesus fora abandonado até a instalação no local do asilo dos inválidos da pátria em 1869. Segundo a obra “Descrição Topográfica da Ilha do Bom Jesus e Asilo de Inválidos da Pátria” do Capelão Manoel da Costa Honorato (1869), o planejamento inicial era a construção de oficinas, que foram sendo implantadas com o passar do tempo, a princípio era de alfaiates, substituída em 1872 pela de escola de “primeiras letras”, e em outubro do mesmo ano por uma de sapateiro, podendo o asilado usufruir dos “lucros” que lhes garantia o regulamento.

A escola foi alterada por diversas vezes, sendo refundada em 9 de novembro 1910 na Ilha de Bom Jesus com o nome de 9ª Escola Feminina do 15º DE. Na ocasião, o presidente da República era Marechal Hermes da Fonseca que implementou diversas reformas a fim de estimular o surgimento de escolas públicas por toda a então capital da República. Mais tarde ela se torna uma escola mista, a fim de atender os filhos dos asilados. A partir de 1914, passou a funcionar como escola mista, ou seja, que receberia meninos e meninas da região.

A escola permanece nessa estrutura até o período do Estado Novo, onde em 13 de abril de 1939, por Decreto do Diretor do Departamento de Educação do Governo, ela recebe a denominação de *Escola Tenente Antônio João*, para “homenagear o herói da resistência da Colônia Militar de Dourados”. No contexto do Estado Novo, a inauguração de escolas era um grande evento noticiado por toda a mídia, devido a sua proposta de propaganda elaborada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Talvez o ponto mais significativo desta alteração de nomenclatura se deveu à ampla cobertura que a imprensa deu ao dia de inauguração da placa de bronze que até os dias de hoje pode ser encontrada logo na entrada da escola. Por ocasião da visita de Ruy Carneiro da Cunha, Secretário Geral de Educação e Cultura, fora resolvida a colocação na fachada do estabelecimento de ensino uma placa em bronze alusiva ao patrono (Figura 1). Nada mais propício do que aliar o projeto educacional varguista com a rememoração do evento da Guerra, no local até então abandonado que era o asilo. Algumas melhorias foram realizadas, até que em junho daquele ano a placa é inaugurada.

Figuras 1A e 1B

Placa de inauguração da Escola Tenente Antônio João e detalhe



Fonte: Acervo do autor (2020)

“Um nome de herói para uma casa de heróis”.ⁱ Os jornais descrevem a inauguração com detalhes. Para, além disso, por determinação do Secretário, foram distribuídos folhetos produzidos pela Divisão de Aparelhamento Escolar sobre o Tenente Antônio João para todas as escolas públicas da capital, com a ordem de serem lidos no dia 14 de abril, dia anterior da inauguração da placa, e com a promoção de atividades que relembrem seu feito. A placa em bronze foi modelada pelo professor Calixto Cordeiro e fundida por alunos da Escola Técnica Secundária Visconde de Mauá.ⁱⁱ “O Asilo de Inválidos da Pátria, casa histórica e respeitável, é a mansão onde se abrigam valorosas relíquias humanas que escapa da possibilidade da linguagem humana”ⁱⁱⁱ; assim começa uma das matérias sobre a inauguração da mencionada placa. Interessante perceber a exaltação da memória dos veteranos inválidos nesse processo, como se o nome escolhido fosse de forma a homenageá-los.

O evento de inauguração ocorreu às 10 horas da manhã do dia 15 de junho de 1939, e contou com a presença do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, do prefeito Henrique Dosdworth, do Comandante da Região Militar, do Diretor de Ensino do Exército, além do Secretário Geral de Educação, o que nos mostra a importância do evento para o governo, fato que se destaca ao nas assinaturas na Ata de Inauguração (Figura 2). Seguiu-se o programa da solenidade com a execução do Hino Nacional e da “Canção Patriótica”; logo em seguida alunos leram trabalhos e poemas sobre o tema e cantaram “Heróis do Brasil”, “Marcha” e “Desfile”, de Villa Lobos. Finalizando a cerimônia, tomou a palavra o General Cordolino de Azevedo, representando os alunos da Escola Militar e ofereceu à escola um livro sobre Antônio João, além de uma medalha idêntica à dada aos veteranos da Guerra da Tríplice Aliança.^{iv}

Figura 2

Ata de Inauguração da Escola Municipal Tenente Antônio João



Fonte: Acervo da Escola Municipal Antônio João

Em 29 de julho de 1940, 73º aniversário de criação do Asilo, a festa realizada na Ilha do Bom Jesus contou com a presença de autoridades, e com participação ativa das crianças da Escola Antônio João, que haviam recebido a doação do tecido necessário para a confecção dos uniformes. A partir daquele ano, ao menos até 1945, todas as solenidades que ocorreram na Ilha levaram em consideração a participação de alunos da escola.

Em 1950, a escola que funcionava no corpo do Asilo dos Inválidos da Pátria mudou de acomodações no próprio Asilo, passando do 1º andar para o térreo. Em 1951, a escola que até então funcionava com 5 turmas em horário único, teve seu horário modificado passando a ser semelhante ao da típica rural, com especificação em Trabalhos Manuais, Biblioteca E Educação Física. Já no ano de 1952, diante do aumento do efetivo de matrículas, a escola foi transferida para um lugar mais amplo, isto é, para a antiga residência do diretor do Asilo, passando a funcionar em regime de horário integral para os alunos, com desjejum, almoço e merenda. Entretanto, com o aumento do número de alunos matriculados, sua localização foi repensada.

O Diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), enviou em 5 de outubro de 1953, ofício ao então Ministro dos Negócios da Guerra, General Espírito Santo Cardoso, solicitando adaptar um edifício que estava sendo construído para ser presídio militar, cujas obras estavam paralisadas, por mais de 10 anos, para nele ser instalada uma Escola Pública, sob orientação da prefeitura do então Distrito Federal, destinada a ministrar o ensino primário aos filhos dos asilados e dos servidores da Universidade do Brasil^v, pedido este que foi atendido.

A DÉCADA DE 1960 E O SURGIMENTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA

Em 1960, com a construção da Cidade Universitária, o prédio que seria destinado a servir de Presídio Militar foi transformado para servir de escola, de dois turnos, atendendo ao ensino fundamental, ocupando parte do prédio da COPPEAD^{vi}.

Segundo matéria do jornal “Correio da Manhã”, de 28 de Junho de 1957, o prédio que atualmente aloja COPPEAD, e em seu pavimento térreo, uma das alas da Escola Municipal Tenente António João, teve o início de sua construção em 1942 pelo Ministério da Guerra, na Ilha de Bom Jesus, para ser um presídio (Figura 3). A ilha já havia adquirido tradição como local de encarceramento político dos regimes anteriores, notadamente durante as décadas de 1920, com os levantes dos tenentistas, e na chamada “Era Vargas” (1930-1945), quando além de opositores do regime, o presídio recebeu os jovens que se recusaram a servir nas fileiras da Força Expedicionária Brasileira (FEB), durante a Segunda Guerra Mundial.

Figura 3
Construção do presídio



Fonte: Avaliação de desempenho do ambiente construído. relatório final Escola Municipal Tenente Antônio João, Cidade Universitária – RJ.

Disponível em: <http://www2.gae.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/03/relat%C3%B3rio-e.m.-tenente-antonio-jo%C3%A3o.pdf>

Acessado em 14/11/2020.

Em 1953, foi fechada a escola “Voluntários da Pátria” na Ilha da Sapucaia, devido as instalações da Cidade Universitária, passando mobiliário e alunos para a Escola Antônio João. Em 1959, foi criado o Círculo de Pais e Professores, atendendo à ordem do DPE, para que houvesse maior compreensão e colaboração entre os pais e os professores, na resolução dos problemas referentes aos alunos. Nesse contexto, o transporte dos alunos da escola era feito por um ônibus, cedido pela Cidade Universitária e, posteriormente, passa a ser feito pelo ônibus 10-9 da Prefeitura, cedido pela Superintendência de Transportes com autorização do Diretor de Educação Primária Renato de Medela Braga.

O Ministério da guerra acabou abdicando da ideia do presídio, com a condição de que o prédio fosse aproveitado para a construção de uma escola primária – modelo. Mesmo com essa deliberação, o prédio ficou por anos abandonado, até que em 1957 o chefe de polícia o General Amaury Kruel, alegando o colapso do sistema penitenciário, tentou pressionar os órgãos através da mídia para que aquele espaço se tornasse uma espécie de “depósito” de presos temporários.

A matéria no jornal “Diário da Noite”, não poderia ter o título mais sugestivo: “O chefe de polícia pretende fechar escola e abrir prisão”.^{vii} A notícia criticava de forma bem enfática a posição do chefe de polícia, citando a entrevista dada pelo presidente da Associação Brasileira de Prisões, o Major Caneppea, que enumera diversos inconvenientes, destacando o que, para ele, seria o pior

deles “a prisão ficar vizinha da Cidade Universitária e do Asilo de Inválidos da Pátria, que é localizado na mesma Ilha do Bom Jesus”.^{viii} Em 14 de junho, em entrevista ao mesmo jornal, Kruel afirma que o Major Canepa estaria desinformado e que não seria um presídio e sim um “depósito de detidos” e que aquele espaço “jamais poderia ser transformado em educandário dada a finalidade a que fora destinado. As grossas barras de ferro que guarnecem os cubículos iriam fatalmente proporcionar ao escolar um clima pouco propício ao estudo” (Figura 4).^{ix}

Figura 4

Interior do prédio que abrigaria o presídio da Ilha do Bom Jesus



Fonte: Tribuna da Imprensa, 13-14 de julho de 1957. Biblioteca Nacional

A questão não passou despercebida pelos estudantes. Os graves inconvenientes sobre um presídio localizado na Cidade Universitária tinham o mesmo destaque nos jornais que a proposta de Kruel. Um exemplo é o “Diário da Tarde”, no qual a Comissão Pró-Término da Cidade Universitária elenca os possíveis transtornos da localização de um presídio, afirmando que “é inconcebível que, junto ao lugar onde 40 mil rapazes serão preparados para dirigir os destinos da Pátria, seja instalada uma colônia penal. Lutaremos para conseguir o término da Cidade Universitária e lutaremos agora para impedir que lá seja instalado o presídio”.^x Esse fato também foi pauta de debate na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), que contou com a presença do Diretor do Escritório Técnico Universitário (ETUB), o engenheiro Horta Barbosa e de jornalistas, quando os próprios estudantes buscavam uma solução para apresentar ao General Kruel, no sentido de resolver a superlotação nas delegacias e do recém criado presídio de Bangu.

A Associação Universitária de Recuperação do Ex-Detento (AUREX), composta principalmente de estudantes de direito, vinha acompanhando o chefe de polícia no exame de outros locais.^{xi} O “Diário Carioca” de 14 de julho de 1957, edição de domingo, aquele que talvez tivesse maior circulação, estampa em sua primeira página, além da entrevista com o representante dos estudantes, uma ilustração com a localização das escolas e do presídio, mostrando como realmente poderia ser perturbadora a decisão (Figura 5). Depois de tantas manifestações contrárias à instalação de um presídio, a ideia foi abandonada e o prédio passou a abrigar uma “casa para estudantes”, o que se manteve até o ano de 1972, quando o alojamento foi transferido para o outro lado da Ilha, e o recém-criado presídio de Bangu ampliado para receber os detentos conforme queria o chefe de polícia.

Nesta mesma época foi concluído o anexo que hoje abriga a Escola Municipal Tenente Antônio João. Parte do térreo ficou como

salas de aula da escola e parte foi incorporada à COPEAD, que se instalou no prédio no ano de 1973, e assim permanece até hoje.

Figura 5
Localização das escolas e do presídio



Fonte: Diário Carioca, 14 de julho de 1957. Biblioteca Nacional

NOVOS TEMPOS

Em 2003, teve início ao segmento da Educação Infantil. Em setembro desse mesmo ano, a Classe Hospitalar Martagão Gesteira iniciou suas atividades.

Em 2013, a escola se transformou em Escola de turno único, atendendo aos alunos no horário das 07h30 às 14h30 com uma turma de cada ano de escolaridade: da Educação Infantil ao 9º ano.

Nossos alunos são oriundos das comunidades da Maré (Vila do Pinheiro, Vila do João, Baixa do Sapateiro, Nova Holanda e entre outras), da Vila residencial da UFRJ e do Quartel do Exército.

Figura 6

Imagem atual da Escola Municipal Tenente Antônio João



Fonte: Acervo do autor

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Segundo Vasconcellos (1995, p. 143), o Projeto Político Pedagógico:

É um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição.

O projeto busca uma direção, é uma ação intencional e coletiva. Político no sentido de compromisso com a formação do

cidadão. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Para a construção do projeto pedagógico é fundamental a participação de toda a comunidade escolar, sua elaboração deverá refletir a realidade da escola, direcionando todas as ações e buscando compreender o significado e o processo do projeto pedagógico. Desta forma, o projeto vai além de agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas, o projeto não é algo construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas.

Para J. C. Libâneo (2001) o Projeto Político Pedagógico

representa a oportunidade da direção, coordenação, professores e a comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando a atingir os objetivos que se propõem. É o ordenador, o norteador da vida escolar.”

O PPP da Escola Municipal Tenente Antônio João, além de ser uma exigência legal, expressa pela Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, permite a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e sonhos. Define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como a sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua proposta pedagógica, documentos que são balizadores das ações educativas.

O nosso PPP leva em conta a trajetória da comunidade escolar, a sua história e cultura, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para o alunado, como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade.

A Escola Municipal Tenente Antônio João, desde a edição do seu primeiro PPP, vem trabalhando, sistematicamente com afinho, em defesa de uma educação com qualidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Aline; FERNANDES, Alberto et alli. “Avaliação de desempenho do ambiente construído. Escola Municipal Tenente Antônio João, Cidade Universitária – RJ.” *Relatório final*. Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU; Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura – PROARQ. UFRJ, junho 2012.

Disponível em: <http://www2.gae.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/03/relat%C3%B3rio-e.m.-tenente-antonio-jo%C3%A3o.pdf>

Acessado em 14/11/2020.

COSTA, Aline; FERNANDES, Alberto et alli. “Avaliação de desempenho do ambiente construído. Escola Municipal Tenente Antônio João, Cidade Universitária – RJ.” *Relatório final*. Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU; Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura – PROARQ. UFRJ, junho 2012.

Disponível em: <http://www2.gae.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/03/relat%C3%B3rio-e.m.-tenente-antonio-jo%C3%A3o.pdf>.

Acessado em 14/11/2020.

LIBÂNEO, J.C. *Organização e Gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

SAVIANI, Demerval. “Para além da curvatura da vara”. In: *Revista Ande*, nº 3. São Paulo, 1983.

VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: Plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo*. São Paulo: Libertat, 1995.

NOTAS:

- i *O Radical*, 15 de junho de 1939. Biblioteca Nacional.
- ii *Diário Carioca*, 14 de junho de 1939. Biblioteca Nacional.
- iii *O Radical*, 15 de junho de 1939. Biblioteca Nacional.
- iv *A Batalha*, 16 de junho de 1939. Biblioteca Nacional.
- v Ofício do DASP ao Ministro de Estado de Negócios da Guerra, 5 de outubro de 1953. Acervo da Escola Municipal Tenente Antônio João.
- vi *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1959. Biblioteca Nacional. Cf. Ofício do DASP ao Ministro de Estado de Negócios da Guerra, 5 de outubro de 1953. Acervo da Escola Municipal Tenente Antônio João.
- vii *Diário da Noite*, 12 de junho de 1957. Biblioteca Nacional.
- viii *Diário da Noite*, 12 de junho de 1957. Biblioteca Nacional.
- ix *Diário da Noite*, 14 de junho de 1957. Biblioteca Nacional.
- x *Diário da Tarde*, 22 de julho de 1957. Biblioteca Nacional.
- xi *A Noite*, 17 de julho de 1957. Biblioteca Nacional.

A ILHA DO BOM JESUS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA, ARTÍSTICA E MUSEOLÓGICA

Glauce Silva Ferreira¹

*Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá; [...]*

Gonçalves Dias

Aos meus cinco anos de idade, em 1987, fui morar com meus pais e meu irmão na Ilha do Bom Jesus, localizada numa área militar na Ilha do Fundão. Meus pais, hoje aposentados, eram funcionários do Exército e tiveram a oportunidade de receber uma residência na Vila Militar, o que me fez passar toda infância, adolescência e parte da vida adulta na conhecida IBJ, como costumava e costuma ser chamada pelos que já passaram e ainda residem na Ilha de Bom Jesus. Eu, juntamente com minha família, permaneci morando no que considerava ser um paraíso até os meus 27 anos (meados de 2008). Caso fosse possível, estaria eu lá até hoje, passaria toda vida em “minha terra”.

1 Graduada em Letras na modalidade Português – Literaturas (Bacharelado e Licenciatura) / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Pós-Graduada em Surdez e Letramento nos Anos Iniciais para Crianças e EJA (INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos / Instituto Superior Bilingue de Educação / ISERJ – Instituto Superior de educação do Rio de Janeiro). Professora do Ensino Médio e Fundamental (escola pública e privada).

Durante todo esse tempo, vivi na mesma casa, de número 40, na Rua D. Pedro II. Ao abrir a porta, a primeira visão era da lateral da Igreja do Bom Jesus da Coluna, construída no início do século XVIII e tombada, em 1964, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Pude acompanhar de perto o processo de restauração da igreja, pois ainda residia no local, estando presente no dia de sua reabertura após o restauro. Durante um bom tempo, acompanhei o estado precário do prédio, de sua fachada. Cresci brincando ao redor daquela antiga arquitetura, frequentei missas, fiz minha primeira comunhão, comemorei datas importantes da minha vida, fiz amizades, senti tristezas e alegrias... Vivenciei muitos momentos nessa Ilha e dela conheço cada pedaço, lembrando de muitas histórias dos moradores antigos, que foram passadas de pais para filho, que permanecem sendo contadas com muito mistério e alegorias até hoje.

Nesse lugar paradisíaco, além da construção do Convento dos Franciscanos, existia o Asilo dos Inválidos da Pátria, que funcionou no local até o ano de 1976, para abrigar os combatentes das Guerras do Paraguai, de Canudos e do Contestado. Ainda existe um canhãoⁱ de valor histórico apontado para a Baía de Guanabara, no cais Princesa Izabel, próximo ao antigo prédio do quartel, onde há um painel feito de pedra mármore que se refere ao Império e a construção do AIP e dois quadrosⁱⁱ, datados de 1977, representando toda paisagem local. No mesmo cais, havia uma embarcação antiga, escaler, que fazia travessia da Ilha até o continente. A Ilha do Bom Jesus também serviu de abrigo para as equipes de construção da Ponte Presidente Costa e Silva, conhecida como Ponte Rio-Niterói, na década de 70, devido a sua localização próxima à obra.

Vários foram os motivos que me levaram a desenvolver um trabalho acerca da Ilha do Bom Jesus, desejo antigo que eu alimentava desde quando ingressei na Faculdade de Museologia. Já tinha consciência da importância do local e registrava objetos, edificações,

a paisagem. Já havia toda uma vontade de relembra e contar a história da “minha ilha” tão despercebida e esquecida por muitos, mas tão presente e visível da Ponte Rio-Niterói. Desejava que todos pudessem reconhecê-la ao passar pela Ponte e saber que aquele lugar tem grande importância histórica e arquitetônica, com seu conjunto de edificações representativas do passado do nosso Brasil.

Muitos são os fatos, relatos e evidências relacionadas à Ilha do Bom Jesus, mas não caberia neste momento abarcar todo esse universo, isso exigiria um tempo maior, espaço e outros meios. Por esses motivos, alguns ajustes, recortes foram feitos, isso fica claro após a leitura desta parte introdutória e conhecimento da pesquisa inicial, sobre o espaço localizado na Ilha do Fundão, com todo o conteúdo exposto no material citado a seguir.

No trabalho de conclusão do curso de Museologia (UNIRIO), intitulado *Ilha do Bom Jesus: Uma abordagem histórica, artística e museológica*ⁱⁱⁱ (concluído no ano de 2011), foi possível explorar todo o universo proposto e dividir melhor o trabalho em partes, contendo muitos documentos, mapas, imagens, considerando também a cronologia dos fatos que envolvem o local estudado. Como a modalidade textual exigida pelas universidades, ao finalizar um curso de graduação, permite apresentar uma pesquisa profunda, com mais detalhes, tempo e texto extenso, no TCC, as etapas do projeto (cada aspecto visível no título) puderam ser bem desenvolvidas (abordagens: histórica, artística e museológica).

Torna-se importante mencionar os pontos, os tópicos da monografia, visto que tal trabalho foi a principal fonte, inspiração, motivação para minha contribuição aqui neste rico projeto e incrível obra organizada pelo Cel. Antônio Ferreira Sobrinho, a Ten. Cel. Maristela da Silva Ferreira e a Profa. Dra. Ana Souza. Serei eternamente grata pelo convite, por poder expor parte da minha pesquisa, demonstrar o vínculo e afeto ao local que tanto marcou minha trajetória e possui grande valor histórico.

Para uma melhor compreensão do recorte, da escolha dos possíveis temas para este momento, dentro dos aspectos apontados, seguindo a proposta, respeitando o espaço e objetivo de reunir, acrescentar informações, diante da variedade de assuntos nos demais capítulos sobre a IBJ, segue a divisão com os tópicos contidos no TCC, possibilitando estabelecer uma lógica, um elo entre os trabalhos e um real panorama por parte dos leitores.

No primeiro capítulo, consta um breve histórico da Ilha do Bom Jesus, desde o período anterior ao aterramento das ilhas que constituíam o arquipélago da Enseada de Inhaúma até sua integração ao espaço hoje ocupado pela Cidade Universitária, atual Ilha do Fundão. São abordadas as transformações ocorridas no território, que era uma extensão da Ilha da Caqueirada, como a Ilha do Bom Jesus era chamada antes da presença dos Franciscanos, a partir da visão do capelão Manuel da Costa Honorato^{iv}, assim como dados sobre as edificações presentes e sobre os fatos históricos ocorridos no local ao longo dos anos. Trata-se da parte inicial com questões voltadas ao histórico da Ilha do Bom Jesus, contida apenas na monografia de Museologia. Devido ao assunto ter sido desenvolvido por outros autores, não foi preciso inserir esse conteúdo no atual trabalho.

O segundo capítulo apresenta os principais patrimônios construídos na Ilha do Bom Jesus, como a Igreja do Bom Jesus da Coluna, uma das edificações existentes desde sua fundação, em 1705, e o Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP). Antes de desenvolver as questões acerca dos bens materiais edificados, foram feitos alguns apontamentos sobre o conceito de patrimônio e seu valor. A igreja tratada com ênfase, por ser ela o objeto de estudo selecionado para a abordagem artística, visto que o fator religioso sempre esteve muito presente na Ilha, pois até seu nome refere-se ao padroeiro do templo. E como toda história do local se inicia com a presença dos padres franciscanos, fundando o santuário, apresenta-se a origem dessa ordem. Logo após, os aspectos artísticos por meio da análise do estilo arquitetônico, seus elementos,

retábulos. No mesmo capítulo, também constam comentários sobre o processo de restauração e reinauguração da Igreja no século XXI, que passou a funcionar como Santuário Militar. Em relação ao Asilo dos Inválidos da Pátria, alguns prédios que compunham o conjunto arquitetônico usado a serviço dos asilados e suas funções foram mencionados, podendo ser visualizados ao final do trabalho (anexos com imagens antigas e mais atuais, mostrando o que ruuiu e o que ainda resiste ao tempo mesmo não estando em boa condição). Essa segunda parte, presente na monografia, foi escolhida para ser exposta neste recente trabalho, porém um recorte foi necessário apenas por uma questão de espaço.

O terceiro capítulo do TCC, e último, foi dedicado aos aspectos museológicos voltados à conservação e preservação dos patrimônios existentes na Ilha, propondo estabelecer uma conexão com as abordagens explicitadas anteriormente, problematizando e refletindo sobre questões atuais referentes à Ilha do Bom Jesus. Conceitos importantes e as possíveis relações serão apresentadas neste texto, concluindo o trabalho, sem uma discussão específica acerca da atual situação da Ilha.

Portanto, cabe ressaltar que este texto é fruto de uma pesquisa maior, é um recorte do trabalho de conclusão da Faculdade de Museologia, elaborado com muito carinho por quem habitou durante um bom tempo no local, ambiente este que serviu de objeto de estudo, repleto de memórias e inesquecível para todos os admiradores, visitantes e moradores da IBJ (os “ibejotenses”). No final da monografia, depois das considerações finais, com o intuito de entrelaçar as três abordagens, imagens foram anexadas (fotografias da própria autora, imagens retiradas de documentos, jornais, trabalhos sobre o tema). A parte anexada apresenta-se dividida, de acordo com os respectivos capítulos, para complementar, orientar e fazer com que o leitor possa conhecer um pouco a Ilha do Bom Jesus e seu entorno, transportando-o a esse passado tão presente.

I - PATRIMÔNIOS CONSTRUÍDOS NA ILHA DO BOMJESUS

Valor patrimonial

[...] a observação dos patrimônios abre caminho para que tenhamos a oportunidade de nos reconhecer e reconhecer os outros.^v

Rainer Sousa

A palavra patrimônio é originária do termo *pater* (pai ou paterno em grego). Primeiramente, a ideia de patrimônio estava associada ao legado deixado pelo pai, transmitido de pai para filho. Com o passar do tempo, o termo recebeu outro sentido, passando a ser entendido como patrimônio o conjunto de bens vinculados à questão da identidade, da memória e cultura de um grupo, significado que ganhou força a partir do século XVII. Na Revolução Francesa, monumentos foram escolhidos para combater o esquecimento do povo em relação ao passado, como marcos, relacionados à noção de preservar a memória como motivação ao “progresso”, como aborda Rainer Sousa, em seu texto acerca do Patrimônio Cultural: “Nesse período, levando em conta as noções historiográficas da época, os monumentos deveriam expressar os fatos de natureza singular e grandiosa, sendo assim, a preservação do passado colocava-se presa a uma noção de ‘melhoria’, ‘evolução’ [...]”.^{vi}

Por um momento o conceito de patrimônio ficaria restrito a monumentos, esculturas e outros objetos, dentro de uma visão tradicionalista, na qual a arte deveria embelezar e satisfazer seus admiradores, não considerando as manifestações artísticas, culturais voltadas ao passado e identidade das classes desfavorecidas dentro desse contexto patrimonial. Mas outras possibilidades foram sendo acrescentadas, ultrapassando a imposição da cultura considerada

erudita, com suas regras. No século XX, através de outras percepções do espaço urbano, da cultura e do passado, essa noção foi sendo ampliada.

Atualmente, o patrimônio cultural pode ser visto através de duas vertentes: patrimônio material e patrimônio imaterial. A primeira categoria inclui bens como: arquiteturas, esculturas, objetos de arte, documentos; já a outra categoria, patrimônio imaterial, engloba saberes e fazeres: comidas, danças e bebidas típicas, folguedos, festas locais, religiosas ou tradicionais e qualquer manifestação cultural de determinado grupo.

Pode-se verificar muito, atualmente, certa preocupação por parte dos governos, em zelar, buscando a preservação dos patrimônios, havendo maior conscientização de que a acessibilidade às memórias e às práticas de determinados grupos são necessárias, devendo se popularizar saberes, fortalecendo, assim, a prática da cidadania. É importante refletir também no quanto o patrimônio, legitimando a diversidade cultural, torna possível a articulação entre culturas distintas.

Ao conhecer um local, com um forte contexto histórico-cultural-ambiental – com suas edificações, bem tombado, como no caso da Ilha do Bom Jesus, e ao contemplar a paisagem da região de Mata Atlântica, na Baía de Guanabara – um indivíduo acaba se permitindo penetrar em outro universo, vivenciando a experiência de buscar um passado, senti-lo diante de tudo que remete a uma memória, diante dos bens que formam o patrimoniocal.

O patrimônio cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus e escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que organizamos, nos cultos que professamos. Ele

faz parte de nosso cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores que defendemos. É ele que nos faz ser o que somos. Quanto mais o país cresce e se educa, mais cresce e se diversifica o patrimônio cultural. O patrimônio cultural de cada comunidade é importante na formação da identidade de todos nós, brasileiros.^{vii}

A Igreja do Bom Jesus da Coluna, juntamente com seu acervo^{viii} foi tombada pelo Poder Público – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1964, por seu interesse cultural. Propunha-se preservar a memória coletiva, seu valor histórico, arquitetônico, valor afetivo em relação aos moradores, frequentadores, admiradores, pesquisadores. O valor ambiental, seu entorno, também deve ser levado em conta, considerando-se a localização da igreja, no caso, região com resquício de Mata Atlântica (Patrimônio Natural), havendo interesse ambiental em preservar a fauna e a flora que habitam a Ilha do Bom Jesus, banhada pela Baía de Guanabara. Trata-se nesse caso, de patrimônios, pois há todo um contexto de um bem inserido no outro. Através do tombamento é possível legalmente impedir descaracterizações ou a destruição do bem, estabelecendo-se limites com o intuito de preservar, garantindo direitos e interesses voltados ao bem comum. Em relação ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e de acordo com o decreto-lei nº 25 de 25/11/1937:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Capítulo I – Artigo 1º)

A Ilha do Bom Jesus passou a ser utilizada para fins administrativos, assim como outras Vilas Militares. O local serviu de moradia para militares e também funcionários públicos do exército, enquan-

to estiverem prestando serviço à União ou ao Exército Brasileiro. Os imóveis contidos na Ilha sob a jurisdição do Exército Brasileiro – 1ª Região Militar – são Patrimônios do Estado, “próprios nacionais”, por isso são chamados de PNR – Próprios Nacionais Residenciais. Todo “imóvel de domínio da União utilizado em serviço público federal, para instalação de órgãos vinculados à Administração Pública Federal direta ou indireta”^{ix} é denominado “próprio nacional”.

Igreja do Bom Jesus da Coluna – Aspectos artísticos da igreja e seu acervo

A Igreja do Bom Jesus da Coluna, fundada em 1705 pelos Franciscanos, de acordo com suas características, elementos representativos e data de fundação (início do século XVIII), enquadra-se em um período de transição entre os estilos Barroco e Rococó. No lado exterior da igreja há uma escadaria de pedra com sete degraus e três arcos da galilé^x, encimados pelas janelas do coro e por frontão triangular e volutas. A igreja possui nave única e uma profunda capela-mor. A torre sineira encontra-se ao lado esquerdo da igreja, anexada à fachada, sendo seu coroamento elaborado por elemento bulboso de alvenaria, contendo cinco pináculos. No interior da igreja, as paredes são lisas, transmitindo toda simplicidade, mas o altar-mor é constituído de trono e tribuna, com os altares laterais apresentando talha no estilo Rococó tardio. Segue abaixo uma descrição do templo, no século XIX:

Elevada á uma altura proporcional, com uma escadaria de sete degráos de pedra, tem na frente três arcadas, sobre as quaes vê-se outras tantas janelas que ficam no côro da mesma igreja, e uma porta que dá entrada para o interior. Junto á igreja, entre esta e o convento, vê-se uma torre proporcional ao edificio, com uma arcada igual ás três de que fallámos, três andares e quatro campanários, onde estão os bronzes sagrados, que chamão os inválidos á casa

de oração. Em um outro lado da igreja existem corredores que dão passagem para o púlpito e tribunas. O corpo desta igreja é espaçoso, e accomoda 500 pessoas^{xi}.

Tratando-se da arquitetura religiosa colonial do Rio de Janeiro, como é o caso da Igreja do Bom Jesus da Coluna, Sandra Alvim^{xii} buscou uma metodologia para analisar a forma, efeitos produzidos pelos elementos de talha. Seu estudo visa o entendimento da função dos retábulos presentes no interior das igrejas, podendo-se dizer que esses componentes são importantes para soluções, aspectos espaciais e possuem grande valor.

A autora identificou quatro tipos de retábulos, tendo até um quinto grupo que não se enquadra nas tipologias pesquisadas, porque são casos similares. Trataremos, especialmente, da quarta tipologia, porque é a que se refere ao objeto de estudo neste momento, a igreja, e devido a sua preponderância na cidade do Rio de Janeiro, manifestando-se “em vários aspectos como uma resposta carioca aos padrões formais lusos”, Alvim (1996).

Simplificando a maneira de ornamentar, em relação à cantaria e ao mármore, surge a talha e o revestimento em madeira ganhando espaço e embelezando os interiores das igrejas. O tipo de talha existente na Igreja do Bom Jesus da Coluna é a pontual, onde se encontra em apenas algumas partes da nave, nos altares e tribunas, e não contínua, em todo interior, como pode ser encontrada em algumas igrejas do Rio de Janeiro.

Os três primeiros tipos de retábulos seguem de modo fiel a arte produzida na Metrópole Portuguesa, há poucos exemplos dessas tipologias em relação à quarta que aderiu valores e características da produção artística lusa, mas que buscou adaptação local.

Há um contexto que envolve as tipologias, sendo a primeira mais clara, simples. No Rio de Janeiro só há um exemplo que representa a primeira tipologia, o retábulo de Santo Inácio, presente na Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso, templo da Santa Casa de

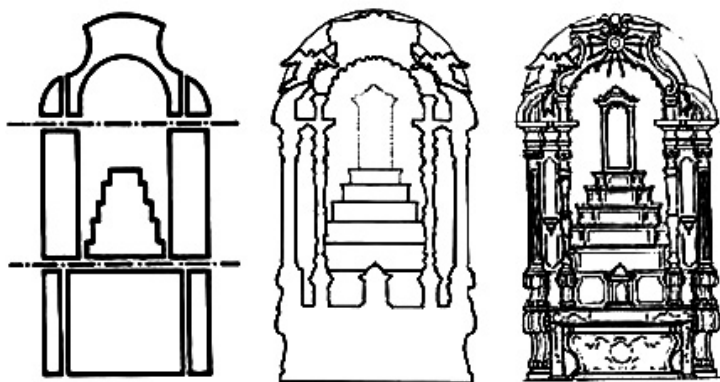
Misericórdia, que guarda essa raridade que fazia parte da Igreja de Santo Inácio, construída no antigo Morro do Castelo, que foi derrubado em 1922, juntamente com a edificação religiosa^{xiii}. A primeira tipologia refere-se ao estilo Maneirista; a segunda tipologia difere da primeira, trazendo uma sucessão de formas curvas, remetendo já à próxima tipologia que se refere ao Barroco por excelência. Trata-se de um período de transição, o trono do altar-mor aparece, elemento também contido e desenvolvido nas tipologias seguintes. A segunda tipologia já busca uma complexidade e ambiguidade que a primeira não tinha. A terceira tipologia corresponde ao estilo Barroco, seu auge representado nos retábulos, trazendo muitos elementos, relevos, com a mesa do altar repleta de curvas e contra-curvas, sugerindo movimento, o coroamento é bem diferenciado, surgem outros componentes como mísulas imensas e douramento por toda parte do retábulo, estendendo-se pelo corpo da igreja. Essa tipologia desenvolveu alguns elementos que já constituíam a tipologia anterior, como trono, colunas torsas ou salomônicas, o trono mais exagerado.

As imagens abaixo, contida na obra de Alvim^{xiv}, referem-se à quarta tipologia, que será comentada detalhadamente.

Figura 1: À esquerda, as partes da composição do retábulo.

Figura 2: Ao centro, os planos da composição.

Figura 3: À direita, elementos do retábulo de quarta tipologia.



Fonte: ALVIM, Sandra. Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro. V. 1. RJ: UFRJ/IPHAN,1997Janeiro. V. 1. RJ: UFRJ/IPHAN,1997.

Há uma maior variedade de exemplos e de elementos que compõem o retábulo representativo da quarta tipologia. Irão aparecer muitas variações, mas a estrutura será a mesma. Essa tipologia marca a transição do estilo Barroco para o Rococó.

Em relação às partes da composição dos retábulos, a quarta tipologia apresenta três partes: embasamento, corpo e coroamento. Essas três partes se subdividem em um trecho central e dois laterais (ver figura 1). Além da divisão horizontal, há também uma divisão vertical, equilibrando o conjunto.

Um elemento típico dessa tipologia é uma espécie de construção piramidal chamada trono, ou seja, degraus escalonados sucessivamente e gradativamente quanto à altura e largura, que se encontram na parte central da composição, no corpo. Os degraus direcionam para o foco que é a imagem contida no alto do trono.

O altar contém, nas partes laterais, peanhas – suportes que sustentam imagens de santos – mísulas e colunas. Na Igreja do Bom Jesus da Coluna, as colunas não são lisas, seus fustes possuem caneluras.

Percebe-se a leveza do coroamento na quarta tipologia, suavidade que se contrapõe às curvas, dimensões e às variadas formas presentes em elementos característicos, como o arranque de frontão, as volutas, o resplendor e a moldura de arremate da parte superior. Os arranques de frontão localizam-se nos limites laterais do retábulo, tendo sobre eles imagens angelicais, acima dos nichos estão o resplendor e as volutas, que dão caráter de fechamento. Os arranques dão a ideia de abertura, trabalhando dessa maneira a oposição dos elementos, conferindo dinamismo da composição. A curvatura

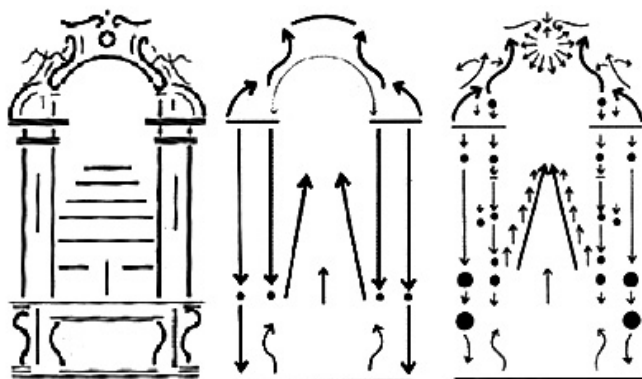
das volutas e sua localização funcionam de acordo com a posição dos arranques, se estão junto ao nicho ou nas extremidades laterais do retábulo. Acima do resplendor, elemento central de destaque contido no coroamento e ladeado por anjos e volutas, há molduras curvilíneas que delimitam o espaço entre as volutas.

Em relação ao estudo voltado à composição das linhas, o retábulo da quarta tipologia é composto por linhas curvas, horizontais e verticais. As linhas verticais são características marcantes dessa tipologia, que confere um espírito verticalizante à composição. Os movimentos verticais das linhas apresentam-se em sentidos opostos, sendo crescentes na parte central e decrescente nas laterais, do mesmo modo como as volutas do coroamento que acabam contrapondo-se com o sentido decrescente das laterais (figura 5).

Figura 4: À esquerda, as linhas principais que compõem o retábulo.

Figura 5: Ao centro, representação do movimento.

Figura 6: À direita, o movimento.



Fonte: ALVIM, Sandra. *Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro*. V. 1. RJ: UFRJ/IPHAN, 1997.

Estão constituídas pela mesa, degraus do trono e cornija, as linhas horizontais principais contidas na composição retabular. Os

degraus da terceira tipologia – Barroco por excelência – eram reduzidos e possuíam volumes diferentes, já na quarta tipologia são desenvolvidos e elevados por uma sucessão decrescente de linhas horizontais, de forma gradativa e uniforme em relação ao volume (figura 4). As linhas curvas principais encontram-se na base e no coroamento (figura 4). A parte mais identificável e característica dos retábulos da terceira e quarta tipologias é o coroamento com seus elementos e linhas específicas.

Tratando-se da ornamentação, destaca-se a questão da cor, sendo comum na quarta tipologia o fundo claro, usando-se as cores: branca, creme, verde – o vermelho também pode ser empregado. No caso da Igreja do Bom Jesus da Coluna, a cor aplicada ao fundo foi a azul, em tonalidade pastel, presente não só no altar-mor, mas também nos dois laterais. Na segunda e terceira tipologias a presença do dourado é marcante em todos os elementos estruturais, limitando-se, porém, na quarta tipologia à parte ornamental, aparecendo apenas contornando os elementos da composição.

Há uma diferença entre a terceira e quarta tipologia em relação à quantidade e ao relevo dos ornamentos do retábulo: na terceira tipologia havia uma abundância de elementos e de relevo, enquanto que na quarta ocorre uma presença reduzida de ornamentação e relevo em comparação à terceira tipologia que representa o auge do Barroco presente no Brasil.

Os ornatos com relevo reduzido apresentam-se isoladamente, sendo destacados pela coloração do plano onde aparecem, o que é comum nos exemplos simplificados de retábulos. Em casos de retábulos mais trabalhados, a coloração usada nos contornos e detalhes da ornamentação contrastam com o fundo de tonalidade clara, sugerindo leveza, valorizando as partes importantes e levando o expectador a uma melhor percepção da composição.

O altar-mor da Igreja do Bom Jesus da Coluna faz parte dos retábulos mais emblemáticos da quarta tipologia presentes no Rio de Janeiro, como destaca Sandra Alvim em sua obra:

Os retábulos mais significativos da quarta tipologia constituem uma diversidade de exemplos e encontram-se nos altares-mores das seguintes igrejas:

- Nossa Senhora de Monserrate, do Mosteiro de São Bento;
- Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo;
- Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores;
- Ordem Primeira de Nossa Senhora do Carmo;
- São Pedro dos Clérigos;
- Nossa senhora da Glória do Outeiro;
- Santa Rita de Cássia;
- Nossa Senhora do Desterro, do Convento de Santa Teresa;
- Nossa Senhora da Saúde;
- Nossa senhora da Conceição, da Ilha do Governador;
- Bom Jesus;
- Nossa senhora dos Remédios e da Exaltação de Santa Cruz;
- (Engenho da Taquara).^{xv}

Como a autora menciona, os seis primeiros exemplos são casos diferentes e únicos, os altares-mores das outras igrejas explicitadas na citação acima possuem composições parecidas, mas reproduzem uma fase de mudança da quarta tipologia, tratando-se de um período de transição. A classificação dos retábulos em tipologias começa a se dificultar a partir do final do século XVIII, devido à maior diversidade de elementos que irão constituir as igrejas.

Analisando-se o altar-mor da Igreja do Bom Jesus da Coluna, percebe-se que na base estão mesa, pedestais, sacrário e mísulas. Compondo a parte do corpo do retábulo, o trono escalonado, um par de colunas estriadas com capitéis coríntios em cada lado, nicho central com a imagem do padroeiro, peanhas e camarim com o cristo crucificado no alto do trono. No coroamento estão presentes: arranques de frontão com anjos encimados por anjos, resplendor com inscrição ao centro, volutas, pedestais e moldura superior do arremate.

Abaixo estão imagens^{xvi} da Igreja do Bom Jesus da Coluna ainda com o convento anexado, todas referentes ao ano de 1705. E a planta de nave única do mesmo templo analisado eabornado (desconsiderar o número “10” contido bem na imagem, pois trata-se da 8ª figura).

Figura 7
Igreja conventual.



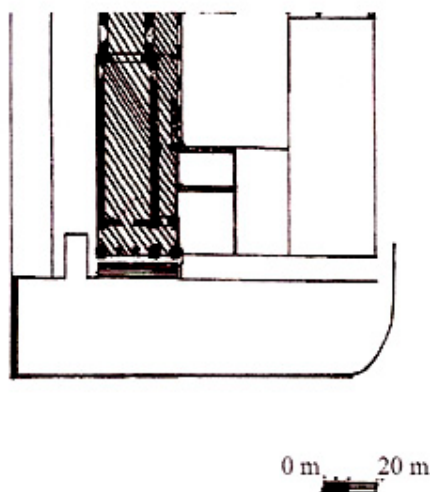
Figura 8
Igreja do Bom Jesus da Coluna.



Figura 9
A fachada principal.



Figura 10
Planta da igreja conventual do Bom Jesus da Coluna (1705/1710).



Em relação às imaginárias originais, que compunham os três altares no século XVIII, no centro do altar-mor encontra-se ainda a imagem do Bom Jesus preso à Coluna^{xvii}, o padroeiro da igreja, e nas peanhas laterais São Francisco de Assis e Santo Antônio de Pádua. Nos outros dois altares laterais: Nossa Senhora da Conceição, São Benedito, Santo Antônio de Catagerona, São Boaventura, Santa Bárbara, o Senhor Morto e a imagem de Santa Anna, esta trazida da igreja do Humaitá. Junto à capela-mor, existia uma pequena sacristia onde havia as imagens do Senhor Bom Jesus dos Passos, Senhor Bom Jesus preso à Coluna e Sant'Anna. Poucas dessas imagens estão presentes atualmente na igreja, as que restaram e resistiram ao tempo foram restauradas e de acordo com registros permanecem nos locais destinados a elas. Dois anjos tocheiros, que estavam danificados pelo tempo, também passaram pelo processo de restauração e foram recolocados nas laterais do altar-mor. Uma imagem do Senhor Morto encontra-se no altar, onde traz ao centro a Santa Anna, colocado na parte inferior, protegido por um vidro. E no alto do trono, do altar-mor, Cristo Crucificado.

O Santuário antes e após a restauração e reinauguração – séculos XX e XXI

Juntos, faremos dessa Igreja um farol.
Lindemberg Freitas Muniz

Após a saída dos Franciscanos e dos acontecimentos ocorridos nos séculos XVIII e XIX, a igreja ficaria durante muito tempo fechada, sem a presença de religiosos ou qualquer atividade. Por isso, neste momento, serão abordados fatos e informações voltadas à situação da igreja atualmente, principalmente durante o período que residi na Ilha do Bom Jesus (entre 1987 e 2008).

A Igreja do Bom Jesus da Coluna ficou desativada por vários anos, o edifício encontrava-se em péssimo estado de conservação, com queda de partes da parede externa em períodos de temporais e com as telhas do templo sendo arremessadas sobre a avenida, em dias de fortes ventanias, o aspecto era de abandono.

Em 1991, voltando as atividades religiosas, foi designado pela Capelania Militar da 1ª Região (Cia de Comando da 1ª RM) – RJ, o capelão militar Lindemberg Freitas Muniz, como padre da Igreja do Bom Jesus da Coluna, visto que se tratava de uma área da União cedida para o Exército. Com a chegada do padre Lindemberg todos os moradores ficaram entusiasmados, o padre estimulava a comunidade a assumir com ele as atividades do templo. Houve mutirão para a limpeza dos salões anexos e do entorno para celebração das missas e demais festividades religiosas. A primeira missa aconteceu no dia 31 de março de 1991, com o salão repleto, estando todos reunidos para o grande evento, reiniciariam os ofícios religiosos da igreja.

A missão do capelão era grande, pois a igreja, devido ao seu estado, necessitaria passar por vários reparos. Com o passar do tempo, mais fiéis foram sendo atraídos, não só os residentes próximos da Ilha do Bom Jesus, mas de moradores de outras vilas militares e de outros bairros, como da Ilha do Governador e da Urca. Projetos foram desenvolvidos a partir da retomada dos trabalhos comunitários na Ilha, através do serviço religioso, como a iniciativa da professora de balé Mercedes Ferrero Valpassos^{xviii}, que criou uma companhia de dança, sem fins lucrativos, com a autorização do capelão militar, para os jovens habitantes da Ilha, iniciativa que logo atingiu outras comunidades, permanecendo até hoje.

O padre Lindemberg, antes da chegada à Ilha do Bom Jesus, residia e cumpria seus trabalhos comunitários e religiosos em Juiz de Fora – MG, trazendo seus primeiros seguidores que constituíam a obra Filhos da Ressurreição^{xix}, criada pelo próprio capelão em 1990. Com sua vinda para o Rio de Janeiro, sua obra,

Filhos da Ressurreição, cresceu, tendo sido reconhecida no ano de 1994, com a autorização do Arcebispo Militar Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila, estabelecendo sua sede principal na Vila Residencial da UFRJ, localizada na Ilha do Fundão, local onde foi erguida também, graças ao esforço da comunidade, a igreja Rainha dos Apóstolos.

A igreja passou por reformas, acarretando em modificações e alterações nas cores, nos detalhes, perdas, descaracterização, segundo moradores locais, que consideravam os aspectos, até então mantidos, como originais, visão essa desconhecida pelos leigos que por muito tempo presenciaram e se acostumaram com outra cor.

Entre os anos de 2007 e 2008, ocorreu uma reforma profunda, passando a igreja por processo de restauração por intermédio de uma parceria entre o Exército Brasileiro, por meio da Fundação Cultural do Exército (FUNCEB), e a Escola Nacional de Belas Artes (EBA/UFRJ), com o apoio e patrocínio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A empresa que venceu a licitação para obra foi a Candido Campos, que foi responsável pela restauração artística do edifício.

Chamamos restauração as obras executadas em prédios de valor cultural, que tenham como finalidade conservar e revelar seus valores estéticos ou históricos. Uma restauração deve ter caráter excepcional, enquanto que a conservação deve ser uma atividade permanente. Na maioria das vezes, o custo da conservação é semelhante ao de uma obra comum. Quando o imóvel se encontra muito deteriorado, por falta de manutenção, torna-se necessário executar intervenções de maior porte, que encarecem a obra. Outra situação é a dos prédios que contêm materiais, elementos decorativos, ou técnicas construtivas excepcionais. Nesses casos é necessário utilizar mão-de-obra especializada, elevando o custo dos serviços. Contudo, esses exemplares são raros e se constituem, geralmente, em prédios públicos^{xx}.

A respeito do estranhamento dos moradores mais antigos da Ilha, após a restauração, ocorreu que durante muito tempo a igreja tinha suas portas, janelas e outros detalhes pintados com uma tonalidade amarronzada, fazendo com que os habitantes do local e os visitantes se acostumassem com tal coloração. Vários foram os comentários próximo ao dia da inauguração e depois, mas sabe-se que os estudiosos chegaram na cor original baseados em procedimentos técnicos, recuperando-a, retornando a cor azul-clara, o que para muitos era algo desconhecido. Segue abaixo informações sobre o processo de restauração:

Toda a obra é fiscalizada pelo IPHAN e as intervenções feitas na edificação exigem aprovação do instituto, como aconteceu com a porta da igreja que por ter passado por inúmeras intervenções em sua cor (sendo marrom, prateada), precisou de um minucioso trabalho de prospecção para se encontrar com a cor original. ‘Assim como a pintura da nossa casa, com o tempo, queima, mudando sua tonalidade, a porta da igreja teve sua tonalidade alterada. Para chegar à original, o IPHAN faz uma composição e chega à conclusão de qual cor foi primeiramente utilizada, que no caso da porta foi azul-celeste’, informou o Coronel Sérgio Tinoco, fiscal da obra e integrante da Funceb^{xxi}.

Toda a talha estava escurecida, com tonalidade esverdeada, mas com a restauração, o douramento da talha foi recuperado. Os altares além da talha dourada, também voltaram a ter a pigmentação original. Todo retábulo em madeira que estava gasto – com mutilações, lascas, perfurações resultantes de infestação por cupins – predominando a cor marrom, esverdeado, com a restauração, voltou a mostrar seu brilho e o azulado em tonalidade pastel ao fundo, com elementos ornamentais do rococó – elementos fitomórficos, flores, ramos dourados ou em tons pastel.

Descobertas foram feitas ao longo da restauração. Devido ao tempo, ao estado do prédio e possíveis reformas que a edificação

sofreu, marcas do passado acabaram sendo encobertas, somente sendo observadas e reveladas através do processo de restauração por parte de toda equipe. Foram encontrados: um arco na parede – com a passagem obstruída, mas que antes dava para o interior da nave da igreja –; o ano da fundação da igreja inscrito, localizado em cima da porta lateral da entrada principal do templo. Foi possível também reabrir a antiga passagem presente perto da lápide, no meio dos altares laterais, local onde existe uma urna de metal – com a ossada dos proprietários da Ilha do Bom Jesus. Nesse local, onde foi depositada a urna, tem um buraco que permanece bloqueado e que servia para os padres franciscanos fugirem em momentos de riscos ou perseguições. Sabe-se que essa passagem era um túnel que dava no mar.

De acordo com o mestre de obras, Francisco de Souza, 80% da edificação encontrava-se danificada e o telhado “foi considerado um dois maiores desafios da parte civil”, depois de reformado, um lençol de alumínio foi colocado para impedir que haja infiltrações.

Na parte lateral da edificação, do lado do jardim, no segundo andar, existiam paredes com janelas de madeira em tonalidade amarelada, sendo que, depois da restauração essas paredes foram retiradas deixando os arcos abertos. Os registros citam a existência de um claustro onde, em algum momento da história, os arcos foram vedados. Vidros foram colocados para melhor conservar o ambiente, mas houve a preocupação de fazer esse componente mais próximo possível do original, podendo-se visualizar toda parte externa através dos vidros. Mais uma vez ocorreu o estranhamento por parte dos moradores antigos que desconheciam o aspecto da antiga arquitetura. O edifício sofrera alterações ao longo da história, somente a igreja sobrou diante do conjunto arquitetônico construído durante o século XVIII, o convento e prédios que o ladeavam e davam acesso ao templo.

A torre sineira era composta de quatro sinos, mas só restaram dois originais, tendo sido colocado um novo sino depois da

restauração, bem maior que os antigos. Como homenagem, o padre Lindenberg mandou gravar os nomes das pessoas e grupos que contribuíram para a compra dessa peça fundamental, ela foi colocada, com muito festejo, no campanário voltado para a fachada principal da igreja.

As edificações e suas funções

Dirigindo-se o visitante de qualquer dos pontos da corte com direcção à Ilha do Bom Jesus, desde logo principia a ver os edificios que constituem a encantadora vista do Asylodos Inválidos; vê uns á beira da praia entre dous elevados morros, e outros sobre um desses morros, cercados todos da bela verdura que orna esta aprazível ilha, e com suas imponentes perspectivas atrahindo a atenção de quem para ahi se dirige.

Manoel da Costa Honorato

As edificações existentes na Ilha do Bom Jesus serão apresentadas em dois momentos, primeiramente, de acordo com os registros, relatos do padre Manuel da Costa Honorato (1869) e depois será mencionado o que restou do antigo complexo arquitetônico (Convento, Asilo, Igreja e demais construções abordadas no livro – século XIX), as mudanças e os edifícios mais atuais, suas funções.

Bem próximo ao desembarque, encontram-se dois grandes edifícios, um à direita e outro à esquerda. Na frente deles havia um jardim elaborado por um ex-combatente, o asilado Tenente José M. M. de Carvalho, no espaço, bancos feitos de pedra para que os inválidos pudessem descansar e lampiões de gás. Na passagem abaixo, pode-se perceber a simplicidade das edificações localizadas perto do desembarque:

Colocado em frente ao desembarque o visitante vê dous edifícios, não tão elegantes, quando forão aquelles que o faustoso Luiz XIV fez edificar para os se os soldados, mas tão singelos, quanto podem ser os bons sentimentos daquelles que o fizerão fundar. [...] não encontrareis o mármore em relevo a cada canto, nem vereis ricas columnas que atestem aos séculos vindouros o primor d'arte. O luxo foi inteiramente banido dos edifícios em que os bravos abrigão-se da miséria, pois o luxo não é decência^{xxii}.

De acordo com as descrições apresentadas na obra do padre, o prédio à esquerda possui dois pavimentos – olhar de quem acabou de desembarcar no cais Princeza Izabel e está de frente para os prédios. A parte inferior, com uma entrada central, tem dois grandes salões, contendo oito janelas em cada um deles. Esse primeiro pavimento era utilizado para as oficinas dos asilados, já no segundo pavimento, também dividido por dois salões, funcionava o Museu Militar. Um edifício é simétrico ao outro, tendo algumas diferenças internas.

No edifício, visto à direita, há 16 janelas e três sacadas na fachada, no segundo pavimento. A quantidade de portas e janelas dos dois pavimentos é igual. Esse prédio servia ao corpo de guarda e havia um depósito de vários objetos. Na entrada principal do prédio, uma escadaria ampla com corrimões e balaústres envernizados. No primeiro lance de escadas, na parte central, existe uma pedra mármore com a inscrição: “No reinado do Sr. D. Pedro II sendo ministro da Guerra o Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá erigio-se este edifício em 1868”^{xxiii}. Seguindo, duas escadas, uma para o lado direito e outra para o esquerdo. Na parte superior do prédio, do lado direito, um grande salão com oito janelas, local onde funcionava a enfermaria do asilo, existia nesta parte também os dormitórios das irmãs de caridade que eram encarregadas de funções no AIP, elas fizeram desse espaço uma capela particular. Na parte inferior, havia a botica, a sala de audiências da irmã superiora, a sala de visitas, o dormitório, o refeitório, dispensa, banheiro, cozinha e outros quartos

ocupados pelas irmãs. Do lado esquerdo da parte inferior, funcionava a secretaria, casa da ordem, arrecadação do fardamento, refeitório dos oficiais, cozinha, banheiro. E do lado esquerdo do pavimento superior, duas salas e vinte quartos, que eram ocupados pelos oficiais presentes no asilo. No pátio uma lavanderia. Havia também um gásômetro que fornecia gás para iluminar todo o estabelecimento, ele ficava em um pequeno prédio, com formato de *chalet*.

Estes edifícios mencionados estão no vale, entre o morro denominado de Corcunda e um outro morro, de acordo com a obra de Honorato^{xxiv}. Uma ladeira liga o desembarque ao morro onde está localizada a igreja.

Chegando próximo ao templo, existia um edifício com três pavimentos, chamado *chalet*, com grandes varandas de ferro na frente e dez janelas em cada um dos lados. No primeiro pavimento, deste edifício, funcionava o refeitório dos soldados e o segundo pavimento era usado para recreação destes, a habitação do comandante do asilo ficava no terceiro pavimento, mas segundo constam os registros, apenas o primeiro pavimento serviu para a sua verdadeira função, sendo os outros grandes salões, sem repartimento algum, servindo de dormitório para duas companhias. Na entrada principal do edifício, havia uma inscrição em pedra mármore: “Dom Pedro II, Imperador do Brasil e perpetuo defensor, mandou erigir este asylo para os bravos que ficarão inutilizados na defeza da pátria. 1868^{xxv}.” Em outra pedra mármore tinha a data da inauguração do asilo “29 de julho de 1868”. Existiam escudos de mármore sobre as sacadas da edificação, neles estavam inscritos os nomes de militares homenageados como: Conde de Porto Alegre, General Argollo, Marquez de Caxias.

Entre o *chalet* e o convento havia uma área com gradil de ferro na frente, tendo ao fundo a cozinha dos inválidos, que ligava os dois prédios. No andar térreo do convento funcionava o alojamento dos prisioneiros paraguaios e a penitenciária dos inválidos. Os dois andares do convento foram transformados em salões para dormitório

de duas companhias do asilo, em uma das salas funcionava a escola primária dos asilados de responsabilidade do capelão da igreja. A igreja ficava entre dois edifícios.

No alto do morro perto da igreja, uma caixa d'água, existente até hoje, ela abastecia todo o asilo. A água vinha de uma caixa d'água do Morro do Barro Vermelho, em São Cristóvão, através de um cano que atravessava a ponta do Caju por baixo do mar, chegando à Ilha do Bom Jesus e era distribuída para todos os edifícios da Ilha. Segue abaixo um trecho a respeito da inovadora engenharia:

A collocação do cano que conduz a água do deposito de S. Christovão para a ilha do Bom Jesus, foi um ensaio excellente feito pelos nossos engenheiros, que, graças ao empenho com que trabalharão, conseguirão ser os primeiros em collocar canos submarinos na grande América do Sul.^{xxvi}

O convento dos franciscanos sofreu alterações ao longo dos anos, devido as inúmeras requisições, ainda mais com sua transformação em Asilo dos Inválidos da Pátria. Todo o espaço serviu de abrigo e para diversas atividades oferecidas aos ex-combatentes, restando apenas do complexo arquitetônico conventual, a igreja.

As edificações existentes na Ilha do Bom Jesus, atualmente, são a Igreja nomeada Santuário Militar, por decreto, os prédios próximos ao desembarque sobreviveram ao tempo, mesmo com sérios problemas de conservação, a partir de 1974, passaram a servir a 1ª Companhia de Comando da Região Militar, ficando, a partir de 1998, apenas um contingente na Ilha do Bom Jesus para dar conta da manutenção do local, dos PNR, se estabelecendo a Administração da Ilha do Bom Jesus.

O cais ainda existe com duas escadas de pedra, uma de cada lado, tendo um canhão apontado para Baía de Guanabara, datado de 1850, e mastro com a bandeira do Brasil. Mais de cem casas, os próprios nacionais residenciais (PNR), foram erguidas e serviram de

moradias para os militares e funcionários públicos do exército durante anos, mas atualmente muitos PNR já estão desabitados, alguns foram demolidos (como ocorreu com as residências ao redor do templo, por exemplo, a casa de número 40, situada na Rua D. Pedro II, onde eu morei por mais de 20 anos, não existe mais). Como o templo e seu acervo são tombados, busca-se segurança, preservação e conservação constante.

II - CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO BEM HISTÓRICO CULTURAL E NATURAL

Conceitos de conservação e preservação

Tudo o que sabemos de nós mesmos e do mundo nos chega do passado. E tudo o que conhecemos realmente do passado é esta parte que sobreviveu até nós sob a forma de objetos materiais. ^{xxvii}

Philip R. Ward

Quando se recorre ao dicionário para buscar os significados dos termos: preservação e conservação, nota-se que não há tanta diferença entre os dois, pois eles estão voltados a proteger e preservar.

Mas de acordo com a teoria, a preservação está relacionada à mentalidade, política, a uma postura de consciência individual ou coletiva, particular ou institucional, protegendo e salvaguardando o Patrimônio Cultural, portanto trata-se do controle ambiental.

Já a conservação tem o propósito de impedir a ação prejudicial ocasionada pela ausência de uma conservação preventiva. Buscam-se, através da conservação de um bem, o monitoramento ambiental, medidas preventivas, proibitivas para melhor conservá-lo. Pequenos reparos podem ser feitos nos bens materiais quando se trata de uma

Conservação Reparadora, como ocorreu em várias edificações existentes na Ilha do Bom Jesus. É importante colocar que esses dois conceitos não interferem na estrutura física, material, nem em questões voltadas para integridade de valor histórico, estético e formal do patrimônio, como ocorre em um processo de restauração.

A preservação é fundamental para que não haja o esquecimento, perdas. Por meio do ato de preservar é que práticas são estabelecidas para assegurarem a proteção do bem, visando sua integridade e perenidade. E com a conservação recursos são administrados para fornecer o máximo de benefício ao bem, garantindo a existência dele para as futuras gerações.

Importância em conservar e preservar os bens

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. ^{xxviii}

Jacques Le Goff

Aparentemente, um objeto, um prédio pode passar frieza ao espectador, mas há sempre memórias que estão ocultas, esses elementos são capazes de proporcionar sensações, fazendo florescer sentimentos a partir de cada indivíduo ou de um coletivo, devido às referências, como ocorre quando visitamos um local que marcou muito nossa vida, por exemplo: o prédio da antiga escola, a casa onde residíamos na infância. Esses lugares marcantes ativam a memória afetiva através do contato com determinado objeto, com a experiência passada, certo ambiente que irá despertar e desencadear lembranças. E a perda do passado pode comprometer o processo de recuperação da memória e de reafirmação da identidade, por isso é muito importante a preservação da história, da memória, para que não seja esquecida.

Os bens materiais edificados na Ilha do Bom Jesus representam um capital simbólico, são patrimônios brasileiros, pois fazem parte e pertencem ao espaço de significação dos moradores, frequentadores da IBJ. Trata-se de um legado, remetendo à memória coletiva de um grupo que passou pelo local, viveu, conheceu sua história, seu passado, sabe do seu valor e faz parte dessa história. Infelizmente, somente parte da herança material, do patrimônio existente, consegue resistir e sobreviver para fazer parte e passar a história adiante, pois escolhas são feitas de acordo com valores, forças dominantes, ou seja, em relação aos bens preservados, um grupo dominante é que acaba decidindo a história que deve perpetuar e o que realmente deve ser preservado.

Sabe-se que há anos a Baía de Guanabara vem sofrendo danos com as transformações ocorridas ao longo do tempo, destinadas ao homem e sua melhoria, como acessibilidade e facilidade de deslocamento, o próprio processo de aterramento já alterou muito o espaço geográfico, acarretando em problemas com meio ambiente, como assoreamento dos canais, como aconteceu com o Canal do Cunha, poluição das águas da baía, dos mangues, toda a orla e ecossistemas agredidos por grandes aterros que agravam as condições ambientais. O processo de ocupação das margens da Guanabara acaba por resultar na degradação do ambiente físico onde está inserida a Ilha do Bom Jesus.

Pois, tratando-se da relação entre o espaço e o sujeito inserido em sua história, seu meio, da identidade construída com o tempo, sabe-se que:

A identificação de bens que materializam nossa própria história cultural permite-nos interagir de forma afetiva com o espaço. A presença de antigos prédios, de monumentos e objetos ligados à nossa história – remota ou simplesmente da infância – funcionaria como uma espécie de álbum de fotografias que, mantendo viva a imagem de nossos antepassados, contribui para a reafirmação de nossa própria identidade.^{xxix}

Portanto, os edifícios da Ilha do Bom Jesus e todo seu entorno devem ser conservados como testemunhos de nossa história passada ou presente para que se torne referencial para o futuro, transmitindo às próximas gerações a memória.

Ex-moradores costumam organizar encontros na própria IBJ (ou próximo da região), prática comum há um tempo, virou uma tradição. Existem grupos nas redes sociais com ex-moradores de todas as idades, há muita troca, fotos compartilhadas, histórias contadas acerca dos mistérios, lendas locais, amizades, etc. As reuniões ocorrem diversas vezes por várias gerações que tentam perpetuar suas raízes e identidade, buscando reviver lembranças, contar histórias, sentir carinhosamente o lugar, seu encanto e beleza, a calma, retornando a um passado através do coletivo. Por isso, é muito importante a preservação desse espaço tão familiar a todos que passaram pela Ilha do Bom Jesus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito de desenvolver este estudo partiu da vontade de estimular reflexões sobre a importância de manter um lugar visto como paradisíaco, há anos, repleto de histórias e bens que guardam um passado. Esse legado precisa continuar existindo para que haja uma memória futura, para que a identidade das pessoas que viveram na Ilha do Bom Jesus não se perca.

Com este trabalho, o leitor conheceu a história de um lugar despercebido por muitos, localizado dentro do Fundão, pois até alguns moradores acabam partindo da Ilha do Bom Jesus sem saber dos acontecimentos que envolveram o local e de seu grande valor. Quantos estudantes, quanta gente frequenta a Cidade Universitária e desconhece toda a transformação ocorrida no território onde pisam, não sabem da existência de uma Ilha com uma igreja de 1705, com belas paisagens, patrimônios históricos culturais.

O estudo acerca da Ilha do Bom Jesus, como comentado logo no início do texto, surgiu de uma vontade antiga de pesquisar, registrar, propagar a história e curiosidades do local onde residi, cresci e sinto um carinho imenso. A nostalgia é enorme sempre que passo perto da IBJ ou a avisto ao longe. Através da monografia apresentada, em 2011, na Faculdade de Museologia – UNIRIO, busquei bastante informações, me envolvi, encantada com cada descoberta, eu pretendia seguir adiante, estudando mais sobre esse lugar deslumbrante, levar para o mestrado, doutorado. Fiquei muito feliz ao receber o convite e poder contribuir com esta presente obra que conseguiu reunir diversos assuntos focados em um tema central, assim como vários pesquisadores, colaboradores e disseminadores da memória, da história de um espaço grandioso e valioso, a Ilha do Bom Jesus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras gerais:

ABREU, Maurício de Almeida. *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/ Divisão de Editoração, 1992.

ALVIM, Sandra. *Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro*. V. 1. RJ: UFRJ/IPHAN, 1997.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

HONORATO, Manoel da costa. *Descrição topographica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Pátria*. S.ed. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1869.

- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1994.
- MENDES, Chico. VERÍSSIMO, Chico. BITTAR, Willian. *Arquitetura no Brasil de Cabral a Dom João VI*. RJ: Imperial Novo Milênio, 2011.
- MENEZES, P. M. L., ANDRADE, L. G., LEPORE, V. M. G., SILVA, B. S., FERREIRA, T. S. F. & FERNANDES, M. C. *Evolução Histórica-Geográfica – Cartográfica da Ilha do Fundão*. XXI Congresso Brasileiro de Cartografia. CBC – Belo Horizonte - MG, 2003.
- Ministério do Exército/Comando Militar do Leste/ 1º RM – Região Marechal Hermes da Fonseca /Seção de Patrimônio. *Igreja do Bom Jesus da Coluna – Histórico*, 4º Dist. Mil., 1891.
- RÖWER, Basílio. *Páginas de história franciscana no Brasil*. Editora Vozes, 1957.
- SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil: Época da respectiva fundação, motivo determinativo della, sua importancia defensiva, e valor actual. Memoria escripta por convite da comissão directora das Conferencias sobre historia e geographia do Brazil em 1881. In: *Revista do IHGB*, Tomo XLVIII (II): 5-140, 1885.
- UZEDA, Helena Cunha de. *Notas de Aula de Museologia e Preservação I/Aula 1 – História da Conservação*. Não publicadas, Curso de Graduação em Museologia, Escola de Museologia, UNIRIO, RJ. 2010.
- UZEDA, Helena Cunha de. *Notas de Aula de Museologia e Preservação I/Aula 5 – Patrimônio Histórico e Artístico*. Não publicadas, Curso de Graduação em Museologia, Escola de Museologia, UNIRIO, RJ. 2010.
- WARD, Philip R. “La Conservation: l’avenir du passé”, in *Museum*. Paris, Unesco, Vol. XXXIV, nº 1, 1982, p. 6-9.

OUTRAS FONTES

Artigos

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. “*Quem dá aos pobres, empresta a Deus*”: apontamentos para uma história do Asylo dos Inválidos da Pátria. 2009, p. 32.

MARTINS, Francisco José Corrêa “*Conquistar e manter*”?: a cartografia da presença do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro nos últimos cinquenta anos.

Coleção

LE MOS, Carlos A. C. O que é Patrimônio Histórico. 2. Ed. ver. E ampli. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010. – (Coleção Primeiros Passos; 51).

Decretos

BRASIL. Decreto nº 47.535 – Art.1º, de 29 de Dezembro de 1959. Aprova a designação dada ao Conjunto de ilhas destinadas à instalação da Cidade Universitária da Universidade do Brasil. Diário Oficial da União - Seção 1 - 05/01/1960,p.122.

BRASIL. Decreto nº 47.535 – Art.2º, de 29 de Dezembro de 1959. Aprova a designação dada ao Conjunto de ilhas destinadas à instalação da Cidade Universitária da Universidade do Brasil. Diário Oficial da União - Seção 1 - 05/01/1960,p.122.

Dicionários

CUNHA, Almir Paredes. *Dicionário de Artes Plásticas*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2005. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010.

Endereços eletrônicos

AQUINO, Wilson. *Rio Verde*. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/186500_RIO+VERDE

CABALLERO, Miguel. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/posts/2009/08/16/a-historia-do-brasil-numa-ilha-do-fundao-214276.asp>

CAMPOS, Luis Candido. *Cândido Campos Arquitetura e Construções*. Disponível em: http://www.candidocampos.com/Ser_Bom_Jesus.html

DECOURT, Andre. *Foi um Rio que passou*. Disponível em: <http://www.rioquepassou.com.br/2006/10/10/resposta-da-pegadinha/>

NEOTTI, Frei Clarêncio. *Bicentenário de Osório é celebrado com Missa*. Disponível em: <http://www.franciscanos.org.br>

FREITAS, Sérgio de. *Famílias nobres e seus brasões*. Disponível em: <http://www.sfreinobreza.com/APENDICE.HTM>

FUNDAÇÃO CULTURAL EXÉRCITO BRASILEIRO (FunCEB). *Projetos em reforma e restauro – Restauração da Igreja Bom Jesus da Coluna*. Disponível em: <http://www.funceb.org.br/reformaerestauro.asp?materia=5>. IPHAN <http://portal.iphan.gov.br>

GUIA DE LAZER. <http://guiadelazer.blogspot.com/2008/08/igreja-de-bom-jesus-da-coluna.html>

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. *Ilha vizinha à UFRJ será transformada em um Distrito Verde*. Disponível em: <http://www.novorj.com.br/ilha-vizinha-a-ufrj-sera-transformada-em-um-distrito-verde/>

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. *Paes oferece isenções e terreno na Ilha do Fundão a empresa*. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/...a-2854543.html>

- MORAES, Priscilla. *Igreja de 300 anos, no Fundão, é restaurada*. Disponível em: http://www.ufrj.br/detalha_noticia.php?codnoticia=2934
- OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. *Das Ilhas à Cidade – A universidade invisível: a longa trajetória para a escolha do local a ser construída a cidade universitária da Universidade do Brasil (1935-1945)*. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n1/numero1-artigo1.pdf>
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. JUSTINIANO, Fátima. *Barroco e Rococó nas Igrejas do Rio de Janeiro*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/files/PDFs/Barroco_e_Rococo_Rio_vol_1_web.pdf
- O GLOBO – Jornal Digital. *Igreja do Bom Jesus da Coluna na Ilha do Fundão reaberta após restauração*. Disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/08/14/igreja_de_bom_jesus_da_coluna_na_ilha_do_fundao_reaberta_apos_restauracao-547746579.asp
- PÁDUA, Suzana. *Afinal, qual a diferença entre conservação e preservação?* Disponível em: <http://www.oeco.com.br/suzana-padua/18246-oeco15564>
- SERQUEIRA, Celso. *Mapas antigos, histórias curiosas!* Disponível em: <http://serqueira.com.br/mapas/sapucaia.htm>
- SOARES, Lilis. O vício faz a história da UFRJ – *História viva*. Disponível em: http://www.olharvital.ufrj.br/ant/2005_08_11/2005_08_11_historiaviva.htm
- SOUZA, Rainer. *Patrimônio Histórico Cultural*. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/curiosidades/patrimonio-historico-cultural.htm>
- SPU - SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. *Próprio Nacional*. Disponível em: <http://patrimoniode todos.gov.br/gerencias-regionais/spu-pb/projetos-e-aco es/proprio nacional>

WANDERLEY, Amanda. *Igreja de 300 anos, no Fundão, é restaurada*. Olhar Virtual – UFRJ. Disponível em: http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/index.php?id_edicao=140&codigo=fotos_extras

Folheto

COMANDO MILITAR DO LESTE – CML. *Informativo do Santuário Militar do Bom Jesus da Coluna*. Publicação da 5ª Seção do CML. Rio de Janeiro.

Periódicos

JORNAL DO COMMERCIO, 25/02/1865.

JORNAL DA UFRJ. JORNAL DA UFRJ. *Mapas contam a história da Ilha do Fundão – Pesquisadores do Instituto de Geociência remontam a evolução cartográfica da região*. Rio de Janeiro: Abril 2007, p. 18.

JORNAL O GLOBO. *A privataria quer bicar o Fundão*. Rio de Janeiro: 11 de janeiro de 2012, p. 6, por Elio Gaspari.

Teses

FERREIRA, Glauce Silva. *Ilha do Bom Jesus: Uma abordagem histórica, artística e museológica*. Trabalho de conclusão de curso de Bacharel em Museologia. RJ: Faculdade de Museologia, Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro – UNIRIO, 2011.

GOMES, Marcelo Augusto Moraes. *“A Espuma das Províncias” – um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

LOCAIS DE PESQUISA

Biblioteca Nacional

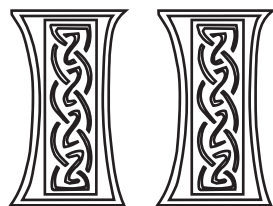
Arquivo Histórico do Exército

NOTAS:

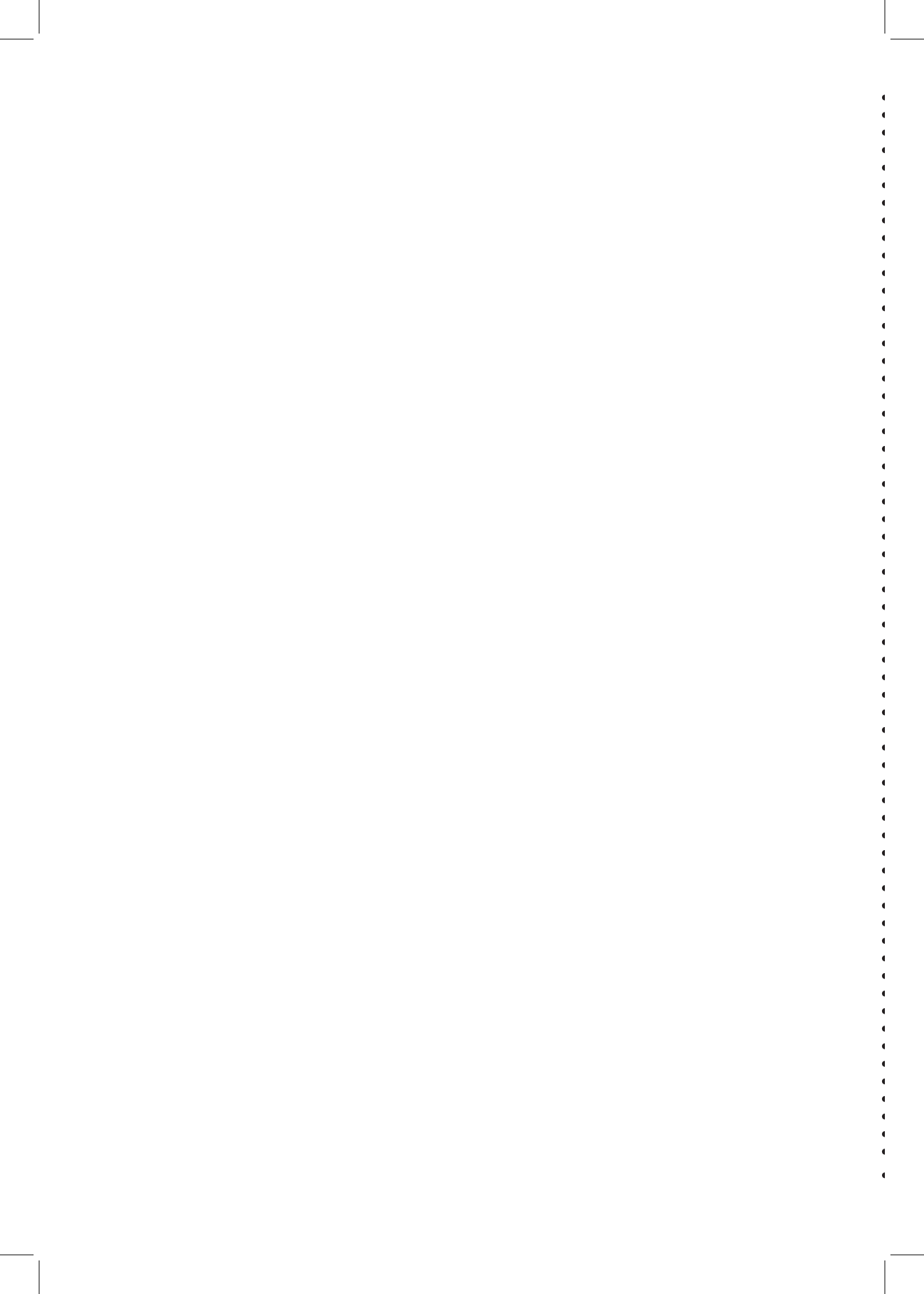
- i Não existe registro algum sobre a história e surgimento do canhão no Cais Princesa Izabel, há muito tempo ele faz parte do cenário, apontado para o mar. Encontra-se apenas inscrito no objeto o ano de 1850.
- ii Os dois quadros encontram-se no interior do prédio há muito tempo, o autor é desconhecido, não existe assinatura, somente a data e a referência ao antigo asilo.
- iii O primeiro trabalho planejado, elaborado, através de grande pesquisa, dedicação e expectativa (referências, documentos, imagens, acervo, entrevistas, registros pessoais) acerca de tal valiosa temática, a Ilha do Bom Jesus, foi a monografia, trabalho de conclusão de curso para obtenção do grau de bacharel em Museologia, desenvolvido no final da graduação, Faculdade de Museologia (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO), com a orientação das professoras da Escola de Museologia (UNIRIO): Avelina Addor e Helena Cunha de Uzeda.
- iv Manoel da Costa Honorato era o capelão do exército, encarregado do ensino no Asilo dos Inválidos da Pátria e, também, cônego honorário da Catedral e Capela Imperial. Ele era pernambucano, foi nomeado para função em outubro de 1867, ficando na Ilha do Bom Jesus até dezembro de 1868 (conforme consta em sua documentação encerrada no Arquivo Nacional – informação contida e obtida da tese de doutorado de Marcelo Augusto Moraes, *A espuma das províncias: um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)*, defendida no ano de 2007), o padre foi um dos primeiros capelães do AIP, ele publicou um livro em 1869, *Descrição topographica e história da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Pátria*, obra rara, localizada no Arquivo Histórico do Exército.
- v SOUZA, Rainer. *Patrimônio Histórico Cultural*. Disponível em: <http://www.brasilestela.com/curiosidades/patrimonio-historico-cultural.htm>
- vi <http://www.brasilestela.com/curiosidades/patrimonio-historico-cultural.htm>
- vii Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15481&retorno=paginalphan>

- viii Pela Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN, (data do tombamento: 3/7/1964 – inscrição: 372, Livro Tombo/Livro Histórico, nº do processo: 0732-T-64).
- ix Disponível em: <http://patrimoniode todos.gov.br/gerencias-regionais/spu-pb/projetos-e-aco es/proprio-nacional>
- x Construção arquitetônica decorada com arcos que protege a entrada da igreja.
- xi HONORATO, op.cit. 1869, p. 38-39.
- xii ALVIM, Sandra. Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro. V. 1. RJ: UFRJ/IPHAN, 1997.
- xiii A importante igreja jesuítica do Morro do Castelo no Rio, de 1567, foi demolida em 1922 na reurbanização da área onde se localizava.
- xiv ALVIM, op. cit., 1997.
- xv ALVIM, op. cit., 1997, p. 96.
- xvi MENDES, Chico. VERÍSSIMO, Chico. BITTAR, Willian. Arquitetura no Brasil de Cabral a Dom João VI. RJ: Imperial Novo Milênio, 2011.
- xvii Imagem restaurada pelo diretor da Escola de Museologia, Ivan Coelho de Sá, no Laboratório de Conservação – Restauração do Forte de Copacabana.
- xviii O Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus é uma organização filantrópica que começou há 20 anos numa parceria com o capelão Militar Pe. Lindenberg Freitas Muniz. Ensina balé clássico e evangeliza, está destinado principalmente para crianças e adolescentes da Ilha do Bom Jesus, Vila dos Pinheiros, Vila do João, Baixa do Sapateiro e comunidade da UFRJ no Rio de Janeiro. Funciona na Ilha do Bom Jesus no Fundão e é dirigida pela bailarina e professora de balé Mercedes Ferrero Valpassos. As aulas são diárias de segunda a sexta na Ilha do Bom Jesus. O objetivo do projeto é dar uma chance profissional às crianças e jovens, oferecendo-lhes a oportunidade de alcançar, através da arte e do convívio comunitário, maior dignidade social e cultural.
- xix A obra Filhos da Ressurreição também tem sede em Brasília e em Santa Maria – RG.
- xx <http://portal.iphan.gov.br>
- xxi Postado no Guia de Lazer, site: <http://guiadelazer.blogspot.com/2008/08/igreja-de-bom-jesus-da-coluna.html>
- xxii HONORATO, op. cit. 1869, p. 32.
- xxiii HONORATO, op. cit. 1869, p. 33.
- xxiv HONORATO, op. cit. 1869, p. 34.
- xxv HONORATO, op. cit. 1869, p. 35.

- xxvi HONORATO, op. cit. 1869, p. 38.
- xxvii WARD, Philip R. “La Conservation: l’avenir dupassé”, in Museum. Paris, Unesco, Vol. XXXIV, n° 1, 1982, p. 6-9.
- xxviii LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1994.
- xxix UZEDA, Helena Cunha de. *Notas de Aula de Museologia e Preservação I/Aula 5 – Patrimônio Histórico e Artístico*. Não publicadas, Curso de Graduação em Museologia, Escola de Museologia, UNIRIO, RJ.



As pessoas



CAPÍTULO 8

A REPATRIAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DO BRIGADEIRO ANTÔNIO DE SAMPAIO

Júlio Lima Verde Campos de Oliveira¹

O BRIGADEIRO ANTÔNIO DE SAMPAIO E SUA MORTE APÓS A BATALHA DE TUIUTI

O Brigadeiro Antônio de Sampaio, cearense de Tamboril, na Guerra da Tríplice Aliança, comandava a 3ª Divisão de Infantaria – a “Encouraçada”. Durante a Batalha de Tuiuti, ocorrida em 24 de maio de 1866, em terras do Paraguai, foi ferido por três vezes e retirado da frente de combate. Inicialmente, foi atendido no Hospital de Sangue localizado no Passo da Pátria, junto a confluência dos rios Paraná e Paraguai e posteriormente, com o agravamento do seu estado de saúde foi evacuado para o Hospital de Campanha em Corrientes, Argentina. Deste hospital seguiu para o Hospital brasileiro em Buenos Aires a bordo do vapor-hospital Eponinaⁱ, onde veio a falecer nas cercanias da capital argentina.

Bastante combalido, no Hospital de Corrientes, o Brigadeiro Sampaio permaneceu pouco mais de um mês, entre a vida e a morte; seu organismo resistia heroicamente para não capitular, dando às vezes esperanças aos médicos que o assistiam; mas agravando-se consideravelmente seu estado geral, tanto mais que não fora possível

1 Gen Div R/1 (AMAN/1968), sócio correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

retirar todos os fragmentos dos projetos que se alojaram no seu corpo, resolveram os médicos, atendendo ao pedido do próprio brigadeiro, transferi-lo para o hospital brasileiro aberto em Buenos Aires, de melhores condições. Neste propósito, foi o valente general embarcado em Corrientes em milindroso estado no vapor Eponina, assistido pelo desvelo do Dr. Cunha Barbosa, tenente-coronel do Corpo de Saúde do Exército, que tudo fez para salvar tão preciosa existência. Não obstante as atenções e o desvelo de que foi cercado nessa angustiante viagem do navio-hospital Eponina, Sampaio veio a falecer na sexta-feira, 6 de julho de 1866, já próximo de Buenos Aires. (DUARTE, 2010:279)

O SEPULTAMENTO DE SAMPAIO NO CEMITÉRIO DA RECOLETA EM BUENOS AIRES (1866)

Após as preparações do corpo, o enterro foi realizado no dia oito de julho de 1866, no Cemitério Municipal de Buenos Aires, atual Cemitério da Recoleta, tendo o cortejo saído do hospital brasileiro na parte sul da cidade, às quatorze horas.

Figura 1
Fachada do Cemitério da Recoleta (Buenos Aires – Argentina)



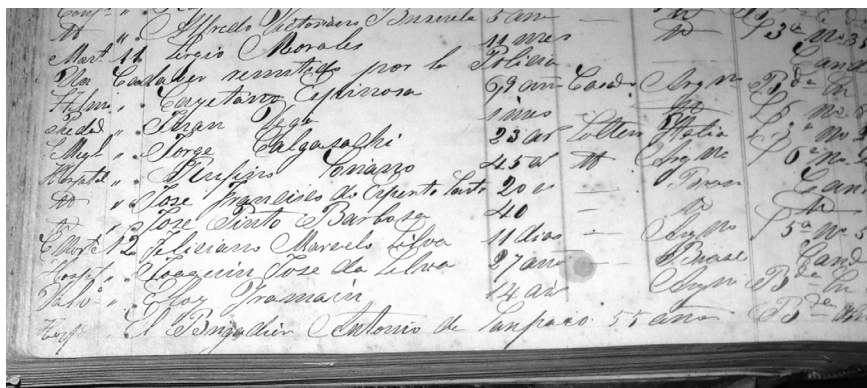
Fonte: Acervo do Cel Jorge Gomez Pola

Um rico coche coberto com a bandeira brasileira ao centro e a oriental e a argentina aos lados levava o féretro, que era de mogno contendo um caixão de zinco em que ia hermeticamente encerrado o corpo. Sobre o ataúde viam-se as insígnias e condecorações do finado. Uma longa fileira de segues seguia o coche, reunindo massas de povo nas ruas para ver o préstito. No cemitério algumas forças de infantaria argentina fizeram-lhe as honras militares, acompanhando de longe a corveta Niterói com a salva correspondente. Ao sepultar-se o cadáver o talentoso Dr Elizaide, ministro de negócios estrangeiros da República, pronunciou um conceituoso discurso; depois o nosso patricio, o Sr. José Cândido Gomes, em nome dos brasileiros improvisou uma sentida alocução, e, enfim, o Dr Leopoldo Montesdeoca (argentino) dirigiu algumas frases de nobre simpatia ao finado e à nação brasileira. (SOUZA, 1944:87/88)

Em dezembro de 2009, por solicitação deste autor, foi realizada uma busca no Cemitério da Recoleta, na capital portenha, pelo Coronel (reserva) Jorge Horácio Gomez Polaⁱⁱ, do Exército Argentino, no sentido de ser localizado o local do túmulo onde Sampaio teria sido enterrado. Na Recoleta foi encontrado um livro de sepultamentos dos anos de 1860 a 1866, onde consta na sua página 355 o registro de inumação do Brigadeiro Antônio de Sampaio, ocorrido em oito de julho de 1866, na “*Seccion Siete*” (Seção Sete), da citada necrópole. Na última linha da figura 2 encontra-se registrado o sepultamento de Sampaio.

Figura 2

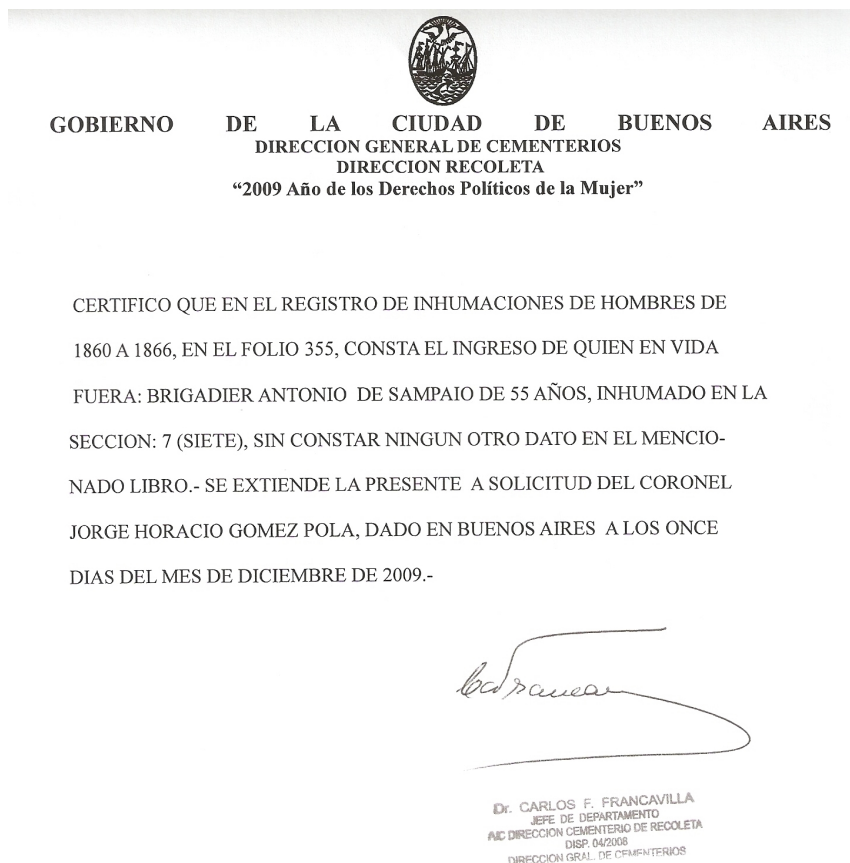
Livro com registros de sepultamentos do Cemitério da Recoleta dos anos de 1860 a 1866



Fonte: Acervo do Cel Jorge Gomez Pola

Por solicitação do Coronel Gomez Pola, a Direção Geral dos Cemitérios, expediu uma certidão onde confirma o sepultamento do Brigadeiro Antônio de Sampaio na área denominada de “Seccion Siete”, destinada aos mortos da Guerra da Tríplice Aliança.

Figura 3
Certidão de sepultamento no Cemitério da Recoleta (2009)



Fonte: Acervo do Cel Jorge Gomez Pola

Embora não tenha sido possível definir com exatidão o local do túmulo onde foi sepultado o Brigadeiro Sampaio, na Seção Sete, é possível que os seus restos mortais tenham sido depositados no Mausoléu pertencente à família do Coronel Dionísio Quiroga, por pedido do General Bartolomé Mitre, Comandante das Forças Aliadas em Tuiuti, já que o Coronel Quiroga era um amigo pessoal de Mitre.

Outro detalhe, foi a proximidade deste mausoléu com um outro, pertencente ao Coronel Juan B. Charlone morto em Curupaiti, o que confirma ser o local onde foram inumados os mortos da Guerra da Tríplice Aliança.

Ratificando esse entendimento, o governo argentino construiu na mesma área, um mausoléu denominado de “Guerreros del Paraguay” abrigando os restos mortais de argentinos que tombaram no sangrento conflito platino. Sua entrada é guarnecida por dois soldados em bronze e no seu interior destacam-se os vitrais do renomado pintor argentino Cândido Lopes, que acompanhou várias etapas da guerra e produziu um vasto acervo.

Figura 4
Mausolés das famílias Queiroga (D) e Charlone (E)



Fonte: Acervo do Cel Jorge Gomez Pola

A VINDA DOS RESTOS MORTAIS DE SAMPAIO PARA O ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA (1869)

Os restos mortais do Brigadeiro Sampaio permaneceriam em solo argentino por mais de três anos, até o Governo Brasileiro, decidir realizar o seu traslado para o Rio de Janeiro, para serem sepultados na cripta da Igreja do Bom Jesus da Coluna no Asilo dos Inválidos da Pátria. Por feliz coincidência, anos depois, repousaram

na mesma cripta os restos mortais do Marechal Manuel Luis Osorio, no período de 16 de novembro de 1879 a 3 de dezembro de 1887.

Figura 5
Igreja do Bom Jesus da Coluna e sua cripta com locais de sepultamento de Sampaio e Osorio



Fonte: Acervo do Cel Cláudio Skora Rosty

Figura 6
Placas na entrada da Igreja do Bom Jesus da Coluna, relativas aos sepultamentos de Sampaio e Osorio



Fonte: Acervo do Cel Cláudio Skora Rosty

A data escolhida foi o dia 20 de dezembro de 1869 e a Nota do Ministro da Guerra de 16 de dezembro de 1869, regulou as solenidades em homenagem ao Brigadeiro Sampaio, que contou com a participação do próprio Imperador Dom Pedro II.

Dizia o referido documento:

O saimento terá lugar, conduzindo-se o cadáver por mar, desde a Capela do Arsenal de Guerra, onde se acha recolhido até à do Asilo dos Inválidos, onde tem de ser depositado. No dia e hora que o Ministro da Guerra marcará para esta solenidade fúnebre, uma Brigada da Guarda Nacional, composta de dois batalhões de infantaria e um de artilharia, achar-se-á formada nas imediações do Arsenal de Guerra, estendendo-se os dois batalhões de infantaria pelo Largo do Moura e rua D. Manoel, e o de artilharia pela praia de Santa Luzia, afim de darem as descargas e salvas correspondentes ao posto de Marechal; em cujo exercício se achava o falecido Brigadeiro na ocasião em que recebeu os ferimentos, de que lhe resultaram a morte. Uma outra brigada, composta do Batalhão Naval, Companhias de Alunos e Aprendizes Artilheiros, guarnecendo parte destes uma bateria de artilharia, será postada com a antecedência precisa no cais da Ilha do Bom Jesus, a fim de prestar aí as mesmas honras ao desembarcar o cadáver.

Os convidados formarão alas desde o cais de desembarque na ilha até o adro da capela, onde tem de ficar o mesmo cadáver, e seguirão na retaguarda, do préstito, fechando o acompanhamento.

O Ministro da Guerra designará, entre os convidados, os que têm de pegar no caixão para conduzi-lo desde a Capela do Arsenal de Guerra ao cais de embarque, e os que, à chegada na Ilha, têm de recebê-lo e alternar durante a subida da ladeira, para conduzi-lo do cais da Ilha ao interior da Capela do Asilo.

Na ocasião de largar o comboio fúnebre do Arsenal, uma Brigada da Guarda Nacional dará as descargas e salvas de estilo, e a Fortaleza de Santa Cruz responderá com outra salva igual. A galeota que transportar o cadáver irá na frente do préstito, e conduzirá somente o cadáver. As demais embarcações seguir-se-ão nesta ordem: a galeota

dos capelões militares e mais padres que têm de officiar no Réquiem; a galeota do Estado que tem de fazer parte do acompanhamento, um vapor que conduzirá a banda militar, e depois o préstito dos convidados nas galeotas, escaleres e mais embarcações do Arsenal de Guerra, Marinha e dos navios de guerra surtos no porto, que o Ministro da Guerra requisitará do da Marinha para que sejam postas, com as respectivas tripulações, à disposição dos convidados.

Pela Secretária da Guerra providenciar-se-á sobre a armação da Capela do Asilo em funeral para o ato das exéquias religiosas, arranjo dos padres e música. (DUARTE, 2010:283/284)

O Asilo dos Inválidos da Pátria foi inaugurado em 29 de julho de 1868, com a presença da Família Imperial e membros da Corte. No Boletim Interno do Asilo foi registrado que “A Ilha de Bom Jesus estava sendo preparada para quartel definitivo dos asilados e, no dia 29 de julho, data do nascimento da Sereníssima Princesa Imperial, Senhora Da. Isabel – Condessa d’Eu – data esta escolhida por Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, foi o edifício do quartel solenemente inaugurado”. (DUARTE, 2010:285)

Em Aviso de 14 de dezembro de 1869, o Ministro da Guerra, Barão de Miritiba, fixou a data para a transladação dos restos mortais do Brigadeiro Sampaio, conforme o documento a seguir:

“A S. Ex.a o Sr. Paulino José Soares de Souza, Secretário.

Devendo ter lugar no dia 20 do corrente a transladação dos restos mortais do Marechal-de-Campoⁱⁱⁱ Antônio de Sampaio, para o Asilo dos Inválidos da Pátria, comunico a V. Ex.a que às dez horas da manhã sairá o préstito do Arsenal de Guerra, onde achará V. Ex.a condução para a mesma ilha, a fim de assistir a encomendação, à qual Sua Majestade do Imperador se digna achar-se presente.

Deus guarde a V. Ex.a

Barão de Muritiba.” (DUARTE, 2010:285)

Prossegue com mais detalhes Paulo de Queiroz Duarte em sua obra “Sampaio”:

O Secretário de Estado da Guerra, Conselheiro Mariano Carlos de Souza Corrêa, tratou de providenciar a transladação dos restos mortais de Antônio de Sampaio da capela, hoje desaparecida, do antigo Arsenal de Guerra na Ponta do Calabouço para o Asilo dos Inválidos da Pátria. Fixou o Ministro da Guerra normas para que o ato tivesse solenidade pouco vulgar.

À frente dos ofícios religiosos foi colocado o governador geral da diocese, Monsenhor Félix Maria de Freitas Albuquerque, e à testa da parte musical o maestro Arcângelo Fiorito. O Monsenhor Félix Maria já havia capitulado nas exéquias pelo General Flores.

Expediram-se convites ao ajudante-general, resolvido foi que tomasse as argolas do féretro os oficiais mais graduados outrora presentes no Paraguai, recomendando-se fosse o programa seguido à risca.

Em data marcada pelo Imperador, 20 de dezembro formou-se o préstito rumo à Ilha do Bom Jesus, onde se situava o Asilo dos Inválidos da Pátria. Saiu o cortejo do Arsenal de Guerra, em cujas imediações postou-se a Brigada da Guarda Nacional, dois batalhões de infantaria no Largo do Moura e Rua D. Manoel, uma Bateria de artilharia na Praia de Santa Luzia.

Ao deixar o Arsenal o comboio fúnebre, as forças deram as descargas e salvas, respondidas pela Fortaleza de Santa Cruz. “Sua Majestade o Imperador estará no Asilo de Inválidos ao meio-dia”, prevenia o Ministro da Guerra, e à hora prefixada lá se achava o primeiro dos convidados.

No cais da Ilha do Bom Jesus estenderam-se em linha o Batalhão Naval, os alunos da Escola Militar e os aprendizes artilheiros guarneceram a bateria, formando os inválidos da rampa ao adro da igreja do Asilo.

Avistou-se sobre as águas o lento préstito fúnebre, a galeota à frente só com o esquife do bravo, múltiplas embarcações prestavam-lhe sua homenagem. A chegada, adiantou-se o Imperador, a Voluntário de Uruguaiana, recebeu o inerte súdito valoroso, acompanhou-o à igreja, os inválidos seguiram na retaguarda, fechando o préstito.

Na igreja do Bom Jesus desenrolaram-se as exéquias que foram soleníssimas. Capitulou Monsenhor Félix Maria, acolitado por treze padres; pregou o Cônego Fonseca Lima. Numerosa fora a orquestra. Regida por Fiorito, formada por professores e cantores escolhidos. As luzes do templo ajuntaram-se os clarões das tochas, empunhadas pelos convidados de alta escala social da corte.

A religião disse ao morto as últimas palavras. Confiou-lhe a guarda a companheiros de armas. Ouviram-se as preces que a Igreja levantou ao céu em benefício de finados, rogando a Deus para eles na paz suprema o resplendor da luz eterna.

Curiosos documentos especificavam a miúdo as despesas do Estado com as exéquias: 1:400\$000. Fiorito, regente da orquestra, ofereceu serviços, pôs gratuitamente à testa do batalhão sonoro e harmonioso de vozes masculinas, de primeiro e segundo violinos, violas e violoncelos, de fagotes e oboés, de trompas e pistons, e tutti quanti dos grandes conjuntos musicais.

“É Antônio de Sampaio um dos grandes vultos do Ceará. Na glória militar acompanha dignamente Tibúrcio. O gênito do ferreiro de Tamboril, guardadas as proporções, elevou-se a exemplo dos grandes generais de Napoleão: Murat, filho de hoteleiro, rei de Nápoles; Ney, filho de tanoeiro, príncipe de Moskowa. Nem a locanda paterna, de um, nem a oficina paterna do outro os impediram de terem casa na história^{iv}”. (DUARTE, 2010, 285/287)

A EXUMAÇÃO NO ASILO DOS INVÁLIDOS E O TRASLADO PARA A CIDADE DE FORTALEZA (1871)

Após permanecer por quase dois anos (20 de dezembro de 1869 a 14 de novembro de 1871) na Cripta da Igreja do Bom Jesus da Coluna, no Asilo dos Inválidos da Pátria, os restos mortais do Brigadeiro Sampaio foram reclamados pelo povo cearense, sua terra natal.

Em entendimentos mantidos com o Governo Imperial, a 14 de novembro de 1871 foram os restos mortais do Brigadeiro Antônio de Sampaio retirados do seu descanso no Asilo dos Inválidos da Pátria, a fim de serem transportados para Fortaleza. Na ocasião foi realizada uma formatura geral dos asilados em presença de oficiais gerais de terra e mar e convidados, de acordo com o Boletim Interno do Asilo.

No dia marcado para a viagem, o ataúde do Brigadeiro foi retirado do Asilo dos Inválidos às seis horas da manhã, de 16 de novembro daquele ano de 1871, assistindo ao ato, a convite do Ministro da Guerra de então, o Visconde de Jaguaribe, presentes ao ato o Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho e o Ministro da Marinha, Conselheiro Duarte de Azevedo, o General Bartolomeu Mitre, Conselheiro Alencar Araripe, Barão Homem de Melo e outras autoridades.

O corpo seguiu a bordo do paquete *Cruzeiro do Sul*, em câmara ardente, aos cuidados do Tenente Felipe de Araújo Sampaio, do 14º Batalhão de Infantaria.

Esse vapor chegou a Fortaleza na manhã de 25 do dito mês de novembro, mas o ataúde, por causa da maré, só pôde ser desembarcado à tarde, procedendo-se as honras fúnebres durante o trajeto, desde o porto até a catedral onde foi depositado; na ocasião formaram o 14º de Infantaria e a Companhia de Aprendizes de Marinheiro, salvando a Fortaleza.

Pegaram nas alças do caixão o Presidente da Província, Conselheiro Barão de Taquari, o Presidente da Assembléia provincial Barão de Aquiraz, o Comandante da Guarda Nacional Comendador João Antônio Machado, o Vice-presidente da Província, Comendador Joaquim da Cunha Freire, o Barão de Ibiapaba, o Comendador Dr. José Lourenço de Castro e Silva, Presidente da Comissão de Recepção e o Reverendo Padre Antônio Pereira de Alencar, membro da mesma comissão.

O ataúde ficou depositado na Catedral, enquanto se concluía, no cemitério de São João Batista, o mausoléu. (DUARTE, 2010, 287/288)

Em 25 de outubro de 1873, os restos mortais do Brigadeiro Antônio de Sampaio foram trasladados da cripta da Igreja Matriz

de São José (Sé) para o Mausoléu construído no Cemitério São João Batista.

Figura 7
Mausoléu do Brigadeiro Sampaio no
Cemitério São João Batista em Fortaleza



Fonte: Acervo do autor

Cerca das seis horas da manhã, de acordo com o programa estabelecido, efetuou-se o ato fúnebre com grande imponência, saindo o ataúde com o corpo do Brigadeiro Antônio de Sampaio para o mausoléu construído no cemitério público da cidade.

A cerimônia revestiu-se de grande aparato, com assistência do mundo oficial. Seguraram nas fitas do féretro o Conselheiro José Martiniano de Alencar, Senador Tomaz Pompeu de Souza Brasil e o Comendador Joaquim da Cunha Freire, Presidente da Assembléia e da Câmara.

No decurso do desfile do préstito fúnebre ouviram-se as salvas executadas pela fortaleza e por uma corveta que se encontrava no porto. Uma brigada, comandada pelo Coronel João Nepomuceno da Silva, formada do 15º Batalhão de Caçadores e do 1º de Fuzileiros, de um Batalhão da Guarda Nacional e da Companhia de Aprendizes de Marinheiro, prestou as honras militares.

No cemitério, de uma tribuna para isso armada, discursaram o Dr. Augusto Gurgel, o Comendador José Lourenço de Castro e Silva, Presidente da Comissão incumbida da construção do monumento e várias outras pessoas, que se fizeram ouvir com poesias apropriadas ao momento. (DUARTE, 2010, 290)

O Dr. Augusto Gurgel pronunciou bela oração, arrematando-a com estas palavras:

Dorme, magnânimo varão, o sono afortunado dos que legam á posteridade um nome com o brilho do teu; porque a tua memória não se apagará nunca de tuas ações, nem tuas ações de tuas virtudes, e nem estas de tua glória. Dorme, general invicto, diante de quem, as gerações por vir se curvarão submissas ao ler a tua história, que é também um dos capítulos mais sublimes dessa epopéia grandiosa da nossa pátria agradecida.

Saíste do Ceará quando eras moço, e que te ardia no peito a flama do patriotismo acrisolado nas crenças da religião e nas da liberdade.

Voltaste mais tarde, quando já tinhas o coração enregelado para os afetos do lar, e as pálpebras cerradas para contemplar o céu majestoso de tua terra!

Não importa! Terás em nosso peito, a veneração que te devemos, e em nossas almas, um culto consagrado á tua memória tão grande como a fama de teus feitos.

Dorme, benemérito guerreiro; e assim como o último Graco, ao receber o golpe mortal, atirou poeira ao ar, e dessa poeira nasceu Mário, assim também, de tuas cinzas veneradas, arremessadas ao ar pela mão da pátria, surgirão no futuro outros guerreiros, que à pátria, novos louros lhe conquistarão.

Descansa em teu jazigo eternamente; as bênçãos do Senhor sejam-te as primeiras saudações nesse leito em que dormes enobrecido por tantos títulos de valor e heroísmo; o reconhecimento da pátria seja-te nessa hora solene a coroa de glórias que cinja tua fronte altiva de guerreiro; e esta modesta homenagem que tributamos agradecidos à tua memória, recebe e acolhe, como a expressão mais sentida da saudade.

Fiquem naquelas letras buriladas, para sempre, as tuas virtudes como cidadão, a tua bravura como guerreiro, e teus sentimentos como cristão; e que todos que passem visitando, mais tarde, o teu sarcófago, repitam uma vez, com Pastoret, este sublime e patriótico pensamento: “O templo da religião torna-se o templo da pátria, e a tumba de um grande homem, o altar da liberdade.” (DUARTE, 2010, 290/291)

SITUAÇÃO ATUAL DOS RESTOS MORTAIS DO BRIGADEIRO SAMPAIO

Os restos mortais do Brigadeiro Antônio de Sampaio encontram-se depositados, desde 24 de maio de 1996, no Panteão Brigadeiro Sampaio, localizado na parte frontal da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, sede do Comando da 10ª Região Militar – Região Martim Soares Moreno. Um fato relevante é que foi neste local, que o jovem sertanejo Antônio de Sampaio, alistou-se, voluntariamente, ao Exército Imperial, em 17 de julho de 1830 no então 22º Batalhão de Caçadores sediado, à época, na histórica fortificação

e marco inicial da formação da capital cearense. Assim se encerra a trajetória deste valoroso sertanejo cearense, que saindo da aridez da caatinga, atingiu os píncaros da glória e adentrou, por indiscutível mérito, na galeria dos Heróis da Pátria.

Figura 8
Panteão Brigadeiro Sampaio no Comando da
10ª Região Militar em Fortaleza



Fonte: Acervo do Sr Alex Uchôa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUARTE, Paulo de Queiroz. Sampaio. Rio de Janeiro: Bibliex, 2010.
- OLIVEIRA, Júlio Lima Verde Campos de. As Moradas Eternas do Brigadeiro Sampaio. In Revista do Instituto do Ceará. Tomo CXXX, Fortaleza, Expressão Gráfica Editora, 2016, p. 169-180.

Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2016/ric2016.pdf>

SOUSA, Eusébio de. Sampaio – Patrono da Infantaria – Escorço biográfico (1810 – 1866). Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1944, 136p.

NOTAS:

- i Eponina, vapor que servia de hospital de sangue a partir da invasão do Paraguai. Seu nome deveu-se a uma homenagem do Almirante Tamandaré ao Conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, cuja esposa, se chamava Eponina Muniz Barreto. O navio foi adquirido por subscrição de brasileiros residentes em Buenos Aires e em 1867 foi consumido por violento incêndio, no rio Paraguai, nas proximidades de Curuzu.
- ii Com o apoio do General de Divisão (reserva) Evergisto Arturo de Vergara.
- iii A explicação para Sampaio ser nominado dessa forma, foi porque em Tuiuti ele comandava a 3ª Divisão (A “Encouraçada”) cujo cargo era privativo do posto de Marechal de Campo.
- iv Artigo de autoria de Escragnolle Dória, publicado anos depois numa revista ilustrada do Rio de Janeiro.

ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA: OS RESIDENTES QUE PARTICIPARAM DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

José Carlos Meireles da Silva¹

Alexandre Marques de Medeiros²

Fabiola Michelle Andrade de Oliveira³

INTRODUÇÃO

O estudo parte das dificuldades vivenciadas em decorrência da participação do Brasil no maior conflito armado da América do Sul, a Guerra da Tríplice Aliança (GTA), fonte de graves consequências para os contingentes de militares que estavam no Teatro de Operações (TO). Esses homens voltavam com diferentes tipos de doenças e problemas sociais, causando preocupação ao governo Imperial.

1 Subtenente de Intendência, graduado nos cursos de licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)/AM e Geografia pelo Centro Universitário Cesumar (UNICESUMAR)/PR; Mestre pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)/RJ, e com Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior concluído na Universidade Candido Mendes/RJ.

2 1º Ten Material Bélico, graduado em História pela Faculdade de Filosofia de Campo Grande (FFCG) – Federação Educacional Unificada Campograndense (FEUC), com Pós-Graduação em História do Brasil e História Contemporânea pela FFCG/FEUC e História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

3 Graduada nos cursos de Turismo pela Universidade Paulista (UNIP) e Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul.

Joseph Eskenazi Pernidji e Mauricio Eskenazi Pernidji afirmam que durante as batalhas os postos de saúde tratavam os feridos e “recebiam os coléricos, bexiguentos, acometidos de diarreia, febre-chuchu e broncopneumonias”ⁱ, em decorrência do conflito. As situações fizeram com que fossem implementados locais para o acolhimento desses militares.

Nesse contexto, foi criado o Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP), localizado na Ilha do Bom Jesus/RJ, com o propósito de atender a demanda de doentes e/ou mutilados vitimados pela guerra. Aparentemente, a instituição teve um papel muito importante na tentativa de sanar as dificuldades enfrentadas pelos enfermos, quanto ao processo de reabilitação.

Afinal, a reabilitação visava reintegrar o paciente à sociedade mesmo que suas habilidades estivessem limitadas. O acolhimento dos Inválidos da Pátria representou para o governo Imperial uma questão de honra. Percebe-se que as condições impostas pela Guerra, interferiram muito na vida dos defensores da Pátria, ocasionando marcas profundas em seu cotidiano.

Maurice Halbwachs afirma que rememorar o passado torna-se um fator essencial para avaliar o presente. A história busca reunir condições imprescindíveis para nortear a memória dos estudiosos. Os acontecimentos devem passar por uma técnica de triagem pela qual serão “selecionados, classificados segundo as necessidades ou regras [...] dos homens que por muito tempo foram repositório vivo”ⁱⁱ.

Este estudo buscou elucidar as ações realizadas com os residentes do AIP. A análise consiste na aplicação de técnicas, seguindo os métodos fundamentais para alcançar à investigação científica, “trazendo uma expectativa epistemológica que pode adotar diferentes enfoques no trato com os objetos pesquisados e eventuais aspectos que se queira destacar”ⁱⁱⁱ.

A investigação torna-se o processo essencial para a construção coletiva daqueles que participaram da GTA. Nesse sentido, utilizare-

mos os métodos de abordagem para desvendar o problema causado pelo efeito da guerra. O emprego dessa dinâmica irá nortear o desenvolvimento das etapas julgadas fundamentais para a realização da pesquisa científica^{iv}.

GUERRA DO PARAGUAI: OS FATOS ANTECEDENTES, DECLARAÇÃO DE GUERRA E A COMPOSIÇÃO DO EFETIVO DO EXÉRCITO IMPERIAL.

Antes de iniciar a Guerra do Paraguai, as tropas do Exército Imperial, da Marinha do Brasil e os grupos de militares do Uruguai, em 1º de janeiro de 1863, começaram uma intervenção armada contra o governo do presidente Atanásio Cruz Aguirre. O Uruguai vivia um conflito civil, de um lado estavam os membros do Partido Blanco, instituídos pelos grandes latifundiários, e do outro, os integrantes do Partido Colorado, compostos, especialmente, por grandes comerciantes de Montevideú.

Além do conflito interno existente no Uruguai, na fronteira do país aconteciam conflitos entre os estancieiros brasileiros e os uruguaiois. Os fazendeiros gaúchos reclamavam de roubos de gados na localidade, apontando os uruguaiois como sendo os culpados pelos desfalques do rebanho. Por outro lado, os uruguaiois queixavam-se dos trabalhos forçados a que eram submetidos, em regime de escravidão, métodos muito utilizados pelos brasileiros na região.

Diante da situação que vivia o país vizinho e das reclamações na área de fronteira, o governo brasileiro tratou de criar uma comitiva diplomática (Missão Saraiva), sendo enviada ao Uruguai a fim resolver o impasse. Mesmo assim, Aguirre não deu importância à comissão, ficando evidente o total descaso com a diplomacia brasileira. Em consequência, o governo brasileiro direcionou as forças

militares para a fronteira, sob a liderança do Almirante Joaquim Marques Lisboa, o Barão de Tamandaré.

Afinal, a ideia era acabar com os impasses que envolviam os brasileiros e os uruguaios na área de fronteira. Em 1864, as tropas comandadas pelo Barão de Tamandaré deslocaram-se até a região de conflito, com o propósito de pôr um fim ao episódio. Em agosto do mesmo ano, as tropas brasileiras invadiram o território uruguaio, passando pela cidade de *Paysandu*, seguindo em direção a capital do Uruguai. A situação acabou assumindo grandes intensidades, gerando entre os dois países um conflito, que ficou conhecido como “Guerra contra Aguirre, ou Guerra do Uruguai”.

O presidente do Paraguai, Francisco Solano López, havia se manifestado de forma negativa, caso houvesse a intervenção militar brasileira na política do Uruguai. Podendo, inclusive, acarretar severas alterações na relação entre os dois países, principalmente na região do rio da Prata.

Francisco Doratioto conclui assim as condições para eclosão do conflito:

A guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. [...]. A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. [...]. A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar o seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevidéu, graças a uma aliança com os blancos uruguaios e os federalistas argentinos representados por Urquiza; para Bartoloméu Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionados pelos blancos e por Solano López [...]; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López.^v

Em novembro de 1864, Solano López cortou as relações diplomáticas com o Império brasileiro em virtude ao desrespeito do acordo firmado no dia 25 de dezembro de 1850, “que previa a manutenção do Uruguai como estado Livre”. No mesmo dia, o navio brasileiro Marquês de Olinda foi aprisionado pelas forças Paraguaiais. Vale lembrar que a embarcação começou sua viagem sem suspeitar que pudesse acontecer qualquer interferência dos paraguaios. O navio subia o rio Paraguai, levando o novo governador da Província do Mato Grosso, o Coronel Frederico Carneiro de Campos, quando foi vitimado pelas tropas do ditador.

Em dezembro de 1864, Solano López, aproveitou-se da fraca defesa brasileira, ordenando que suas tropas atacassem o Mato Grosso e ocupassem Corumbá. Segundo Mércio Pereira Gomes, a região era caracterizada essencialmente pela presença de indígenas cujo extermínio não havia se consolidado, como ocorreu, por exemplo, na Província do Ceará^{vi}. As etnias existentes na região não ofereceram quaisquer resistências ao inimigo. Ressalta-se, também, que muitos grupos aborígenes buscaram abrigo em lugares mais afastados, o que significou abandonar suas terras correndo o risco de perdê-las^{vii}. Essas medidas facilitaram a ocupação das tropas do Paraguai.

Em abril do ano seguinte, as tropas de Solano López invadiram e tomaram Corrientes, província da Argentina. Em seguida, o seu próximo alvo seria o Rio Grande do Sul. Doratioto afirma que já existia a “necessidade de o Paraguai ter acesso ao Oceano Atlântico para ampliar seu comércio exterior, o que teve como consequência levar o governo paraguaio a interessar-se pelas lutas políticas platinas”^{viii}.

Em consequência, em 1º de maio de 1865, reuniram-se em Buenos Aires, o presidente da confederação da Argentina, Bartolomeu Mitre, do Uruguai, Venâncio Flores e representando o Império brasileiro, o senhor Francisco Otaviano de Almeida Rosa, com a intenção de firmarem o acordo conhecido como “o Tratado da Tríplice Aliança”. Para Marcelo Santos Rodrigues o tratado tinha por desígnio:

firmar o compromisso entre os países aliados de fazer uma guerra contra o governo de Solano López, sem prejuízo da população paraguaia. Firmaram, no compromisso, que nenhum dos aliados deporia as armas, antes da queda do ditador, e tampouco poderia adotar posições em separado⁵.

A Guerra do Paraguai foi momento ímpar da História do Brasil, em que a mobilização de homens se fez inevitável como forma de auxiliar o Exército Imperial e a Armada Imperial brasileira. Com a declaração de guerra, verificou-se a necessidade de aumentar o efetivo a fim de atender a extraordinária situação em que vivia o país. Para isso, foi instituído o Decreto nº 3.371, de 07 de janeiro de 1865, que tinha o intuito garantir as condições de honra e a integridade do Império. *

A Lei criava os Corpos de Voluntários da Pátria com a intenção de suprir as necessidades de pessoal, conforme retratado no Art. 1º “são criados extraordinariamente Corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de dezoito e menores de cinquenta anos, que voluntariamente se quiserem alistar, sob as condições e vantagens abaixo declaradas”^x.

O decreto, também, instituía algumas vantagens como forma de incentivar os cidadãos voluntários, mas o benefício, não poderia ser estendido à Guarda Nacional. Nesse caso, os Voluntários da Pátria receberiam um valor compensatório, equivalente ao soldo estabelecido aos “Voluntários de Exército, mais 300 reis diários e uma gratificação de 300\$000 quando derem baixas, e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas”^{xi}. Além disso, os voluntários teriam todas as mordomias e direitos das praças do Exército, podendo inclusive, ser promovidos aos postos de oficiais.

É bom salientar, que desde a interferência do Brasil na política do Uruguai já existia certo entusiasmo da população brasileira pela

carreira das armas. O sentimento de patriotismo cresceu ainda mais, quando começou a guerra com o Paraguai e com a criação dos Voluntários da Pátria. Segundo Doratioto:

Homens se alistaram como os Voluntários da Pátria sem reivindicar seus prêmios em dinheiro e funcionários públicos abriram mão de seus vencimentos para custear a formação desse corpo militar e eram comuns as doações financeiras de particulares ou de movimentos patrióticos^{xii}.

Ricardo Salles, em seu livro *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*, adverte que com a publicação do decreto de convocação dos Voluntários da Pátria aumentou, especialmente a procura nos meios estudantis e em setores da população urbana^{xiii}. Essa procura impressionou muito as autoridades, uma vez que a população era extremamente resistente a qualquer forma de recrutamento militar. Para Vitor Izecksohn, a primeira onda de recrutamento aconteceu entre 1864 e 1865, e conseguiu reunir um contingente suficiente, que, em conjunto com as tropas de primeira linha do Exército, conseguiu expulsar o Exército Paraguaio do Rio Grande do Sul^{xiv}.

Esse entusiasmo não foi evidenciado em relação a Guarda Nacional, pois a milícia era composta pelas elites regionais e segundo Doratioto, tinha um total de 440.972 homens, o que seria mais que suficiente a fim de compor a tropa brasileira. Apesar do grande efetivo, após convocados, ofereceram enorme resistência em participar do conflito. Assim, não representaram de imediato uma força militar real e mesmo com a dificuldade inicial para sua incorporação, durante o transcorrer da Guerra, foram mobilizados vinte e quatro Regimentos de Cavalaria, somando 29.210 homens com participação efetiva. Para o autor, se não fosse à criação dos Corpos de Voluntários da Pátria, o Brasil teria dificuldade para organizar a tropa de reação contra a invasão paraguaia no sul.^{xv}

Segundo Augusto Tasso Fragoso, “o Império mobilizou cerca de 139.000 homens de uma população geral de nove milhões de habitantes. Isso quer dizer que cerca de 1.5% da população brasileira teria participado diretamente do conflito no teatro de operações”^{xvi}. O império brasileiro requisitou a participação de habitantes a fim de ajudar na luta contra o inimigo hostil.

Esses cidadãos deixavam o amor de suas mães, esposas e filhos para atender o chamado da Pátria brasileiro. Diante desses princípios fundamentais, surge, assim, a ideia de fundar um asilo com o propósito de ajudar os combatentes que estavam com determinadas sequelas adquiridas durante sua atividade de trabalho.

INVÁLIDOS DA PÁTRIA: ASILO, AS DOENÇAS E OS PROBLEMAS SOCIAIS.

Em 30 de novembro de 1841, por meio do Decreto nº 244, foi autorizado ao governo Imperial organizar nas proximidades da Corte “um Asilo de Inválidos, o qual além dos edifícios próprios da natureza de tais estabelecimentos, deveria ter contíguo terreno suficiente para o horto do Estabelecimento”^{xvii}. A lei garantia que só poderia ingressar no local de acolhimento os “militares do Exército do Brasil, que por ferimentos, ou moléstias adquiridas em consequência dos trabalhos e fadigas do serviço se acharem inabilitados para continuarem a servir, e proverem por outros meios ao seu necessário sustento”^{xviii}.

Marcelo Augusto Moraes Gomes afirma que a Armada Imperial brasileira também pleiteou o mesmo direito do Exército Imperial, no que concerne à construção de um asilo para seus enfermos. Em consequência, foi nomeada uma comitiva através do “decreto de abril de 1853, composto por Joaquim Marques Lisboa (futuro Marquês de Tamandaré), Joaquim José Ignácio (futuro

Visconde de Inhaúma) e o Capitão Tenente João Maria Pereira de Lacerda”^{xix}, que escolheram o Ponta da Armação, em Niterói/RJ, para a instalação de um asilo improvisado.

Para Gomes, o local foi sugerido por apresentar alguns benefícios, como a “vista magnífica para a baía, para as capitais do Império e da Província, e seus subúrbios, com abundância de excelente água potável, [...] oferecendo meios de distração a homens do mar”^{xx}. Embora, diversas localidades tenham sido avaliadas, mesmo assim, a comissão achou conveniente o litoral Fluminense. O asilo de Niterói funcionou de 1866 a 1868, recebendo os Inválidos brasileiros, e, ainda, os prisioneiros paraguaios com determinadas sequelas.

Gomes afirma que outros lugares também foram utilizados para abrigar os Inválidos da Pátria como, por exemplo, os prédios que serviam os quartéis da “Praia Vermelha, do Campo da Aclamação, no Largo do Mouro [...] e até mesmo na Ilha do Bom Jesus, temporariamente, antes de sua inauguração oficial”^{xxi}. Além desses ambientes, o autor analisou a Documentação da Marinha e verificou que na ilha do Governador, antes da criação do AIP, funcionou “o Asilo dos Inválidos da Marinha (AIM), que teve seu efetivo somado ao da Ilha de Bom Jesus em 1888”^{xxii}.

Percebemos que a preocupação com o estado dos enfermos era muito grande por parte do Império e das instituições locais. O ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, alertava sobre a situação dos combatentes que retornavam do TO, aconselhando ao governo Imperial, por meio de Relatório à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário do Exército do Estado dos Negócios da Guerra, a implantação de um asilo de inválidos.

O ministro expunha que os doentes poderiam se entregar aos “vícios das mendicidades e outros semelhantes, em suas moléstias não encontrando, muitas vezes, um teto hospitaleiro que os abrigasse”^{xxiii}. Na concepção de Ferraz, a localidade deveria apresentar

estabelecimentos de caridade aos abandonados que quase sempre findavam nas seguintes condições “sem ter quem lhes cerre as pálpebras e sem ter quem lhes conforte na agonia prestando-lhes os últimos socorros”^{xxiv}.

Maria Teresa Garritano Dourado afiança que as condições sanitárias e a higiene tiveram papéis relevantes na história da Guerra do Paraguai, já que às epidemias provocavam “mudanças sociais, implicações políticas [...], constituição do Estado e de identidades nacionais”^{xxv} na vida dos combatentes. A maioria desses militares eram pobres e ignorantes, que acabavam sendo acometidos por graves enfermidades sejam sociais ou mentais no campo de batalha.

No período da guerra, as dificuldades encontradas no TO eram gigantesca, havia carência de equipamentos, e o serviço de saúde era inadequado às necessidades humanas. Para Dourado “a exposição de soldados e civis ao clima, a falta de medicamentos, de alimentos causavam a desnutrição e, portanto, propensão a doenças, assim como outras carências que se impuseram durante a guerra”^{xxvi}.

Para Dionísio Cerqueira a cólera-morbo foi a responsável por grande parte das doenças transmitidas ao combatente. O autor conta o episódio de um soldado que cai em forma durante o exercício. “pensaram numa síncope. [...] levaram-no para a enfermaria, a poucos passos. Antes de anoitecer estava morto”^{xxvii}. Cerqueira continua relatando em seu livro, que à enfermaria de campanha estava com diversos corpos de militares falecidos. Ele afirma que “tinham a pele enrugada e os olhos fundos. Estavam azulados, escaveirados como se tivessem morrido de fome”.

Nesse sentido, os militares deveriam ser acolhidos, em espaços apropriados, para tratarem de suas enfermidades. Os combatentes se deslocavam frequentemente através de brejos, das selvas, de bosques entre outros ambientes propícios a moléstias, trazendo sérios transtornos a saúde.

Em 1866, João Lustoza Cunha Paranaguá, assumiu o Ministério da Guerra, uma vez que Ferraz estava acometido por uma doença muito grave. Todavia, Paranaguá continuou desenvolvendo o mesmo trabalho de Ferraz quanto à possibilidade de construir um asilo para os remanescentes da guerra.

O novo ministro buscou subsídios no exterior para montar um local que pudesse acolher os doentes provenientes do conflito. Partindo desse pressuposto, o *l' hotel des Invalides* foi utilizado como fonte de inspiração para a organização do abrigo no Brasil. O estabelecimento foi construído em 1671, por ordem do rei Luís XIV, sob a responsabilidade do arquiteto *Libéral Bruant*, com a finalidade de acolher os velhos combatentes e os soldados mutilados que viviam, em grande parte, vagando pelas ruas de Paris.

Segundo Gomes o ambiente criado pelo governo Imperial apresentava “proporções e capacidade muito modestas em relação ao modelo europeu”^{xxviii}. A sugestão inicial seria oferecer condições essenciais de sobrevivência aos internos e aos Servidores da Pátria proporcionada pela administração Imperial, mas não poderia ocorrer inconiventes para a Corte.

Em 21 de abril de 1867, foi regulamentada efetivamente a instalação de o AIP, na Ilha de Bom Jesus^{xxix}. A instrução contida no Relatório à Assembleia Geral Legislativa, na 2ª Sessão da 13ª Legislatura pelo Ministro e Secretário do Exército do Estado dos Negócios da Guerra, mencionava que o governo Imperial deveria designar um local para a instalação de um abrigo a fim de atender os feridos decorrentes de o conflito pôr, “velhice, desastres ou moléstias adquiridas no mesmo serviço e que não puderem por qualquer destes motivos obterem os meios de sua subsistência”^{xxx}.

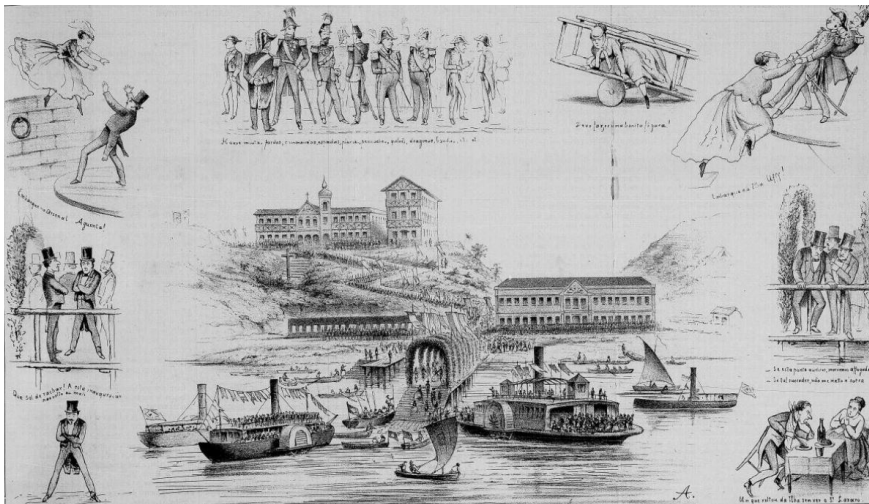
A escolha pela Ilha do Bom Jesus foi a oportunidade para proteger a saúde dos asilados, já que na ocasião estavam acontecendo diversos surtos epidêmicos na cidade. Os relatórios ministeriais apontavam que a localidade oferecia:

- 1º Isolamento das habitações vizinhas.
- 2º Terreno elevado, seco, e por sua natureza e disposição favorecendo o escoamento das águas pluviais.
- 3º Exposição, por todos os lados, aos raios solares quer de verão, quer de inverno.
- 4º Não ter em sua vizinhança nem fabricas nem depósitos de matérias animais e vegetais.
- 5º Lavada por todos os ventos, não deverão sobre ela influir os mesmos da vizinhança^{xxx}.

Segundo Beatriz Rietmann da Costa e Cunha o único incômodo era a falta de água potável, “mas foi resolvido pelos engenheiros militares”^{xxxii} por meio de uma obra bem organizada. Em consequência, os profissionais receberam desmerecidos elogios do Imperador pela dedicação e presteza de como conduziram a missão de implantação do Asilo.

Figura 1

Inauguração do Asilo dos Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus



Fonte: O jornal A Vida Fluminense, publicado em 8 de agosto de 1868

Em 29 de julho de 1868, foi inaugurado o AIP/RJ, contando com a presença de Aspirantes da Marinha e dos Estudantes da Escola Militar que formavam a guarda de honra para recebimento dos asilados. Manoel da Costa Honorato, capelão da época, afirma que participaram da festa “o Batalhão Naval, o Corpo de Imperiais Marinheiros, o 1º Regimento de Cavalaria da Corte, e o Corpo Provisório de 1ª Linha, com seus grandes contingentes”^{xxxiii}.

O capelão assegura, também, que compareceu ao evento o Ministro da Guerra, os Corpos Diplomáticos, as Nações Amigas entre outros partícipes da sociedade brasileira a fim de prestigiar a chegada dos heróis da guerra. Segundo Honorato saiu uma embarcação “Galeota Imperial” do Arsenal da Marinha em direção ao novo asilo, tendo abordo um número muito significativo de velhos combatentes provenientes da Ponta da Armação, em Niterói/RJ. Esses ex-combatentes foram recebidos pelo “Imperador ao som do Hino Nacional que de todas as partes se ouvia, repiques de sinos e salvas”^{xxxiv}.

Esses homens participaram do maior conflito armado da América do Sul. As corporações eram “compostas de oficiais, cadetes, inferiores, e soldados quase todos mutilados”^{xxxv}, e de outros que não estavam estropiados, mas foram prejudicados por terem contraídos a moléstias durante à campanha.

A cerimônia foi bastante divulgada pelos meios de comunicação da época, tendo sido publicada na revista ilustrada “A Vida Fluminense” e no “Jornal do Comércio”, ambas relatavam as descrições e a solenidade do AIP. Os jornais mencionavam, ainda, o discurso pronunciado no Asilo pelo Reverendíssimo Joaquim Fonseca Lima, enfatizando a diferença entre esmola e caridade, destacando que “a caridade está na índole, nos hábitos e costumes dos nossos concidadãos, como nas suas consciências”^{xxxvi}.

A criação da AIP, entre outros fatores, visava diminuir os protestos de moradores sediados na região Fluminense/RJ. O jornal *A Pátria*, de Niterói, constantemente noticiava a indignação de

moradores que estavam espantados com as “dezenas de inválidos, que andavam à noite em correria animada pelas ruas e praças”^{xxxvii}, promovendo desordens. A imprensa afirmava que o inconveniente aumentava aos domingos e nos dias Santos.

Segundo Rodrigues em sua tese de doutorado, as reivindicações eram dirigidas ao comandante do abrigo, uma vez que a população entendia ser de responsabilidade do administrador a disciplina desses ex-combatentes. Para o jornal *A Pátria* havia a “necessidade de fazer justiça a essa oficialidade e ao comandante, porque começou a ver que a sua autoridade não era devidamente respeitada pelos inválidos”^{xxxviii}.

O Diário de Notícias, em 19 de março de 1868, divulgou a realização de um jantar nas dependências do Asilo da Ponta da Armação, ofertado ao Imperador. O jornal publicou que estavam sentados ao lado de D. Pedro II, alguns Inválidos da Pátria “radiantes de júbilo, deslembrando as privações passadas, as dores sofridas, o sangue vertido, e julgando sobejamente galardoados seus sacrifícios com a glória de sentar-se a uma mesa, presidida pelo defensor perpetuo da Pátria”^{xxxix}.

Após o banquete, alguns jornalistas sugeriram ao ministro da Guerra, que fosse feito uma tela retratando o acontecido. Tal pedido visava dar notoriedade ao episódio, assim como deixar um documento de recordação sobre a visita do Imperador ao asilo de Niterói. A imprensa constantemente se pronunciava por meio de nota, afirmando que o evento teria aguçado os “inválidos a praticar todo tipo de abuso e alteração no cotidiano da população de Niterói, assim como na cidade do Rio de Janeiro”^{xl}.

Entretanto, os moradores Fluminenses só passaram a respirar aliviados, após a inauguração do AIP. O asilo contava com um efetivo de “29 oficiais, 2 sargentos ajudantes, 2 cornetas-mores, 1 coronheiro, 7 músicos, 191 sargentos, 462 ditos, 17 furriéis, 136 cabos de esquadras, 86 anspeçados, 1010 soldados, 4 cornetas, 1 tambor, 42 prisioneiros paraguaios e 6 irmãos”^{xli}. Segundo o Honorato, a distribuição dos funcionários era fundamental para

organização e funcionamento do asilo: “as irmãs de caridade eram encarregadas da igreja, da enfermaria, da farmácia, da arrecadação, da lavanderia, da dispensa, e da cozinha”^{xlii}. Enquanto, os oficiais foram distribuídos por companhias da seguinte forma:

1ª companhia

Capitão

Antonio dos Santos Rocha (16)

Antonio da Cunha Frota (17)

Alferes

João Ferreira da Fonseca Doria (18)

Arsênio Delcapio Vell. Da Silveira (19)

Narciso Antunes de Silveira (20)

2ª Companhia

Capitão

Pedro Corrêa de Albuquerque (21)

Tenente

Fernando José de Araújo (22)

Alferes

Manoel Moreira Lyrio (23)

3ª Companhia

Capitão

José Francisco Machado (24)

Tenente

José M. Marques de Carvalho (25)

Salviano Pires Campos (26)

Alferes

Antonio Felipe Cavalcante (27)

Pedro Severo da Costa Leite (28)

4ª Companhia

Capitão

Manoel Martins de Carvalho (29)

Tenente

Zeferino Vieira Soares (30)

Alferes

Thadêo Pereira Rolindo (31)

Ignacio Antônio Lisboa (32)

5ª Companhia

Capitão

Antonio Cabral de Mello Leoncio (33)

Tenente

Antonio José de Moura (34)

Antonio da Silva Mello (35)

Alferes

José Maria Pereira da Silva (36)^{xliii}

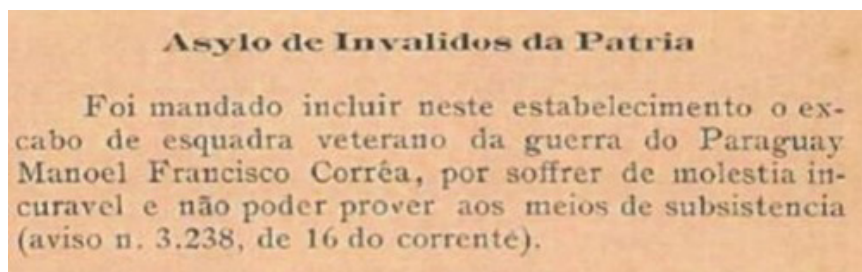
A composição desses contingentes visava atender a demanda dos residentes do AIP. A Ilha de Bom Jesus foi de suma importância para o acolhimento desses Inválidos da Pátria. Em seu livro *Honorato* menciona que a região estava dividida em: 01 cais, 02 edifícios, 01 corpo da guarda, 01 oficina de inválidos, 01 museu militar, 01 depósito de objetos, 01 enfermaria, 05 latrinas para uso dos inválidos doentes, 01 espaço para as irmãs de caridade, contendo dormitório, sala de audiências, sala de visitas, refeitório, cozinha e latrinas, 01 lavanderia com quatro tanques para lavagem de roupa dos inválidos, 01 chalet para fornecimento de gás a fim de iluminar o asilo, 01 refeitório de soldados, 01 espaço para a recreação dos soldados, 01 moradia para o comandante do asilo, 01 dormitório para as companhias, 01 convento, 01 alojamento dos prisioneiros paraguaios, 01 penitenciária para os inválidos, 01 escola primária dos inválidos, a cargo do capelão e 01 igreja com capacidade para 500 pessoas.

O efetivo mobilizado para suprir o abrigo, assim como a estrutura montada na ilha denota a enorme preocupação do governo Imperial com os asilados. Essa afirmativa pode ser evidenciada na porta principal do edifício, em que foi registrado: “Imperador do Brasil e perpetuo defensor, mandou erigir este asilo para os bravos que ficarão inutilizados na defesa da Pátria” ^{xliv}. Além dos dizeres, foram homenageados com seus nomes nos pavilhões internos do asilo, o Gen Marquês de Caxias, o Gen Polydoro, o Visconde de Herval, o Conde de Porto Alegre, o Barão do Triumpho e o Gen Argollo pelos feitos durante a GTA.

Ressalta-se que após a transferência dos inválidos para a Ilha de Bom Jesus, as ocorrências policiais diminuíram sensivelmente no Rio de Janeiro, particularmente na localidade de Niterói. Todavia, os asilados internamente continuavam cometer atos de insubordinação contra seus superiores. A discórdia poderia ser derivada do convívio social, ressentimentos pelo “esquecimento a que foram condenados, carregando enfermidades e cicatrizes adquiridas na guerra e privados da liberdade, viam aumentar o estado de tensão entre si” ^{xlv}.

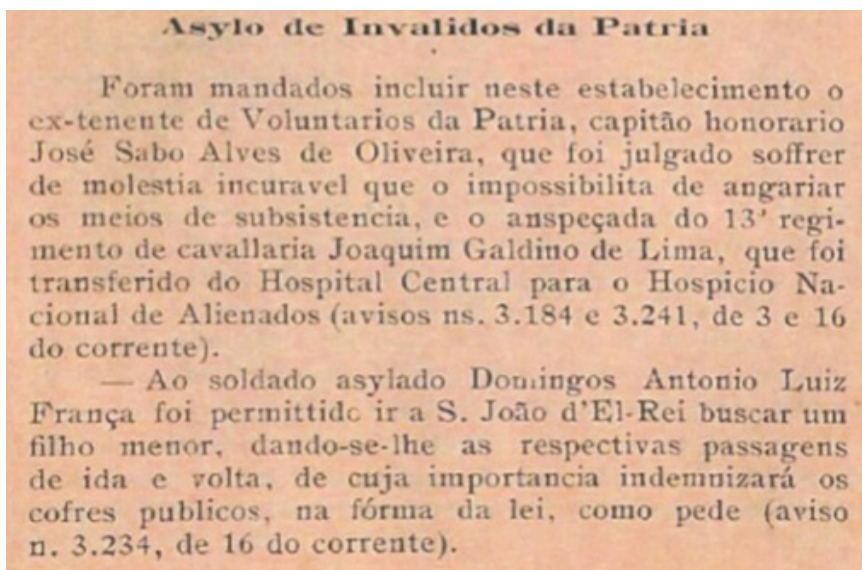
Em pesquisa realizada no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), foram verificadas diversas publicações, em Boletim do Exército, sobre a situação dos residentes do Asilo.

Figura 2
Boletim do Exército nº 96, 25 Dez 1910



Fonte: Arquivo Histórico do Exército

Figura 3
Boletim do Exército nº 95, 20 Dez 1910



Fonte: Arquivo Histórico do Exército

Embora, os documentos apresentados sejam de datas mais recentes, não podemos deixar de enaltecer a preocupação do governo em manter um aparato logístico a fim de acolher os heróis da guerra. Esses homens, em sua maioria, sofriam com as mutilações, doenças e sequelas contraídas em decorrência da Campanha. Ao mesmo tempo, a convivência entre esses indivíduos de diferentes classes sociais como, por exemplo, ex-escravos, praças, oficiais entre outros poderia provocar desgastes a qualquer momento, uma vez que os internos diariamente se encontravam nos alojamentos, refeitórios e na enfermaria para conversar.

Fica evidente que o interior do AIP foi marcado por muita tensão e conflitos entre os residentes. A pesquisa realizada no AHEx, aponta que muitos inválidos foram punidos disciplinarmente pelos Comandantes do Asilo. Outro fato a ser relatado é que as praças na situação de reformados para serem acolhidos no abrigo, necessitavam ter autorização do Ministro da Guerra e a anuência de seus superiores em relação ao seu comportamento.

CONCLUSÃO

A partir das análises realizadas neste trabalho, podemos perceber que as questões apresentadas são fundamentais para compreendermos melhor os aspectos históricos que envolvem os Inválidos da Pátria. Esses combatentes brasileiros foram vitimados pelo maior conflito armado na América do Sul, a GTA.

Nesse sentido, o governo Imperial intensificou a criação de um asilo que pudesse acolher esses homens. Vale lembrar que antes do envolvimento do Brasil na guerra, já havia estudos voltados para a instituição de um abrigo de acolhimento e essa ideia já existia desde o início da década de 1840. Nota-se que esse processo foi intensificado com a eclosão da GTA, uma vez que muitos homens voltavam do Teatro de Operações acometidos por diferentes sequelas.

A criação do AIP partiu da constante preocupação do governo Imperial, órgãos públicos e privados em acolher os ex-combatentes da guerra. De fato, o carinho que D. Pedro II tinha com esses heróis da GTA pode ser notado durante a cerimônia de inauguração do Asilo. Outro ponto a ser observado é o aparato logístico que foi efetivado na Ilha de Bom Jesus para acolher esses homens.

Entendemos que o estudo realizado neste trabalho ainda necessita de mais aprofundamento teórico e metodológico, o tema é vasto e rico e não foi abordado em sua plenitude. Há muito ainda por ser explorado e revelado acerca de nossos heróis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Art. 2 do Decreto nº 3.371, de 7 de Janeiro de 1865.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>

Acesso em: 22 de julho de 2020.

Artigo 1º.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-244-30-novembro-1841-561094-publicacaooriginal-84471-pl.html>.

Acesso em: 10 de setembro de 2020.

Artigo 2º.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-244-30-novembro-1841-561094-publicacaooriginal-84471-pl.html>.

Acesso em: 10 de setembro de 2020.

- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército: 1980.
- CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. *Assistência e profissionalização no Exército: Elementos para uma história do Imperial Colégio Militar*. Rio de Janeiro, [Dissertação de mestrado] Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.
- Decreto nº 3.371, de 7 de Janeiro de 1865.
Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>
Acesso em: 22 de julho de 2020.
- DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra. Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *O conflito com o Paraguai. A Grande Guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio Prata (1822 – 1994)*, 2. Ed Brasília: FUNAG, 2014.
- DOURADO, Maria Teresa Garritano. *A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades*. São Paulo [Dissertação de mestrado], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo: 2010.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934.
- GOMES, Marcelo Augusto Moraes. “*A Espuma das Províncias Um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)*”. São Paulo [Tese de doutorado], Universidade de São Paulo, 2006.
- GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Editoras Vozes, 1988.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HONORATO, Manoel da Costa. *Descrição topográfica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asilo dos Inválidos da Pátria*. ed. fac-sím, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.
- IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao Recrutamento Para o Exército Durante as Guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na Década de 1860” In Revista de Estudos Históricos, nº 27, Rio de Janeiro, 2001.
- MARQUES, Adriana Vargas. *Um Exército Invisível: a Participação de Indígenas na Guerra Contra o Paraguai*. Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar – Departamento de Ciências Sociais Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2006.
- PERNIDJI, Joseph Eskenazi e PERNIDJI, Mauricio Eskenazi. *Homens e Mulheres na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.
- RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os Caminhos da Memória entre a Comemoração e o Esquecimento*. São Paulo [Tese de doutorado], Universidade de São Paulo, Instituto de Filosofia Letras e ciência Humana, 2009.
- RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in) voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito*. Salvador, [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal da Bahia, 2001.
- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. São Paulo: Paz e Terra. 1990.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

NOTAS:

- i PERNIDJI, Joseph Eskenazi e PERNIDJI, Mauricio Eskenazi. **Homens e Mulheres na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010, p. 54.
- ii HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013, p. 100.
- iii SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007, p. 118.
- iv ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 131.
- v DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. **Maldita Guerra. Nova História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 95-96.
- vi GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**. Petrópolis: Editoras Vozes, 1988, p. 23.
- vii MARQUES, Adriana Vargas. **Um Exército Invisível: a Participação de Indígenas na Guerra Contra o Paraguai**. *Revista Urutágua* – revista acadêmica multidisciplinar – Departamento de Ciências Sociais Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2006, p. 3. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/010/10marques.htm> Acesso em: 22 de julho de 2020.
- viii DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio Prata (1822-1994)**, 2. Ed Brasília: FUNAG, 2014, p. 39.
- xix RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (in) voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito**. Salvador, [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal da Bahia, 2001, p. 21.
- x Decreto nº 3.371, de 7 de Janeiro de 1865. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html> Acesso em: 22 de julho de 2020.
- xi Art.2 do Decreto nº 3.371, de 7 de Janeiro de 1865. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html> Acesso em: 22 de julho de 2020.
- xii DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. **O conflito com o Paraguai. A Grande Guerra do Brasil**. São Paulo: Ática, 1996, p. 47.
- xiii SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército**. São Paulo: Paz e Terra. 1990, p. 96.
- xiv IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao Recrutamento Para o Exército Durante as Guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na Década de 1860” In *Revista de Estudos Históricos*, nº 27, Rio de Janeiro, 2001, p. 03.

- xv DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. **Maldita Guerra. Nova História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 112-113.
- xvi FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934, p. 220.
- xvii Artigo 1º. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-244-30-novembro-1841-561094-publicacaooriginal-84471-pl.html> Acesso em: 10 de setembro de 2020.
- xviii Artigo 2º. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-244-30-novembro-1841-561094-publicacaooriginal-84471-pl.html> Acesso em: 10 de setembro de 2020.
- xix GOMES, Marcelo Augusto Moraes. **“A Espuma das Províncias” Um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)**. São Paulo [Tese de doutorado], Universidade de São Paulo, 2006, p. 343.
- xx GOMES, Marcelo Augusto Moraes. **“A Espuma das Províncias” Um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)**. São Paulo [Tese de doutorado], Universidade de São Paulo, 2006, p. 343.
- xxi GOMES, Marcelo Augusto Moraes. **“A Espuma das Províncias” Um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)**. São Paulo [Tese de doutorado], Universidade de São Paulo, 2006, p. 36.
- xxii GOMES, Marcelo Augusto Moraes. **“A Espuma das Províncias” Um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)**. São Paulo [Tese de doutorado], Universidade de São Paulo, 2006, p.36.
- xxiii Relatório à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário do Exército do Estado dos Negócios da Guerra de 14 de novembro de 1866, Rio de Janeiro, código B-3 – 232, p. 25.
- xxiv Relatório à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário do Exército do Estado dos Negócios da Guerra de 14 de novembro de 1866, Rio de Janeiro, código B-3 – 232, p. 25.
- xxv DOURADO, Maria Teresa Garritano. **A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades**. São Paulo [Dissertação de mestrado], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo: 2010, p. 65.
- xxvi DOURADO, Maria Teresa Garritano. **A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades**. São Paulo [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo: 2010, p. 65.

- xxvii CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército: 1980, p.183.
- xxviii GOMES, Marcelo Augusto Moraes. “**A Espuma das Províncias” Um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)**. São Paulo [Tese de doutorado], Universidade de São Paulo, 2006, p. 36.
- xxix A ilha, inicialmente, era conhecida como Caqueirada. Depois da doação feita pela antiga proprietária aos religiosos franciscanos passou a ser conhecida por ilha dos frades. Mais tarde, em virtude de os religiosos terem tomado como padroeiro da Igreja e do convento o Sr Bom Jesus, a ilha ficou reconhecida como ilha do Bom Jesus. HONORATO, Manoel da Costa. **Descrição topográfica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asilo dos Inválidos da Pátria**. ed. fac-sim, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019, p. 5.
- xxx Art 2º § 1ª do Relatório à Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 13ª Legislatura pelo Ministro e Secretário do Exército do Estado dos Negócios da Guerra (anexos, leis, decretos e instruções, p. 1-4), Tipografia Nacional, 1868. AHRS – Cód B-3 233.
- xxxi Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João Lustosa da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1867.
- xxxii CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. **Assistência e profissionalização no Exército: Elementos para uma história do Imperial Colégio Militar**. Rio de Janeiro, [Dissertação de mestrado] Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006, p. 79.
- xxxiii HONORATO, Manoel da Costa. **Descrição topográfica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asilo dos Inválidos da Pátria**. ed. fac-sim, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019, p. 23.
- xxxiv HONORATO, Manoel da Costa. **Descrição topográfica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asilo dos Inválidos da Pátria**. ed. fac-sim, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019, p. 23.
- xxxv HONORATO, Manoel da Costa. **Descrição topográfica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asilo dos Inválidos da Pátria**. ed. fac-sim, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019, p. 25.
- xxxvi HONORATO, Manoel da Costa. **Descrição topográfica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asilo dos Inválidos da Pátria**. ed. fac-sim, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019, p. 91.
- xxxvii Documento extraído da Biblioteca Nacional/RJ. Jornal A Pátria, Niterói, de 24 de março de 1868.

- xxxviii Documento extraído da Biblioteca Nacional/RJ. Jornal A Pátria, Niterói, de 24 de março de 1868.
- xxxix Documento extraído da Biblioteca Nacional. Jornal Diário do Rio de Janeiro, de 19 de março de 1968.
- xl RODRIGUES, Marcelo Santos. **Guerra do Paraguai: os Caminhos da Memória entre a Comemoração e o Esquecimento**. São Paulo [Tese de doutorado], Universidade de São Paulo, Instituto de Filosofia Letras e ciência Humana, 2009, p. 257.
- xli HONORATO, Manoel da Costa. **Descrição topográfica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asilo dos Inválidos da Pátria**. ed. fac-sim, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019, p. 29.
- xlii HONORATO, Manoel da Costa. **Descrição topográfica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asilo dos Inválidos da Pátria**. ed. fac-sim, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019, p. 29.
- xliii HONORATO, Manoel da Costa. **Descrição topográfica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asilo dos Inválidos da Pátria**. ed. fac-sim, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019, p. 30.
- xliv HONORATO, Manoel da Costa. **Descrição topográfica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asilo dos Inválidos da Pátria**. ed. fac-sim, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019, p. 36.
- xlvi RODRIGUES, Marcelo Santos. **Guerra do Paraguai: os Caminhos da Memória entre a Comemoração e o Esquecimento**. São Paulo [Tese de doutorado], Universidade de São Paulo, Instituto de Filosofia Letras e ciência Humana, 2009, p. 277.

O ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA E SEU CAPELÃO: POLÍTICA, LITERATURA E SOCIEDADE NOS OITOCENTOS

Ana Beatriz Ramos de Souza¹

Maristela da Silva Ferreira²

INTRODUÇÃO

A morte sempre inexorável acaba de cortar o fio de mais uma existência preciosíssima! Já não é dos vivos Manoel da Costa Honorato. A voz eloquente que por centenas de vezes, com admiração de seus ouvintes na tribuna sagrada pôs em relevo as excelências, a grandeza da religião plantada pelo mártir do Golgotha, emudeceu para sempre!... A pena bem aparada, elegante, disposta sempre à defesa dos interesses do catolicismo e que vários trabalhos produziu, enriquecendo nossa história pátria, quebrou-se para sempre! (BLAKE, 1891, p. 63)

Na sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante IHGB), ocorrida em 18 de agosto de 1891, Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, um dos mais conhecidos biógrafos do

1 Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/2020). Pesquisadora do Corpo de Pesquisadores Associados do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx) e Associada Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

2 Ten Cel QCO – Letras/Inglês (EsFCEx/1992; EsAO/1999). Doutora em Estudos da Linguagem (PUC Rio/2010); Especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/2018) e Associada Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

século XIX, autor do “Diccionario bibliographico brasileiro”, obra de referência para qualquer pesquisador, pronunciou essas palavras na sua introdução de fala sobre a vida de Manoel da Costa Honorato, falecido em 7 de agosto daquele ano.

Até o início do Projeto de Pesquisa sobre o Asilo dos Inválidos da Pátria e a Ilha do Bom Jesus, nada sabíamos sobre o capelão Manoel da Costa Honorato, somente o que estava descrito na documentação pesquisada. Nela constava que Honorato exercia a função de capelão no Asilo no momento de sua inauguração. No decorrer das ações de pesquisa do projeto, descobrimos uma publicação de sua autoria que é fonte fundamental para qualquer pesquisador que queira conhecer a história do Asilo e da Ilha do Bom Jesus.

Em “*Descrição topográfica da ilha do Bom Jesus e do asilo dos inválidos da pátria*” publicada em 1869, ele, veterano de guerra, condecorado com a medalha de campanha descreve com riqueza de detalhes todo o espaço e as construções ali presentes. Honorato fora nomeado capelão do asilo em 1867, logo após retornar na guerra onde havia sido voluntário da pátria, chegando ao posto de capitão, função que exerceu até dezembro de 1869, se afastando dessa atividade devido a uma enfermidade.

O livro foi financiado pelo próprio Honorato, e o asilo chegou a ter alguns volumes da obra, e toda a arrecadação com as vendas foi revertida para o asilo. Atualmente, existe disponível em algumas bibliotecas (como a Biblioteca Nacional e o Instituto de Estudos Brasileiros) e no Arquivo Histórico do Exército. No ano de 2019, o Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), utilizando fomentos disponibilizados pelo *Pró-Pesquisa* (Edital de Apoio às Pesquisas das Instituições de Educação Superior de Extensão e de Pesquisa – IESEP, do Departamento de Educação e Cultura do Exército – DECEX), cuja implementação e supervisão ficaram sob a responsabilidade da Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior Militar (CADESM), lançou uma

edição fac-símile da obra, como produto do Projeto “Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP) e do sítio histórico da Ilha de Bom Jesus da Coluna: um tributo aos heróis e mártires do Brasil”. Assim, promoveu-se a publicitação de uma obra de grande importância para a história, mas por muitos desconhecida.

A estrutura física do asilo foi descrita por Honorato que, de antemão, advertiu ao leitor que não encontraria “suntuosidades de grandes e majestosos palácios, nem o mármore em relevo a cada canto, nem ricas e colossais colunas” como era o seu “primo” francês (HONORATO, 1869, p. 31). O capelão segue afirmando que o homem que havia se sacrificado pela pátria não exigia isso, mas desejava unicamente a simplicidade, a singeleza, gostava do asseio, e abominava tudo quanto pudesse afogar a vaidade. Em referência a atuação do monarca, e, possivelmente, com a ideia de almejar algum benefício do mesmo, Honorato descreve os prédios afirmando que era “tão singelo quanto pudessem ser os bons sentimentos daqueles que os fizeram fundar” (HONORATO, 1869, p. 31).

Inicia a descrição dos espaços físicos a partir do cais de desembarque, em frente aos pavilhões da administração e do Museu Militar, ambas com a construção sugerida pelo imperador. Logos após, passa a descrever os prédios afirmando que eram de pedra, com duas escadas, sendo uma de cada lado; dos dois edifícios, ou pavilhões como Honorato por vezes chamava, um está situado à direita e o outro à esquerda do desembarque possuindo numerosas janelas, na frente e atrás para a circulação do ar. Passa então a descrever o que cada um dos prédios possuía, afirmando que situado à frente do morro onde se localiza a igreja do Bom Jesus da Coluna, tem dois pavimentos, dos quais o inferior era destinado às oficinas e o superior ao Museu Militar. Ainda na página 31 e nas seguintes, o capelão continua a descrição dos prédios afirmando ser o segundo edifício, apesar de simétrico ao primeiro, um pouco diferente quanto às subdivisões internas e ao fundo. No térreo ficava o corpo da guarda, e à

esquerda um compartimento que servia para depósito de vários objetos, onde, por exemplo, eram colocadas em seus cabides as armas que serviam à guarda diária. A ligação entre os dois pavimentos era feita por uma espaçosa escada, com corrimãos e balaústres envernizados, onde em seu patamar vê-se gravada a placa em mármore que saúda a inauguração. Mas, por que estaríamos relatando esses escritos? Para que o leitor compreenda a forma com a qual o capelão, e praticamente toda a ordem de intelectuais do século XIX, produzia o material, dito histórico, com descrições pormenorizadas e poucas discussões ou contextualizações, prática comum à época.

OS ESCRITOS E OS ESCRITORES

As motivações para escrever são variadas indo desde uma vontade de exaltar um conhecido até mesmo a tentativa de chamar a atenção do imperador e desta forma ser agraciado com algum benefício. O processo de escrita das obras pode ser percebido de duas formas: aquelas de autores desconhecidos que se utilizam do ufanismo e não possuem base de pesquisa e as de autores mais conhecidos que usam elementos reais para compor suas histórias. Nesse sentido, a profusão de obras perpassa diversos gêneros que vão de poemas, biografias e compêndios até obras da literatura, até mesmo sobre o asilo que acaba sendo mencionado, por exemplo, pelo grande Machado de Assis em seu folhetim intitulado “Bibliografias”, publicado no Diário do Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1867, onde comenta o poema “Aerolites”, escrito por J. Dias de Oliveira, afirmando que o mesmo seria em prol do asilo.

No arquivo do Museu Imperial em Petrópolis, ao examinar o fundo referente à guerra da Tríplice Aliança, temos diversas cartas e documentos enviados ao imperador encaminhando manuscritos e obras já prontas para sua aprovação, ressaltando a ideia de busca

por alguma projeção. Ainda nessa ótica, para Antônio Cândido a literatura seria

pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se ajusta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo.” (CÂNDIDO, 2016, p. 84)

Ou seja, a literatura é um organismo vivo que reflete o contexto e a questão social, sendo produzida e divulgada de acordo com os mesmos. Ainda para o autor, compreender uma obra literária corresponde analisar três pressupostos: a posição o artista; a configuração da obra e o público a qual se destina (CÂNDIDO, 2016, pp. 33, 39 e 43). Para Leonor Arfuch, (2010, p. 26) “a literatura constitui um vasto laboratório para a identidade”, então, a partir dessa premissa, algumas obras podem ser destacadas de acordo com o período de sua produção, a intencionalidade e a quem ela atingiria, e assim entendemos como circularam as mesmas e como seus autores se projetaram, ou não, na sociedade oitocentista.

Para entendermos a produção decorrente desse imaginário, devemos examinar a ideia de cultura política aliada à produção literária durante o período pesquisado. A noção de “identidade brasileira” está no centro desse contexto em que a forja da nação deveria ocorrer como algo que fosse único.

O asilo é mencionado em diversas obras além dessa do capelão, como por exemplo, em Lima Barreto. Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu numa casa modesta, no bairro das Laranjeiras, na rua Ipiranga número 18, em 13 de maio de 1881. Sua mãe, Amália Augusta, era professora primária e diretora. O pai, João Henri-

ques, formou-se e trabalhou como tipógrafo até fins da década de 1880, em jornais cariocas famosos, como *Jornal do Commercio* e *A Reforma* (SCHWARCZ, 2017). Como funcionário do Ministério da Guerra, Lima Barreto tinha contato direto com veteranos, mais precisamente os voluntários da pátria que iam reclamar seus direitos. Desse “aprendizado” Lima escreveu várias histórias como o conto *A matemática não falha*, onde relata a história do voluntário músico Agostinho Petra de Bittencourt que acreditava ser herdeiro de grandes fortunas depositadas no Tesouro Nacional, e por esse motivo, bombardeava o Ministério com inúmeros requerimentos para receber aquilo que acreditava ser de direito.

O outro relato do autor, este muito mais pitoresco, é referente ao tenente honorário José Dias de Oliveira, descrito como um homem corpulento, já com idade avançada e abundantes e longas barbas, e sempre gesticulando muito, defendia o seu direito ao posto de major, pois antes da guerra fora tenente da polícia do Paraná e, uma vez alistado, fora feito tenente honorário do exército: duas vezes tenente, Oliveira acreditava que pela soma teria direito ao posto de major. *A Matemática não falha!* (FARIAS PINTO, 2012, pp. 75-81). Mas a obra célebre de Lima Barreto que se relaciona com a Guerra da Tríplice Aliança e o asilo de inválidos da pátria é *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Dividida em três partes, ela foi publicada em 1911 nos folhetins do **Jornal do Commercio** sendo a obra integral publicada em livro em 1915.

O romance fala de Policarpo Quaresma, um funcionário público que pretende valorizar a cultura do país. A história inicia em fins do século XIX, e tem como espaço a cidade do Rio de Janeiro, onde Quaresma é o subsecretário do ministro de guerra. Uma de suas ações é propor ao ministro o reconhecimento da língua tupi como língua nacional. Policarpo tem uma postura nacionalista forte e, segundo ele, os índios são os verdadeiros brasileiros. Após esse evento, Quaresma é tido como louco e permanece um tempo

internado. Durante esse período, Olga (sua filha), o compadre de Quaresma e o professor de violão, Ricardo Coração dos Outros, que acreditam em suas ideias, são os únicos a visitá-lo. Após sair do hospital psiquiátrico, ele resolve se afastar da sociedade e passa a viver em um sítio. O local, situado na cidade interiorana de Curuzu, que pode ser uma referência à guerra, ficou conhecido como “Sítio do Sossego”. A partir daí, ele se envolve com diversos políticos locais. Durante a Revolta da Armada, vai ao Rio de Janeiro com o intuito de apoiar o governo do Marechal Floriano, que estava sendo enfrentado pela marinha do país. No entanto, acaba sendo preso. Desiludido com a falta de patriotismo do povo, Quaresma encontra na figura do presidente um totalitário e cruel ditador. Acusado de traição pelo Marechal Floriano, além de preso é condenado ao fuzilamento.

Algumas passagens do texto são específicas com relação à guerra e ao asilo como, por exemplo, quando fala de Innocência Bustamante “antigo voluntário da pátria, possuindo honras de major, não havia dia em que não fosse ao quartel-general ver o andamento do seu requerimento e de outros. Num pedia inclusão no Asilo dos Inválidos, noutro honras de tenente-coronel, noutro tal ou qual medalha; e, quando não tinha nenhum, ia ver o dos outros.” Além dessas, outras referências aparecem como lembranças e saudosismos, como no jogo de cartas onde o diálogo era sobre a guerra e -de onde o trecho acima foi retirado. Quaresma é vizinho de Albernaz, um general que conta sobre grandes batalhas, incluindo a Tríplice Aliança, sem nunca ter lutado em nenhuma delas, visto que toda sua vida militar fora assistente de gabinete: “Nada tinha de marcial, nem mesmo o uniforme que talvez não possuísse. Durante toda a sua carreira militar, não viu uma única batalha, não tivera um comando, nada fizera que tivesse relação com a sua profissão e o seu curso de artilheiro”. Outros tipos são relatados, nesta obra que é riquíssima para compreendermos a passagem do século XIX para

o XX, a partir de uma crítica social muito bem realizada por Lima Barreto, mas para, além disso, a obra conta com a crítica ao “sistema de patentes” que ocorreu durante a guerra, onde eram recebidos altos postos apenas por trocas de favores e não por atuação destacada na mesma.

Ainda no campo literário, outro autor que menciona o asilo é Monteiro Lobato. Reconhecido pela vasta obra voltada para o público infantil, Lobato escreveu também sobre petróleo e ferro em obras de cunho nacionalista. Além disso, trabalhou como editor, favorecendo a publicação de livros de escritores novos, ainda desconhecidos no mercado. Formado em direito, chegou a trabalhar como promotor público. Com a morte do avô, em 1911, Lobato ganha a Fazenda Buquira como herança e vai viver no campo com a família. A nova ocupação permitiu uma dedicação às letras. Foi nessa época que Lobato publicou os primeiros textos. A obra de Lobato que nos interessa aqui é *Negrinha*, um livro de contos lançado em 1920, com personagens que representavam a sociedade brasileira daquele contexto. Nele existem textos que falam do poder arbitrário dos coronéis e que expõe a mentalidade ainda escravocrata persistente no país (LOBATO, 1974). Está igualmente retratado um fazendeiro falido, um jardineiro que fazia poesia das flores, uma viúva cruel, uma criança negra maltratada e um gramático ranzinza.

Mas o texto que nos chamou atenção foi “As fitas da vida” que retrata a história de um senhor idoso, que foi soldado na guerra da Tríplice Aliança, ficando, por este motivo, cego. Esquecido por todos, ele se sentia um inútil e desamparado, encontrando frágil consolo nas lembranças dos tempos de campanha e sonhando em reencontrar o “seu capitão” (LOBATO, 1974). Sua vida recebe um caminho diferente quando, por engano, ao invés de ser encaminhado para o asilo de inválidos da pátria, acaba sendo enviado para a hospedaria de imigrantes e dali para lavouras de café. Como não poderia trabalhar, acabou retornando para a hospedaria onde um funcionário,

comovido com aquele senhor, faz uma série de perguntas e, conhecendo sua história, levando-a para o diretor do local e a história do velho veterano de 1870 toma outro rumo.

O veterano, que tinha tanta fé no seu capitão, acabou encaminhado ao encontro de uma pessoa que se revelou o agora Major Boucalt que o ajuda, conforme ele acreditava que fosse acontecer, enviando-o para um hospital onde foi tratado de sua cegueira, voltando a enxergar. O interessante nessa história de Monteiro Lobato é a crítica ao tratamento dispensado aos veteranos e principalmente a atuação do asilo de inválidos da pátria. Nota-se claramente que Lobato quis dizer que se não contasse com a ajuda de particulares, esses veteranos não conseguiam as condições mínimas de sobrevivência, pois foram abandonados pelo governo. Fato este comprovado pela frase “Triste destino o dos cacos de gente”, onde Lobato exprime sua opinião sobre aqueles que retornaram da campanha e que não receberam a atenção prometida: “cacos de gente”.

Não veremos isso nas obras dos autores da geração de meados do século XIX, como Honorato, que buscavam, acima de tudo, reconhecimentos e benesses do imperador e da chamada “boa sociedade”. O conceito de geração aqui se torna muito importante. Mannheim analisa o conceito de geração a partir da ótica da posição ocupada por esses indivíduos e de suas ações, ambas de forma específica, a similaridade entre elas o que poderia dar a ideia de uma continuidade ou ainda de uma pseudo-similaridade entre elas, o que configuraria a questão geracional.

Os indivíduos interligados por uma geração compartilham um determinado posicionamento, parecido com o posicionamento de classe, que pode ser percebido pela pressão social da sociedade, mas que não pode ser abandonado simplesmente por um ato de vontade. Nem é necessário que os indivíduos de uma geração estejam conscientes deste posicionamento. Não significa a uniformidade de pensamento dos membros da mesma geração, mas a existência de uma

referência que se coloca como realidade objetiva para os indivíduos (WELLER, 2010, p. 209).

A noção de “posicionamento” ainda na perspectiva sociológica de Mannheim permite uma análise muito interessante das condições de ação do indivíduo, pois ao mesmo tempo restringe e orienta. Por um lado, o posicionamento elimina um grande número de possíveis formas e maneiras de vivência, pensamento e percepção, limitando o espaço de ação de cada pessoa ao que é possível e “pensável” no contexto da sua geração. Por outro lado, este posicionamento não só limita, mas também estrutura o campo de ação no sentido de tendências existentes para determinadas maneiras de comportamento, pensamento e sensação. Se o posicionamento pela geração aponta para chances e limites em uma perspectiva temporal, o posicionamento pela classe significa os diferentes espaços de ação em um determinado momento histórico (WELLER, 2010, p. 210).

O advento da nação no sentido moderno, tendo por base a soberania nacional criava um problema, em virtude das exclusões e hierarquias então vigentes. Inicialmente, as classes dominantes é que se unem nesse laço estreito de comunhão cultural que forma a nação (BAUER, 2000, p. 65), nesse sentido, o Romantismo e a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) cumpriram papéis essenciais. O romantismo brasileiro, tinha como principal preocupação a busca de um elemento comum e que pudesse se dissociar da imagem do europeu. Segundo Antônio Cândido, a preocupação dos românticos era, sobretudo, equiparar qualitativamente os índios aos colonizadores em termos de cavalheirismo, generosidade e força poética (CÂNDIDO, 1981, p. 21).

A tarefa dos construtores da nacionalidade brasileira oitocentista colocava-se na perspectiva de retirar os índios das pequenas nações: remetendo-os simbolicamente ao passado ou integrando-os concretamente na argamassa da grande nação, onde poderiam ser transformados em símbolos e alegorias nacionais (MOREL, 2008,

p. 127). O papel do IHGB nesse contexto, como definiu Lucia Guimarães, era idealizar o futuro à custa da manipulação do presente e da construção de um passado a serviço da política (GUIMARÃES, 1995, p. 385). A nação é percebida então como uma combinação de natureza e cultura e não como uma construção política.

Desde sua criação o IHGB foi o “responsável” por formular a chamada identidade nacional brasileira e pautar o mote a ser seguido pelos intelectuais que buscavam seu espaço. Podemos então entender o Instituto como o balizador das questões que deveriam ou não ser pensadas e da história que deveria ser contada. Nesse sentido, para que qualquer intelectual fosse reconhecido, deveria ingressar no IHGB e estar em contato direto com aqueles que “escreviam a história da nação”, estando igualmente sob os desígnios do imperador. Honorato, como homem de seu tempo e de sua geração, percorreu este mesmo caminho.

DOUTOR, CÔNEGO, LETRADO: QUEM ERA MANOEL HONORATO DA COSTA

Uma das principais fontes para descobrir as profissões e os locais de moradia, e perceber a possível ascensão social ou não de um membro da sociedade no século XIX é o Almanak Laemmert. Nele encontramos uma espécie de catálogo dos habitantes da Corte, seus endereços e suas ocupações. Claro que encontramos nosso capelão nas suas folhas. Um detalhe que nos chamou a atenção foi a inserção de novas habilidades profissionais e endereços, cada vez mais próximos à família imperial, a partir de 1870, o que nos faz pensar que a passagem pelo asilo pode ter lhe trazido algum possível benefício.

Quem era Manoel da Costa Honorato? Segundo homenagem feita pro Sacramento Blake por ocasião de sua morte, Honorato era

bacharel em ciências jurídicas pela Faculdade do Recife, presbítero secular, cônego honorário da santa igreja catedral, vigário de freguesia de Nossa Senhora da Glória desta capital, protonotário apostólico *ad instar participantium*, monsenhor e prelado doméstico de Sua Santidade, capelão capitão honorário do exército, comendador da ordem do Santo Sepulcro e da Ordem de Christo e Portugal, condecorado com a medalha de campanha do Paraguai, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Institutos históricos de Pernambuco, de Alagoas, de Goiana e de Paris.(SACRAMENTO BLAKE, 1891, p. 72)

Mas talvez a grande questão que pode ser suscitada a partir desse relato seria a forma como Honorato chegou a este patamar e amplitude de qualificações em 1891. Nascido em Recife a 1 de janeiro de 1838, Honorato era filho de Antônio Francisco Honorato e D. Rosa Eugênia Benedita Franco, e neto de Domingos da Costa Honorato, comandante do forte de Montenegro, na cidade de Olinda. Recebeu seu nome em homenagem ao avô materno, Manoel da Silva Cabral Franco, sobre o qual não temos maiores informações.

Sua mãe lhe ensinou as primeiras letras, como era costume na época, fato que nos revela que sua origem pode não ser tão humilde como foi descrita por Blake, visto que a instrução de mulheres não era ainda tão comum na década de 1830. Logo que iniciou o curso de humanidades, passou a lecionar em colégios, em casa de particulares e na sua própria residência, fato este que pode demonstrar que ele obtinha acesso à sociedade recifense e pode ter estreitado alguns vínculos nesse período. Ainda segundo Blake, foi desta forma que ele pode custear as aulas no curso de direito do Recife, recebendo o grau em 20 de novembro de 1863, como, concomitantemente, assistia as do Seminário Episcopal, recebendo as ordens do presbiterato em 24 de agosto de 1864, no acerbispado da Bahia.

Olhando para o início da carreira de Honorato, podemos ver bem explicitamente a busca de um jovem pelo posicionamento

social, seja ele por meio do bacharelismo ou por meio da religião. Mas não seguiu apenas essas carreiras. Logo que iniciou a Guerra da Tríplice Aliança e o imperador recorreu aos voluntários da pátria para compor fileiras da tropa, Honorato se alistou, oferecendo-se ao governo em fevereiro de 1865, menos de um mês após a promulgação do Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, que autorizava a criação de corpos de voluntários por todas as províncias do império. Honorato foi aceito e seguiu para o Paraguai em 17 de abril do mesmo ano, servindo em diversos hospitais ambulantes, hospitais de sangue.

Blake menciona ainda (1891, p. 66) que Honorato teve participação nos combates na Ilha do Cabrita, na passagem do rio Paraná, em Estero Belaco, mas não menciona qual a função por ele desempenhada. Foi depois empregado nos hospitais de sangue em Corrientes, e em março de 1867 foi o único capelão brasileiro com exercício em cinco hospitais, estabelecidos para o tratamento dos acometidos pelo cólera morbus. Nesse contexto ficou doente sendo dispensado por dois meses pelo então Marques de Caxias, comandante em chefe das tropas, mas não retornou ao Brasil permanecendo na atuação dos hospitais. Em agosto de 1867 se retirou do Paraguai retornando à Corte, assumindo logo em outubro como capelão do recém-criado asilo de inválidos da pátria. A partir do asilo, o nome de Honorato passou a ser conhecido na Corte e pela família imperial.

Até 1868 não foi encontrada nenhuma menção ao nome do capelão nos jornais que se encontram disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. A partir desse ano, ou seja, do ano de inauguração do asilo, Manoel da Costa Honorato se tornou personagem fácil de encontrar em diferentes periódicos, não só na Corte, mas em diferentes províncias do império. A primeira menção ao seu nome apareceu no jornal católico *O Apóstolo*, elogiando seus serviços como representante da Igreja e exaltando sua qualidade de voluntário da pátria, destacando ainda que sua palavra encarnava “naqueles

corações o amor da pátria e do próximo, os direitos dos vencedores e dos vencidos” e que, graças a sua atuação, “bem longe de soldados da civilização seriam soldados da barbaria, e então ficaria confirmada a opinião que nossos inimigos da Europa querem fazer acreditar a nosso respeito, isto é, de que somos um povo sem civilização, sem prestígio”.ⁱ

Essa passagem é interessante para pensarmos em dois pontos fundamentais nesse processo: a ideia de civilização *versus* barbárie e de que a religião era crucial para acalmar e, principalmente, controlar os soldados. A partir desse ponto, o periódico ressalta suas atividades no asilo destacando sempre a questão relacionada à disciplina que impunha aos asilados, ponto extremamente sensível nesse contexto de retorno das tropas e principalmente daqueles que ficaram inválidos devido ao serviço na guerra.ⁱⁱ

Ainda segundo o relato de Blake, Honorato se retirou do serviço de capelão do asilo devido a problemas de saúde, as “febres paludosas”, e passou a servir na guarnição do Rio de Janeiro com exercício sucessivamente de 1869 até 1875, no corpo provisório de 1ª linha; na Escola Militar da Praia Formosa (atual praia Vermelha) além dos batalhões de números 1, 3, 5 e 7 de infantaria. Nesse interim, o capelão passa a escrever e publicar obras de diferentes temáticas, utilizando recursos próprios, noticiando em jornais e oferecendo aos principais colégios das capitais das províncias, Institutos Históricos e escolas públicas diversas.

Em janeiro de 1870, o Diário do Rio de Janeiro publica matéria elogiando a publicação mais famosa de Manoel da Costa Honorato: *Sinopses de eloquência e poética nacional, acompanhadas de algumas noções de crítica literária, extraídas de vários autores e adaptada ao ensino da mocidade brasileira*. A obra foi editada pela respeitada Garnier e impressa em Paris. Com essas prerrogativas e o elogio do veículo considerado como o órgão oficial do governo, Honorato inicia sua progressiva busca para adentrar no círculo estreito de

intelectuais. Ainda em dezembro do mesmo ano, no mesmo periódico, é noticiado seu ingresso na Sociedade Comemorativa da Independência do Brasil, demonstrando o interesse de se aproximar do grupo seletivo do IHGB, fato este confirmado no ano seguinte com a sua candidatura e aprovação para esse seletivo grupo, utilizando como demonstração de sua capacidade as obras *Sinopses de eloquência*, que confirmaria ser ele um entendido com relação à letras e literatura, mas também a *Descrição Topográfica da Ilha do Bom Jesus da Coluna e Asilo de Inválidos da Pátria*, que se inseria no contexto do que chamamos de “escrita da histórica” dos oitocentos.

Ao analisar essa tipologia de obras, Silvio Romero em *História da Literatura Brasileira*, caracterizou essas obras como “crônicas históricas” (ROMERO, 1960, p. 588). Além disso, esses escritores bancavam suas próprias obras. Esses autores buscavam subvenção pública, submetendo as obras ao parlamento, e até mesmo ao imperador, e se elas caíssem “nas graças”, seriam publicadas. O próprio Honorato em 1861, então estudante da Faculdade de Direito do Recife – requereu que a Câmara dos Deputados subvencionasse a publicação de obra de sua autoria, a saber, um dicionário de tradução do vernáculo inglês para o português. Esta demanda foi, pois, submetida à Comissão de Instrução Pública da instituição, mas não fora aceita.ⁱⁱⁱ Em 1863, Honorato, ainda na condição de acadêmico de Direito, publicou um dicionário histórico e topográfico sobre Pernambuco e obteve a legitimação oficial de seus textos, e acabou dedicando-o a um professor daquele estabelecimento de ensino, a saber, José Antônio de Figueiredo (1793-1876), membro do Partido Liberal, e então deputado à Assembleia Legislativa de Pernambuco. A obra de Honorato mais tarde será considerada como fundamental para compreensão da história da província, mas naquele momento não foi assim considerada, apesar de ter conseguido o “financiamento” público que esperava, mas que só fora possível devido às artimanhas do jogo político, muito bem percebido por ele, na sua dedicatória.

A ideia de memória histórica do século XIX era muito diferente da que conhecemos hoje. Para Moraes Silva e Oliveira Velho, em dicionário publicado no ano de 1831, a definição de memória histórica seria uma compilação de documentos e informações históricas.

Memorias: escritos de narrações políticas, etc. *Memorias*, *Commentarios*, *Relações*: tomamos aqui esses vocabulos por certas composições litterarias, em que sòem depositar-se os materiaes da Historia. As *memorias* desenvolvem miudamente os factos e as suas causas; discutem os que são duvidosos, determinão e verificação datas, copião documentos, etc. O seu estilo deve ser simples, livre, corrente, e desaffectedado, e não admite o ornato, a nobreza, e a elevação da Historia. O nome de *memorias*, que indica o fim deste genero de escritura, mostra tambem, de algum modo, qual deve ser o seu character. Quem quer conservar, ou deixar em *memoria*os sucessos publicos do seu tempo, escreve tudo, escreve os factos principaes, e os menos principaes, nota as causas e as consequencias, etc. *Commentarios*são *memorias* summarias, apontamentos mais breves, quasi um diario ou taboa, em que se notão os principaes acontecimentos, mas em estilo menos secco, e menos apanhado, que o dos simples diarios. *Relação* é a narração circunstanciada de um só facto, ou acontecimento notavel, de uma empreza, de uma viagem, de um descobrimento, etc. Quem escreve uma *Relação*, refere com escolha, discernimento, e exacta fidelidade, o que vio, presenciou, ou averiguou, não ommittindo circums-tancia alguma, que possa ser util, para se formar um justo conceito do facto, em toda a sua integridade. (MORAES SILVA, 1831, p. 300-301).

Se Honorato, como homem letrado que era, queria pertencer aos “altos quadros intellectuais” do império, ele não poderia cair na armadilha de concentrar seu trabalho nessas memórias históricas, que, de certa forma, até eram criticadas pelos contemporâneos. Por isso, talvez, sua obra seja tão diversificada, indo desde compêndios escolares, até obras de tradução de textos eclesiásticos.

Figura 1
Listagem das obras de Manoel da Costa Honorato

Obras	Gênero	Ano de publicação
A coroa seráfica	Outros	1856
Maria Santíssima, a heroína por excelência	Outros	1861
Sinopses de eloquência e poética nacional	Crítica, teoria ou história literária	1861
Dicionário topográfico, estatístico e histórico da província de Pernambuco	Outros	1863
O clero brasileiro	Outros	1863
Nossa Senhora do Bom Conselho	Outros	1864
Alocução na tribuna sagrada, etc.	Discurso, sermão ou oração	1865
Defesa dos religiosos capuchinhos	Outros	1865
Folhinhas católicas, cronológicas e históricas para os anos de 1859 a 1865	Outros	
Os capelães do exército brasileiro	Outros	1867
Descrição topográfica da ilha do Bom Jesus e do asilo dos inválidos da pátria	Outros	1869
Esboço histórico e topográfico da cidade de Conventos (província argentina)	Outros	1869
O Senhor Bispo de Pernambuco e o general Abreu Lima	Outros	1869
A Câmara Municipal do Recife e a questão dos toques de sino das igrejas	Outros	1871
Defesa do Senhor Bispo do Rio de Janeiro na questão de suspensão de um padre de sua diocese	Outros	1872
Leveiras considerações sobre a separação eclesástica do exército (serviço de refúgio para o setor eclesástico da Força)	Outros	1872
O Senhor Bispo do Rio Grande do Sul e a assembleia da mesma província	Outros	1873
O partido católico	Outros	1875
Sinopse da gramática inglesa	Gramática, linguística ou retórica	1875
Memória histórica da igreja matriz de Nossa Senhora da Candelária desta Corte	Outros	1876
Discurso pronunciado na augusta presença de Sua Majestade o Imperador, na solenidade de distribuição de prêmios e colação do grau de bacharel em Letras no colégio de Pedro II a 21 de fevereiro de 1879	Discurso, sermão ou oração	1879
Compêndio de retórica e eloquência nacional	Crítica, teoria ou história literária	1879
Compêndio de retórica e poética	Crítica, teoria ou história literária	1879
Tese para o concurso ao lugar de substituto da cadeira de retórica, poética e literatura nacional do Imperial Colégio de Pedro II	Crítica, teoria ou história literária	1879
A religião no exército	Outros	1890
Honra e trabalho	Outros	s.d.
O decreto de 1.º de janeiro	Outros	s.d.
Tratado de higiene das escolas	Outros	s.d.

Fonte: Biblioteca Digital de Literatura Brasileira. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=2742>.

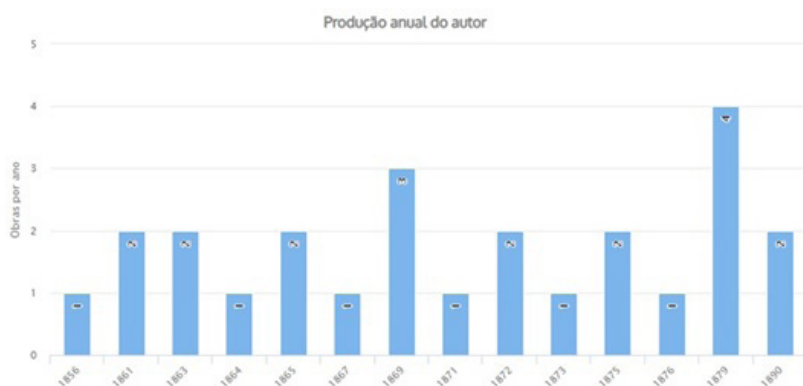
Acessado em 20/10/2020

Um grande exemplo dessa vasta gama de assuntos que um intelectual deveria se debruçar ainda mais pertencente ao IHGB e com pretensões de agradar ao imperador, é a publicação do trabalho *Memória Histórica da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária d'esta Corte*, de 1875, quando Honorato era então pároco desta igreja. Esta memória trata, ainda, de irmandades que foram criadas ao redor daquela igreja. Por conseguinte, pode-se caracterizar este texto como imbuído de descrição de práticas administrativas e caritativas desenvolvidas, do século XVII ao século XIX, por estas corporações. Tal memória fora encomendada, em 1874, pelo Imperador D. Pedro II, que presidiu as sessões do IHGB na qual ela foi lida por seu autor, em 1875.

Ao longo das décadas de 1860 e 1870, Honorato publicou a maioria de suas obras, como podemos ver na tabela abaixo:

Se observarmos a tabela, podemos perceber que o ano de 1879 foi o mais profícuo em produções, talvez pela sua tentativa de ingressar como professor do Imperial colégio Pedro II, seguido do ano de 1869, quando fora capelão do asilo de inválidos da pátria e, desta forma, conseguira uma relativa posição social (Gráfico 1).

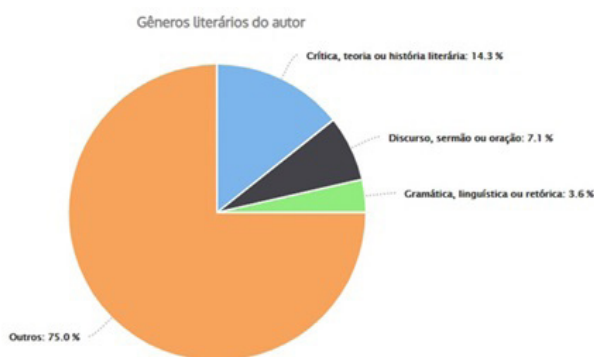
Figura 2
Quantitativo da produção de Manoel da Costa Honorato por anos



Fonte: Biblioteca Digital de Literatura Brasileira. Disponível em:
<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=2742>.
Acessado em 20/10/2020

Com relação a tipologia de obras, essas eram, conforme também podemos observar, diversas e talvez como todo intelectual brasileiro pertencente ao IHGB ou que pleiteava um espaço naquela Instituição, relacionada com a necessidade do momento. Muitas obras são destinadas a questões da religião, mas no momento em que pleiteou vaga de professor no Imperial Colégio Pedro II, suas obras se voltaram ao ensino, na disciplina que concorrera. A grande quantidade de suas obras, conforme podemos ver no Gráfico 2, não pode ser relacionada a uma tipologia específica por se tratar de escrita abrangente e não direcionada à somente uma forma literária ou de categorização.

Figura 3
Gráfico Tipologia dos gêneros literários publicados por
Manoel da Costa Honorato



Fonte: Biblioteca Digital de Literatura Brasileira. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=2742>.
Acessado em 20/10/2020

Retomando a análise sobre sua projeção, podemos perceber que realmente a partir de sua admissão no seletivo grupo do IHGB a vida de Honorato sofreu uma verdadeira reviravolta. Podemos extrair essa percepção do anteriormente citado *Almanack Laemmert* quando examinamos as partes destinadas aos endereços e profissões dos ali mencionados.

No ano de 1873, Honorato aparece em dois momentos no *Almanack*: primeiro na referência ao Ministério da Guerra como “Capitão Capelão Cônego”; em segundo no Ministério do Império na *Comissão de Trabalhos Geográficos*. Mas seu endereço confirma que ainda não alcançara uma posição social mais adequada àquela sugerida à chamada “boa sociedade” e o que consideramos como a elite mandatária do império^{iv}, pois o mesmo era residente à Rua da Assembleia, no número 20. O local não era muito glamoroso, mas ficava próximo ao Passo Imperial, espaço de decisões políticas, e à Antiga Sé da cidade, ainda frequentada pela alta classe da Corte. No ano seguinte, mesmo residindo no mesmo local, o *Almanack* nos mostra o “Capitão Capelão Cônego”, ressaltando outras qualidades. Seu nome agora aparece na sessão “Profissões” com as seguintes prerrogativas:

“Vigário, Cônego da Capela Imperial, Dr. Manoel da Costa Honorato, Bacharel em Direito, Capelão-Capitão honorário do Exército, em exercício no 1º Batalhão de Infantaria, sócio do Instituto Histórico, Professor de preparatórios, r. Da Assembleia, 20, 2º andar. (Advogado no fôro eclesiástico)”^v

Claramente sua posição no IHGB e talvez proximidade com o imperador D. Pedro II, tenham lhe rendido em um ano o cargo de Capelão da Capela Imperial e de advogado no fôro eclesiástico. Mas Honorato pretendia muito mais. Em 1873, durante a epidemia de febre amarela, foi organizado pelo imperador um hospital dentro

das dependências do Convento de Santo Antônio e Honorato, como membro da repartição eclesiástica do Exército, serviu como voluntário durante todo o tempo de funcionamento do mesmo. Essa atitude foi vista com bons olhos pelo imperador que acabou nomeando-o em 20 de janeiro de 1874 vigário da igreja de Nossa Senhora da Candelária.

Em 10 de julho de 1875, Honorato lança, novamente utilizando meios próprios, a obra *Sinopse da Gramática Inglesa*, que recebeu grande destaque no jornal *Mercantil* de Petrópolis, sendo logo sua primeira matéria. Afirmo o periódico ser o título “um excelente livro para o estudo da língua inglesa [...]”. Na verdade, essa nova obra escrita com bastante inteligência, clareza preenche satisfatoriamente o fim para que se destina o seu autor.” E segue em seus elogios:

Consideramos tão valiosa e útil a obra que o Ver. Cônego Honorato acaba de dar à publicidade que, podemos assegurar, se for adotada pelo conselho de Instrução Pública para o uso dos nossos colégios, numerosas serão as vantagens que hão de colher os alunos, pois com o auxílio da *Sinopse*, obterão cabal e perfeito conhecimento da língua inglesa.^{vi}

Consideramos a parte mais importante dessa notícia seu final: “pelo relevante serviço que, com seu novo livro, presta as letras do nosso país, embora não tenha a recompensa merecida”, dessa forma, o *Mercantil* ao final realiza quase que uma propaganda efetiva em prol de Honorato. Cabe lembrar que o jornal *Mercantil* circulava na cidade de Petrópolis, local que o imperador e sua família haviam escolhido como segunda morada, o que nos faz pensar que não seja mera coincidência a publicação dessa matéria especificamente no jornal daquela cidade. Não à toa, no mesmo ano, Honorato se oferece ao governo para exercer, sem recebimento de salário ou gratificação, o cargo de examinador de preparatórios, na Inspetoria Geral de

Instrução Pública, na qual permaneceu até 1878, além de se colocar à disposição para lecionar, igualmente sem receber, jurisdição espiritual e doutrina cristã nas escolas públicas (SACRAMENTO BLAKE, 1891, p. 68)

Possivelmente todo este esforço rendeu frutos ao cônego Honorato, já que em 11 de outubro de 1876, fora transferido para a igreja de Nossa Senhora da Glória, onde permaneceu até seu falecimento (Imagem 1). Cabe ressaltar que a igreja da Glória era a mais importante da Corte, visto que era assiduamente frequentada pela família imperial desde o Primeiro Reinado. Essa mudança pode ser percebida até mesmo em seu novo endereço: deixa de residir no centro da cidade e passa a ocupar a Rua das Laranjeiras, nº 24, bem próximo à residência da Princesa Isabel e seu marido, o Conde d'Eu, local então preferido pela “boa sociedade” carioca.^{vi}

Figura 4
Monsenhor Dr. Manuel da Costa Honorato



Fonte: <https://www.nsdagloria.com.br/single-post/1876/10/14/Monsenhor-Dr-Manuel-da-Costa-Honorato>. Acessado em 20/10/2020

Acompanhando a cronologia relativa à ascensão de Honorato, no ano de 1879, já reconhecido como intelectual e provavelmente frequentador dos círculos mais íntimos da monarquia, devido a sua qualidade de pároco da igreja de Nossa Senhora da Glória, lança a obra que o tornou reconhecido como um dos intelectuais proeminentes do século XIX que é o *Compêndio de Rhetórica e Poética*, que lhe rendeu a tese que possibilitou seu ingresso como professor da mesma disciplina no Imperial Colégio Pedro II, ao lado de nomes como Joaquim Manoel de Macedo, Franklin Dória, Luiz Pedro Drago, entre outros tantos nomes importantes na história e intelectualidade brasileira.

Todo elaborador de compêndios no século XIX deveria estar atento às exigências das editoras a fim de que seu livro alcançasse a aprovação e a conseguinte publicação. Essa publicação estaria condicionada a dois fatores: quem era o autor e qual instituição trabalhava. Quando uma grande editora como a Laemmert ou Garnier aprovava a obra, era quase certa a vendagem dos produtos, visto que elas seriam advindas de colégios de renome. As obras ainda utilizavam o recurso de, na sua página de rosto, colocar uma pequena biografia ou ainda o acréscimo de alguns documentos que confirmassem a excelência do escritor, tanto que na 4ª edição do *Compêndio de retórica e poética* de Honorato, lançado em 1879, fora publicada ao seu final uma relação com os títulos anteriormente publicados pelo autor, com o uso da expressão “etc”, enfatizando que haveria uma quantidade maior de publicações, atestando, desta forma, a competência do autor.

Segundo José Murilo de Carvalho (2000), a retórica foi um dos meios mais utilizados pelos letrados para enfatizar a intelectualidade. Para o autor

a importância dos manuais de retórica e o papel do Colégio de Pedro II no ensino desta disciplina durante o

século XIX, [...] a retórica não busca apenas convencer, operação que se faz mediante raciocínios lógicos. Ela pretende persuadir, mover à vontade, o que exige uma grande variedade de argumentos de natureza não-lógica. Em muitos casos, mesmo na presença de elementos suficientes de convencimento, é necessário o recurso à retórica, pois o convencimento pode não ser suficiente para levar à ação. [...] Se os indícios da existência no Brasil, ou em qualquer outro país, de uma cultura marcada pela retórica são verdadeiros, então o protocolo de leitura fornecido pela forma retórica de argumentação deveria ter utilidade na decifração dos textos produzidos dentro dessa cultura. Refiro-me aqui a qualquer tipo de texto, não apenas a peças oratórias, religiosas ou leigas. (CARVALHO, 2000, pp. 137-139)

Ou seja, a retórica era importante em todos os meios da vida social do século XIX, seja no ambiente eclesiástico, no político ou até mesmo nos embates realizados na imprensa periódica. Ser o responsável por ministrar essa disciplina naquele que era considerado o ambiente formador da política e da intelectualidade nacional, com toda a certeza forneceu ainda mais prestígio ao nosso capelão. Lendo os jornais da época, verificamos, contudo, que Honorato desejava estar ainda mais próximo das esferas políticas. Em 3 de dezembro de 1880, o jornal *Tagarela* do Rio de Janeiro, publicou uma nota em que afirmava “consta que está para ser criado o cargo de capelão da infância robusta e válida”, e quem se voluntariara para exercer o cargo de forma gratuita? O “benemérito cônego honorário, bacharel Manoel da Costa Honorato, vigário encomendado da freguesia da Glória desta cidade”.^{viii}

Suas ações passaram a despertar críticas na imprensa, tanto que o jornal *O Fígaro*, tece críticas quanto à sua atuação afirmando que “se houvesse concurso [para provimento das vigarias na Diocese do Rio de Janeiro], de certo que não continuaria na vigaria da freguesia da Glória o Reverendo Padre Dr. Manoel da Costa Honorato”.^{ix} E o

motivo dessa crítica, segundo o mesmo jornal, seria que “atualmente dá-se o escândalo de estarem alguns padres ignorantíssimos em vigarias importantes, só porque o adulam [o bispo Diocesano] e prestam-se a maior subserviência”.^x Com absoluta certeza, de ignorância não sofria o capelão, mas sua proximidade e “voluntarismo” gerou críticas no meio em que sempre desejou se inserir.

Se a atuação como eclesiástico poderia suscitar dúvidas, no campo intelectual Honorato passou a ter reconhecimento tendo suas obras publicadas nos Anais da Biblioteca Nacional a partir do ano de 1881, o que quer dizer que a mesma continha em sua coleção catalogada as publicações do capelão.^{xi} Não necessariamente a Biblioteca adquiriu essas obras, o próprio Honorato pode tê-las fornecido, mas o interessante nesses Anais é perceber que suas obras estão catalogadas nos mais diferentes temas, de assuntos eclesiásticos, passando por assuntos governamentais (obras relacionadas à sua atuação e discursos no Imperial Colégio Pedro II), chegando à análise literária. Pelo visto, as críticas à sua atuação na Igreja não saíram dos jornais, tanto que em 2 de junho de 1882, ele é agraciado pelo “Papa Leão XIII, com o título de Monsenhor Protonotário Apostólico, em remuneração aos grandes serviços prestados à religião e às letras”.^{xii}

Em 1890, o capelão produz suas últimas obras, mas não de caráter inédito e sim novas edições de “A Religião no Exército” e a 4ª edição de “Heroína por excelência ou novo mês Mariano”, noticiado que fora este “aprovado e indulgenciado pelo Episcopado Brasileiro”, com uma novidade, Honorato aparece agora como “Monsenhor Dr. Manoel da Costa Honorato”^{xiii}.

Em sua última aparição no *Almanack Laemmert* do ano de 1891, Honorato é designado como “Comendador da Ordem do Santo Sepulcro, Monsenhor Protonotário *ad instar participantium*, prelado doméstico de Sua santidade o Papa, Vigário, Cônego da Catedral do Rio de Janeiro, Capelão-capitão honorário do Exército, sócio do Instituto Histórico, Advogado do Fôro Civil e Eclesiástico”,

com endereço no “Challet da Matriz da Glória”.^{xiv} Fora exatamente desta forma que Sacramento Blake, no discurso que abriu este capítulo, se referiu ao capelão, nos mostrando que, sua passagem pelo asilo e suas habilidades intelectuais, e porque não dizer políticas igualmente, o levaram a alcançar a posição que almejava na sociedade e a ser reconhecido como *persona* importante da corte imperial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos neste texto demonstrar um pouco mais da biografia do capelão Manoel da Costa Honorato, alcançando sua biografia para além de sua atuação no Asilo de Inválidos da Pátria. Esperamos ter trazido à tona a hipótese de que sua passagem pelo asilo tenha sido central para alçá-lo às esferas mais altas da sociedade, aos salões das elites do império.

A dificuldade de construção de um texto que pretende traçar a história de vida de uma pessoa se relaciona com o chamado “mal estar biográfico” iniciado nas primeiras décadas do século XX, e somente sendo dissipado pelos Annales, na década de 1960, nesse sentido, o estudo de trajetórias individuais passou a ser incorporado ao modelo macroestrutural desta nova forma de se escrever a história. Francisca Nogueira (2000) ressalta que existe uma clara distinção entre a chamada biografia histórica, que não se restringiria a revelar somente o sujeito, mas a relação dele com seus atos e fatos, e a biografia literária, aquela na qual o escritor deixaria sua imaginação fluir (AZEVEDO, 2000, p. 131). Nesse sentido, a biografia histórica deverá ser embasada em fontes, além de um rigoroso trabalho científico de pesquisa e de escrita.

As fontes principais de uso do historiador da biografia são diários íntimos, correspondências, etc. Como não dispomos dessa documentação, confrontamos as obras com sua repercussão nos jornais,

veículo de grande importância política ao longo de todo o século XIX, e com a cronologia e alcance de suas ações.

Nesse sentido, buscamos percorrer de forma diferente este curto estudo biográfico de Honorato, partindo do todo para o micro. Como chave desta pesquisa, buscamos associá-lo ao contexto e à formação dos homens de sua época, inserindo o nosso protagonista na perspectiva mais abrangente de suas ações e na forma como esse movimento ocorreu. As redes de sociabilidades às quais o biografado se insere, segundo Pierre Bourdieu (2006), são indispensáveis para esse tipo de estudo, pois, leva em consideração a pluralidade de campos onde o indivíduo vive suas experiências. Assim, procuramos reconstruir seu contexto, a superfície política e social sobre a qual se movia.

Pensamos que reconstruir, ainda que de forma embrionária, a trajetória do capelão Honorato, vai ao encontro ao que Leonor Arfuch (2010) afirma, “restituir aos biografados a aura de singularidade e de ‘transcendência’, evitando que o “mundo, vasto mundo” os releguem ao silêncio e, no extremo, ao esquecimento. A autora ainda afirma, citando Paul Ricoeur, que “contamos histórias porque afinal de contas as vidas humanas precisam e merecem ser contadas”. Em sua obra, Arfuch reconstrói o “mapa do território” (do espaço biográfico) e os “contornos da interioridade” (entre o público e o privado), da produção da subjetividade contemporânea, a intensificação da produção do espaço biográfico atual (ou pós-moderno – com a crise dos grandes relatos), “do próprio, do local”, que ele entende como “um dos aspectos paradoxais da duplicidade constitutiva da globalização”.

Interessante perceber que uma figura tão peculiar quanto Manoel da Costa Honorato não tenha ainda recebido destaque na historiografia. Frequentemente, ele é mencionado em pesquisas que envolvam a crítica relacionada à retórica no século XIX, ou sobre os compêndios escolares, sem, no entanto, haver reverberação de sua atuação e posicionamento como capelão do Asilo dos Inválidos da

Pátria, e da obra que sobre esse “abrigo” escreveu. Acreditamos que esse foi o impulso necessário para alcançar o almejado destaque na sociedade oitocentista.

Esperamos que este trabalho estimule uma geração de pesquisadores para a análise dos personagens que passaram pelo espaço que outrora foi o local de abrigo de homens que lutaram nos principais conflitos em que o país tomou parte, e que hoje representa apenas um espaço de recordação, muito afastado ainda da memória de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. “Biografia e gênero”. BARCELLOS, César et al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- BAUER, Otto. “A nação”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. 6ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, vol. 2.
- CARVALHO, José Murilo. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura.” *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152.
- GUIMARÃES, Lucia Maria P. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. In. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, jul-set 1995, n. 388.

HONORATO, Manoel da Costa. *Diccionario Topographico, Estatistico e Historico da Provincia de Pernambuco*. Recife: Typographia Universal, 1863.

HONORATO, Manoel da Costa. “Memória Histórica da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária d’esta Corte.” In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, Tomo XXXIX, Parte Primeira, 1875.

LOBATO, Monteiro. *Negrinha*. São Paulo: Record, 1974.

MOREIRA DE FARIAS, Antonio Augusto e PINTO, Rosalvo Gonçalves (org). *Lima Barreto: antologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores*. Belo Horizonte: Ed. ViVa Voz / UFMG, 2012.

MOREL, Marco. “O mau selvagem: índios invisíveis no Romantismo brasileiro”. In.

LESSA, Monica Leite e FONSECA, Silvia Carla P. de Britto (orgs). *Entre a monarquia e a República – imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2008.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira* [1888]. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*, quarta edição, reformada, emendada, e muito accrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correcta, e enriquecida de grande numero de artigos novos e dos synonymos por Theotonio José de Oliveira Velho, Tomo II. Lisboa: Impressão Regia. Anno 1831.

WELLER, Wivian. “A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim”. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 25, n. 2, mai/ago, 2010.

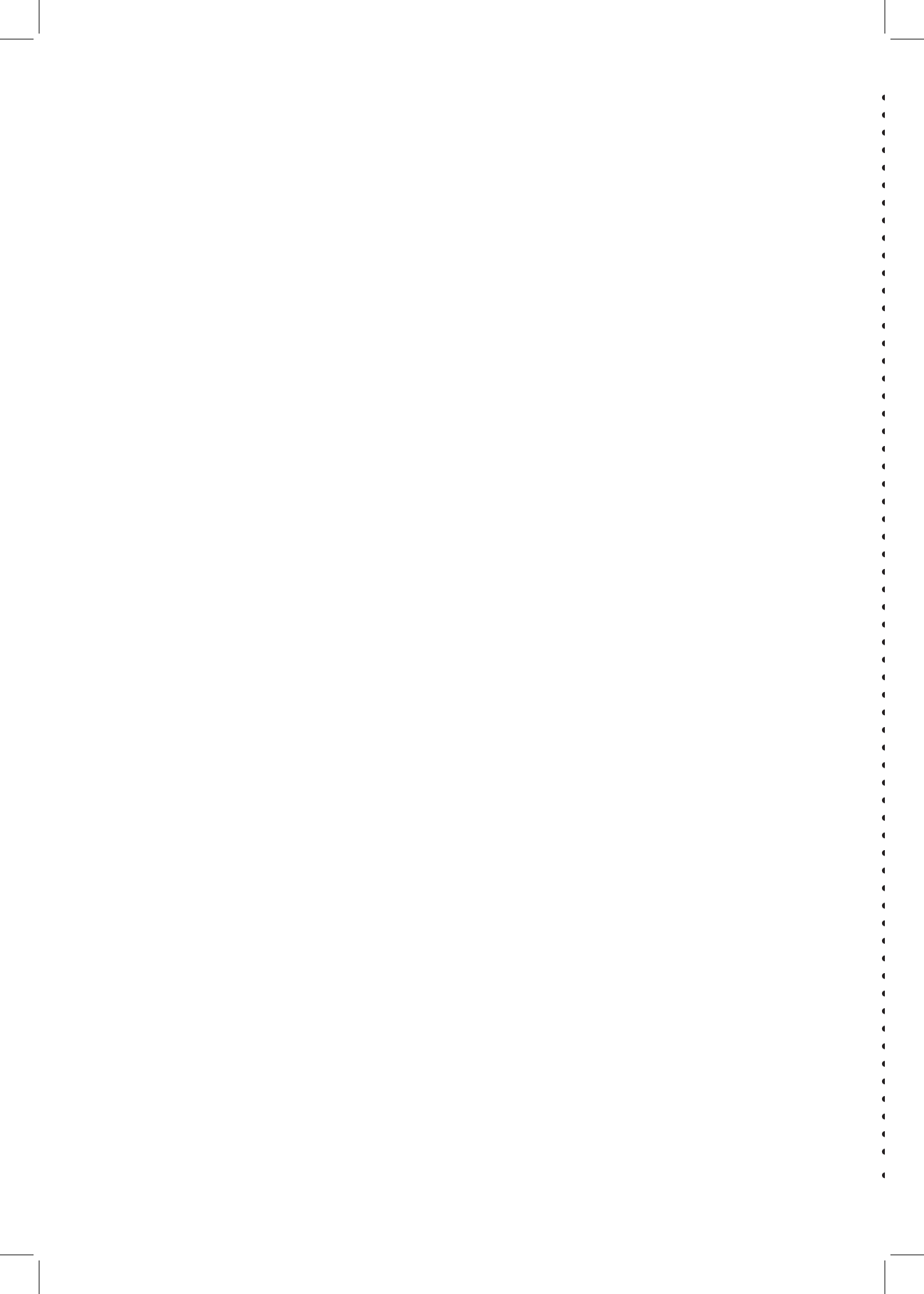
NOTAS:

ⁱ O Apóstolo, p. 380, 1868. Biblioteca Nacional.

- ii Para saber mais sobre os inválidos da pátria e as questões relacionadas a disciplina dos mesmos, cf. GOMES, Marcelo Augusto Moraes. *A Espuma das Províncias* – um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930). Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2007.
- iii PARLAMENTO BRASILEIRO. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Srs. Deputados, Sessão em 25 de Julho de 1861. Tomo 3. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1861, p. 314.
- iv Para pensar sobre a formação da chamada “boa sociedade” e da elite política no império, conferir as seguintes obras: MATTOS, Ilmar R. *O tempo Saquarema*: a formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994; e CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem e o teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- v *Almanack Laemmert*, p. 564, 1874. Biblioteca Nacional.
- vi *Mercantil*, 10 de julho de 1875. Biblioteca Nacional.
- vi *Almanack Laemmert*, p. 717, 1877. Biblioteca Nacional.
- viii *Tagarela*, 3 de dezembro de 1880. Biblioteca Nacional.
- ix *O Fígaro*, 1881. Biblioteca Nacional.
- x *O Fígaro*, p. 2, 1881. Biblioteca Nacional.
- xi *Anais da Biblioteca Nacional*, ano de 1881, pp. 710, 711, 781 e 1074; ano de 1927 pp. 463 e 464.
- xii *Índice Cronológico da História do Brasil*, 1882. Biblioteca Nacional.
- xiii *O Brasil*, maio de 1890. Biblioteca Nacional.
- xiv *Almanack Laemmert*, p. 496, 1891. Biblioteca Nacional. Cabe ressaltar que o *Almanack* deve ter saído exatamente no mês de agosto, visto que marca o nome de Honorato com uma cruz e o número 2 ao lado, indicando o dia de sua morte.



*Um olhar sobre o futuro:
preservação ambiental e
novos usos do espaço*



A ILHA DO BOM JESUS, IGREJA DO BOM JESUS DA COLUNA E ARREDORES: VEGETAÇÃO E SUGESTÕES AMBIENTAIS

Eduardo C. Barretto Lins¹

INTRODUÇÃO

A Ilha do Bom Jesus, hoje sob a tutela do Exército Brasileiro, outrora chamada de Ilha da Caqueirada, está situada a oeste-sudoeste da Baía de Guanabara.

Com as antigas Ilhas da Sapucaia, Pindaí do França, Pindaí do Ferreira, Fundão, Baiacu das Cabras e Catalão, formava antes um arquipélago. Unidas por aterros na década de 50, hoje se constituem uma só ilha, a Ilha do Fundão, onde se localiza a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Portanto, a Ilha do Bom Jesus não existe mais como ilha, porém a nomenclatura se aplica ao sítio histórico que foi conservado na Ilha do Fundão.

A Ilha do Bom Jesus é, a nosso ver, a única do antigo arquipélago que possui importância histórica, desconhecida por muitos e que preserva remanescentes arquitetônicos e florísticos em razoável estado de conservação.

Assim, pelo tamanho e importância histórica, pode se tornar um polo cultural de grande relevância para o município e para o

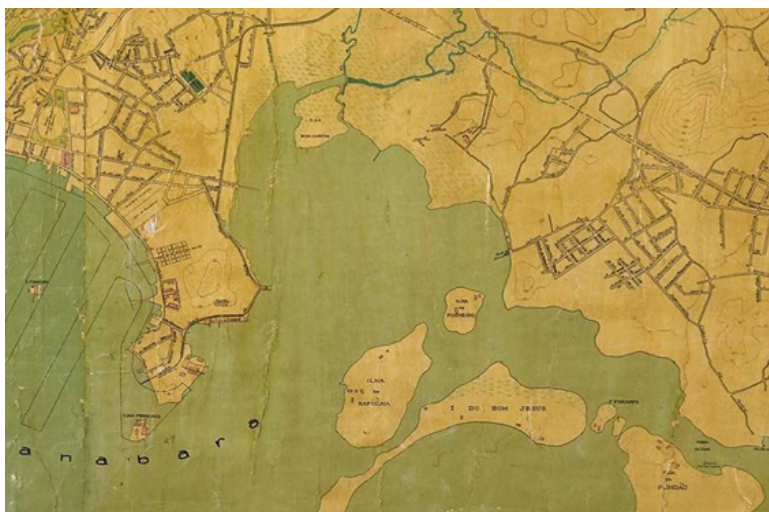
¹ Engenheiro Florestal e Paisagista, responsável técnico pela Eduardo Lins Paisagismo e Consultoria Ambiental.

país, sobretudo pela proximidade da UFRJ, que tem cursos de excelência nas áreas de História, Arquitetura, Engenharia, Belas Artes, Ciências Ambientais, Biologia entre outras. Essa proximidade pode potencializar, e muito, a importância do local, tornando-o uma área de estudos em vários temas.

A Ilha do Bom Jesus passou por alguns proprietários até chegar à Dona Inez de Andrade que, quando viúva, doou-a aos religiosos franciscanos de Santo Antônio, em maio de 1704. Foi frequentada pelo Rei D. João VI e sua Corte. A Igreja do Bom Jesus da Coluna, construída no início do século XVIII, ainda conserva a pia batismal na qual foi batizada a Princesa Isabel.

Nela o visitante pode apreciar não apenas a igreja, mas também o que restou do Asilo dos Inválidos da Pátria, onde eram alojados militares feridos na guerra do Paraguai, em Canudos e no Contestado. Outras edificações foram sendo construídas ao longo dos anos, mas depois da inauguração do Asilo, em 1868, não foram edificadas prédios significativos.

Figura 1
Parte do arquipélago que deu origem à Ilha do Fundão



Fonte: Mapas Antigos do Rio FACEBOOK @mapasantigosdorio
Comunidade

Com tantos atrativos, a visita à Ilha impressiona, apesar dos prédios do antigo Asilo não estarem em bom estado de conservação. Entretanto, o objetivo do texto é apresentar considerações generalistas, tanto sobre a vegetação atual, como sobre um futuro reflorestamento ambiental.

A VEGETAÇÃO, DADOS GEOLÓGICOS E TOPOGRÁFICOS DA ILHA DO FUNDÃO (SANTOS, 2000)

Geologia

Como foi dito, a Ilha do Fundão foi formada por aterros de um arquipélago original composto por um conjunto de ilhas de dimensões variadas.

Essas ilhas eram constituídas predominantemente por gnaisses variados e migmáticos, de idade pré-cambriana, denominados “Gnaisses da Série Inferior”. Quanto aos aterros, foram constituídos por areia dragada da Baía de Guanabara e solos de alteração de gnaisses e migmatitos provenientes do desmonte da Colina do Fundão (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 1952).

Relevo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 1952)

A maior parte da área é aterrada, e o relevo dominante é plano com algumas depressões, onde ocorre aterro gleizado. Nas Ilhas do Catalão e do Bom Jesus, é muito comum o argissolo vermelho no relevo, predominantemente ondulado, mas com áreas planas das

antigas restingas e, portanto, variável nos cerca de 921 mil metros quadrados da Ilha.

Com essa diversidade de solos e relevos não há regra geral de adubação, calagem e outras práticas agrícolas, para a revegetação total da área. Sempre haverá necessidade de análise físico-química das glebas em que se vai plantar, bem como a correta escolha das espécies e o manejo adequado.

Vegetação na Ilha do Bom Jesus (CORRÊA, 2016: 113).

No livro é descrita uma visita à Ilha do Bom Jesus, realizada entre 1930 e 1934, onde o autor registra que de Leste a Oeste, na primeira parte, a ilha é montanhosa com os morros do Corcunda, Bom Jesus e um outro menor. Na outra extremidade, uma verdadeira restinga estreita no começo que vai se alargando progressivamente.

Ainda na parte leste, em frente aos dois pavimentos remanescentes do Asilo no Vale da Corcunda, perto do cais, existiam, segundo o autor, muitas Palmeiras Regias, *Roystonea regia*. Por ocasião de sua visita, restavam apenas duas.

O mangue vermelho, *Rhizophora mangle*, e o mangue siri, *Avicennia tomentosa*, ocupavam predominantemente grandes áreas de manguezais, ricos em flora e fauna.

Além disso, havia muitas mangueiras, *Mangifera indica*, originárias da Índia, uma planície de gramíneas, mudas de coco catarro ou baba de boi, o *Syagrus romanzoffiana*, nativo da mata atlântica, e coqueiros, *Cocos nucifera*, de origem ainda discutida, supostamente do sudeste da Ásia, embora tão comum em vários locais do mundo.

Na parte leste estão, ao norte, a Ponta da Corcunda, e ao sul, a Ponta de Santo Antonio. Na parte norte do Morro do Bom Jesus destacava-se a Ponta Mata Gambá, e na parte oeste da ilha, em sua extremidade sul, a Ponta da Caqueirada.

No Porto das Mangueiras existiam não só inúmeras mangueiras, como tamarineiras, *Tamarindus indica* L, originário das savanas africanas, bananeiras da família *Musaceae*, também originárias do sudeste da Ásia, coqueiros, *Cocos nucifera*, cajueiros, *Anacardium occidentale*, do nordeste do Brasil, goiabeiras, *Psidium guajava*, nativa de toda a América tropical, araçazeiros, *Psidium cattleianum*, originário da América do Sul, laranjeiras, *Citrus sinensis*, limão, *Citrus limon*, nativo do sul da Ásia, cana-de-açúcar, *Saccharum officinarum*, do sudeste da Ásia, além de abricós, *Mimus opscommersonii*, amendoeiras, *Terminalia catappa*, também originárias da Índia, dendezeiros, *Elaeis guineenses*, originários do Golfo da Guiné, pitangueiras, *Eugenia uniflora*, das restingas e da Mata Atlântica, amoreiras do gênero *Morus*, eucaliptos, gênero *Eucalyptus*, originário da Austrália, e guando, *Cajanus cajan*, também de origem africana.

Portanto, um sem-número de plantas nativas ou não para uso dos habitantes da Ilha. A presença do pau-Brasil, cujo nome científico mudou para *Paubrasiliae chinata*, também é mencionada.

Na ponta da Ilha, habitações todas arborizadas com frutíferas de ambos os lados da estrada de quatro metros, terrenos cercados com arame farpado e cerca-viva de yucas do gênero *Yucca*, chamada pelos moradores de baioneta. Havia também grupos de pedras com plantas da família *Amaryllidaceae* e *Cactaceae* nativas, e mais adiante, grupos de ubás ou cana do reino, *Arundodonax*. As casas tinham a frente voltada para a estrada e os fundos para as praias ou o mar.

No campo na parte central da Ilha, gramíneas e capins, abricós, *Mammea americana*, e depois uma verdadeira planície até um marco denominado Pedra Quadrada.

Na parte mais estreita da Ilha, começando a chamada terceira zona ou zona do Asilo dos Inválidos, havia uma moenda de cana e hortas. Portanto, já na época da visita, temos uma vegetação exótica em consequência da ocupação secular da Ilha.

SUBSÍDIOS PARA PROJETOS DE REVEGETAÇÃO NA ILHA DO BOM JESUS:

Projetos desenvolvidos na Ilha do Fundão podem servir de referência para intervenções futuras, pois possuíam ecossistemas semelhantes ao da Ilha do Bom Jesus.

Várias foram as tentativas de revegetar áreas do campus da UFRJ. Os insucessos verificados ao longo do tempo se devem a vários fatores, entre os quais: descontinuidade administrativa, carência de recursos, baixa prioridade para a administração da UFRJ, técnicas inadequadas, execução de projetos pontuais.

Contudo, um passo importante foi dado quando da candidatura do Rio de Janeiro à sede das Olimpíadas de 2004. O apoio financeiro recebido para melhoria das condições físicas do campus viabilizou também a execução da revegetação arbórea da Ilha do Catalão, configurando o atual Parque Frei Veloso.

Como podemos constatar pelo trabalho no parque, um dos fatores que contribuíram para o bem sucedido desenvolvimento das espécies utilizadas foi a fertilidade razoável do solo, aliada aos tratos culturais executados em cada etapa do processo.

As sugestões que se seguem visam subsidiar, com diretrizes gerais, possíveis novos projetos de revegetação na Ilha do Bom Jesus. Todos dependentes do tipo de solo, relevo e localização.

ESCOLHA DE ESPÉCIES ARBÓREAS PARA UM FUTURO REFLORESTAMENTO QUE CHAMAMOS DE ECOGÊNESE

A revegetação para a Ilha do Bom Jesus direciona-se para a elaboração de projetos que contemplem aspectos rigorosos da conservação ambiental. Logo, é necessário que utilizem espécies nativas de cada ecossistema original dentro da Ilha.

Simplificando, onde originalmente havia restinga, mudas de restinga; nos manguezais, espécies de mangue; nas áreas de arbustos e arbóreas da Mata Atlântica, obedecer a essa configuração florística e assim sucessivamente. Chamamos de Ecogênese, tanto no paisagismo, quanto na revegetação das áreas degradadas, o uso intensivo de espécies nativas do ecossistema original.

Primeiro é necessário fazer o levantamento florístico das espécies nativas originais de cada ecossistema da Ilha. Dados suficientes, além da observação da vegetação remanescente, estão disponíveis em livros e teses no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Museu Nacional e outros Centros de Pesquisa e até na internet, desde que escolhidos com critério. Dorothy Sue Dunn de Araújo por exemplo, uma das maiores autoridades da flora de restinga do país, é professora e pesquisadora da UFRJ e tem publicados diversos levantamentos florísticos de restingas.

Uma recomposição da flora original tem vantagens inimagináveis. Por exemplo: restitui boa parte da biodiversidade do local, oferecendo alimentos para avifauna e toda a fauna original remanescente e de áreas próximas. É veloz em repovoar áreas antes degradadas. A flora a ser usada tem o “DNA” do lugar, portanto, é muito mais resistente às condições edafoclimáticas do sítio, a pragas ou doenças, e praticamente dispensa manutenção e irrigação após o enraizamento.

Portanto, excluindo-se o entorno da Igreja e dos prédios históricos, cujo jardim precisa respeitar a configuração paisagística da época, após consulta ao IPHAN e ao INEPAC e pesquisas aos acervos pictóricos, bibliográficos e fotográficos existentes, toda a área restante deveria receber o Paisagismo de Ecogênese ao qual nos referimos.

PAISAGISMO DE ECOGÊNESE, UM EXEMPLO.

À guisa de ilustração apresentaremos um projeto bem sucedido de Ecogênese de restinga.

Em maio de 2003, fomos convidados a fazer uma visita a uma grande área litorânea e a prestar consultoria sobre a melhor forma de recuperá-la. Como o contratante era um grupo com preocupação ambiental incomum, tivemos a oportunidade de executar um projeto pioneiro de paisagismo com Ecogênese, segundo conceito do arquiteto Fernando Chacel, referência na ocupação de áreas litorâneas. A Ecogênese, segundo Chacel, é uma intervenção para recuperar os componentes bióticos e, portanto, o ecossistema original, com o uso condensado da flora local.

O local era uma área rural (ITR), tomado por um coqueiral produtivo, manejado de forma bastante agressiva, com extenso uso de defensivos agrícolas, herbicidas, adubação química e emprego de máquinas e tratores agrícolas ultrapassados.

Naturalmente, a forma de manejo acima descrita causava danos ambientais como a contaminação de solos, rios, cursos de água, do lençol freático e a supressão total da vegetação de restinga, vista como “concorrente”, na ótica da produção agrícola, que visava produtividade máxima.

Inicialmente propusemos a imediata suspensão de quaisquer ações de manejo agrícola, para a posterior regeneração da vegetação de restinga, através da indução da sucessão ecológica, com o plantio de espécies pioneiras, para, mais tarde, enriquecer a restinga, aumentando sua biodiversidade progressivamente, como se faz na boa técnica de indução da regeneração de um ecossistema.

Aceita a proposição inicial, passamos ao levantamento florístico dos remanescentes da vegetação ainda presentes em locais próximos e ao estudo bibliográfico das espécies que seriam implantadas. Como a extensão do projeto era muito grande, cerca de 6,8 km de área litorânea, começamos por um lote subdividido em quatorze unidades.

Figura 2
A foto de 2003 mostra o alto grau de degradação,
com a área praticamente sem vegetação



Fonte: Acervo do autor

Pelo tamanho da empreitada, selecionamos fotos do antes, durante e depois, para que se vejam o processo e a evolução de um pequeno trecho da área sendo recuperada.

Figura 3
Área após plantio



Fonte: Acervo do autor

Figura 4
Área já plantada em 2005, recebendo apenas plantas de
enriquecimento da biodiversidade



Fonte: Acervo do autor

Hoje em estado avançado, a restinga cresce rumo ao “clímax” do ecossistema original.

MEDIDAS QUE PODEM SER TOMADAS NO ATUAL ESTÁGIO DA VEGETAÇÃO DA ILHA DO BOM JESUS.

Enquanto não é executado um projeto para a revegetação da Ilha do Bom Jesus, sugerimos a introdução de leguminosas capazes de promover a adubação verde, **apenas nas áreas sem nenhuma vegetação**, utilizando-se *Stizolobium cinereum* (mucuna cinza), *Stizolobium aterrimum* (mucuna preta) ou *Canavalia ensiforme* (feijão de porco), as mais conhecidas leguminosas para melhoria do solo.

Essas leguminosas são baratas, plantadas por semente e são fixadoras de nitrogênio, beneficiando as condições físico-químicas do solo e evitando sua degradação. Solos sem vegetação sofrem empobrecimento através da insolação, compactação e lixiviação pelas chuvas etc.

Um problema a ser enfrentado é o predomínio frequente do “capim colômbio” em muitas áreas da Ilha do Bom Jesus. É de difícil controle e tem uma característica perversa do ponto de vista ambiental. Fica seco nas estações mais secas e é facilmente inflamável. Portanto, um cigarro, um balão ou quaisquer faíscas que caíam sobre ele, podem provocar sua combustão, gerando um incêndio na área, que mata a quase totalidade de espécies vegetais próximas, sobretudo as nativas remanescentes. O grave é que, após o fogo, ele rebrota e ainda ocupa o território das plantas que sucumbiram ao fogo, ganhando terreno cada vez maior. O controle manual, arrancando suas raízes por completo ou o sombreamento por árvores de revegetação, muito mais lento, são as formas mais eficazes de combatê-lo de forma pouco invasiva. Quando atinge grandes áreas, são necessárias máquinas, defensivos herbicidas e outras práticas, que contaminam ou compactam o solo ainda mais – práticas que devem ser evitadas a todo custo.

Figura 5
Capim colômbio próximo a construções históricas



Fonte: Acervo do autor

Figura 6

Imagem de satélite mostrando o atual estado da vegetação da Ilha



Fonte: Imagem de satélite GOOGLE MAPS

MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE E OUTRAS QUE PODEM SER IMPLEMENTADAS ANTES DA REVEGETAÇÃO DEFINITIVA.

Compostagem: Apesar da geração de resíduos sólidos domésticos na Ilha não ser significativa, e de serem eles recolhidos pela Comlurb, a grande quantidade de folhas, galhos, restos de capina, etc. sugerem uma proposta de atividades de compostagem desse material. Porém, deve-se também levar em conta a grande quantidade de embalagens que chegam à Ilha pelo mar. Poder-se-ia pensar, neste sentido, em um plano de coleta seletiva que segregasse materiais recicláveis. O composto orgânico obtido pode ser usado na recuperação dos jardins existentes e futuros.

Figura 7
Resíduos orgânicos em local impróprio



Fonte: Acervo do autor

Remoção imediata da vegetação que está se desenvolvendo nas paredes e tetos das construções históricas. Facéis de remover, algumas se encontram ao alcance das mãos. As inalcançáveis com as mãos devem e podem ser retiradas, sem grandes problemas, com andaimes e EPIs necessários. Sua raízes causam um imenso estrago nas construções históricas existentes.

Figura 8
Vegetação em prédios históricos



Fonte: Acervo do autor

Podas corretas: As podas devem ser feitas de forma correta, para que não se transformem numa “janela” para fungos e pragas que podem até matar árvores com o tempo. Em geral, os equipamentos são simples e manuais. Em galhos mais grossos pode ser necessário o uso de motosserra.

Figura 9
Princípios básicos para poda de galhos



Fonte: Blog do Instituto Árvores Vivas - Link: <https://arvoresvivas.org/2007/09/22/como-e-quando-podar-as-arvores>

Evitar acúmulo de madeiras nobres com madeiras menos nobres, sobretudo perto das construções históricas, bem como entulho. As madeiras de má qualidade viram um ambiente propício para cupins, que depois, não só atacam as madeiras nobres próximas, como podem infectar o madeirame dos prédios.

Figura 10
Entulho em local inadequado



Fonte: Acervo do autor

Árvores impróprias destruindo edificações: Notamos também o plantio de árvores capazes de destruir uma edificação, até por se desconhecer, no passado, o porte e a agressividade das raízes.

Um exemplo é o uso do ficus italiano, *Ficus elastica*, cujas raízes adventícias podem causar enormes prejuízos.

Figura 11
Árvore inadequada para o local e seus transtornos



Fonte: Acervo do autor

Coleta de água para reuso: Outra forma de aproveitamento sustentável, principalmente onde grande quantidade de água é necessária, como, por exemplo, numa revegetação.

Esgoto com tratamento biológico: Sobretudo nos locais onde antes existia restinga e cujo lençol freático é muito alto. Esta é a melhor forma de evitar contaminação da água subterrânea.

Controle de queimadas: principalmente perto de prédios históricos.

Local para recolhimento de óleo, pilhas, tintas, produtos tóxicos e entulhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987.

AMADOR, Elmo da Silva. *Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza*. Rio de Janeiro: E. da S. Amador, 1997.

ARAUJO, Dorothy Sue Dunn de. *As vegetações costeiras do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia: diversidade, comunidades e padrões de distribuição geográfica*. 2002.

ARAUJO, Dorothy Sue Dunn de. *As vegetações costeiras do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia: diversidade, comunidades e padrões de distribuição geográfica*. 2004.

ARAUJO, Dorothy Sue Dunn de. Restingas: síntese dos conhecimentos para a costa sul-sudeste brasileira. In: Simpósio sobre Ecossistemas da Costa Sul-Sudeste Brasileira, 1987, Cananeia. *Anais...* São Paulo: Academia Ciências Estado São Paulo, 1987. v. 1. p. 333-347.

ATLAS das unidades de conservação da natureza do Estado do Rio de Janeiro. São Paulo: Metalivros, 2001.

- CHACEL, Fernando Magalhães. *Paisagismo e ecogênese = Landscaping and ecogenesis*. Rio de Janeiro: Fraiha, 2001.
- CORRÊA, Armando Magalhães. *A Guanabara como natureza: águas cariocas*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.
- CURADO, Mirian M. de Campos. Paisagismo contemporâneo: Fernando Chacel e o conceito de Ecogênese. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 117 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp079212.pdf>
Acesso em: 01 out. 2020.
- MARX, Roberto Burle; BARRETO, Henrique Lahmeyer de Mello; CARVALHO, José Cândido de Mello. Grupo Biológico das Lagoas Litorâneas. In: Revista Municipal de Engenharia. Distrito Federal: Prefeitura, jan-mar1949, v. 16, n, 1, p. 14-16.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=142832&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=5570>
Acesso em: 01 out. 2020.
- SANTOS, Raphael David dos et al. Projeto Parque Frei Veloso: levantamento detalhado dos solos do campus da Ilha do Fundão UFRJ. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2000. 69 p. - (Embrapa Solos. Boletim de Pesquisa; n. 19).
Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPS/11857/1/bp192000freiveloso.pdf>
Acesso em: 26 out. 2020.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Ilha universitária: realização do Escritório Técnico da Cidade Universitária. In: *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, v. 1-2, n. 15, p. 3-33. 1952

ASILO DOS INVÁLIDOS: UMA PROPOSTA DE RESTAURO E REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

Isabeth Mello¹

Liane Flemming²

Eduardo Linhares Qualharine³

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo a apresentação da análise de uma edificação para a elaboração de um projeto de restauração e adequação de uma edificação tombada. Para tal foi utilizada o Asilo de Inválidos da Pátria, a qual juntamente com a Igreja do Bom Jesus da coluna e outras construções, forma o sítio histórico da Ilha do Bom Jesus, na ilha do Fundão onde se localiza a Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.

Para uma compreensão aprofundada da edificação foi feita uma pesquisa de sua história, recorrendo-se à pesquisa histórica textual e iconográfica, analisou-se cada cômodo e seus sistemas construtivos, além de seu estado de conservação geral e de preservação.

1 Arquiteta; M.Sc. em História e Preservação do Patrimônio Cultural; Especialista em Restauro e Reciclagem.

2 Arquiteta; D.Sc. e M.Sc. em Arquitetura, Especialista em Restauro e Reciclagem de Edificações IMB/RJ.

3 Engenheiro; D.Sc. em Engenharia; M.Sc. em Arquitetura; professor Associado/UFRJ e do PEA/POLI/UFRJ.

A proposta é apresentar o projeto com informações para a restauração das fachadas, com a preservação da volumetria e para uma futura utilização de seu interior.

Em março de 1867 iniciaram-se as obras da fundação do Asilo de Inválidos da Pátria e em 29 de julho de 1868 este foi inaugurado. Em 1976 a edificação deixou de funcionar como abrigo e foram feitas adaptações para novas funções e em 2000, esta fica sem uso.

Uma grande parte das construções originais e até anteriores aos pavilhões do Asilo de Inválidos da Pátria se perdeu: o convento, o chalet, além de diversas casas. A Igreja do Bom Jesus da Coluna e um trecho corredor claustal remanescente mantêm-se de pé e são tombados pelo Iphan.

Figura 1
Estampa de 1869

Fonte: Honorato, 1869.

A estampa de 1869 de Comesino de Carvalho [apud Honorato, 1869] e uma foto do início do século XX foram utilizadas como referências para o estudo das alterações externas sofridas e a determinação do estado de preservação das edificações.

Somando-se a esse registro fotográfico, algumas descrições dos prédios foram extraídas de documentos e de livros, oferecendo um registro sobre os usos e alterações ocorridas na distribuição dos cômodos.

A descrição dos prédios feita por Honorato [1869] registra as dimensões e a divisão dos espaços internos, bem como seus usos. O pavilhão à esquerda, o menor em área construída, abrigava inicialmente as oficinas dos inválidos e o museu militar em seus dois pavimentos, divididos em dois grandes salões, respectivamente.

Este prédio abrigou o presídio militar entre 1925 e 1962 e sofreu alterações para adaptá-lo a outros programas. Após a extinção do presídio, subdividiram o seu interior para novos usos. O pavilhão da direita, também chamado de Pavilhão da Administração e/ou Diretoria.

Fazendo-se a conversão das unidades, segundo COSTA [1994], 1 palmo é igual a 2,54cm, o que se converte em aproximadamente 57m de frente, 12m de fundos, 9m de altura e 80 cm de platibanda, e as alas mediriam 14,20m por 7,30m de largura. Essas grandezas são muito próximas ao encontrado no levantamento cadastral, principalmente se considerarmos as medidas internas, descontando-se a espessura das paredes.

Se observarmos apenas a construção, tal como se apresenta hoje, a diferença entre as espessuras das paredes perimetrais do corpo principal do prédio e as paredes das alas, sugere, em um primeiro momento, a construção posterior destes blocos, que constituiriam anexos à construção principal. Porém, a descrição de Honorato, feita apenas um ano após a inauguração do asilo, enfraquece esta tese. Nenhuma menção é feita às circunstâncias da construção das alas ou a possíveis alterações realizadas durante a obra.

No térreo, dois grandes compartimentos simétricos ao hall de entrada são citados: à direita da porta principal ficava o corpo da guarda, e à esquerda um depósito para objetos diversos. No hall de entrada, a placa comemorativa da inauguração do Asilo ainda se encontra no mesmo lugar, no patamar da escada, em frente à porta principal.

No lado direito do edifício, no andar superior, o grande salão, hoje ainda existente, era ocupado pela enfermaria do asilo. Nestas dependências existiam dois compartimentos sanitários.

No lado esquerdo do edifício, além do salão para depósito, o pavimento inferior era subdividido em diversos ambientes. O pavimento superior deste lado tinha salas e quartos que eram ocupados pelos oficiais empregados no asilo. Atualmente, algumas salas existem além do salão, porém não restaram indícios de como seriam os quartos para oficiais.

Segundo os registros, esses edifícios são, em sua maioria, de alicerces de alvenaria de pedra, paredes de alvenaria de pedra e tijolos, cobertura de telhas planas (francesas) e pisos assoalhados.

Ao longo dos anos, várias alterações e reformas foram sendo feitas para atender às funções as quais o asilo se prestava a cumprir. Em ofício do Ten. Cel. Lauro Carneiro, de data provável do fim da década de 50, são descritos os usos dados a cada espaço dos prédios. Nesta época, no primeiro pavimento do Pavilhão da Diretoria e Administração, funcionava a moradia do Diretor do Asilo, o gabinete do diretor, Salão de Honra, quarto do oficial de dia, Fiscalização Administrativa, secretaria, arquivo, instalações sanitárias, barbearia, sala do Comandante das Companhias, refeitório dos asilados, refeitório de oficiais e enfermaria. A variedade de usos no primeiro andar exigiu uma compartimentação dos espaços, à medida que as necessidades surgiam, para viabilizar sua ocupação. No segundo pavimento existia o alojamento dos asilados, uma escola, o gabinete dentário, farmácia, almoxarifado e estação radiotelegráfica, que

também imprimiram modificações nos compartimentos. Ao que consta, o edifício sempre atendeu às necessidades do asilo, sofrendo alterações internas para acomodar os usos que foram surgindo. Porém, essas sucessivas alterações feitas sem registros mais detalhados, impedem que conclusões sejam tomadas a respeito da originalidade ou idade de cada parede erguida no interior do edifício, sem que prospecções arquitetônicas sejam realizadas.

DESCRIÇÃO ESTILÍSTICA E TIPOLOGICA

A edificação é um exemplar da arquitetura de influência neoclássica, difundida no Brasil pela Missão Francesa e pela Academia Imperial como tendência dominante, que predominou até o final do séc. XIX, principalmente nos meios oficiais.

Figura 1
Vista da fachada principal que mostra um bom
estado de conservação

Fonte: Fonte: Blog Sangue verde-oliva, 2011

O aspecto exterior da arquitetura neoclássica é basicamente caracterizado pela parede frontal do templo grego com tímpano triangular e uma rigorosa simetria compositiva, que se aplica nas fachadas, na distribuição dos ambientes e no detalhamento.

LEVANTAMENTOS E DIAGNÓSTICO

Para obtenção do levantamento foram realizadas medições em todo o edifício, visto não existirem plantas cadastrais nem quaisquer registros gráficos, sendo o Inventário Arquitetônico realizado, a partir das fichas fornecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O registro das características arquitetônicas foi complementado com o levantamento dos materiais de acabamento existentes cômodo a cômodo e texto sobre o estado de preservação do imóvel.

Na documentação fotográfica extraiu-se as principais características e problemas, internos e externos, apresentados pelo edifício atualmente.

Para o mapeamento de danos das fachadas, foram feitos levantamentos, além de registros fotográficos, visando uma perfeita caracterização do estado de conservação do edifício, para embasamento da proposta de restauração.

É, portanto, essencial, antes de qualquer trabalho de reparação, constatar exatamente a idade e o caráter de cada parte, compor uma espécie de relatório respaldado por documentos seguros, seja por notas escritas, seja por levantamentos gráficos [Viollet-le-Duc, 2000].

INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO

O Pavilhão da Administração do antigo Asilo está bastante preservado em suas características de volumetria e fachadas. Não sofreu

nenhum acréscimo vertical ou horizontal e a modenatura da fachada foi conservada, apesar de apresentar danos em alguns pontos.

Suas esquadrias originais foram preservadas em sua maioria; em alguns pontos foram substituídas por réplicas, e poucas por alumínio ou ferro. Algumas janelas e portas foram fechadas com alvenaria, e mesmo nesses casos, pode-se perceber claramente a intervenção pelas marcas deixadas ou pela ruptura no ritmo dos vãos. Essa preservação exterior se deve principalmente ao fato de que as intervenções se concentraram no espaço interior do imóvel, aliado à escassez de recursos ou priorização de outras obras em épocas variadas.

Internamente, o prédio sofreu sucessivas reformas pontuais e pequenas adaptações. Em 1971 a edificação foi vítima de um temporal que causou deslocamentos de telhas e inundações nos dois pavimentos do prédio administrativo, destruindo muitos documentos sobre o histórico do prédio, que estavam arquivados. Restaram algumas citações sobre obras diversas em ofícios e relatórios anuais, sempre relativas a reparos nos pavilhões ou nas casas dos asilados.

A falta de manutenção adequada e a má apropriação dos espaços do edifício contribuíram para a deterioração geral da edificação.

PROJETO DE RESTAURAÇÃO E RECICLAGEM

De acordo com a Carta de Lisboa, o restauro de um edifício compreende obras específicas que têm por fim a conservação e consolidação da construção, preservando ou repondo, na sua totalidade ou em partes específicas, a sua concepção original ou correspondente aos momentos mais significativos da sua história. Já a reabilitação de um edifício tem a finalidade de recuperar e beneficiar uma construção resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiênicas e de segurança, modernizando e melhorando seu desempenho.

O método de abordagem adotado neste trabalho compreende hipóteses e diversas etapas de investigação, cujos resultados analisados, determinaram as diretrizes a serem seguidas na elaboração do projeto arquitetônico de restauro. Os levantamentos indicaram os sistemas construtivos existentes, os revestimentos originais e os acrescentados posteriormente, e todo o estado de conservação e preservação do imóvel.

Apesar de já se conhecer o sistema construtivo (alvenaria mista de cal e pedra e tijolo), deverão ser feitas prospecções arquitetônicas para o projeto executivo. O mesmo se aplica às pinturas da fachada, através de prospecções pictóricas poderá se determinar as cores originais em cada parte das fachadas e modenatura, a fim de nortear a escolha da cor para cada aplicação.

Do ponto de vista técnico, existem princípios fundamentais que norteiam os procedimentos a serem tomados: o primeiro é o Princípio da Mínima Intervenção, que consiste em se fazer o mínimo necessário para consolidar o material a ser restaurado, mantendo-se o máximo possível dos elementos originais. O Princípio da Compatibilidade regula as inserções, acréscimos e próteses de material, que devem ser compatíveis com o existente, sem causar danos ou agressões quando inserido e o Princípio da Reversibilidade, quando todo material inserido no edifício deve permitir sua remoção a qualquer tempo, sem causar danos ao material original. Além disso, deve se integrar ao antigo sem falseá-lo, não se confundindo com o existente, deixando claro, a nível técnico, que é uma intervenção atual.

Utilizando o Princípio da Legibilidade os elementos inteiramente novos, como pisos, esquadrias, etc., não tem por que parecer originais. Ainda mais grave é a tentativa de transformar o antigo em novo, por isso, elementos originais, como o piso em ladrilho hidráulico do Hall principal, serão mantidos e deixados à mostra.

Todo trabalho de complementação deverá distinguir-se da composição arquitetônica, levando a marca de nosso tempo. Os

elementos destinados a substituir as partes danificadas ou inexistentes deverão se integrar harmoniosamente ao conjunto, embora se diferenciando das partes originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento da arte e da história.

A inserção de materiais novos e atuais será feita não com a preocupação de promover sua recomposição estilística ou reconstrução histórica. Como não foram localizados registros das pequenas alterações nas fachadas ao longo do tempo e nem descrições claras sobre as modificações nos vãos, optou-se por manter todas as esquadrias de mesma tipologia das originais, mesmo que sua localização sugira uma intervenção posterior, desde que não estejam causando prejuízos estéticos ao conjunto arquitetônico.

Preservar um bem cultural exige mais do que a recuperação de sua integridade física.

É necessário que ele tenha uma função que o mantenha, a qual garanta recursos para a sua manutenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não ser uma edificação de destaque para a cultura local, ela apresenta o registro de uma arquitetura e de um programa distinto do usual, destacando-se a necessidade de manutenção e conservação de sua estrutura.

Ela apresenta um bom estado de manutenção necessitando, no entanto, de uma adaptação para o atendimento de novos programas, de modo que esta possa ser ainda por um longo tempo utilizada. Para essa adaptação, o presente descreveu diversas particularidades da edificação que merecem ser consideradas em um projeto de restauração da edificação pesquisada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Iraci Del Nero da. (comp.). Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações. Boletim de História Demográfica. São Paulo: FEA-USP, n. 1, 1994 (<http://iddcosta.tripod.com/tex/co11.pdf>)

HONORATO, Manoel da Costa. Descrição topográfica e histórica da Ilha de Bom Jesus e do Asylo de Inválidos da Pátria. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1869.

LIVRO HISTÓRICO DO ASILO DE INVÁLIDOS DA PÁTRIA. Manuscrito. Ministério da Guerra. Exército Brasileiro.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Asilo de Inválidos da Pátria e Presídio Militar. Descrição sumária do Asilo propriamente dito. Ofício do Tenente-Coronel Lauro M. Carneiro. Rio de Janeiro: p. 8 e 9.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. In: KÜHL, Beatriz M. Restauração. SP: Ateliê Editorial, 2000.

DE BALLET BRASIL DA ILHA DO BOM JESUS PARA PROJETO SOCIAL BALLET BRASIL DA ILHA DO BOM JESUS - UM POUCO DESTA HISTÓRIA!

Maria Cristina Luvizotto Bergo¹

Luana Santos²

e integrantes do *Projeto Social Ballet Brasil da ilha do Bom Jesus*

*“Mostremos com exemplos aquilo
que com palavras ensinamos!”*

Madre Bárbara Maix

O Brasil vivia o Segundo Reinado.

Da Áustria, terra natal da mãe de D Pedro II, chegam Madre Bárbara Maix e as Irmãs que a acompanhavam.

No Brasil, elas tornam realidade um sonho. Em 08 de Maio de 1849, fundam a Congregação do Imaculado Coração de Maria (ICM), na Ilha do Bom Jesus.

1 Professora do Ballet Brasil, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e em Pedagogia pela Universidade Santa Úrsula (RJ). Pós graduada em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

2 Professora do Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus, graduada em Dança (em Licenciatura Plena) pela UniverCidade.

Figura 1
Madre Bárbara Maix



Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

Entre a igreja *Bom Jesus da Coluna* e seus arredores, crianças foram acolhidas. Elas recebiam ensinamentos valiosos através das Irmãs. Madre Bárbara remava um pequeno barco para buscá-las e ensiná-las, naquele local. Todas as crianças eram bem vindas e aprendiam, entre outros ensinamentos, os valores cristãos.

Passados 142 anos, neste mesmo local, por coincidência ou inspiração no trabalho de Madre Bárbara Maix, hoje Beata, e as irmãs do ICM, o sonho de um religioso e de uma bailarina argentina se torna realidade. Em 1991, nasce o Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus.

O DESEJO DO PADRE

“A fortaleza é a disposição de fazer o bem sempre!”

Padre Lindenberg

Pertenço à “turma” nascida em 1957! Transferido do Comando da 4ª Região Militar, então em Juiz de Fora, MG, para o Comando da 1ª Região Militar, RJ, apresentei-me pronto para o serviço, na cidade maravilhosa, em 21 de agosto de 1990. Após a apresentação, iniciei a missão de conhecer todas as Organizações Militares diretamente e/ou controladas por este Grande Comando Logístico. As visitas visavam a vários objetivos, dentre eles destaque: estabelecer contatos com os militares, saber sobre as atividades peculiares à Organização Militar, dar continuidade ao serviço religioso prestado anteriormente e perceber oportunidades atinentes à assistência religiosa ainda não exploradas. Na área da 1ª Região Militar encontra-se a Ilha do Bom Jesus e, nela, estava sediada a sua Companhia de Comando. Este fator levou-me a conhecer aquela ilha com sua beleza ímpar e tive a grata satisfação de nela encontrar o antigo prédio do já extinto Asilo de Inválidos da Pátria (AIP) e a Igreja do Bom Jesus da Coluna. E de, ali, fundar o Ballet Brasil.

Chegando à ilha, fui recebido pelo comandante, a época o Maj Pires Filho, que, com sua cordialidade, fez-me sentir à vontade. Ele, mesmo, fez questão de me introduzir na magnífica história do AIP, do Convento Bom Jesus, com sua magnífica igreja, da vila militar ali construída etc. Em seguida, convidou-me para percorrer estas instalações. A cada passo, o meu entusiasmo pela área crescia, mas o encantamento ocorreu quando cheguei à igreja, foi um verdadeiro arrebatamento. Já em 31 de março de 1991, celebrei a primeira missa no salão contíguo. As crianças lotaram o lugar com sua alegre presença. E eu me perguntava “*O que fazer por elas?*”

A visão de que, nos tempos atuais, a evangelização necessita de um veículo que predisponha os espíritos para saborear o mistério, desafiava a minha ação pastoral. Pois, recém-chegado ao Rio de Janeiro, desconhecido por todos e desconhecendo a todos, seria quase impossível encontrar pessoas qualificadas e dispostas realizar uma iniciativa em um local afastado, de difícil acesso. Tudo isso tornava a missão quase impossível. Por incrível que pareça, meses depois fui

convidado pelo Pároco da Urca a substituí-lo em suas férias, o que aceitei prontamente. Foi aí que a mão de Deus operou o milagre.

Um dia, não me recordo exatamente qual, após a celebração da Santa Missa, na igreja da Urca, uma senhora se apresentou dizendo que gostaria de realizar um trabalho social. Inconteste indaguei: em qual área? Ela me narrou que era professora de balé. Assim, tinha diante de mim o veículo para unir fé e arte na Igreja do Bom Jesus! E eu não perdi a oportunidade de convidá-la para conhecer a igreja do Bom Jesus e estabelecer, ali, uma escola de dança, com o objetivo de unir fé e arte. Ela aceitou vir conhecer o local e, em lá chegando, se encantou pelo templo, decidindo ficar e iniciar o trabalho com as crianças.

O restante desta magnífica aventura tenho a honra de deixar nas mãos talentosas de minha querida amiga Mercedes Valpassos, fundadora do Ballet Brasil e demais integrantes convidados, para escrever sobre o tema. Tenho a certeza de que nos brindarão com uma emocionante façanha, de fazer da igreja do Bom Jesus da Coluna, um farol, pela junção de fé e arte.

Com fraterna estima,

Padre Lindenberg Freitas Muniz, Capl R/1

Figura 2

Padre Lindenberg Freitas Muniz, um dos fundadores do Ballet Brasil



Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

O DESAFIO DA BAILARINA ARGENTINA

Eu sou Mercedes I. F. de Valpassos, casada e com dois filhos. Na época, 1990 estava atravessando momentos difíceis com a longa enfermidade e, logo, com a morte da minha mãe.

Ante a necessidade de sair da zona de conforto que me oferecia uma vida totalmente focada no marido e filhos, e devido a uma onda de tristeza interior, decidi que buscaria um local para poder ensinar catequese e balé clássico (na época estava fazendo escola de Mater Ecclesiae). Segui frequentando as missas na Paróquia Nossa Sr^a do Brasil, que, nesse período, eram celebradas pelo Capelão Lindenberg Freitas Muniz. Notando eu, que vinha de longe, que aquele sacerdote emanava sinais de querer ajudar aos seus semelhantes, perguntei-lhe se conhecia alguma escola pública, um lugar onde pudesse ministrar aulas de balé clássico, folclórico e catequese, de maneira gratuita, para crianças sem recursos financeiros. Ele pensou um pouco e respondeu *“Pode dar certo, mas pode ser um desastre”* e acrescentou *“Onde eu moro, as crianças não poderiam pagar uma academia.”*

Tempos depois, em 1991, cheguei na ilha do Bom Jesus pela primeira vez. Fui ver o local onde funcionava uma cantina comunitária, mas não se mostrava apropriado, o chão estava danificado. Outra opção seria o salão da Igreja, que até então eu ignorava que existisse. Fiquei perplexa quando vi o Santuário do Bom Jesus da Coluna, no alto da ladeira, majestoso, belo, mas todo destruído, por dentro e por fora. Não compreendia como um monumento histórico poderia ter sido tão abandonado durante tanto tempo. Coloquei barras e ajeitei, adaptando-me ao espaço. Tudo requeria esforço e muito empenho. Foi um laborioso e quase solitário trabalho, e um lento processo de cura na minha vida. Tive a ajuda de dois moradores locais, Helena e Reinaldo Azeredo, que moravam em casas situadas à frente do salão, pais de uma das crianças. Sempre presentes, pude sentir o incentivo, gestos, boa vontade e inspiração quando Helena

falava “*Esta igreja vai ser restaurada*”. Eram vidas que não as nossas, mas que se inclinavam pacientemente, afundando-nos na confiança. Aprendi a descobrir forças que não sabia que tinha e, de certa maneira, permiti-me ser eu. As crianças iam chegando, eram filhos de militares moradores da ilha: Suellen Mafra, Bia Azeredo, Glauce Ferreira, Michele Barreto, seguidas por outras, posteriormente. Vinham aos poucos, no início, mas logo começaram a chegar mais, da Ilha e também de comunidades vizinhas. O grupo foi crescendo e foi aí que decidimos com o padre que iríamos para o salão anexo, onde eram celebradas as missas. Com ajuda do meu marido, trocamos o piso, colocamos barras, vidros, espelhos, pintamos as paredes. Sabia que teria que aguardar pacientemente as sementes que plantávamos com tanta fé para, algum dia, poder vê-las germinar e florescer. A graça chega nos momentos que não esperamos nada. “*A rosa é sem porquês, floresce por florescer. Não se preocupa consigo, não pretende nada além de ser vista*”. Nos dias de chuva, se formavam poças de água no salão, goteiras que vinham do teto furado, e eu me postava aguardando, pacientemente, a chegada das alunas. Helena trazia café e tirava a água com um rodo. A arte da perseverança tem a ver com as dificuldades internas, é um combate intenso para manter uma tarefa, um compromisso, uma palavra, uma amizade ou o amor. Em um local de difícil acesso, desértico, e eu, uma estrangeira e “paisana” perguntando-me “*O que estou fazendo aqui?*”

Com o tempo, o que era uma simples tarefa transformou-se em portentosa missão, que empreendi de coração aberto, sem saber ainda da grande história que viria a viver. Nesta terra de verdes paisagens, pores do sol magistrais, entre palmeiras, árvores frutíferas, onde o mar azul fez morada, tão rica e tão triste, percebi a grande ajuda espiritual que vinha do templo e seus arredores. Senti por várias vezes a presença espiritual de Madre Bárbara Maix, que cuidou do Santuário durante anos e ali começou a Congregação ICM. Também senti as energias das nove irmãs austríacas que ficaram sepultadas na

ilha, quando pereceram, após contraírem febre amarela. Em adição, havia a imponente do Asilo dos Inválidos. Tudo isso fez com que eu desejasse nunca mais sair desse lugar Santo, me reanimando sempre, com a esperança da restauração da Igreja.

No ano de 1992, uma das primeiras alunas, Suellen Mafra, consegue aprovação para a Escola do Teatro Municipal. Isso serviu como um incentivo a mais e, a cada dia, chegavam mais e mais crianças.

Em 1997, encontrei uma catequista que já era amiga de longa data, Wanda Coco, que decidiu me ajudar com a catequese. Dessa maneira, deixei de ser catequista para dedicar-me inteiramente ao ensino do balé.

A partir daí, foi um sucesso e tivemos muitas realizações. Vieram troféus de melhor coreografia e figurinos em festivais diversos na cidade do Rio de Janeiro e outros lugares. Viajamos para participar de festivais e apresentações em São Paulo, Barra Bonita, Teresópolis, Cabo Frio, Rio das Ostras, Juiz de Fora, entre outras. Tivemos alguns alunos com grande sucesso: no Teatro Municipal, Wellington Gomes solista; e Reginaldo Oliveira, na Alemanha, como um dos melhores coreógrafos. Outros decidiram ser professores e estudar dança na Universidade, como o caso de Diego Dantas, Luana Santos e Elaine Oliveira, que estão até hoje ministrando aulas no projeto.

Em 2008, passamos a contar com a nossa querida Cristina Bergo que, junto comigo e a Wanda, ajudou na conquista de novos caminhos, por intermédio de aulas de reforço escolar. Para melhor representar o que foi feito no campo educacional, hoje temos alguns alunos que estão estudando na Fundação Osório. Assim como eu expliquei a minha participação técnica na área de balé clássico e folclórico, a Wanda e a Cristina farão as suas exposições das atividades a elas afetas.

Apresentamo-nos em vários locais do Exército e nossos Autos de Natal já são uma tradição no Palácio Duque de Caxias, fazem

parte da agenda do Ballet. Atualmente, contamos com a ajuda da FHE/POUPEX e nos sustentamos também com apresentações de final de ano, destinadas a arrecadar fundos para aquisição de figurinos, sapatilhas, material escolar, de limpeza, lanche e outras necessidades. Graças ao empenho amoroso de algumas mães, voluntárias, as instalações estão limpas e bem cuidadas. Esperamos retornar logo para nossas atividades, pois, por enquanto, as aulas estão sendo ministradas virtualmente, em razão da pandemia.

Figura 3
Profª Mercedes entre suas primeiras alunas



Fonte: Álbum do Ballet Brasil

Louvo a Deus pelo chamado e, também, ao padre Lindenberg que, com suas homilias ricas de sabedoria, me ajudou tanto a compreender o Evangelho e ter vivido a perseverança, a compaixão, a fortaleza, o perdão e a misericórdia. Agradeço às Irmãs Filhas da Ressurreição que, com sua presença ativa no Santuário, foram exemplo vivo da fé e do amor para todos.

Festejando, em 2021, 30 anos de existência, podemos dizer
“Somos um laboratório para a alegria, uma escola do sorriso, um ateliê para a esperança, uma fábrica para o abraço e para a dança”.

Por tudo e para sempre Deus seja louvado.

Mercedes F. I. de Valpassos

Figura 4

A Prof^a Mercedes com seu entusiasmo, contagiando a todos



Fonte: Álbum do Ballet Brasil

A vontade de unir “fé e arte” foi um diferencial para o Ballet Brasil! Uniu a professora e coreógrafa Mercedes Ferrero Valpassos, voluntária, numa parceria com o Exército, através da Capelania Militar do CML, na pessoa do então Capelão Chefe, Padre Lindenberg Freitas Muniz, num objetivo comum. Inicialmente, no salão da Igreja e, posteriormente, no salão ao lado do *Santuário*, onde funciona até hoje. No cenário magnífico da Ilha do Bom Jesus, com sua história grandiosa, que vale muito ser conhecida, o *Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus* nasce dessa forma, forte, apesar das muitas dificuldades enfrentadas ao longo da sua história, que continuamos contando aqui.

A PRIMEIRA ALUNA – ERA UMA VEZ, UMA MENINA QUE SONHAVA SER BAILARINA

Olá, meu nome é Suellen Mafra, moradora da Ilha do Bom Jesus, desde que nasci até os meus 16 anos. Sempre fui uma criança cheia de energia, alegre e, como toda criança, tinha um grande sonho, que era estudar balé. Todas as vezes que passava em frente a uma escola dessa arte, no bairro vizinho, eu pedia para minha mãe me matricular nela. Porém, era algo muito fora da nossa realidade financeira. Minha mãe, para não me deixar triste, sempre dizia *“Sim filha, a mamãe, quando puder, vai te inscrever”*. Como aquelas palavras me alegravam, já conseguia, até mesmo, me imaginar naquelas aulas.

Em um dia ensolarado, estava andando de bicicleta pela IBJ, quando parou um carro ao meu lado e alguém me perguntou *“Você sabe onde mora o Padre Lindenberg?”* Prontamente, respondi que *“Sim! Siga-me que te levo até lá”*. Mal sabia eu que aquele encontro tinha sido providenciado por Deus para meu grande sonho tornar-se uma realidade.

Quando cheguei à casa do Padre, e já estava me despedindo, quando a “Tia” Mercedes, a pessoa naquele carro, assim falou *“Vamos ter aula de balé no salão da igreja, você quer participar? Teremos uma reunião hoje, chame sua mãe para tomar parte”*. O meu coração quase explodiu, de tanta alegria, montei na minha bicicleta e acho que cheguei a atingir 100 km por hora, num turbilhão de pensamentos e sentimentos, pois não conseguia me conter de tanta felicidade. Cheguei em casa e fui correndo dar a notícia para a minha mãe. Em seguida me arrumei e fui para a reunião. Esse dia foi inesquecível na minha vida. Foi aí que teve início a realização do maior sonho da minha vida, aprender balé.

Fui a primeira aluna do Ballet Brasil. Comecei a aprender os primeiros passos e, o melhor de tudo, é que não eram apenas simples

aulas de uma dança. Aprendemos mais, sobre o amor de Cristo, o amor ao próximo, a perseverança, a fé, a disciplina, o companheirismo e a amizade. Acabada cada aula, cantávamos uma linda canção, juntos, de mãos dadas! Que coisa maravilhosa, era muito mais do que eu havia imaginado. Também aprendi que a frase “*Não consigo!*” não existe no dicionário de uma bailarina. Aliás, essa frase eu levo até hoje na minha vida: por mais que pareça difícil, você vai conseguir, com perseverança e fé.

Ganhei, então uma nova família, a Família Ballet Brasil. No ano seguinte, fui aprovada para a Escola de Ballet do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Podem imaginar uma menina radiante? Era tanta alegria que não cabia dentro de mim. Continuei participando do Ballet Brasil, os anos se passaram e cheguei a cursar faculdade de dança. Tive o privilégio de ministrar aulas no Projeto. De aluna a professora, que coisa maravilhosa! Todos os que tiveram a oportunidade de participar desse projeto tão lindo, com certeza, tiveram suas vidas transformadas de alguma forma. Foram os anos mais que especiais em minha vida.

Figura 5
Profª Wanda em atividade da Catequese



Fonte: Álbum do Ballet Brasil

Enfim, sou grata a Deus pela vida da “Tia” Mercedes, que durante todos esses anos nunca desistiu, mesmo em meio a tantas dificuldades. Seguiu sempre firme no propósito de ensinar a arte da dança para aqueles que jamais imaginaram um dia ter essa oportunidade. Viver a dança e, até mesmo, viver da dança. Ballet Brasil, um Projeto lindo, que mudou e continua mudando tantas vidas, um exemplo de amor, fé e perseverança.

O ENCONTRO COM A AMIGA CATEQUISTA!

Eu, Wanda Valverde Coco, casada, mãe de dois filhos, professora de formação e catequista por opção, conheci Mercedes Valpassos por volta de 1985 e nossa relação era apenas a de esposas de executivos e empresários que se falavam em intermináveis almoços de negócios. Apesar disso, a nossa empatia foi muito grande e eu admirava a coragem da jovem argentina que havia deixado o próprio país e a família, para se casar com um brasileiro e vir morar no Brasil.

O tempo foi passando e nossa amizade foi aumentando. Então, quando eu voltei de São Paulo, em 1995 (meu marido havia sido transferido para a capital bandeirante a trabalho), eu a encontrei, por acaso, em um curso para formação de catequistas, na Igreja N Srª de Copacabana. A Irmã palestrante ensinava que, para a catequese funcionar bem, deveríamos dividir a classe por faixas etárias e conduzir os temas das aulas de acordo com a capacidade de cada idade. Neste momento, Mercedes se levantou e disse, com forte sotaque portenho, *“Como fazer isso, se sou apenas eu onde dou as aulas de catequese?”* A Irmã lhe respondeu *“Reze!”*

Eu a reconheci imediatamente e, provavelmente por inspiração do Espírito Santo, fui até ela e me ofereci para ajudar.

Na semana seguinte, ela veio me buscar para que eu conhecesse o local. No caminho, foi me repassando as informações sobre o que já havia feito e o que pensava em fazer. Sempre muito animada e tentando me preparar para o que eu ia encontrar.

Depois de um trajeto de uns 40 min pelo Aterro e Linha Vermelha, chegamos a um local que parecia cenário de um filme antigo. Uma ilha com uma vila militar, pequenas casas e, no alto de uma colina, uma igreja construída em 1773, cercada de árvores centenárias e de frente para a baía de Guanabara. Um lugar lindo, abençoado, cheio de história e precisando de muitos cuidados. Desde aquele momento, meu coração já sabia que aquela seria a missão da minha vida.

Passei a me dedicar à catequese no Ballet Brasil e Deus, em sua infinita misericórdia, enviou várias outras catequistas para me ajudar: Luciana Nascimento, Maria da Paz e Ana Paula entre outras. Sem elas o trabalho teria sido muito mais difícil.

Dentre as atividades mais relevantes, temos a Primeira Comunhão e Crisma das alunas do Ballet, cerimônias de Coroação de Nossa Senhora, Pentecostes e Natal. Tivemos um Círio de Nazareth, na ilha, quando nosso querido Don Orani Tempesta o trouxe ao Rio de Janeiro.

Figura 6

Dom Orani Tempesta trazendo o Círio de Nazareth à Ilha do Bom Jesus



Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

O número de crianças e adolescentes procurando o Ballet foi aumentando a cada ano. Contudo, como fazer para manter um projeto tão bonito sem recursos? Foi quando começamos a organizar almoços beneficentes na Escola Ten Antônio João, cedida pelas Diretoras Patrícia Leite e Isarman Lopes. Estes almoços, feitos com todo amor pelas mães e vendidos a preços acessíveis para os familiares das crianças, ajudaram a manter as despesas de uniformes, material escolar e figurinos de apresentação por um bom tempo.

Em 2009, junta-se ao nosso time de voluntárias a professora e pedagoga Maria Cristina Bergo, fazendo reforço escolar com as alunas. Com muito empenho, passou a organizar chás e eventos beneficentes, o que facilitou ainda mais o trabalho com as alunas.

Durante estes quase trinta anos, atendemos a mais de 2.500 crianças e adolescentes, além de um número incontável de mães e responsáveis.

Também, vale lembrar, destaca-se a participação do Exército Brasileiro, que por intermédio de várias Unidades, nos apoia com o local para as aulas, transporte e a segurança necessária para o desenvolvimento do projeto.

Hoje em dia, por motivos pessoais, estou impedida de participar mais ativamente no Projeto, mas, continuo presente em pensamento e oração. E realizo todas as atividades referentes ao Ballet, que podem ser executadas de longe, como por exemplo, a contabilidade, entre outras. O Santuário do Bom Jesus da Coluna e o Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus são parte integrante da minha vida. Um sonho que ainda está sendo vivido e será continuado pelas novas gerações.

Wanda Valverde Coco

O SONHO DA PROFESSORA!

Sou Maria Cristina Luvizotto Bergo, professora e pedagoga por formação. Pertencço à “turma” de 1957, como o Padre Lindenberg.

Nasci em Curitiba, Paraná, e como eu me casei com um militar, mudei da minha cidade, morando em outras. O Rio de Janeiro é uma delas. Apesar de estar organizando e escrevendo este texto, sigo a forma escolhida para contar um pouco da história do Ballet Brasil, através dos depoimentos. E assim escrevo o meu, a seguir.

No ano de 2006, meu marido era o Comandante de Apoio Regional da 1ª Região Militar. Um belo dia, recebeu incumbência específica e muito peculiar, supervisionar a afixação, no Santuário Bom Jesus da Coluna, em reformas, na época, de uma placa alusiva. Como grande militar que é, desempenhou a tarefa com o máximo esmero, como sempre fez e faz. Tal placa consistia em dizeres sobre a fundação da Congregação do Imaculado Coração de Maria (ICM) e era desejo das Irmãs uma visita ao local, por elas considerado sagrado. E, assim, começaram as tratativas entre ele e a Congregação do ICM.

Em meados daquele mesmo ano, Marcio, meu marido, me pediu para ir até o local, acompanhado de sua excelente assistente na época, a Tenente Rejane Cembranelli, que viria a se constituir numa grande amiga, para receber a comitiva das Irmãs, que chegaria do Rio Grande do Sul, para visitar o Santuário. E, assim, aconteceu a primeira vez que cheguei na Ilha do Bom Jesus.

Eram muitas as Irmãs do ICM. Desceram de um ônibus enorme, destes de viagem, na entrada da Ilha, pois um veículo daquelas dimensões não conseguiria subir a colina. Na medida em que elas iam desembarcando, se ajoelhavam e beijavam o chão, num ato simbólico, de profundo respeito e alegria, por estarem naquele lugar sagrado, onde Madre Bárbara Maix fundou a sua Congregação. Eu e a querida amiga Tenente Cembranelli acompanhamos a cena, com profunda admiração.

Sabíamos que a igreja ficava no alto da Ilha e fomos subindo, a pé. Todas nós encantadas com a beleza do lugar. Chegando perto da Igreja, uma grande surpresa: um “comitê de recepção” muito

especial nos aguardava. Um grupo de crianças e adolescentes nos dava boas-vindas. Era o Ballet Brasil! E foi assim que eu o conheci!

O Padre Lindenberg estava lá e o reconheci, pois eu também frequentava a Igreja da Urca, onde ele rezava. Até então, não sabia que ele conduzia um projeto assim. Ele nos apresentou a Ilha, a Igreja, a história da Madre Bárbara Maix e o Ballet Brasil. Também nos apresentou as mães voluntárias ali presentes e conheci a querida e preciosa Luciana Nascimento Pereira, amigas para sempre.

As professoras Mercedes e Wanda não puderam comparecer. Aquele foi um dia muito especial na minha vida, porque sempre tive a vontade de continuar trabalhando, mesmo depois de aposentada, num lugar onde tivessem crianças. Eu o encontrei, seria o Ballet Brasil. Eu nem sabia ainda como e nem se seria aceita, mas eu tinha a certeza de que retornaria ali, naquele local encantado, com este propósito. Deixei meu telefone com a, já amiga, Luciana.

Tempos depois, um telefonema da professora Mercedes nos fez descobrir que morávamos tão próximas, na Urca. Também conheci a professora Wanda. Parecia que nós nos conhecíamos há muitos anos. Começou aí uma grande amizade entre nós, destas que são para sempre. Elas me abriram as portas do Ballet Brasil. Não sabíamos ainda como funcionaria, mas tínhamos a certeza de que a arte, a religião e o reforço escolar unidos são pilares sólidos para ajudar na formação de uma criança. E assim, uma nova fase começou!

A tão aguardada reforma da Igreja acabou e chegou o grande dia da reinauguração, com uma missa e uma grande festa. A placa estava lá, afixada numa parede no interior da igreja. Desde esta data, ao olhar para ela, me emociono, tão grande o significado para minha vida. Foi através dela que cheguei ao Ballet Brasil, que tanto amo.

O desejo de realizar um bom trabalho era enorme, assim como o tamanho das dificuldades. Fui buscar inspiração nos ensinamentos e na vida de Madre Bárbara Maix, na ilha do Bom Jesus e em outros educadores. O grande Rubem Alves sempre me iluminou! Reli seu

livro “*A Escola com que Sempre Sonhei sem Imaginar que Pudesse Existir*,” que muito me influenciou e inspirou. Nele descreve “*A Escola da Ponte*”, uma instituição pública de ensino, localizada em Santo Tirso, no distrito do Porto, em Portugal, onde se pratica uma educação integral. Foi um alento para seguir em frente e estímulo para desenvolver um projeto de reforço escolar, dentro do Ballet Brasil!

Este trabalho, tão sonhado, começou efetivamente no ano de 2009, porque até 2008 eu ainda trabalhava numa escola, no centro do Rio de Janeiro. Porém, meu contato com o Ballet Brasil, que se iniciou em 2006, já era feito de outras formas.

No salão, ao lado do Santuário, aconteciam as aulas de balé e, na Sacristia, as aulas de catequese e reforço escolar, num sistema de revezamento.

Desenvolver a união e a cooperação entre todos os integrantes sempre foi estimulado. Desta forma, os alunos que sabem mais, por serem mais velhos ou por outro motivo, sempre ajudam aos demais.

No ano de 2010, as casas próximas do Santuário foram desativadas, por estarem sem condições de uso, o destino era a demolição. Existia, contudo, uma casa que mantinha um melhor estado de conservação, assim nos disse o prefeito da época, Major André Luiz, que nos incentivou pedi-la para nosso uso. Era o “Próprio Nacional Residencial” (PNR) número 43, situado na Praça Marechal Mascarenhas de Moraes, que ficou conhecido como a *Casa do Ballet*. Ela foi nos oferecido pelo General Catão, então Comandante do CML. O Comandante da 1ª Região Militar, General Armando, apoiou a iniciativa. Esta casa, que iria abaixo, foi preservada para nosso uso. O imóvel foi todo reformado, num grande mutirão, pelos integrantes do Ballet. Agradecemos muito aos militares envolvidos. Esta casa nos deu maior privacidade, montamos uma biblioteca, uma brinquedoteca e uma sala para as aulas. E também não poderia faltar uma cozinha, onde delícias eram preparadas. Todos se sentiam muito acolhidos nesta casa.

Figura 7
Casa do Ballet Brasil



Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

Infelizmente, ela sofreu sérias avarias, com as chuvas do início de 2020, impossibilitando seu uso. O Padre Lindenberg nos socorreu e permitiu o uso das dependências do Santuário, para as aulas.

Nossos alunos, de idades variadas, estudam pela manhã, em escolas diversas. Muitos vêm para o Projeto, que funciona no turno da tarde, direto da escola. E só retornam para casa em torno de 18:00 horas. Deste modo, realizar as tarefas da escola, no Ballet, sempre foi estimulado. Nossos alunos encontram ambiente para estudar, pesquisar, perguntar e saber mais e mais. Também recebem lanche e, algumas vezes, até almoços, conforme a situação.

Figura 8
Atividades de Reforço Escolar



Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

Nestes anos tivemos a cooperação de amigas que ajudaram presencialmente no Reforço Escolar e que aqui lembro carinhosamente, como uma forma de agradecimento. São elas: Maria Cristina Siqueira, Cleuza de Silva, Janaína Santos, Ângela Roberta Gonçalves Thomaz e as estagiárias do Centro Tecnológico GE, ali sediado, vizinho.

Uma grande dificuldade encontrada foi a idade variada dos alunos e, consequentemente, séries escolares diversas. Tornar este fato um aliado foi sempre um grande desafio. Trazer ou buscar temas de interesse no próprio grupo estimulou muito a leitura, a escrita e a interpretação.

Nos últimos anos, as coreografias do final de ano foram musicais baseados em livros famosos. Foi muito gratificante trabalhar estes livros, em todos os sentidos. Eles ampliaram o reforço escolar, para muito mais além.

“Os Saltimbancos”, “O Pequeno Príncipe” e “O Mágico de Oz” foram lidos e interpretados numa total integração, tornando as coreografias apresentadas muito mais esclarecidas. O rosto e o corpo da bailarina ou do bailarino expressam seus sentimentos. Isto só se torna possível se ela ou ele conhecerem, a fundo, a história e as músicas da obra que estão interpretando.

As coreografias são a alma do Ballet Brasil! Nossos alunos aguardam por elas ansiosamente. Então, trabalhar os temas delas, em todos os sentidos, amplia o conhecimento, com muito mais alegria.

Todas as peças artísticas encenadas servem de base para atividades no reforço escolar. Um completa o outro ou vice-versa. As atividades da Catequese também, como os Autos de Natal e as festas religiosas, durante o ano. Sempre se procura integrar todas as atividades exercidas no Ballet Brasil, como um todo.

Como diz Rubem Alves: “A *totalidade vem primeiro e é só em relação a ela que as partes têm sentido. Assim é o corpo: uma entidade musical. Nenhuma de suas partes tem sentido em si mesma. É a melodia central do corpo que faz as partes dançarem*”. Encontro, neste pensamento, um modo de explicar que assim funciona o Ballet Brasil.

No ano de 2010, pensei procurar a renomada Fundação Osório, com o propósito de fazer uma parceria, encaminhando nossas alunas para estudar lá. Levei a proposta para a professora Mercedes e a professora Wanda, que acataram a ideia. O que, inicialmente, nos pareceu um sonho, foi alcançado. Graças ao General Mei, diretor da Fundação na época, as portas se abriram. Começamos com três alunas. Elas enfrentaram muitas dificuldades e com muito esforço

foram superando. Desta forma demonstraram que seria possível. Uma aluna, deste primeiro grupo, Beatriz Cardoso, já se formou no ensino Médio e ingressou na UFRJ. O depoimento dela se encontra logo mais. Outras alunas ingressaram e o que mais nos orgulha é recebermos elogios de que as alunas do Projeto são esforçadas e possuem comportamento exemplar.

Quando o General Mei passou o cargo para o Coronel Salgueiro, a parceria continuou. Os Comandantes da Primeira Região Militar também apoiaram esta iniciativa. Eu e todo o Ballet Brasil somos profundamente gratos a todos os militares envolvidos.

A vida pessoal foi seguindo harmoniosamente junto com o trabalho no Projeto. Minha filha se formou, passou num sonhado concurso, casou-se, e me presenteou com um neto. Apesar de ser pequeno, ficou encantado ao assistir o seu primeiro “Auto de Natal” do Ballet Brasil. Uma neta está para chegar. Espero que ela também possa ter esta alegria.

Hoje, admiro minha filha, tão preocupada em preservar a infância e podendo desenvolver tão bons trabalhos, a este respeito, no Ministério Público. Penso que um exemplo de projeto, como o Ballet Brasil, despertou nela e em muitos mais, a necessidade que todos temos de cuidar amorosamente das nossas crianças, sob todos os aspectos. Somente assim formaremos uma grande Nação!

Do meu marido sempre tive apoio incondicional! De um modo ou de outro participa das atividades e abre muitas portas do Exército, ajudando e divulgando o projeto. Sou-lhe profundamente grata!

Realizar este trabalho, assim como reviver todas as emoções, contando esta história, é ter todos os motivos para louvar e agradecer a Deus, por tudo!

Figura 9
Profª Cristina, em atividade cultural



Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

FUNCIONAMENTO

As aulas de balé clássico e folclórico, catequese e reforço escolar ocorrem todas as tardes, no contra turno escolar. Todas as crianças, a partir de 6 anos, são bem vindas. Adolescentes também. As turmas são divididas por idade e técnica no balé, que é a alma do projeto. O grupo de professores que trabalha atualmente é composto por Mercedes Ferrero Valpassos, Wanda Coco, Luciana Nascimento Pereira, Luana Santos, Maria Cristina LuvizottoBergo, Elaine de Oliveira e Luan Limoeiro.

Figura 10
Profª Elaine, Prof Luan e Profª Luana



Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

A professora Mercedes nunca se auto denominou “presidente”, “diretora”, ou algo similar. Por este motivo, o Ballet em nenhum momento teve uma “Diretoria” ou uma “Chefia”. Ela acolheu e segue acolhendo os voluntários e voluntárias que vão se tornando responsáveis, de coração, e não por imposição de um cargo.

Pais e mães que, espontaneamente, trazem seus filhos e, também, os filhos de outros que não podem vir, foram chegando ao longo destes anos todos. Muitos passaram por lá e deixaram sua contribuição. Não é possível nominá-los todos, mas são inesquecíveis.

Gratidão eterna para essas pessoas. Foram se alternando, na medida que os alunos também se alternavam, pelo passar do tempo. E, assim, o projeto sempre contou e conta com a ajuda destes abnegados pais e mães que passam tardes ajudando fazer o lanche e em tarefas variadas. Cuidam da horta, participam dos mutirões, sobem a ladeira trazendo os alunos e os levam de volta para casa! Ajudam nos figurinos e nas apresentações, de todas as maneiras, inclusive até se apresentando.

Figura 11
Em destaque, Marilda, mãe da aluna Luana Souza,
representando Luiz Gonzaga



Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

É um sonho poder ter algumas atividades a mais, um dia, para atender também a este grupo adulto. Infelizmente, não é fácil, por falta de profissionais voluntários.

Tivemos, ao longo deste tempo, lições de culinária e crochê, além de momentos de conversas em torno da palavra de Cristo.

Também tivemos aulas de música, com a Irmã Julia e a professora Telma. Ainda, psicólogas como a Doutora Dina Frutuoso e a Doutora Tania Cristina Brum Caraciki.

O Ballet é uma grande família! Todos os cuidados e carinhos possíveis existem dentro desta, exatamente como acreditamos, que devem existir em todas elas.

Figura 12
Um trabalho feito com amor e alegria



Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

OUTRAS PALAVRAS – MÃES, PROFESSORES E ALUNOS

Sou Luciana Nascimento Pereira. Jamais esquecerei o dia em que cheguei ao Ballet Brasil. Era aniversário da professora Mercedes e haviam organizado uma festa. Era 31 de agosto de 1995. Entrar neste Projeto me trouxe de volta para a vida. Eu tinha acabado de me mudar, com meu esposo e cinco filhos, para a Vila Residencial, perto

da ilha. Estava me sentindo muito sozinha, num quadro depressivo enorme e encontrei carinho, apoio, uma verdadeira família no Ballet Brasil. Contava as horas para chegar a próxima aula, reunir as mães, limpar o salão para as aulas, preparar o lanche. Logo chegou a professora Wanda, com a Catequese e me transformou em uma Catequista, função esta que ainda exerço, com muito amor. Hoje, acompanho meus netos. Sou a “Tia” Luciana da Catequese, que dá conselhos, carinho, apoio, e que, acima de tudo, ama este projeto e cada um que por lá passou. Fazemos trocas incríveis de oração e vida. Quando chega o final do ano, época das coreografias, ajudo a buscar e confeccionar os figurinos. Muitas vezes, conseguimos transformar os figurinos já usados, que estão guardados lá no depósito da Transanta Rita, gentilmente emprestado pela Professora Wanda e seu esposo Paulo. Tudo é muito bem aproveitado. Reunimos tudo, costuramos e reformamos, fazendo o que “figurinistas” fazem. E quando assistimos às lindas apresentações, com tudo pronto, fico feliz, assim como todos. O Ballet vai muito além de uma escola de dança sem fins lucrativos. Lá somos uma grande família. Sou grata a Deus pela oportunidade que me concedeu, da maravilha de fazer parte desta família.

Sou Luan Limoeiro. Escrevo com o coração farto de gratidão por fazer parte deste Projeto que mudou minha vida. O Ballet Brasil é um projeto que cumpre um papel social muito importante, que vai além de educar artisticamente jovens moradores das comunidades que avizinham a ilha do fundão. Dentro dele vigora um verdadeiro espírito de comunidade e fraternidade, onde todos (professores, mães e pais, alunos e ex-alunos, apoiadores) colaboram para a continuação deste espaço coletivo. Todos exercem múltiplas tarefas, que são imprescindíveis na construção desse projeto de vida em comunidade. Atuam na limpeza dos ambientes, na produção de lanches,

no transporte das crianças, na confecção de figurinos, nos serviços de camarim por ocasião dos espetáculos ou, até mesmo, no fortalecimento das práticas educativas junto aos professores, nos aconselhamentos em casos que extravasam as práticas da sala de aula, nas soluções de conflitos interpessoais e familiares. Vejo o Ballet Brasil como a realização do Evangelho, já que nos oferece a oportunidade de cuidar de alguém e de nos deixar ser cuidado por nossos irmãos de jornada. Como professor, sinto que há uma grande quebra de paradigma, uma vez que, começo a me sentir pertencente a esta comunidade, exercendo um papel que é respeitado e apreciado, que gera transformações e que me permite também ser transformado na medida em que estamos sempre em troca, em diálogo e não na posição de alguém que conhece mais e que meramente transmite a quem conhece menos... ali, todos temos o que ensinar e o que aprender.

Figura 13
Profª Luana e Prof Luan em momento de apresentação



Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

Sou Joana Angélica Pereira. Em 1996 matriculei minha filha, Ray-n'hala, no tão sonhado Ballet Brasil. Qual a mãe que não sonha um dia ter uma filha bailarina? Em pisar um dia no palco do Teatro Municipal? Eu, na época, trabalhava fora e quem conduzia a minha filha para o Ballet era a minha tia, madrinha da Ray, D Madalena. Lembro que, quando surgia alguma queixa da minha filha na escola, a primeira coisa que eu lhe falava era que se obtivesse nota baixa nos estudos, eu a iria tirar do Ballet. E acompanhar estas aulas era o que ela mais amava fazer, mesmo tendo que subir aquela famosa ladeira para chegar no Santuário do Bom Jesus da Coluna, onde se situa o salão, existente até hoje, no qual aconteciam e ainda acontecem as aulas. Assim, eu também me tornei mãe voluntária. Meu bolo de chocolate, feito com tanto carinho, alegrava a todos! É um projeto social muito importante na vida das crianças, adolescentes e jovens. Eles passam a ter responsabilidade, disciplina, organização e, o principal, amor e respeito ao próximo. Mercedes, com seu jeito argentino, ensina às mães como lidar e cuidar dos nossos filhos. Vejo que o Projeto proporcionou a realização profissional de muitos jovens, fez sair, de dentro de cada criança, um brilho no olhar de um futuro melhor e promissor. Crianças que viviam à margem, por morarem em comunidades precárias, com violência, viam na subida daquela ladeira íngreme, a realização de um sonho. Era lindo, fascinante, alegre, cansativo, mas compensador, tomar parte em cada festival ou apresentação, além de viagens, almoços beneficentes em prol arrecadar fundos para fazer as roupas para os festivais, conseguir ônibus, o que não era fácil, mas fazíamos tudo para ver a alegria deles. Dali saíram muitos talentos, talentos estes que, nem eles, nem seus pais, sabiam que existiam dentro deles. Daí vem o meu amor por este projeto que, sem distinção de pessoas, mostra para cada brilho de olhar que você é capaz e pode ir além na sua capacidade de querer vencer. Mercedes Irma Ferrero não guardou seu talento na gaveta, sob sete chaves, lá na sua amada terrinha Argentina! Ela o trouxe para Ilha do

Bom Jesus e fez cada criança acreditar que é possível transformar sua vida em algo melhor. Muitas vezes, nosso talento está dentro de nós e não sabemos ou não temos a oportunidade de o mostrar, tudo vem do abrir de portas e de se ter chances. E como ninguém constrói uma obra, concretiza uma ideia ou faz acontecer algo sozinho, Mercedes conta com as amigas e parceiras que abraçaram esta causa junto com ela, com todo carinho. Lembrando aqui a “Tia” Wanda Coco, a “Tia” Wandinha, a Psicóloga Tânia, depois seguidas por mais pessoas e as mães voluntárias, que foram se aproximando e, desde o início até hoje, estão lá se dedicando, também descobrindo seus talentos. São habilidades não só de serem mães, mas também de costureiras, bordadeiras, maquiadoras, cabeleireiras e cozinheiras. Deste projeto saíram vários talentos como Wellington Gomes, hoje bailarino oficial do Teatro Municipal, Helenilson e sua irmã, que moram fora do País. Também muitos outros, que entraram como alunos e hoje são professores do projeto, Luana, Diego e Elaine. Mesmo aqueles que viram que seu caminho profissional não era a dança, ficaram marcados para sempre pelos valores éticos ali cultivados. Seguiram diferentes caminhos profissionais, mas estão bem encaminhados na vida. Agradeço muito a Deus primeiramente, depois a este belíssimo Projeto, por ter me proporcionado, durante muitos anos, viver esta experiência de, com pouco, podermos fazer um mundo melhor. Não são necessários milhões, precisa, sim, abraçar a causa e fazer a coisa acontecer. Não guardar aquilo que você tem de melhor, se você tem é porque alguém um dia acreditou em você, te deu a mão e o fez caminhar adiante. Assim fez e faz a equipe do Projeto Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus.

Meu nome é Josy Oliveira e o de minha filha, Raissa. Entrei no Ballet Brasil na qualidade de mãe voluntária e a minha filha como aluna. É maravilhoso fazer parte desta família, é um aprendizado

para nossos filhos. A Raissa ama seguir as aulas e eu me sinto muito satisfeita em poder ajudar o Projeto como mãe voluntária, cuidando das crianças com o maior carinho.

Eu me chamo Risonete, sou mãe da bailarina Beatriz Jales. Conheci o Ballet Brasil através de outra mãe, em fevereiro de 2018. O Projeto significa para nós mais qualidade de vida, expressão corporal, oportunidade de conhecer outras culturas. Beatriz sente prazer de levar o balé e a graciosidade para outras pessoas apreciarem essa modalidade incrível. E conhecimento. Só tenho a agradecer! Primeiramente a Deus e a toda a equipe que participa desse projeto, pois sem essa oportunidade a minha filha nunca teria como conhecer essa arte maravilhosa. Eu e Beatriz somos muito gratas a todos vocês.

Sou Maria Santos, mãe da professora Luana. Ela começou no projeto, aos 11 anos de idade, e avó da aluna Helena. É com muito orgulho que falo do Ballet Brasil da Ilha do Jesus! Em 2002, comecei a frequentar, ajudando voluntariamente a este lindo projeto. Deus nos deu a graça de chegar neste lugar abençoado, que nos encanta. Tenho enorme privilégio de falar de uma pessoa tão especial, Mercedes, um presente de Deus. Chegou na Ilha do Bom Jesus há muitos anos atrás e continua perseverando até hoje. Além das aulas de balé, há sessões de catequese, ministradas por Luciana e Wanda, além do reforço escolar, ministrado pela Cristina. São pessoas maravilhosas, que chegaram para acrescentar no Projeto. Professora Luana, minha filha, formada em dança, filha maravilhosa, prestativa, ensinando tudo que aprendeu. Ela e os outros professores juntos dão continuidade ao projeto. Com muito trabalho, perseverança e disciplina, aprendi que é em equipe que os grandes resultados acontecem. Aprendi muito, fiz muitas amizades, tenho lembranças de momen-

tos inesquecíveis. Sou grata por tudo! Obrigada Mercedes, Cristina, Wanda, Padre Lindenberg, por nos apoiar incansavelmente. E como diz a letra de Gonzaguinha, na nossa música tema:

“Eu fico com a pureza da resposta das crianças”!

“Viver e não ter a vergonha de ser feliz”!

“Darão fruto em toda atividade boa e crescerão no conhecimento de Deus, fortalecidos em todos os sentidos, pelo poder de sua glória.”

Carta aos Colossenses – Capítulo 1

Durante estes quase trinta anos, mais de 2.500 crianças e adolescentes foram atendidos pelo projeto. Contam-se, adicionalmente, mães, pais, irmãos, outros familiares e responsáveis a quem o projeto sempre procurou assistir das mais variadas maneiras, dependendo das necessidades que se apresentam.

Figura 14
Alunas em atividade



Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

Incentivamos a cultura, o estudo, a pesquisa, a amizade, os valores cristãos e tudo que possa favorecer o bom desenvolvimento humano como um todo.

A seguir, alguns espetáculos realizados e seus locais de apresentação, no período em que o Ballet começa a transição para uma conotação maior, como Projeto Social, facilitando assim a organização destas apresentações. No período anterior a este foram feitas também apresentações, porém, num âmbito interno, no próprio local do Projeto. São eles:

O Pequeno Príncipe, 2004 – Centro Coreográfico do Rio de Janeiro.

Gala Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus – 2005 – Paisagens da Rússia/Fiandeiras/

Tributo a Chucaro/Transformação – Centro Coreográfico do Rio de Janeiro.

O Quebra Nozes 1º ato, 2006 – Centro Coreográfico do Rio de Janeiro.

O Quebra Nozes 1º e 2º atos, 2007 – Centro Coreográfico do Rio de Janeiro.

Ele Por Nós/La Esmeralda, 2008 – Centro Coreográfico do Rio de Janeiro.

Gala Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus, 2009 - Estudante/As Flores/Brasileirinho. Centro Coreográfico do Rio de Janeiro.

Gala Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus, 2010 – O Jardim/Cocada/Paisagens da Espanha/Tarantela – Centro Coreográfico do Rio de Janeiro.

Gala Ballet Brasil Da Ilha do Bom Jesus, 2011 – O Circo – Centro Coreográfico do Rio de Janeiro

Gala Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus, 2012 – Centro Coreográfico do Rio de Janeiro.

O Pequeno Príncipe, 2013 – Centro Coreográfico do Rio de Janeiro.

Os Saltimbancos, 2014/2015 – Centro Coreográfico do Rio de Janeiro e Teatro Vannucci.

O Mágico de Oz, 2016 – Centro Coreográfico do Rio de Janeiro e Teatro Vannucci.

O Pequeno Príncipe, 2017 – Centro Coreográfico do Rio de Janeiro e Teatro Vannucci.

Viagem ao tempo da Vovó, 2018/2019 – Centro Coreográfico do Rio de Janeiro e Teatro Vannucci.

Esta lista é uma amostra, não se incluindo, nela, apresentações diversas, em celebrações como os Autos de Natal no Quartel-General do CML, e convites recebidos para locais específicos durante eventos.

Figuras 15 e 16
Espetáculos e Solenidades





Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

APOIO PARA O PROJETO

Inicialmente, contava-se somente com os aportes financeiros da professora Mercedes, familiares e amigos. Na medida que os alunos e as necessidades foram aumentando, era preciso pensar numa forma de angariar doações. Lanches, uniformes, meias, sapatilhas, entre outros, além dos figurinos para as coreografias, implicam em despesas altas.

A Professora Wanda trouxe a ideia de realizar almoços comunitários. As dependências da Escola Municipal Antonio João, próxima da ilha, foram gentilmente cedidas, sempre que necessário. A diretora desta escola, professora Patrícia Leite, e todo o corpo discente sempre abriram as portas para o Projeto.

Das Irmãs do Imaculado Coração de Maria chegaram várias doações, tanto em dinheiro quanto em material escolar, livros e todo tipo de apoio.

A "Obra dos Filhos da Ressurreição" (OFR), sempre presente em tantas parcerias, ofereceu apoio incondicional e teve crescimento conjunto durante todos estes anos.

Durante o primeiro governo César Maia, a Prefeitura contribuiu com algum dinheiro, durante quatro anos. O então Secretário de Cultura, Ricardo Macieira, avaliou e beneficiou o projeto. Foi neste período que se fez possível financiar a faculdade de dança para alguns alunos. Ainda, remunerar renomados professores para aulas de balé, entre eles, a Professora e Coreógrafa Wanda Garcia, que montou "*Quebra Nozes*". Finalmente, comprar figurinos, linóleo (tapete específico para as danças) e materiais diversos que fizeram o projeto crescer.

A empresa Transanta Rita Transportes Eireli ajudou e segue cooperando, gentilmente, cedendo um enorme espaço em seus depósitos, destinado a guardar todos estes figurinos, o linóleo e outros materiais diversos.

A diretora do Centro Coreográfico do Rio de Janeiro, Regina Miranda, abriu as portas para aulas e apresentações. O Ballet Brasil era residente e as aulas e os ensaios aconteciam aos domingos, no período de 10:00 até 16:00 horas. Esta rotina se encerrou no ano de 2006. De lá para cá, fazemos apenas ensaios e apresentações de final do ano naquele espaço cultural.

Após os jogos Pan-americanos, em 2007, o apoio financeiro da Prefeitura se encerrou. Então, outras ideias surgiram como "*Chás Benéficientes*" e "*Ações entre Amigos*". Foram vários.

A Escola Superior de Guerra (ESG) patrocinou a confecção de nossos "Panfletos", folhetos de divulgação, de cartazes informativos de apresentações e de convites para os eventos.

O departamento de Comunicação Social da UFRJ, através da professora Fátima e seus alunos, colaborou para a elaboração do último panfleto.

A partir deste momento, o Ballet passou a ser designado “*Projeto Social Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus*”, para um melhor entendimento na sua divulgação. Era necessário torná-lo mais conhecido.

O Exército Brasileiro, principalmente por intermédio do Comando da 1ª Região Militar, oferece o local e o transporte para os deslocamentos necessários. O 21º GAC cede, todos os anos, o lindo e aprazível recanto dos Fortes Rio Branco e Imbuhy para o já tradicional “*dia na praia*”. O Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana, por si e pelas suas unidades vinculadas, nos apoia nos eventos sociais.

Na difícil época da Pandemia, recebemos ajuda do “*Mesa Brasil*”, uma parceria do SESC com o CML. O Coronel Leão intermedia a distribuição de muitas cestas de alimentos, que são ofertadas e distribuídas no Santuário.

Recorremos à Fundação Habitacional do Exército/Associação de Poupança e Empréstimo (FHE/POUPEX), que muito tem nos prestigiado durante os últimos anos. Com seu apoio, conseguimos realizar nosso mais ousado empreendimento, alugar o teatro Vannucci, no Shopping da Gávea, para as apresentações de final de ano. Já são cinco anos de apresentações de sucesso. A renda da bilheteria tem permitido ajudar manter o Projeto.

A doutora Regina Feldhaus, dentista, nos visita todos os anos, para prevenção e aplicação de flúor dental. Também já atendeu alunos, de emergência, em seu consultório.

O Centro Tecnológico da GE e o Centro Tecnológico da L’Oreal são vizinhos do Ballet Brasil, na Ilha. Alguns trabalhadores destes locais atuam como voluntários ou em ações patrocinadas por estas empresas, como por exemplo “*O dia dos Voluntários*”, que contemplam o projeto.

São inúmeros amigos e familiares que ajudam de muitas maneiras. Seja comprando um ingresso e assistindo aos espetáculos,

seja doando um livro ou um brinquedo, seja apadrinhando um aluno para doar um presente de Natal, seja fazendo uma oficina, uma palestra ou uma “Contação de Histórias” ou apenas uma visita ao Projeto. Seria difícil citá-los, todos!

Aproveitamos para agradecer profundamente a todos os apoiadores!

Figura 17
Atividade Cultural no Museu Histórico do Exército /
Forte de Copacabana



Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

“Que o Senhor os faça crescer e aumentar no amor mútuo e para com todos, assim como é o nosso amor para com vocês...”

Primeira Carta Aos Tessalonicenses – Capítulo 3

Sou Welington Gomes. Tive a maior oportunidade da minha vida ao conhecer o Ballet Brasil! Lá, encontrei um rumo para a minha vida e alcancei minha carreira artística. Conheci amigos maravilhosos, que levarei para a minha vida toda. Tudo começou quando uma amiga sempre me chamava para fazer balé e eu nunca me animava a ir. Eu não conhecia a dança e não sabia como funcionava. Um dia, resolvi ir e comecei com o sapateado. Comecei a gostar do clima, do ambiente. No primeiro dia que eu fui, conheci uma pessoa que mudou a minha vida. Esta pessoa chamada Mercedes Ferrero, a grande idealizadora desse projeto maravilhoso e que não recebia nada em troca. Eu a tive em minha mente como um anjo. Um anjo que me ensinou inúmeras coisas. Até mesmo parte de minha educação veio deste anjo. Minhas primeiras aulas, as broncas, as primeiras posições básicas de balé. Acho que o jeito dela ensinar me cativou e acho que cativou a todos. Também tinham as aulas de catequese ali mesmo. Além do balé, aprendemos a saber quem é e quem foi Jesus. Hoje, sou bailarino solista da maior instituição de dança do país, o Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Eu agradeço do fundo do meu coração por ter o Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus em minha Vida. E agradeço imensamente à Professora Mercedes e ao Projeto por tudo que me fizeram. Rezo para que ele cresça cada dia mais e seja gigante. Muito obrigado!

Sou Beatriz Cardoso, tenho 20 anos de idade. Parando pra pensar, eu acho que não consigo apontar o momento que eu comecei a querer dançar. Por algum tempo eu pedia incessantemente para começar a ter aulas de dança – sem sucesso algum – e tentava reproduzir

movimentos de balé pela casa. Finalmente, quando eu completei seis anos, pude começar a dançar. Uma amiga da minha mãe se ofereceu para me levar nas aulas do Ballet Brasil, já que as filhas dela também faziam parte do projeto. Esse foi o início da construção de toda a importância que a dança tem na minha vida, hoje. Em 2006 fiz minha primeira aula de balé e foi um dos momentos mais marcantes da minha vida, até hoje lembro de detalhes daquele dia. Muito além do que eu podia esperar quando criança, o Projeto me trouxe pessoas, amizades, histórias, inspiração, oportunidade, sonhos, me trouxe grande parte do que me forma, me fez ser quem sou. O senso comum enxerga a dança de duas formas: exercício e arte, mas o Ballet Brasil sempre se propôs a ser mais, lá somos uma grande família, crescendo juntos e se apoiando, lá eu aprendi como é se sentir pertencente a um grupo de forma verdadeira. Ao longo de 11 anos que eu estive no projeto, eu aprendi valores morais, criei vínculos que pretendo carregar para a vida toda e agora tenho a saudade e o carinho por tudo que vivi. Acredito que nenhum dos alunos consiga se desvencilhar do Ballet Brasil, tenho a impressão de que a vida nos distancia, mas não consegue quebrar o laço que temos. Não falo isso apenas por mim, é algo facilmente observado na plateia de uma apresentação, ou ao final delas quando todo mundo se reúne e por um instante tudo parece voltar ao que foi um dia. E não importa qual carreira a pessoa siga, bailarinas(os) ou não, todos têm em sua formação a sensibilidade que só a arte proporciona e o cuidado social que o Ballet Brasil semeou. Com o tempo, me vi cada vez mais ligada à dança, cada vez mais dependente dessa arte para a minha vida, a cada pirueta a arte estava mais intrínseca em mim. Carrego do Ballet Brasil inspirações que dedicaram e dedicam seu tempo para formar não só bailarinos, mas para ajudar na formação de pessoas melhores no mundo. Sou grata por cada pessoa que auxiliou de alguma forma na minha trajetória e espero um dia ter a oportunidade de fazer o mesmo que fizeram por mim e por tantas outras crianças. Atualmente curso Licenciatura em dança, na UFRJ.

Sou Reginaldo Oliveira. O Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus foi pra mim um divisor de águas em minha vida, pelo fato de ter me mostrado um lado da vida que eu não tinha nenhum conhecimento, que é a dança. Através do projeto, eu tive a oportunidade de ter acesso a uma arte que é tão genuína e tão completa no meu ponto de vista. O primeiro dia que pisei na Ilha do Bom Jesus foi realmente um dia encantado. Com certeza, porque ela é uma ilha mágica e, principalmente, porque nasci em uma favela, no Complexo da Maré. Fui brindado com o dote de ter encontrado um outro mundo, onde tive acesso à música clássica, conquistei uma cultura da qual eu não tinha nenhum conhecimento. Se hoje eu estou aqui, dirigindo uma companhia de ballet em Salzburgo, na Áustria, terra do Mozart, realmente devo à Ilha do Bom Jesus, à Professora Mercedes e ao Ballet Brasil, todos têm uma importância fundamental! Eu não teria conseguido chegar aonde eu estou hoje se não tivesse tido acesso a esse lindo projeto, que me alegra muito ainda existir, até hoje. É muito difícil traduzir com palavras o que eu vivi na Ilha do Bom Jesus. Não só a dança, mas os amigos. Lembro muito do caminhar para subir até a igreja e o salão, passar lentamente, olhando a praia, brincando com os amigos. Um lugar de sonhos, lugar onde eu e muitas pessoas puderam ter oportunidades na vida, principalmente se você nasce em uma favela, muitas vezes, o acesso às drogas ou a outros caminhos estão bem ali, chamando. Talvez se eu não tivesse tido essa oportunidade, em algum momento, poderia ter me desvencilhado para um outro caminho, por falta de cultura, por falta de estrutura, por falta de dinheiro e assim vai. Meu eterno carinho e retribuição ao Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus!

Meu nome é Luana Sousa, tenho 17 anos. Conheci o Ballet Brasil da ilha do Bom Jesus através da minha mãe, que levava a minha irmã para fazer aula quando estava grávida de mim. Quando cresci,

me apaixonei pela dança e logo entrei para a família Ballet Brasil. Ele me ajudou em todas as fases da minha vida e me fez encontrar o meu maior amor, a arte. Graças a ele, descobri que quero ser atriz, ou melhor, já sou. Serei eternamente grata por tudo que aquele lindo projeto fez e faz por mim e por todas as bailarinas e bailarinos que já passaram por lá. O Ballet Brasil representa amor, arte, alegria, esperança e fé. Que Deus continue abençoando todas as pessoas que fazem esse projeto acontecer dia após dia. Gratidão.

Sou Maria Eduarda Pereira dos Santos, tenho 15 anos. Cheguei ao Ballet Brasil com apenas um ano, minha avó (Luciana) conduzia minha tia mais nova pra fazer as aulas e, como ela tomava conta de mim, me levava junto. Aos 3 anos fiz uma participação no Auto de Natal, onde representei um anjinho. Dali em diante, eu já sabia que precisava fazer parte daquele mundo de verdade. Estou, desde então, como aluna no Projeto, pelo qual sou apaixonada. Lá, aprendemos valores, que levamos pra vida, além de tudo que a dança traz como disciplina e responsabilidade. Temos catequese, reforço escolar, liberdade pra nos expressarmos, conhecemos outras aulas, fazemos amizades, rimos juntos, passamos dificuldades juntos, acho que podemos nos definir como uma família. A família Ballet Brasil! Lá não existe “mãe de fulana”, todas são mães e nos tratam como filhas! Que eu possa fazer parte desse projeto por muitos e muitos anos, e que, lá na frente, eu tenha filhos e netos fazendo nossa família Ballet Brasil aumentar, assim como a minha avó!

Meu nome é Leany Rodriguez Alfonso. Tenho 13 anos. Nasci em Cuba e atualmente moro no Brasil. Eu acho que o projeto Ballet Brasil é muito bom, pois a maioria das aulas de balé são pagas e, nesse projeto, não. Eu sinto que meus professores fazem

isso porque gostam de dar aulas e gostam de ensinar, mas não por benefícios. Eles não só ensinam balé, também dão catequese e aulas diversas. Nesse projeto eu aprendi e compartilhei muitas histórias, com as aulas da “Tia” Cristina. Eu também tenho feito muitas amizades. Eu gosto das histórias e das formas que formulam as apresentações. Os professores são muito bons e, apesar de tudo que estamos passando hoje em dia, eles estão conseguindo se adaptar às aulas *online* e às novas mudanças. Gosto e sempre gostarei do balé, espero que nunca acabe!

Depoimento dos responsáveis da Leanys – Um depoimento é pouco para resumir todo o esforço que os integrantes desse projeto fazem pelo bem-estar das crianças e adolescentes que participam do mesmo. Por isso, nós ficamos muito contentes de ter esta oportunidade de expressar nosso agradecimento ao Projeto Ballet Brasil. Na verdade, nós estamos muito felizes com o projeto, ele não é apenas um espaço para o aprendizado e treino do balé, mas também um lugar para o esparecimento, interação entre as crianças e fornecimento de valores positivos. As crianças reforçam os conteúdos da escola, aprendem os valores importantes da vida nas aulas de catequese, tornando-se pessoas de bem, amáveis, carinhosas, responsáveis com o dever, porque isso tudo que o pessoal transmite na vida deles. Há aproximadamente 2 anos que a nossa filha está imersa nesse projeto maravilhoso e só temos que agradecer. Agradecer a dedicação das professoras e de toda a coordenação, pessoas de excelente qualidade humana que tanto amor colocam na bonita missão de educar, de garantir um futuro melhor para as crianças. Aproveitamos também a oportunidade para agradecer ao pessoal militar que apoia o projeto e que, mesmo na pandemia da COVID-19, mostrou-se prestativo na ajuda às famílias. Ballet Brasil, graças por tudo e por tanto!

DE ALUNOS A PROFESSORES

Sou Luana Santos, hoje professora do Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus, formada em licenciatura plena em Dança pela Universidade. Em 1994, ele surgiu em minha vida, através de amigas da Escola Municipal Tenente Antônio João. Fui convidada a assistir uma aula e, desde então, me apaixonei completamente pela arte do balé clássico. Ao longo desses anos o Ballet Brasil me proporcionou inúmeras experiências, construímos amizades sólidas. Posso afirmar que ele transformou a minha vida e a vida de muitos que passaram por esse lindo projeto. Jamais poderia deixar de mencionar nossa querida Professora Mercedes, ser humano inigualável, verdadeiro sinônimo de amor. Com ela aprendi os primeiros passos da dança, ela se doou para ensinar gratuitamente essa arte tão linda, com certeza ela foi minha verdadeira inspiração, me ajudou a direcionar minha formação em professora de dança. Nos anos seguintes também vieram, primeiro a Professora Wanda como catequista e, após, a professora Maria Cristina, com o reforço escolar. Chegaram para tornar a nossa vida no Ballet Brasil mais especial, sempre tão dedicadas e preocupadas com todos. Meu futuro começou a ser traçado desde então. Tive várias oportunidades de seguir outros caminhos como bailarina, ganhei bolsas de estudos para algumas academias de balé no Rio de Janeiro, fiz aula com grandes Mestres da dança, participamos de muitos concursos, tendo o privilégio de viajar para alguns estados do Brasil. O tempo todo sendo estimulada, incentivada pelo Ballet Brasil a voar, assim a professora Mercedes falava, que tínhamos que voar como águias. Como o meu destino já estava designado a permanecer no Ballet Brasil, eu sempre voltava. Comecei a trilhar meu caminho e passei de aluna a professora das crianças. Então, veio a sugestão que eu fizesse faculdade de Dança. Eu lecionava as aulas de balé e o Projeto me ajudava com as despesas da faculdade. Hoje, agradeço a Deus e a todas as pessoas envolvidas neste projeto.

Sou imensamente grata por ser realizada profissionalmente, junto de todos. Pretendo seguir dando continuidade ao projeto, mostrar que sonhos são possíveis de serem realizados, levar a arte da dança a todas as crianças, descobrir talentos escondidos, formar cidadãos independente da escolha profissional. Muito obrigada Ballet Brasil!

Figura 18
Professoras Luana e Elaine, em apresentação com alunas



Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

Sou Elaine Felipe de Oliveira. Com 10 anos de idade, 27 anos atrás, fiquei sabendo, através de amigos da escola, que na ilha do Bom Jesus estavam acontecendo aulas de balé com uma professora argentina, gratuitamente. Logo fiquei animada com a possibilidade de poder ter estas aulas, pois, nas escolas de dança o ensino de balé clássico era muito caro e eu não tinha condições de pagar. Na mesma semana, fiz minha inscrição e iniciei minhas aulas no projeto Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus. Aos 15 anos de idade, iniciei o meu

primeiro estágio, com a Professora Mercedes, aprendendo a metodologia de ensinar esta arte. No primeiro ano de estágio, já sabia que era isso que queria pra minha vida, poder dançar e ensinar. Graças ao Ballet Brasil, consegui me formar em Licenciatura plena em Dança, pela UniverCidade. Tudo que vivi com neste Projeto, amizades, viagens, concursos, espetáculos, Autos de Natal, foi incrível e ficará eternamente guardado no coração e na minha memória. Hoje sou realizada como pessoa e profissionalmente. Amo dançar e lecionar. Comecei como aluna e hoje sou professora no Ballet Brasil!

Sou Diego Dantas. Conheci o Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus por volta de 1996, aos 10 anos de idade, quando assisti a uma celebração de Páscoa junto à minha avó, Maria Luiza. Aquela missa aconteceu no “garajão” do quartel da 1ª Região Militar, na Ilha do Bom Jesus, e durante o culto, bailarinas calçando sapatilhas de ponta dançaram ao redor da vela do Círio Pascal. Além delas, havia dois bailarinos no elenco e aquelas presenças me chamaram atenção. Como foi inusitado para mim, um menino de 10 anos de idade, assistir uma apresentação de balé durante uma missa de Páscoa, numa garagem de um quartel do Exército, e nessa apresentação ver rapazes dançando ao som da música tema do filme “Carruagem de Fogo”. São muitos símbolos! Fiquei extasiado com aquela apresentação e me lembro de ter procurado uma das bailarinas para me informar como eu deveria fazer para dançar daquele jeito. Fui informado que os ensaios e aulas aconteciam numa sala nos fundos da igreja do Bom Jesus da Coluna, próximo à casa da minha avó na Ilha do Bom Jesus. Naquela época, famílias de militares e de funcionários civis do Ministério do Exército conviviam harmoniosamente nesta Ilha. Dias depois, fui até o salão de fundos da igreja e conheci a professora Mercedes Valpassos, que me aceitou de braços abertos nas suas aulas de balé. Mas eu mantive as aulas em sigilo durante cerca de um mês! Nesse período ninguém da minha família soube da

novidade. Eu chegava da escola, minha avó ainda estava no trabalho, eu ia para aula de balé e retornava para casa. Quando ela chegava do trabalho me encontrava em casa, estudando. Quando contei para minha família que estava fazendo aulas de balé, nos fundos da igreja, senti um pouco de resistência, talvez por medo dos preconceitos que tal decisão poderia acarretar na minha vida cotidiana, mas rapidamente todas (minha família é composta majoritariamente por mulheres) entenderam minha opção pela arte. Lembro que poucos meses depois de iniciar as aulas eu já estava dançando no Auto de Natal, promovido pelo Ballet Brasil. Fizemos várias apresentações em igrejas e também em espaços do Exército, como o Palácio Duque de Caxias e o Hospital Central do Exército. Esse momento foi muito especial, já que minha avó era funcionária do HCE. Dancei para ela e uma plateia repleta de amigos e colegas de trabalho. Isso foi muito especial! Essa integração entre os funcionários, o espírito natalino e a arte certamente plantaram a semente da dança nos corações de muitas outras famílias! De 1996 até hoje foram algumas idas e vindas na dança e o Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus sempre esteve presente na minha vida, como um lugar de fortalecimento e de reconhecimento, de origens e da importância de se construir uma trajetória ética na vida. Dancei como bailarino profissional em muitas companhias renomadas de dança contemporânea, me formei professor de dança pela Faculdade Angel Vianna, e segui carreira na gestão pública. Atualmente, estou diretor artístico do Centro Coreográfico da Cidade do Rio de Janeiro, principal espaço público da dança na cidade. Hoje percebo que a principal contribuição do Ballet Brasil na minha vida foi a oportunidade de conhecer, caminhar e crescer como cidadão e profissional, junto de outros jovens, homens e mulheres, oriundos das periferias e comunidades do Rio, que encontraram na dança plural e diversa a força para o desenvolvimento das nossas singularidades. Seguimos transformando as nossas realidades e contribuindo para um Mundo Melhor!

“... Vocês aprenderam de nós como comportar-se para agradar a Deus. Vocês já se comportam assim. Continuem progredindo!”

Primeira Carta Aos Tessalonicenses – Capítulo 4

Figura 19

Fé e arte, unidas, uma ideia de sucesso



Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

Esperamos que ao terminar de ler este capítulo, querido leitor ou leitora, tenhamos demonstrado o significado deste projeto. Este foi o objetivo maior para escrever esta história. Contar para você que o Ballet Brasil é acolhimento, amor, afeto, generosidade, compreensão e solidariedade, qualidades que ajudam a transpor todas as dificuldades. Que tenha percebido no projeto a alegria da infância, a criatividade, o respeito as diferenças, o incentivo aos talentos individuais de cada um e as oportunidades buscadas. Não temos fórmulas mágicas, mas temos

certeza que através do cuidado amoroso e responsável, seguindo os valores cristãos, tudo pode ser alcançado. E que o benefício destes cuidados reverte para toda a sociedade.

Temos orgulho de dizer que nestes quase 30 anos de história contribuímos para entregar pessoas de bem para nosso amado Brasil.

Nunca vivemos um ano como de 2020, marcado pela pandemia do Novo Corona Vírus.

O Projeto passou a ter aulas e encontros à distância, *online*. Soluções tecnológicas para ajudar a enfrentar a paralisação das aulas presenciais. Em quase 30 anos, foi a primeira vez que isto aconteceu. Algumas vezes tivemos que cancelar as aulas por motivos variados, como por exemplo, os tiroteios na Linha Vermelha ou nas imediações da Ilha. Porém, nunca desta forma que a pandemia exigiu.

O ano de 2020 é o primeiro em que não apresentaremos as tradicionais coreografias do final de ano, desde que foi criado.

Como e quando será o retorno para as aulas na Ilha do Bom Jesus é mais um desafio a ser vencido. Foram inúmeros nestes anos todos. E para enfrentá-los e superá-los, só temos uma certeza:

“Todos Juntos Somos Fortes”!

Figura 20
Marca de divulgação do Ballet Brasil



Fonte: Álbum do Projeto Ballet Brasil

Visite as páginas do Ballet Brasil:

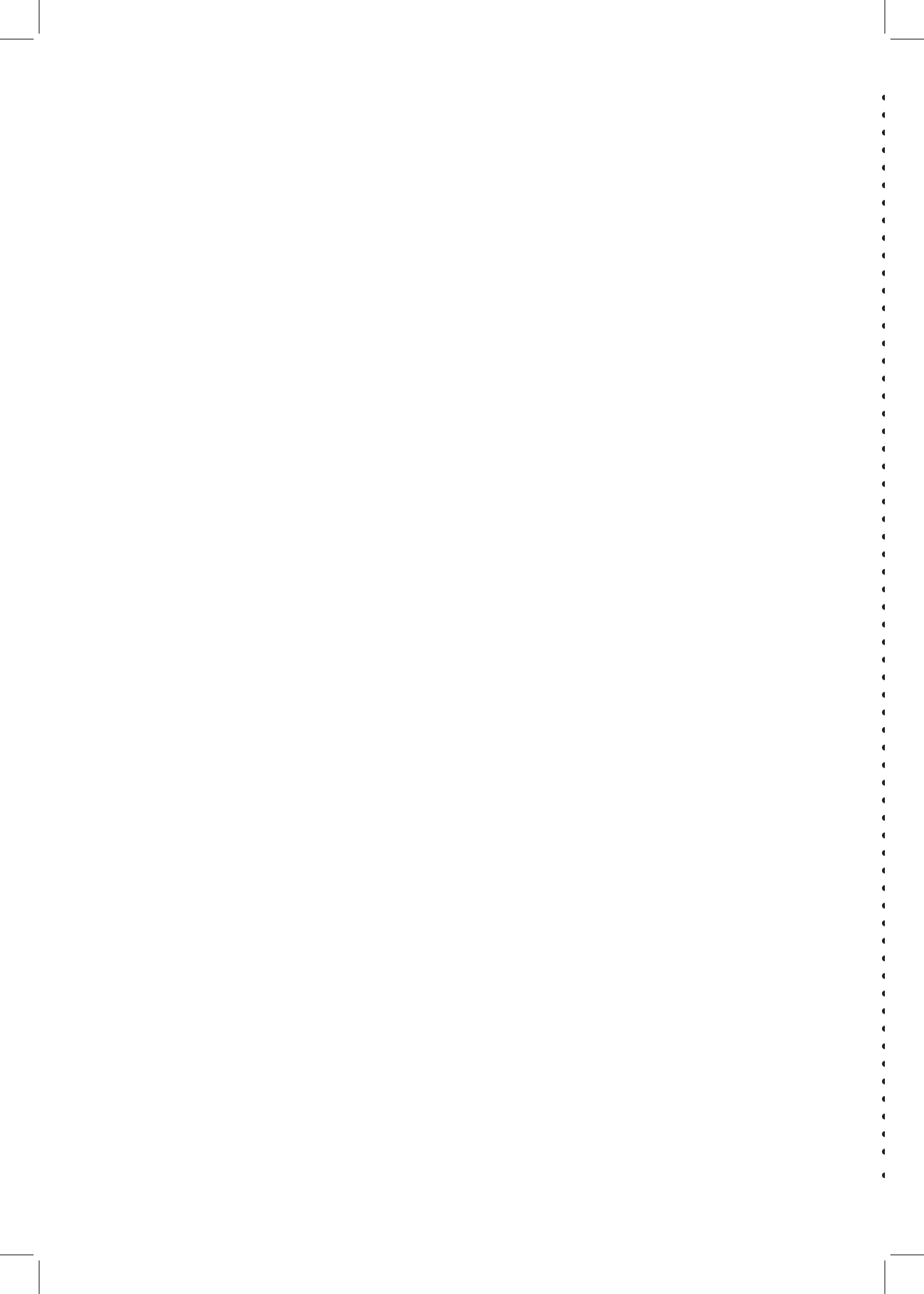
<http://balletbrasil.wix.com/balletbrasil/>

<https://www.facebook.com/BalletBrasildaIlhaDobomJesus>

Nota da Autora

Agradeço a colaboração de Luana Santos e demais voluntários do Projeto Social Ballet Brasil da Ilha do Bom Jesus, com seus depoimentos. E a revisão do Gen Marcio Tadeu Bettega Bergo – Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

ANEXO



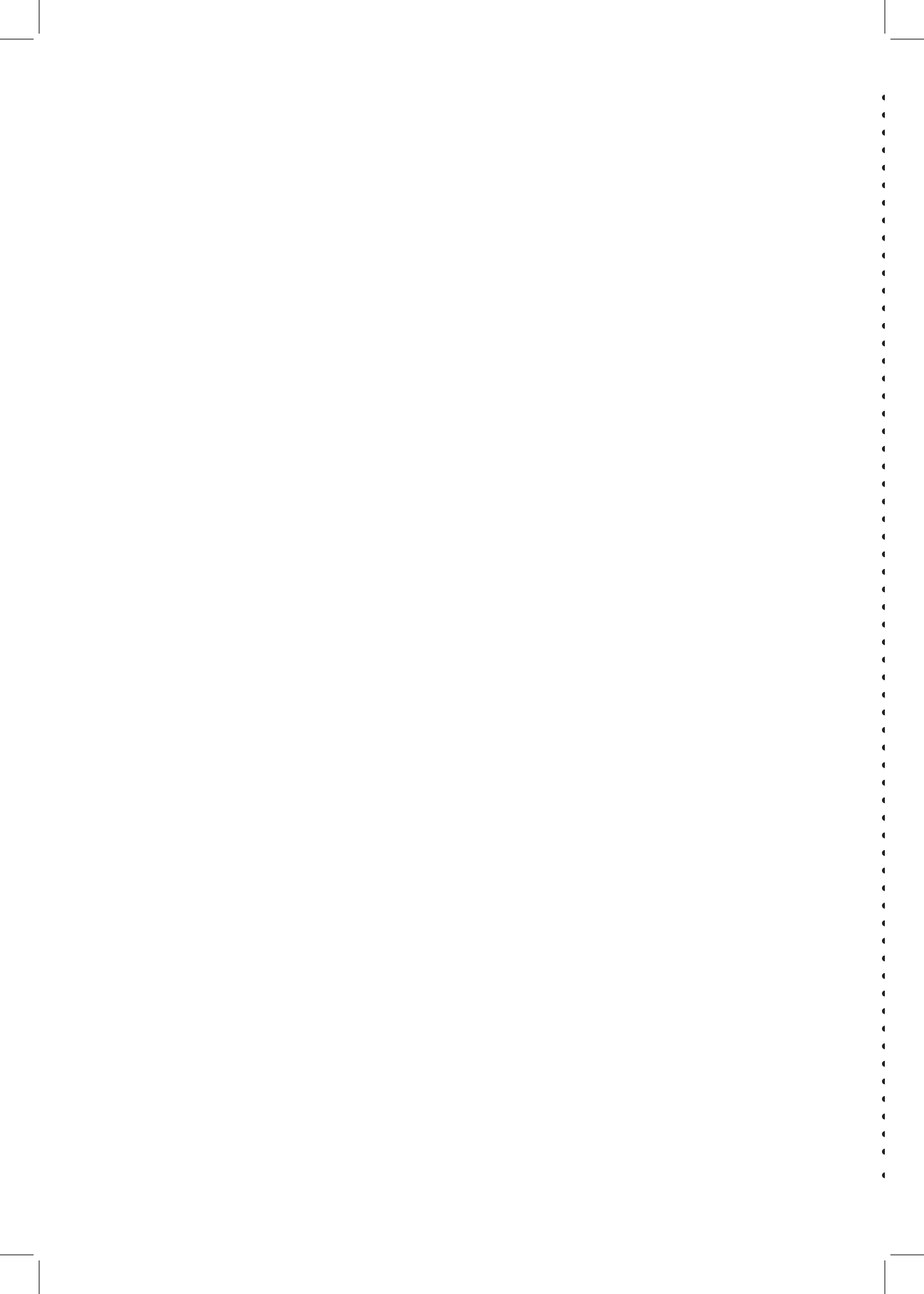
85 11042
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
1º EXÉRCITO
1ª REGIÃO MILITAR

ASILO DE INVÁLIDOS DA PÁTRIA

EDIÇÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO

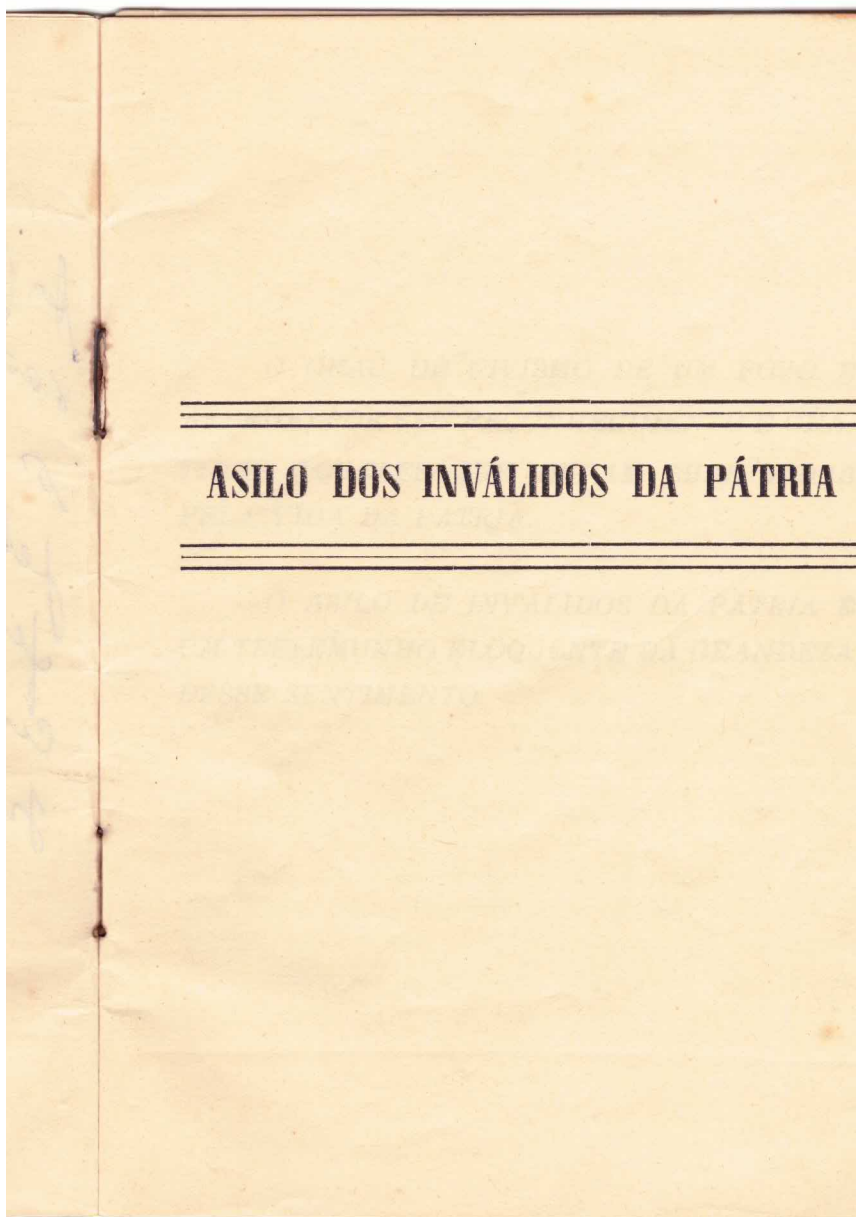
1868 - 1968

Julho
29



do período come-
çado por menor, com
os novos agradecimentos
pela colaboração prestada nas
festividades comemorativas do
centenário de fundação do país de
insólitos de Petrópolis.

Atte de Bon Jesus, 29 julho de 1968
Helio Villanova
del Dir



O GRAU DE CIVISMO DE UM POVO É
AFERIDO POR SEU RECONHECIMENTO E GRA-
TIDÃO ÀQUELES QUE DERAM SUAS VIDAS
PELA VIDA DA PÁTRIA.

O ASILO DE INVALIDOS DA PÁTRIA É
UM TESTEMUNHO ELOQUENTE DA GRANDEZA
DESSE SENTIMENTO.

HOMENAGENS

Exmo Sr Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA, Presidente da República.

Exmo Sr Gen de Ex AURÉLIO DE LYRA TAVARES, Ministro do Exército.

Exmo Sr Gen de Ex SYSENO SARMENTO, Comandante do I Exército.

Exmo Sr Gen Div JOSÉ HORÁCIO DA CUNHA GARCIA, Comandante da 1ª Região Militar.

Coronel JOÃO BORGES DOS SANTOS, Chefe do Estado-Maior da 1ª RM.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO.

Aos antigos integrantes do Asilo de Inválidos da Pátria: ex-Diretores, Oficiais, Praças e Funcionários Civis que souberam guiar com mãos firmes esta secular Instituição, o preito de reconhecimento e a homenagem sincera dos que, orgulhosos, atualmente a dirigem.

DIRETORES EFETIVOS

No decurso dos seus cem anos de existência, o Asilo teve 28 Diretores, inclusive o atual: Cel MANOEL RO-
LEMBERG DE ALBUQUERQUE (8-10-1866 a 13-11-1866),
Cel LUIZ JOSÉ MONTEIRO (12-11-1866 a 4-1-1867),
Ten-Cel MANOEL DA CUNHA BARBOSA (2-4-1867 a
29-12-1868), Ten-Cel ERNESTO MACHADO FREIRE
PEREIRA DA SILVA (29-11-1868 a 10-8-1870), Major
Honorário JOÃO ANTONIO GARCEZ PALHA DE AL-
MEIDA (22-8-1870 a 1-4-1874), Ten-Cel JOSÉ MARIA
FERREIRA DE ASSUNÇÃO (1-5-1874 a 16-12-1874),
Ten-Cel AUGUSTO EDUARDO MARTINS (16-7-1874 a
20-5-1875), Ten-Cel FELICIO PAES RIBEIRO (8-12-1882
a 22-3-1885), Gen CARLOS MANOEL FERREIRA DE
ARAUJO (28-12-1886 a 24-3-1898), Cel Reformado VITO-
RINO DOS SANTOS SILVA (24-3-1898 a 22-2-1903),
Cel LUIZ AUGUSTO SOARES WOLF (7-3-1903 a
17-10-1903), Coronel AFREDO VICENTE MARTINS
(29-10-1903 a 30-7-1919), Gen Bda Grad DECLECIANO
DE SENNA DIAS (26-8-1919 a 14-2-1921), Maj DOMIN-
GOS GOMES DA ROCHA ARGOLO (14-2-1921 a
29-3-1927), Cel Reformado ANTONIO JOSÉ LEAL
(29-3-1927 a 2-2-1931), Maj JOÃO PAULO DE MIRANDA
NUNES (2-2-1931 a 22-5-1933), Gen Div Grad DECLE-
CIANO DE LIMA DIAS (22-5-1931 a 16-5-1936),

EUCLIDES PEREIRA DE SOUSA (16-5-1936 a 30-7-37),
 Maj FRANKLIN BARBOSA LIMA (30-7-37 a 5-1-1938),
 Major DIOGENES ANACLETO DIAS DOS SANTOS
 (12-12-1938 a 5-3-1940), Major OSCAR MASCARENHAS
 (14-3-1940 a 21-12-1946), Cel OSWALDO MELQUIADES
 DE ALMEIDA (29-10-1946 a 24-7-1951), Ten-Cel AU-
 GUSTO RIBEIRO DOS SANTOS (24-7-51 a 12-10-1954),
 Cel EVILASIO GONSALVES VILLANOVA (12-10-1954 a
 8-3-1960), Cel ARCHIMEDES LOPES DE ARAUJO
 DÓRIA (-3-1960 a 28- -1961), Cel ANTONIO TAVARES
 DA MOTA (9- -1961 a 17-10-1963), Cel UBIRAJARA TEI-
 XEIRA PAES DE BARROS (2-10-1963 a 3-3-1968), Coronel
 HELIO VILLANOVA TORRES (4-3-1968 a).

SÍNTESE HISTÓRICA

O Asilo de Inválidos da Pátria foi criado por Decreto número 244, de 30 de novembro de 1841, com o objetivo de amparar os militares de terra, que se invalidassem em campanha ou em serviço.

Em 6 de maio de 1843, o Governo decretou a extensão do asilamento aos marinheiros da Armada Nacional. Esses decretos não foram imediatamente postos em execução, em virtude de já existirem àquele tempo companhias de asilados espalhadas em diversos pontos do território nacional.

A Guerra do Paraguai ensejou ao Governo pôr em execução o Decreto da criação do Asilo, tendo a Associação Comercial do Rio de Janeiro destacada influência na sua efetivação, tomando a frente do movimento que se organizou no País para levantar fundos e criou a Sociedade Asilo de Inválidos da Pátria, que teve como presidente de honra Sua Majestade Imperial D. Pedro II, então reinante e como presidente executivo o Visconde de Tocantins, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, irmão do ínclito Duque de Caxias, Patrono do Exército.

Em março de 1867 foi iniciada a construção dos prédios que hoje, como ontem, se debruçam majestosos sobre as praias desta encantadora e bucólica Ilha do Bom

Jeus. Não poderiam encontrar outro lugar melhor e mais belo para abrigar os bravos filhos da Pátria amada que deram o seu sangue e sua vida para salvá-la.

Com a presença da Família Imperial, do Corpo Diplomático, autoridades militares, civis e eclesiásticas foi o Asilo inaugurado no dia 29 de julho de 1868, data do aniversário natalício da Sereníssima Princesa Imperial Dona Isabel — Condessa d'Eu — futura Redentora.

Abertas as suas portas, para a ilha vieram os bravos que se achavam alojados nas Companhias de Inválidos.

Eram aproximadamente oitocentos heróis anônimos que a Pátria recolhia com carinho para retribuir o seu sacrifício, dando-lhes moradia mais digna e confortável, compatível com os seus méritos.

Fôra nomeado para dirigi-los nesta nova fase, o Coronel Manoel Rollemberg de Albuquerque, primeiro Diretor da novel Instituição.

Falar do Asilo é viver um pouco da História do Brasil.

Vêmo-la na igreja, que majestosa se ergue no topo da Colina de Bom Jesus, autêntico bastião ali erigido no Século XVIII como símbolo da fé do povo brasileiro e defesa da integridade contra a invasão do inimigo audaz.

Essa mesma igreja, não foram outros méritos, o fato de haver guardado por longos anos os restos mortais de Osório e Sampaio — heróis de Tuiuti e patronos da Cavalaria e Infantaria do nosso Exército — para merecer o respeito e a admiração da nossa gente, sobre tudo das Forças Armadas.

ais
que

Di-
i o
ni-
ona

vos
os.
nos
seu
rel,

o
Di-

do

po
no
e
az.

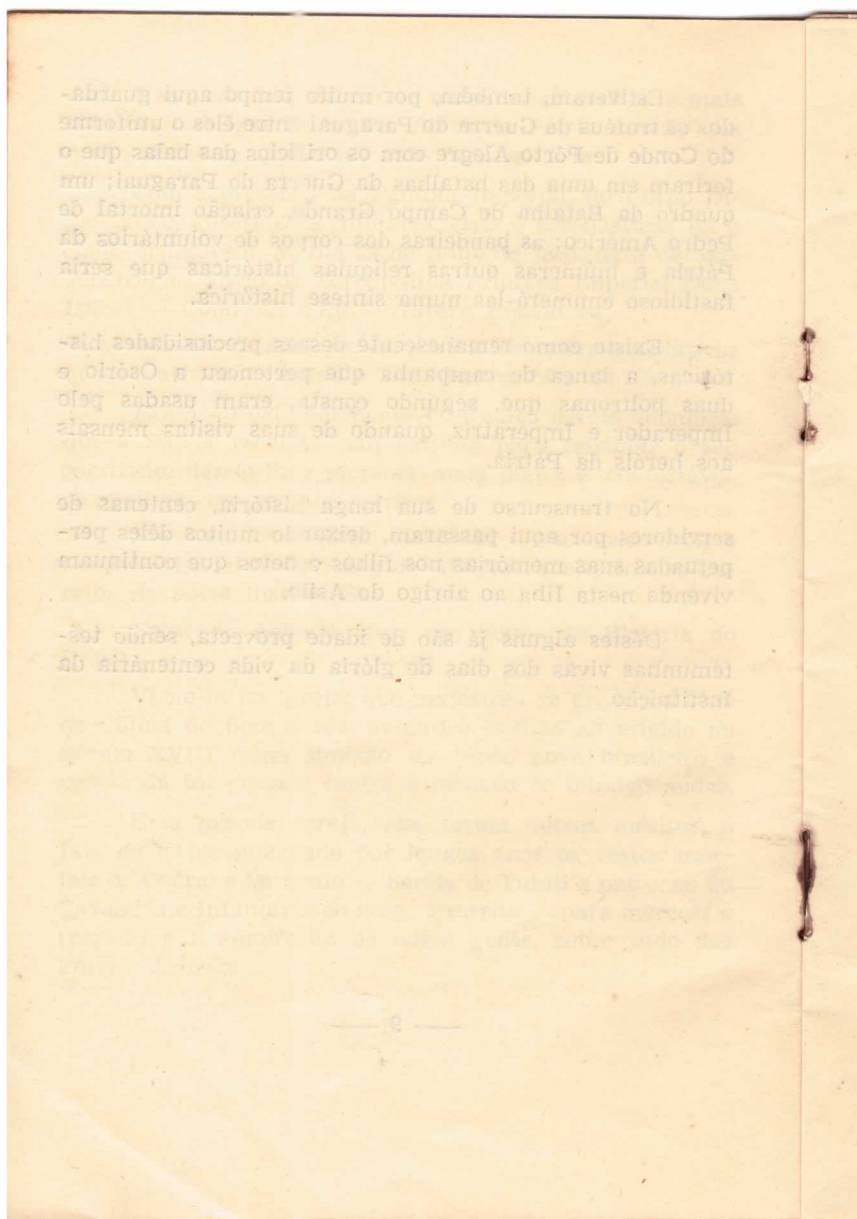
o
r-
da
o
as

Estiveram, também, por muito tempo aqui guarda-
dos os troféus da Guerra do Paraguai entre eles o uniforme
do Conde de Pôrto Alegre com os orifícios das balas que o
feriram em uma das batalhas da Guerra do Paraguai; um
quadro da Batalha de Campo Grande, criação imortal de
Pedro Américo; as bandeiras dos corpos de voluntários da
Pátria e inúmeras outras relíquias históricas que seria
fastidioso enumerá-las numa síntese histórica.

Existe como remanescente dessas preciosidades his-
tóricas, a lança de campanha que pertenceu a Osório e
duas poltronas que, segundo consta, eram usadas pelo
Imperador e Imperatriz, quando de suas visitas mensais
aos heróis da Pátria.

No transcurso de sua longa história, centenas de
servidores por aqui passaram, deixando muitos deles per-
petuadas suas memórias nos filhos e netos que continuam
vivendo nesta Ilha ao abrigo do Asilo.

Dêstes alguns já são de idade provecta, sendo tes-
temunhas vivas dos dias de glória da vida centenária da
Instituição.



A GERONTOLOGIA E AS FORÇAS ARMADAS

DR. MÁRIO FILIZZOLA

Animados pelo ato do Governo do Estado da Guanabara abolindo em 28 de abril de 1966 a anacrônica instituição "Asilo de Velhos", no Estado da Guanabara, nossa atenção volta-se naturalmente para outros Asilos de Velhos situados na Guanabara. E, o primeiro que nos ocorre mencionar, por sua importância histórica, é o **Asilo de Inválidos da Pátria**. Fundado em 29 de julho de 1868 com a finalidade de receber os estropiados da guerra do Paraguai, o Asilo de Inválidos da Pátria, na Ilha de Bom Jesus, serviu de abrigo a numerosos **Heróis da Pátria**. Este é o nome justo a ser aplicado aos velhos soldados e aos velhos combatentes. Jamais os chamariamos de Inválidos da Pátria.

A Ilha de Bom Jesus, situada no final da rodovia que atravessa a Cidade Universitária, há muito tempo deixou de ser uma ilha, desde quando foi ligada por atêrro ao continente. Chega-se a ela, em poucos minutos, de ônibus. O local lembra a poética Ilha de Paquetá e se bem não possua uma "**Pedra da Moreninha**" possui a velha **Igreja do Bom Jesus** e a tradição do amparo do Segundo Império ao **Velho Soldado**. O velho edifício colonial construído para o Asilo dos Inválidos da Pátria ser-

viu até de presídio militar e nêle se vêem ainda pesadas grades e janelas, vestígios de um passado distante. A comunidade da Ilha de Bom Jesus vive em pequenas casas construídas na margem da estrada de barro que contorna a Ilha e em pequena rua que desemboca na escadaria da igreja. Dois alojamentos, voltados para o mar, um para homens e outro para mulheres, são as construções mais modernas que existem na ilha. Velhas e copadas mangueiras dão à pequena praça em frente ao cais um aspecto romântico e acolhedor. O capitão autoriza a partida da velha lancha para o Caju, levando passageiros, como vem fazendo há quase um século. Que estranha associação essa de viajar diariamente do Asilo de Inválidos para o Caju... A ninguém ocorre que uma lancha para o Caju possa trazer tristeza, depressão e medo aos velhos, mas quem sabe o que êles, os velhos soldados, pensam sobre isso? Menor do que a Ilha de Paquetá, a Ilha de Bom Jesus conserva o encanto da vida simples. Suas bonitas praias e as canoas de pesca convidam à pescaria, a êsse esporte tão sedutor na velhice. O mar calmo e sem perigo, o sol ardente e as copadas mangueiras convidam e animam viver alguns anos mais. Nenhum edifício de apartamentos! As pequenas casas com jardim, horta, vista para o mar, banco e sombra de velhas árvores dão a impressão de um pequeno Eden para a velhice. É incrível que pudesse existir um lugar tão belo e tão perto de nós sem que o conhecessemos. É assim o Asilo de Inválidos da Pátria. Entretanto, há muitos anos as Forças Armadas deixaram de conceder asilamento aos seus velhos soldados e suas famílias. E, no entanto, avós, mães, sogras, parentes e dependentes de militares quando velhas e doentes não

las
no-
sas
na
da
ra
ais
n-
to
da
m
ão
o
ju
as
re
m
as
se
o,
i-
a-
ra
io
i-
m
la
is
is
es
o

têm onde ficar, não dispõem de uma casa especializada onde possam receber a assistência e o cuidado que merecem. É verdade que o militar aposentado de hoje não vive mais no padrão de antigamente. Supõe-se que os vencimentos que percebem sejam suficientes para garantir o conforto da sua velhice, bem como de seus dependentes. Acontece, porém, que o **dinheiro não é tudo na vida de uma pessoa que envelhece. O velho necessita muito mais do que dinheiro para conservar a felicidade e o prazer de viver. A velhice necessita principalmente de humanismo.** A velha igreja do Bom Jesus, que se ergue majestosa sobre a pequena colina do centro da ilha, faz lembrar as razões do Imperador D. Pedro II ao escolher a proteção do Bom Jesus para a Velhice. Naquela ilha paradisíaca tudo existe para dar alegria e felicidade aos velhos e suas famílias. Numerosas viúvas de militares, hoje sofredoras e isoladas em pequenos apartamentos desta grande cidade, ou mesmo aquelas que passaram a viver vida de nômades nas casas dos filhos, netos e parentes, encontrariam na Ilha de Bom Jesus o lugar tranqüilo e sereno para envelhecer em paz. E poderiam desfrutar, enfim, dessa nova forma de liberdade que somente agora a nossa cultura começa a admitir: — **a liberdade para envelhecer.** A Ilha de Bom Jesus é o lugar ideal para a instalação de um moderno **Instituto de Gerontologia das Forças Armadas**, planejado e executado de acordo como ensina a gerontologia, **essa ciência nova que ensina a envelhecer com saúde, produtividade, alegria e felicidade.** O velho militar, do mesmo modo como todos os que envelhecem, além do dinheiro que recebe mensalmente, necessita de assistência, cuidados, produtividade, ocupação, carinho, sol, ár-

vores, natureza, beleza, leitura, amor e bondade. Dêste modo sim, podemos envelhecer sorrindo, porque a tristeza jamais nos haverá de contagiar e deprimir. As Forças Armadas possuem médicos competentes e capazes para levar adiante o Instituto de Gerontologia das Forças Armadas, o que sem dúvida é um motivo de orgulho para o nosso país. A esse respeito a **Academia Brasileira de Medicina Militar** acaba de aceitar a sugestão deste colonista e prontificou-se a encaminhar um anteprojeto de criação do Instituto de Gerontologia das Forças Armadas, aproveitando a tradicional Ilha de Bom Jesus. Tôdas as vantagens resultariam desse grupo que desinteressadamente cedeu aos estudantes da Cidade Universitária boa parte de terreno com um bellissimo prédio a beira-mar e nada recebeu em troca do mesmo modo como fazem, todos os dias no lar, todos os avós. Mas, a **velhice não poderá abrir mão de tudo quanto possui. Jamais deveria abrir mão da liberdade para envelhecer.** Esse é o motivo pelo qual os velhos soldados não poderão abrir mão doar ou renunciar aos 98 anos de tradição de amparo social ao soldado que envelhece. As suas reais e verdadeiras necessidades na velhice transcendem ao dinheiro que lhes oferece. Mas não devemos desanimar. Antes, pelo contrário, devemos esperar dias melhores para a velhice do velho militar e de suas famílias, bem como para todos aquêles que envelhecem no Brasil de nosso tempo .

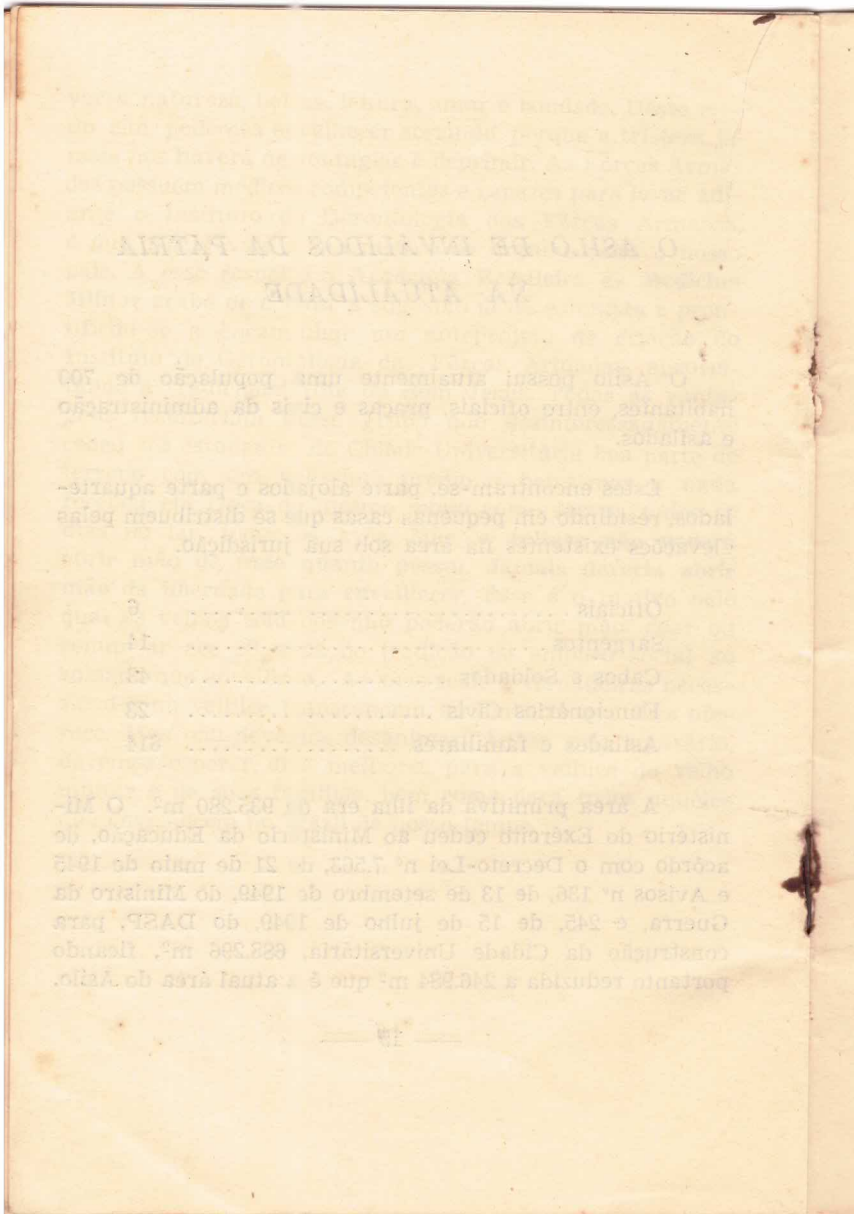
O ASILO DE INVALIDOS DA PATRIA NA ATUALIDADE

O Asilo possui atualmente uma população de 700 habitantes, entre oficiais, praças e civis da administração e asilados.

Estes encontram-se, parte alojados e parte aquartelados, residindo em pequenas casas que se distribuem pelas elevações existentes na área sob sua jurisdição.

Oficiais	6
Sargentos	14
Cabos e Soldados	43
Funcionários Civis	23
Asilados e familiares	614

A área primitiva da ilha era de 935.280 m². O Ministério do Exército cedeu ao Ministério da Educação, de acordo com o Decreto-Lei nº 7.563, de 21 de maio de 1945 e Avisos nº 136, de 13 de setembro de 1949, do Ministro da Guerra, e 245, de 15 de julho de 1949, do DASP, para construção da Cidade Universitária, 688.296 m², ficando portanto reduzida a 246.984 m² que é a atual área do Asilo.



EFETIVO DO PESSOAL DO A I P

Em 29 de julho de 1968

OFICIAIS

Cel Hélio Villanova Torres
Cap Aureci Lopes de Souza
Cap Mário Sylvio de Sá P. Uchôa
Cap Diógenes Cesar Staudinger
Cap Mauro Negri de Britto
Cap Daniel de Oliveira Lima
1º Ten Glauco A. de Araújo Rocha

PRAÇAS

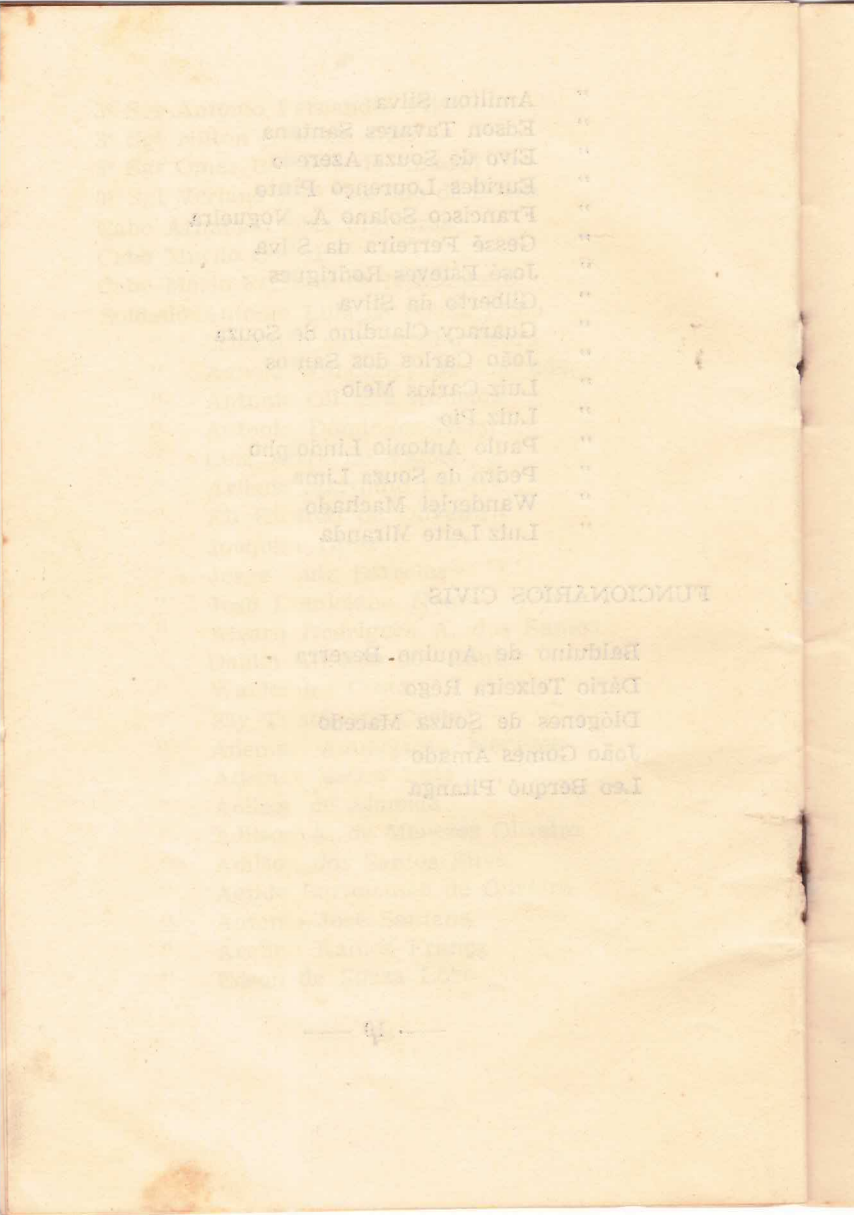
Subten Edson Padilha
1º Sgt Geber Botelho Mustafa
2º Sgt Antonio C. A. Pereira Oleiro
2º Sgt Geley Ávila de Oliveira
2º Sgt Joel Lopes do Rosário
2º Sgt Raimundo Ferreira da Cruz
2º Sgt Manoel Antonio Machado
2º Sgt Sebastião Machado de Moura
2º Sgt Agenor Silva Navegantes
2º Sgt Edison Norões Menezes
2º Sgt Ubirajara B. de Almeida

3º Sgt Antonio Fernandes Pitta
 3º Sgt Nilton Almeida Dias
 3º Sgt Omar Baptista do Amaral
 3º Sgt Veriano José Caetano de Souza
 Cabo Armando Dias Figueiras
 Cabo Murilo Conod
 Cabo Mário Ferreira do Nascimento
 Soldado Antonio Luiz de Souza Filho
 " Sebastião de Carvalho Senra
 " Agnelo Wanderley de Andrade
 " Antonio Oliveira Almeida
 " Antonio Domingos Nery
 " Luiz Alves de Valões
 " Arlindo Martinho Pereira
 " Eli Ricardo de Oliveira
 " Joaquim Diniz
 " Jorge Luiz Barcelos
 " José Domiciano Neto
 " Alvaro Rodrigues A. dos Santos
 " Daniel Antonio dos Santos
 " Waldemiro Costa
 " Ely Tristão da Costa
 " Ademar Anunciação Menezes
 " Ademar Sátiro Luiz
 " Adilson de Almeida
 " Adilson A. de Menezes Oliveira
 " Adilson dos Santos Silva
 " Agildo Bartolomeu de Oliveira
 " Antonio José Santana
 " Avelino Ramos França
 " Edson de Souza Lôbo

- " Amilton Silva
- " Edson Tavares Santana
- " Elvo de Souza Azeredo
- " Eurides Lourenço Pinto
- " Francisco Solano A. Nogueira
- " Gessé Ferreira da Silva
- " José Esteves Rodrigues
- " Gilberto da Silva
- " Guaracy Claudino de Souza
- " João Carlos dos Santos
- " Luiz Carlos Melo
- " Luiz Pio
- " Paulo Antonio Lindolpho
- " Pedro de Souza Lima
- " Wanderlei Machado
- " Luiz Leite Miranda

FUNCIONÁRIOS CIVIS

Balduino de Aquino Bezerra
Dário Teixeira Rêgo
Diógenes de Souza Macedo
João Gomes Amado
Leo Berquó Pitanga



O ASILADO

Aos ilustres antepassados, preciosas relíquias de
valor brasileiro, a mais humilde e sincera homenagem do
autor.

2º Sgt NAVEGANTES

*Estás me vendo cansado?
Com o corpo todo alquebrado
Pelo pêso da idade?
Eu também já fui valente
E lutei herôicamente
Pela nossa integridade.*

*Lá no campo de batalha
Quando o eco da metralha
Anunciava o perigo,
Lutei cansado e exangue
Com a farda tinta de sangue
Ferido pelo inimigo.*

*Êstes membros mutilados
São lembranças do passado
De um velho herói brasileiro
Que deixou o nome na História
E encheu o Brasil de glória
Lá nas plagas do estrangeiro.*

Hoje aqui neste Asilo,
Vivo a lembrar tudo aquilo
Que o tempo não desbota
E sinto com todo respeito
Que ainda pulsa em meu peito
Um coração patriota.

RELAÇÃO DOS ASILADOS AQUARTELADOS

- 1 — 3º Sgt da Marinha Carlos Cruz
- 2 — 2º Sgt da Marinha Claudionor dos Santos
- 3 — Sd do Exército Idelfonso de Souza Martins
- 4 — Anseçada da Marinha José Francisco da Silva
- 5 — Marinheiro Joviliano Neves Manta
- 6 — Marinheiro José Luiz de Barros
- 7 — 2º Sgt da Marinha José Gabriel Martins
- 8 — 3º Sgt do Exército Jerônimo Matos
- 9 — 2º Sgt do Exército José da Silva
- 10 — 3º Sgt da Marinha Francisco Rodrigues da Paz
- 11 — 3º Sgt do Exército Manoel Bernardino Pompeu
- 12 — 3º Sgt do Exército Pedro Bezerra da Silva
- 13 — Viúva de Cb do Ex Antonia Gomes da Silva
- 14 — " " Marinheiro Amélia Meira Guimarães
- 15 — " " 1º Sgt do Ex Albertina Ludovina da Silva
- 16 — " " Sgt do Ex Alice de Souza Armond
- 17 — " " Cb do Ex Abigail Pinto Sales
- 18 — " " Sgt do Ex Alzira Maria Gonçalves
- 19 — " " 2º Sgt do Ex Esmeralda Berquó Pitanga
- 20 — " " Sgt do Ex Erondina Maria da Silva
- 21 — " " Sd do Ex Isaura Maria da Conceição
- 22 — " " 2º Sgt do Ex Iracema Nunes Vasconcelos
- 23 — " " Sgt do Ex Luiza Evangelina dos Santos
- 24 — " " Cb do Ex Laura Chaves Mendonça

- 25 — Viúva de Sgt do Ex Maria Proco
- 26 — " " Sgt do Ex Maria Olimpia Leiros
- 27 — " " Sg do Ex Marcelina Muniz Vianna
- 28 — " " Sgt do Ex Maria Margarida Macena
- 29 — " " 3º Sgt da Mar Maria Nunes Barbosa
- 30 — " " 2º Sgt do Ex Maria de Lurdes Barbosa
- 31 — " " 1º Sgt do Ex Maura Maia da Silva
- 32 — " " Sgt do Ex Martina de Oliveira
- 33 — " " Sgt do Ex Maria Luiza de Lima
- 34 — " " Anspeçada Paulina Maria da Conceição
- 35 — " " 1º Sgt do Ex Vitalina Fernandes Espindola
- 36 — Filho de Anspeçada do Ex Alfredo Américo dos Santos.
- 37 — Filho de Sgt da Mar José Corrêa de Melo
- 38 — Filha de Sgt do Ex Luiza Pereira da Costa
- 39 — Filha de Cb da Mar Luzia Dalcio dos Santos
- 40 — Filha de Cb do Ex Julieta Maria Batista
- 41 — Filho de Sgt do Ex Valdomiro Ferreira Barbosa

INDICAÇÕES ÚTEIS

Localização:

Telefone: 30-4714

Conduções que servem:

Lancha:

Ônibus: Castelo — Bananal

Castelo — Ribeira

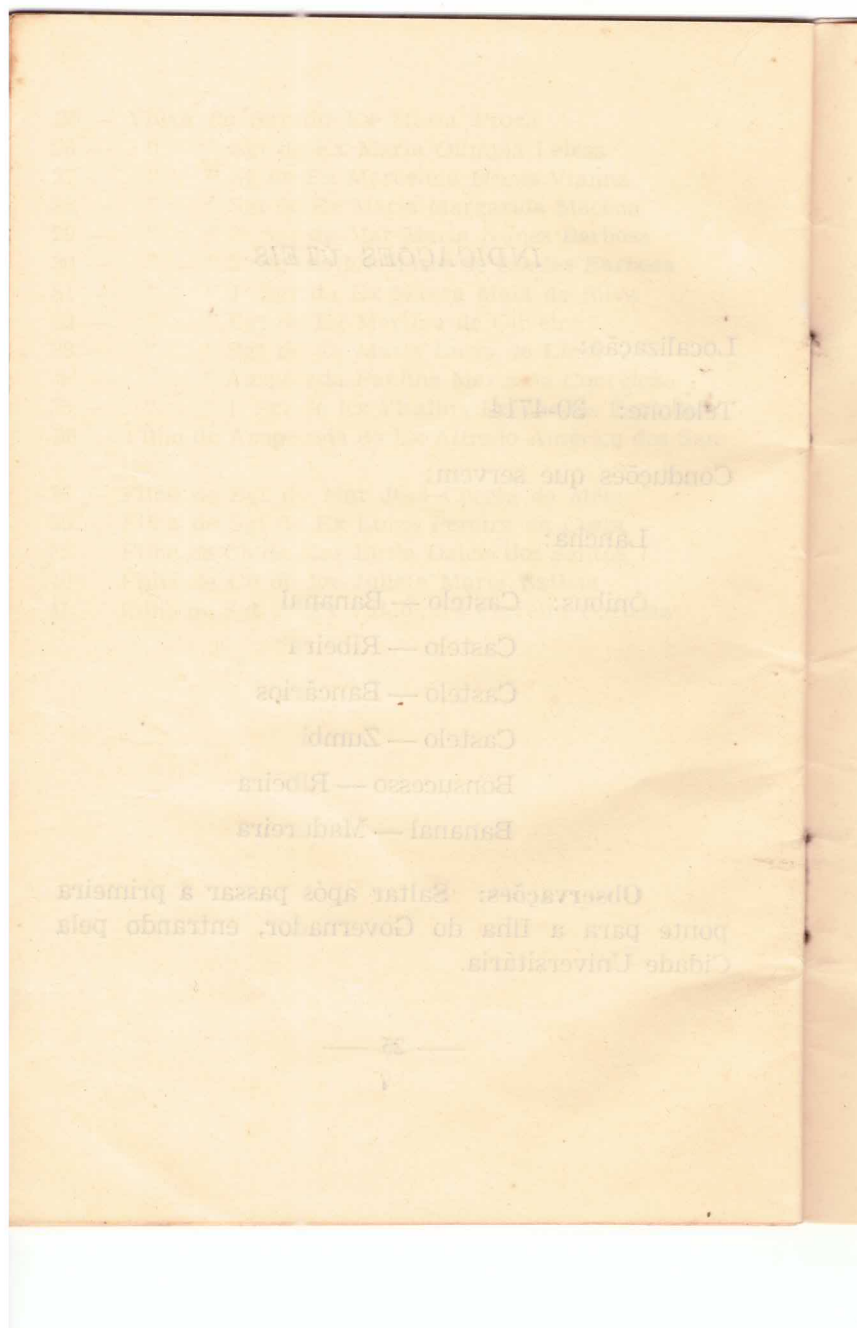
Castelo — Bancários

Castelo — Zumbi

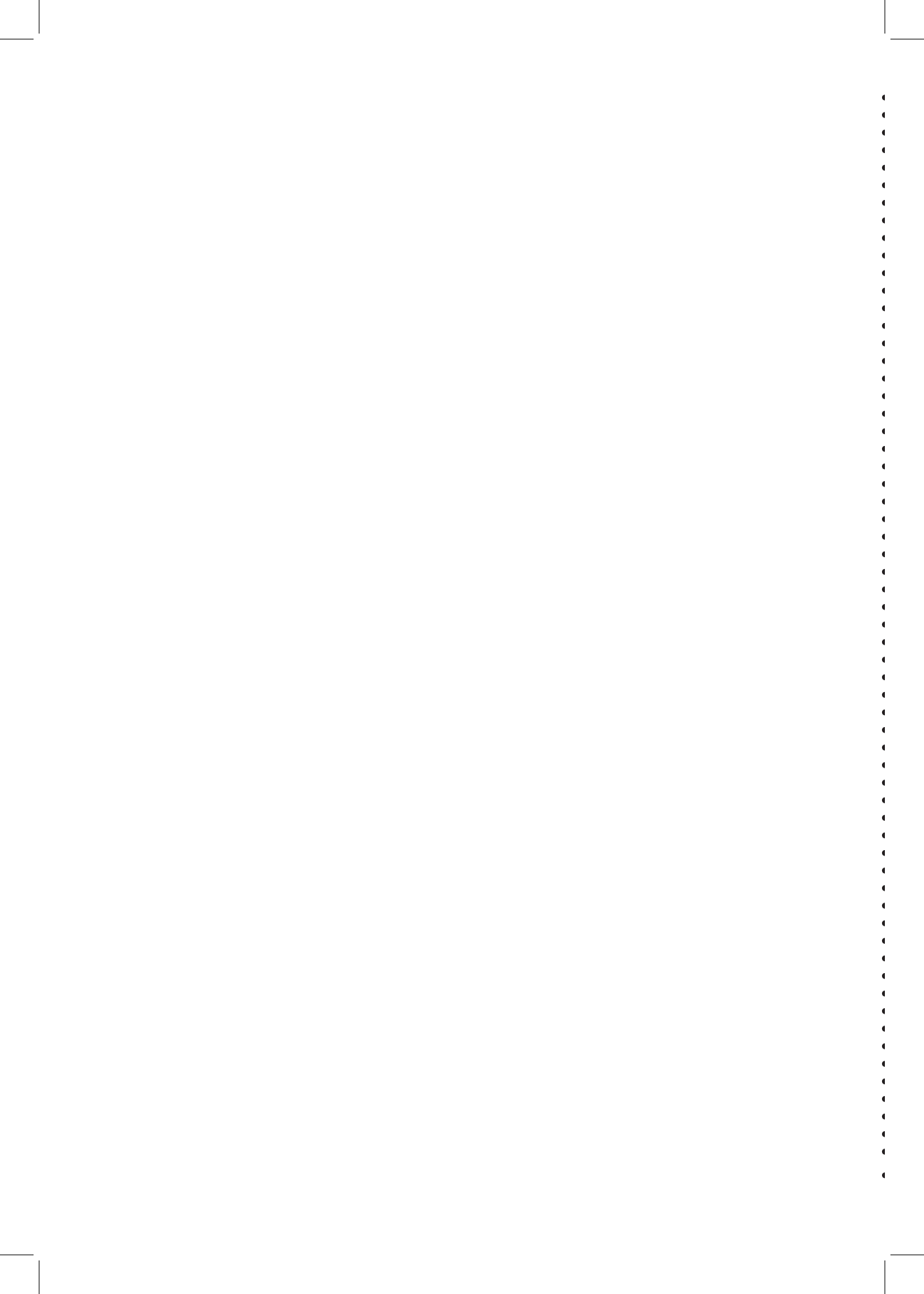
Bonsucesso — Ribeira

Bananal — Madureira

Observações: Saltar após passar a primeira ponte para a Ilha do Governador, entrando pela Cidade Universitária.



*Composto e impresso nas
Oficinas Gráficas da
Diretoria do Serviço Geográfico
Palácio da Conceição
Rio — Est. da Guanabara — Brasil*







Impresso na Letras e Versos
www.letraseversos.com.br



PROJETO GRÁFICO - DIAGRAMAÇÃO

mcarreiro@ig.com.br
(21) 99826-4307

“[...] exaustos, olvidados na merencória solidão onde jazem, estes heróis não seguiram a marcha dos homens válidos, e, desconhecendo o Brasil moderno – estrangeiras na Pátria, as suas almas antigas vivem exiladas na era nova. Os seus ouvidos, fechados a todos os incômodos rumores de nosso tempo, escutam, surdo, em ecos renovados, o fragor das batalhas soberbas, e os murchos olhos, cegos para as coisas vivas do presente, apenas veem, nas paisagens mortas de outrora, as massas épocas dos guerreiros. Não se individualizam nas façanhas evocadas e conservam-se, narrando-as, no seu posto anônimo nas filas dos batalhões. Reconstituindo a tela rota do lustro heroico, os seus abatidos corpos rejuvenescem; movem-se leves, com agilidade airosa e moça. Álacs, em voz agora vibrantes, encandeiam os episódios.”.

Leal de Souza

Revista Kosmos (1909)

ISBN - 978-65-5909-030-3



9 786559 090303

